



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

GEOGRAFIAS DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello-Théry, Eduardo Paulon Girardi, Julio Hato

DYNAMICS OF AGRARIAN TRANSFORMATION AND RESISTENCE

Henry Veltmeyer

¡HOMBRES DE MAÍS! UNA MIRADA A LA ACTUALIDAD ORGANIZATIVA CAMPESINA EN GUATEMALA

Luis Felipe Rincón

CRÍTICA À PLURIATIVIDADE E SUAS RELAÇÕES COM O CAMPESINATO E A REFORMA AGRÁRIA

Antonio Maciel Botelho Machado e Helvio Debli Casalinho

GEOGRAFÍA DE LA FRONTERA: MECANISMOS DE TERRITORIALIZACIÓN DEL AGRONEGOCIO EN FRONTERA AGROPECUARIA DE SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA

María de Estrada

OS FUNDAMENTOS E A EXPRESSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO ACRE

Cleilton Sampaio de Farias e Cleisson Sampaio de Farias

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO EM BARREIRAS - BA: MIGRAÇÃO SULISTA, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CONTRADIÇÕES SÓCIO-TERRITORIAIS

Marcos Leandro Mondardo

A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BA

Venzina de Oliveira Soares e Luciana Oliveira Rocha

ENTREVISTA COM VALMIR ULISSES SEBASTIÃO - "OCUPAÇÕES DE TERRA: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS"

Nallígia Tavares de Oliveira

NOTA: A PERMANÊNCIA NA TRANSFORMAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PERMANÊNCIA

Eliseu Savério Sposito

Jul./Dez.

2010



Revista NERA nº. 17

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jul.- dez./2010

Revista NERA

Editores Responsáveis

Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes

Coordenação de publicação

Anderson Antonio da Silva	Janaina Francisca de Souza Campos
Carlos Alberto Feliciano	José Sobreiro Filho
Clifford Andrew Welch	Regina Kretschmer
Djoni Roos	Roberto Mancuzo
Estevan Leopoldo de Freitas Coca	Rodrigo Simão Camacho
Herivelto Fernandes Rocha	

Conselho editorial

Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ciro de Oliveira Bezerra – UFAL (Maceió, AL, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Emília de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Universidade Estadual de Goiás);
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – UNESP (Ourinhos, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sívio Simone da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Endereço

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br



Ficha catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9

2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, nº. 15
2010 – ano 13, nº. 16
2010 – ano 13, nº. 17
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

GEOGRAFIAS DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

7

GÉOGRAPHIES DU TRAVAIL ESCLAVE CONTEMPORAIN AU BRÉSIL

CONTEMPORARY SLAVE WORK'S GEOGRAPHIES IN BRAZIL

Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello-Théry, Eduardo Paulon Girardi, Julio Hato.

DYNAMICS OF AGRARIAN TRANSFORMATION AND RESISTANCE

29

DINÂMICAS DA TRANSFORMAÇÃO AGRÁRIA E RESISTÊNCIA

DINÁMICAS DE LA TRANSFORMACIÓN AGRARIA Y RESISTENCIA

Henry Veltmeyer

¡HOMBRES DE MAÍZ! UNA MIRADA A LA ACTUALIDAD ORGANIZATIVA CAMPESINA EN GUATEMALA

49

HOMENS DE MILHO! UM OLHAR SOBRE A ATUALIDADE ORGANIZACIONAL CAMPONESA NA GUATEMALA

MEN OF CORN! A LOOK AT CONTEMPORARY PEASANT ORGANIZING IN GUATEMALA

Luis Felipe Rincón

CRÍTICA À PLURIATIVIDADE E SUAS RELAÇÕES COM O CAMPESINATO E A REFORMA AGRÁRIA

65

CRÍTICA A LA PLURIATIVIDAD Y SUS RELACIONES COM EL CAMPESINATO Y LA REFORMA AGRARIA

A CRITIQUE OF PLURIACTIVITY AND ITS RELATIONSHIP TO THE PEASANTRY AND AGRARIAN REFORM

Antonio Maciel Botelho Machado e Helvio Debli Casalinho

GEOGRAFÍA DE LA FRONTERA: MECANISMOS DE TERRITORIALIZACIÓN DEL AGRONEGOCIO EN FRONTERA AGROPECUARIA DE SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA

81

GEOGRAFIA DA FRONTEIRA: OS MECANISMOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DE SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA

FRONTIER GEOGRAPHY: MECHANISMS OF AGRIBUSINESS

TERRITORIALIZATION ON THE AGRICULTURAL FRONTIER OF SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA

María de Estrada

94

OS FUNDAMENTOS E A EXPRESSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO ACRE

LOS FUNDAMENTOS Y EXPRESIÓN DE LA CUESTIÓN AGRARIA EN ACRE, BRASIL

BASICS OF THE AGRARIAN QUESTION IN ACRE, BRAZIL

Cleilton Sampaio de Farias e Cleisson Sampaio de Farias

112

A “TERRITORIALIZAÇÃO” DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO EM BARREIRAS - BA: MIGRAÇÃO SULISTA, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CONTRADIÇÕES SÓCIO-TERRITORIAIS

EL “TERRITORIALIZACIÓN” DEL AGRONEGOCIO GLOBALIZADO EN BARREIRAS – BAHIA, BRASIL: MIGRACIÓN HACIA EL SUR, LA REESTRUCTURACIÓN Y LAS CONTRADICCIONES SOCIO-TERRITORIALES

THE “TERRITORIALIZATION” OF GLOBAL AGRIBUSINESS IN BARREIRAS, BAHIA, BRAZIL: SOUTHERN MIGRATION, PRODUCTION RESTRUCTURING AND SOCIO-TERRITORIAL CONTRADICTIONS

Marcos Leandro Mondardo

131

A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BA

LA EVOLUCIÓN DE LA ESTRUCTURA DE LA TIERRA DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, BRASIL

FORMATION OF THE AGRARIAN STRUCTURE IN BARRA DO CHOÇA - BAHIA, BRAZIL

Venezina de Oliveira Soares e Luciana Oliveira Rocha

150

ENTREVISTA COM VALMIR ULISSES SEBASTIÃO – “OCUPAÇÕES DE TERRA: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS”

Nallígia Tavares de Oliveira

157

NOTA: A PERMANÊNCIA NA TRANSFORMAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PERMANÊNCIA

Eliseu Savério Sposito

Apresentação

Mais que um espaço de debate, interlocução e difusão do conhecimento produzido pelas pesquisas, os artigos que compõem esta edição da Revista NERA assumem um compromisso político em prol do desenvolvimento do campo, pautado, sobretudo, no avanço e na defesa da agricultura camponesa. Assim, os artigos alinham-se a uma perspectiva contrária às premissas ditadas pelo sistema vigente e a ordem imposta pelo capital. De maneiras distintas, eles discutem a atualidade e a emergência da questão agrária na América Latina, destacando os limites deste modelo sobre o campo, marcado principalmente pela territorialização do capital e pela situação de expropriação e subalternidade das famílias camponesas.

No primeiro artigo, intitulado *Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello-Théry, Eduardo Paulon Girardi e Julio Hato, trazem, a partir da cartografia geográfica, um diagnóstico territorial sobre o trabalho escravo no campo brasileiro e elaboram índices que podem auxiliar nas operações de fiscalização e prevenção deste crime.

Sobre o contexto da América Latina, o segundo artigo, de Henry Veltmeyer, analisa a transformação produtiva e social de sociedades agrárias em sistemas capitalistas e a resistência dessas sociedades na luta contra o desenvolvimento do modelo neoliberal.

No terceiro artigo, Luis Felipe Rincón apresenta o cenário de desigualdade econômica e social que atinge a Guatemala ao evidenciar quatro aspectos centrais: as organizações de agricultores, o trabalho realizado pela Pastoral da Terra, o conflito instaurado para a concessão de contratos para os agricultores e camponeses sem-terra e a situação de esquecimento e marginalidade que as comunidades indígenas sofrem na América Central.

Já o artigo de Antonio Maciel Botelho Machado e Helvio Debli Casalinho trata a pluriatividade como uma expressão do capitalismo contemporâneo que traz sérias consequências para o campo e para a realização da reforma agrária. Para intermediar esse debate, os autores discutem os conceitos de agricultura camponesa, reforma agrária, agricultura familiar e pluriatividade.

Visando compreender o campo argentino, o artigo escrito por María de Estrada, *Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina*, realiza um estudo sobre o movimento interno de expansão da fronteira agrícola, apresentando a atual localização do avanço do agronegócio e os mecanismos empregados para a incorporação de terras camponesas.

Voltando para a realidade brasileira, Cleilton Sampaio de Farias e Cleisson Sampaio de Farias compõem o sexto artigo e retratam alguns elementos presentes na questão agrária acreana - com ênfase na produção de cana-de-açúcar no município de Capixaba. De acordo com os autores, a territorialização da agroindústria do etanol implica na concentração fundiária, expropriação, exclusão e exploração das famílias.

Ainda tratando dos efeitos da territorialização do capital, Marcos Leandro Mondardo analisa os processos de reestruturação produtiva a partir da territorialização do agronegócio globalizado no Oeste da Bahia, no município de Barreiras, e a migração sulista que esse fato gerou. O autor apresenta as contradições que este processo vem desvelando, com a concentração da riqueza e reprodução da pobreza.

Fechando a rodada de artigos, o trabalho *A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça – BA*, de Veroniza de Oliveira Soares e Luciana Oliveira Rocha, discute a estrutura agrária do município de Barra do Choça - BA sob o enfoque da estrutura fundiária, produção agrícola e do trabalho na cultura cafeeira. Através do estudo da evolução da estrutura agrária da região, as autoras destacam as mudanças e os processos contraditórios estabelecidos historicamente na região.

Nallígia Tavares de Oliveira compartilha a entrevista realizada com Valmir Ulisses Sebastião - Dirigente Estadual (São Paulo) da "Frente de Massa" do MST -, na qual é possível compreender um pouco sobre a redução do número de ocupações no estado de

São Paulo, seus impactos e as perspectivas desta estratégia junto ao processo de luta pela terra.

Finalmente, o último texto desta edição é uma nota feita por Eliseu Savério Sposito sobre a abertura do XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), sediado em Porto Alegre, em 2010. Visto por um ângulo singular e crítico a respeito do atual papel dos encontros promovidos pela Geografia, o professor destaca alguns elementos sobre o caráter que os encontros passaram a assumir, discutindo as transformações e a permanências.

Diante deste conjunto de textos, convidamos o leitor a iniciar esta “jornada”. Também aproveitamos para convidar os interessados em submeter suas pesquisas à Revista NERA e agradecer os autores que colaboraram com mais essa edição.

Janaina Francisca de Souza Campos
Editora

Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil

Hervé Théry

Doutor em Geografia pela Université Paris I – Panthéon Sorbonne
Directeur de recherche au CNRS-Credal e professor convidado na Universidade de São Paulo (USP), Cátedra Pierre Monbeig
E-mail: hthery@aol.com

Neli Aparecida de Mello-Théry

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Université de Paris Ouest-Nanterre-La Défense
Professora Associada da Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)
E-mail: namello@usp.br

Eduardo Paulon Girardi

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) - Campus de Presidente Prudente
Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Cuiabá
E-mail: epgirardi@yahoo.com.br

Julio Hato

Arquiteto, Geógrafo e mestrando em Geografia na Universidade de São Paulo (USP) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
E-mail: juliohato@yahoo.com.br

Resumo

O artigo tem dois objetivos. O primeiro, compreender o fenômeno da escravidão contemporânea no campo brasileiro, transformando em mapas os dados disponíveis sobre resgate de trabalhadores escravizados e denúncias de casos de escravidão. O segundo, analisar a repartição do fenômeno no território brasileiro, identificar situações relacionadas à escravização dos trabalhadores e construir índices sintéticos de risco de presença de escravos e de vulnerabilidade ao aliciamento. Espera-se assim contribuir com a luta contra a escravidão rural, facilitando repressão e a prevenção do mesmo.

Palavras-chave: Trabalho rural, escravidão, cartografia, Brasil.

Résumé

Géographies du travail esclave contemporain au Brésil

L'article analyse l'esclavage contemporain dans les campagnes brésiliennes en cartographiant les données disponibles sur les libérations de travailleurs esclaves et les dénonciations de cas d'esclavage. Il analyse la répartition du phénomène au Brésil, identifie les situations liées à l'esclavage des travailleurs et construit des indices synthétiques de risque de présence d'esclaves et de vulnérabilité au recrutement. Il espère ainsi contribuer à la lutte contre l'esclavage en milieu rural, facilite sa répression et sa prévention.

Mots-clés : Travail rural, esclavage, cartographie, Brésil.

Abstract

Contemporary slave work's geographies in Brazil

The article examines contemporary slavery in the Brazilian countryside by mapping available data on the denunciation and emancipation of slave laborers. It analyzes the spatial distribution of the phenomenon in country, identifies situations of forced labor related to slavery, builds composite indices for measuring the probability of demand for enslaved workers and their vulnerability to recruitment. We hope these geographic tools will facilitate the repression and prevention of slavery and contribute to abolishing the practice in rural areas.

Keywords: Rural labor, forced labor, slavery, cartography, Brazil.

Introdução

A persistência de casos de trabalho escravo no Brasil no século XXI explicita a profunda contradição da modernidade tecnológica alcançada pelo país e a exploração do ser humano à qual estão submetidas parcelas dos trabalhadores brasileiros. Neste estudo¹ analisamos a forma contemporânea de escravidão que ocorre no campo brasileiro, onde trabalhadores realizam tarefas árduas em condições desumanas, sem receber nada por seu trabalho e sem ter a liberdade de poder deixá-lo. Para uma melhor interpretação da realidade na qual o trabalho escravo está inserido, os dados² disponíveis sobre o fenômeno foram transformados em mapas, especialmente os dados de resgate de trabalhadores escravizados e de denúncias de casos de escravidão. Suas estruturas, padrões, fluxos e tendências foram analisados a partir deste mapeamento, o que permitiu: a) compreender a distribuição do fenômeno no território brasileiro; b) identificar situações que favorecem ou inibem o crime de escravização dos trabalhadores; c) construir índices sintéticos para medir o risco de presença de escravos e a vulnerabilidade ao aliciamento. Esperamos poder, assim, contribuir com a luta contra a escravidão rural facilitando tanto a repressão como a prevenção deste crime.

Definições

Vários autores têm estudado o trabalho escravo conceituando-o de diferentes formas, dentre os quais destacamos Neiva (1994), Esterci (1999), Martins (1999), Vilela e Cunha (1999), Figueira (2004), Girardi (2008), além de instituições governamentais e intergovernamentais que apontam visões ora complementares, ora distintas. Para a *Anti-Slavery International* (ASI), algumas características distinguem a escravidão de outras formas de violação dos direitos humanos, sendo o trabalhador escravizado definido segundo quatro aspectos fundamentais:

- i) quando ele é forçado a trabalhar - por meio de opressão física ou psicológica; ii) quando ele é possuído ou controlado por um “empregador”, geralmente através de abuso mental ou psicológico ou ameaças de abuso; iii) quando ele é desumanizado, tratado como um objeto ou comprado e vendido como uma “propriedade” e iv) quando ele é fisicamente coagido ou

¹ Este artigo é derivado *Atlas do trabalho escravo no Brasil*, desenvolvido em 2009 pelos autores para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Amigos da Terra.

² Os dados sobre o trabalho escravo utilizados no artigo são do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

possuindo restrições no direito de ir e vir. (ASI, 2005, não pag., apud GIRARDI, 2008).

A CPT (Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica) utiliza como critério principal para a caracterização do trabalho escravo atual:

a sujeição do trabalhador. Esta sujeição pode ser física como psicológica. Meios de atingir a sujeição: a dívida crescente e impagável. (1995, p.46). [...] elementos que caracterizem o cerceamento da liberdade, seja através de mecanismos de endividamento, seja pelo uso da força (proprietários ou funcionários armados, ocorrência de assassinatos, espancamentos, e práticas de intimidação) [...]. (2003, p.138).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) acompanha e monitora mundialmente as diversas formas de exercício do trabalho escravo. No Brasil, desde alguns anos, a organização trabalha em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Polícia Federal (PF), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras instituições em defesa da justiça social no trabalho, monitorando e resgatando cidadãos que estão sujeitos às diversas formas de trabalho escravo. Para a OIT

a característica mais visível do trabalho escravo é a falta de liberdade. As quatro formas mais comuns de cercear essa liberdade são: servidão por dívida, retenção de documentos, dificuldade de acesso ao local e presença de guardas armados. Essas características são freqüentemente acompanhadas de condições subumanas de vida e de trabalho e de absoluto desrespeito à dignidade de uma pessoa. (OIT, 2005, não pag.).

Convém resgatar que o aparato legal brasileiro trata de “condições análogas à de escravo”, com base no qual os vários acordos de parcerias têm sido realizados e as penalidades foram definidas. A Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, altera o artigo 149 do Decreto-lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940, e conceitua que o trabalho escravo é “reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.

As origens e as formas do cerceamento de liberdade dos trabalhadores são diversas, indo desde o isolamento geográfico até comportamentos ameaçadores dos empregadores. Elas envolvem, grosso modo, aspectos ligados ao local, transporte e alimentação. O trabalho ocorre em locais de difícil acesso, cujo custo de transporte normalmente é caro e debitado aos trabalhadores; a intermediação entre o trabalhador e o empregador é feita por pessoas inescrupulosas, conhecidas como “gato”; a alimentação, comprada em armazéns dos proprietários das fazendas a preços elevadíssimos, transforma-se em dívidas crescentes, as quais se acumulam com o pagamento da viagem e dos instrumentos de trabalho e proteção, que deveriam ser fornecidos pelo patrão. As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores escravizados são árduas, geralmente associadas às condições degradantes, visto que, geralmente, os trabalhadores moram em barracos ou em alojamentos comunitários, cujas condições de higiene são as piores possíveis.

O acesso à informação como um dos direitos à cidadania é elemento fundamental da prática governamental. A redemocratização da sociedade envolve a transparência deste conhecimento, o que inclui a análise dos dados. Ao estabelecer correlações entre dados do trabalho escravo (condições de vida do trabalhador, suas condições sociais, tipos de atividades econômicas exercidas, violências e assassinatos), detectamos as principais estruturas do trabalho escravo no Brasil, fornecendo assim bases sólidas para alguns pressupostos. Para compreender a conjuntura na qual a escravidão contemporânea se insere, procurou-se formular a análise conjunta dos dados sobre o trabalho escravo com outros fatores. Assim, objetivamos: a) orientar a busca e repressão de situações

semelhantes, já que por enquanto as investigações de campo são motivadas principalmente por denúncias e b) contribuir para políticas de prevenção, detectando as regiões mais vulneráveis ao aliciamento de trabalhadores.

É para isto que colocamos à disposição do público mais amplo possível o conjunto de mapas temáticos³ e de síntese, acompanhados de análises baseadas em múltiplos fatores. Os dados foram analisados e representados em escala municipal, a mais detalhada possível, ou quando conveniente, por microrregião ou estado.

Avaliando o processo

Duas fontes de dados sobre o trabalho escravo constituem a principal forma de conhecimento e mensuração deste fenômeno: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A CPT foi impulsionadora do processo, pois desde a década de 1980 registra as denúncias de trabalho escravo, ignoradas pelo Estado até 1995, quando o MTE passou a inspecionar os casos denunciados. Em 1995 o MTE criou o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que é ligado ao Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GETRAF) e à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), ambos do MTE. O grupo móvel, com o auxílio da Polícia Federal, realiza inspeções em locais onde há denúncia de trabalho escravo. Nesse caso, os trabalhadores são libertados, são aplicadas multas ao empregador e é efetuado o pagamento dos salários e encargos, o que permite ao trabalhador o recebimento do seguro desemprego. Em seguida os trabalhadores são assistidos e encaminhados aos seus locais de origem, sendo de responsabilidade do empregador os recursos destinados ao transporte.

Os dados do MTE são relativos aos casos nos quais foi verificado o trabalho escravo e indicam o número de trabalhadores libertados pelo Grupo Móvel entre 1995 a 2008. O número real de trabalhadores escravizados é sem dúvida maior, visto que não é possível verificar todas as denúncias e, em alguns casos, as operações fracassam, pois ocorre o vazamento de informações, de forma que "de posse da ordem de serviço, muitas vezes os fiscais e policiais são surpreendidos por proprietários que, sabendo da vistoria, tiveram tempo para preparar o ambiente". (GUIMARÃES e BELLATO, 1999, p.72).

Segundo Figueira (2004), antes da criação do Grupo Móvel em geral as denúncias não eram apuradas devido ao medo das equipes, à situação econômica, que não possibilitava as operações e também às omissões e desinteresse dos fiscais, os quais mantinham relações de amizade com os acusados.

Entre 1990 e 2006 a CPT registrou denúncias sobre 133.656 trabalhadores escravizados e entre 1995 e 2006 o Ministério do Trabalho libertou 17.961 trabalhadores da escravidão. A análise dos dados de 1996 até 2006 mostra que a partir de 2001 houve um crescimento significativo do número de trabalhadores presentes nas denúncias (CPT) e dos trabalhadores libertados (MTE). A atuação do Grupo Móvel, em consonância com a CPT, ampliou o número de trabalhadores libertados e intensificou a área de atuação, cobrindo onze estados brasileiros. Nossa análise concentra-se sobre os dados do período de 1995 a 2006, porém, entre 2007 e 2008 ocorreram novas denúncias e libertações, as quais serão analisadas no capítulo conclusivo.

O território da escravidão

Todos os mapas elaborados procuram expressar a distribuição e as dinâmicas do trabalho escravo no território brasileiro, normalmente articuladas com os movimentos das

³ A primeira etapa da elaboração dos mapas foi realizada usando o software *Philcarto*, disponível no endereço <http://philcarto.free.fr/>

atividades econômicas presentes na frente pioneira da fronteira agropecuária, retratando um movimento de integração do norte e oeste do país à economia nacional.

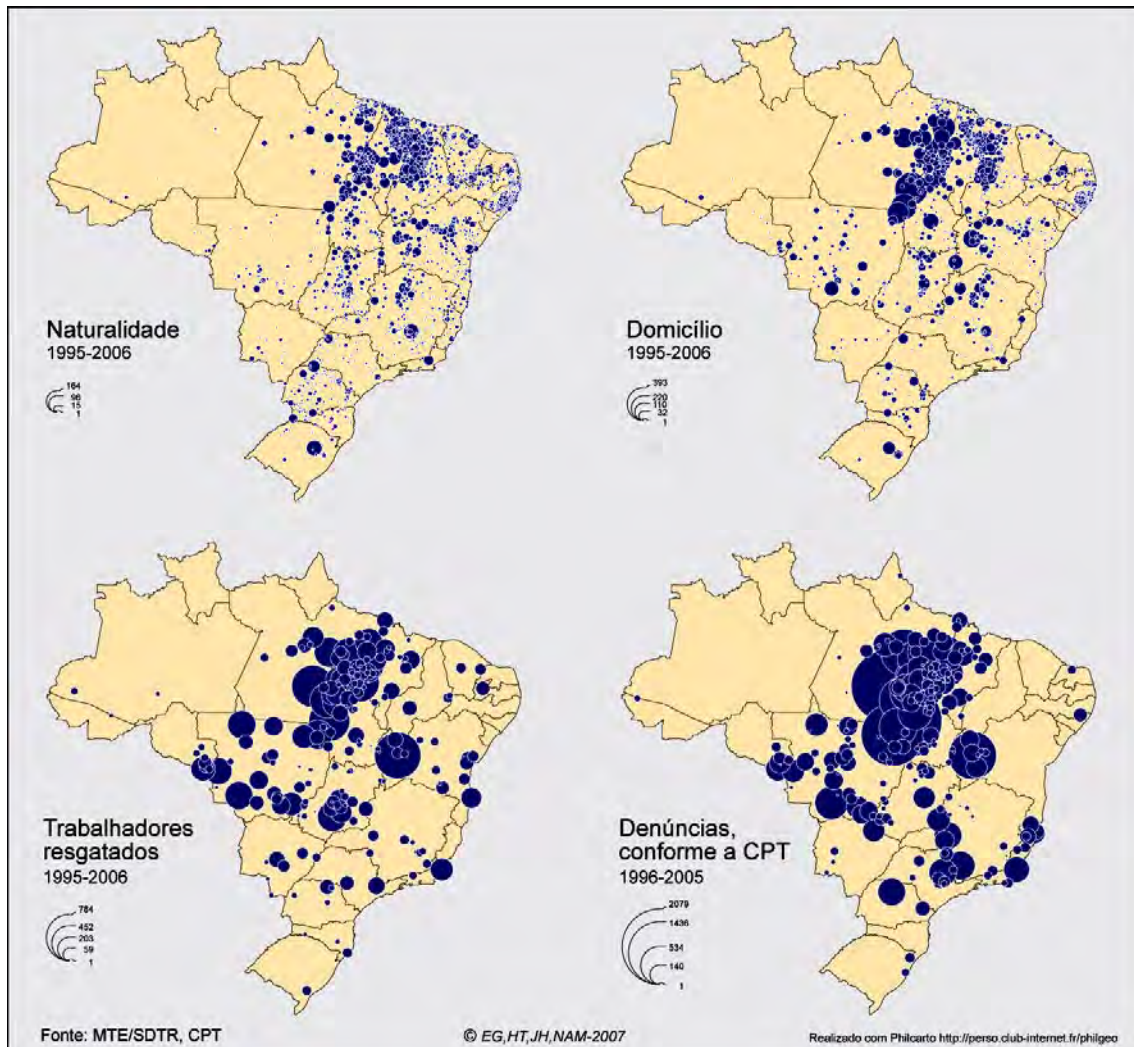
A primeira configuração da dinâmica do trabalho escravo já aparece quando são analisados aspectos simples como a origem geográfica dos trabalhadores (prancha 1), os lugares onde foram libertados, os locais citados nas denúncias e o local de sua residência após a libertação. A resposta à simples pergunta “onde nasceram os trabalhadores encontrados em condições de trabalho forçado?”, ou seja, “qual é a sua naturalidade?” permite perceber que são provenientes de todo o território nacional, exceção feita aos estados situados no extremo oeste do país. Aparecem três eixos, porém a concentração principal mostra os trabalhadores que nasceram nos estados do Maranhão, Piauí, extremo norte do Tocantins (região conhecida como “Bico do Papagaio”) e nordeste paraense. Um segundo eixo, também com elevados efetivos, está localizado em áreas do Polígono das Secas, principalmente na faixa nor-noroeste de Minas Gerais e centro e oeste da Bahia. Em um terceiro eixo, no centro de Goiás, oeste do Paraná e Santa Catarina e regiões litorâneas, ocorre uma distribuição regular, apresentando números relativamente baixos.

O segundo dos quatro mapas expressa os locais de residência dos trabalhadores logo após a sua libertação, quando recebiam o seguro-desemprego outorgado às pessoas libertadas das condições de trabalho escravo. É nestes municípios que os trabalhadores recebem o seguro-desemprego, cujos dados são disponibilizados somente a partir de 2002. De acordo com esta fonte, os maiores números de trabalhadores (o máximo aproximando-se de 400) residiam então nas cidades localizadas no itinerário da rodovia transamazônica e nos municípios limítrofes entre o Pará e Tocantins, Pará e Maranhão e Maranhão e Piauí. Porém, outras concentrações são evidentes nos eixos das rodovias nos estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins e nas faixas nor-noroeste de Minas Gerais e oeste da Bahia.

Outro aspecto espacial ressaltado pelo terceiro mapa é a localização dos municípios onde ocorreram libertações de trabalhadores. Entre 1995 e 2006, não ocorreram resgates somente em cinco estados: Roraima e Amapá, na Amazônia, e Pernambuco, Alagoas e Sergipe, no Nordeste. Em todos os outros 22 estados brasileiros, mesmo os mais ricos, o fenômeno está presente, embora o maior número de libertados tenha sido nos estados do Pará, seguido por Mato Grosso, depois pelo oeste da Bahia e centro sul de Goiás. Ainda que haja concentração de libertados no leste do Pará é interessante perceber que no estado de Mato Grosso e Bahia há uma dispersão por todo seu território.

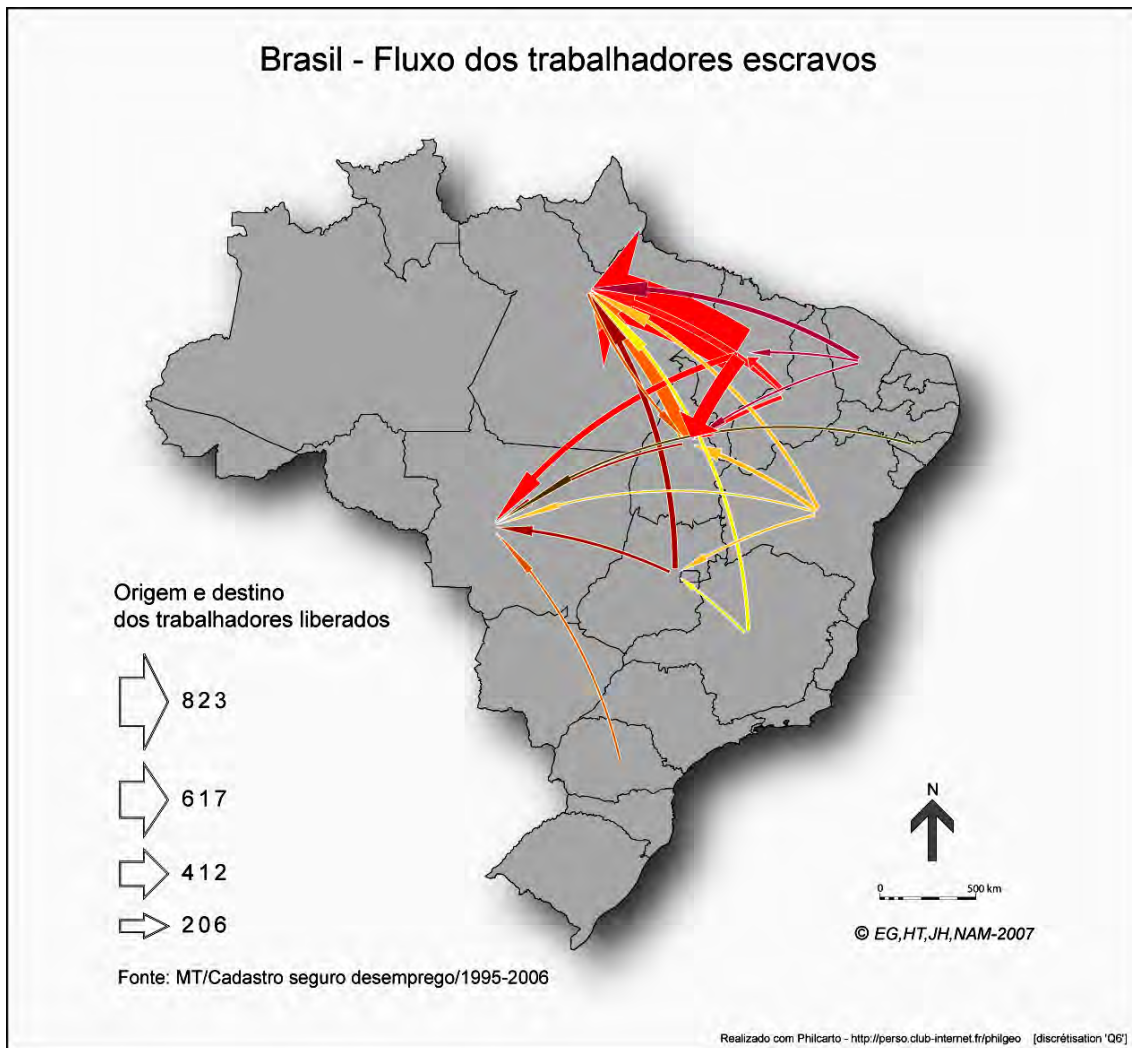
Ao considerarem-se os dados de denúncias registrados pela CPT, representados no quarto mapa, a configuração é um pouco diferente daquela do número de escravos no país. A maioria absoluta situa-se no estado do Pará, acompanhado proximamente pelo oeste da Bahia, Mato Grosso, leste de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais. Apenas nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Paraíba e Sergipe não ocorreram denúncias de trabalho escravo. A comparação dos dois últimos mapas permite visualizar a diferença entre as denúncias e os resgates no estado da Bahia: enquanto as denúncias estão concentradas no oeste, as libertações disseminam por todo o estado. Minas Gerais é outro caso onde aparece uma grande diferença entre denúncias numerosas e poucos resgates. Mais uma vez pode-se concluir que a realidade do trabalho escravo no país é ainda mais ampla do que se tem registro.

Quais as razões pelas quais há uma forte concentração em apenas uma sub-região paraense e maranhense? Por que os trabalhadores escravizados são encontrados longe dos locais onde nasceram? As razões econômicas dessas migrações podem ser resumidas na inexistência de trabalho em seus locais de origem, no tipo de trabalho oferecido, na exigência de um tipo específico de habilitação profissional? Qual é a diversidade de situações individuais que constituem os trabalhadores liberados? O diferencial das atividades econômicas realizadas em Mato Grosso em relação aos outros três estados poderia ser uma hipótese: o uso de mecanização na produção da soja exige maior qualificação do trabalhador e o desflorestamento já está em estágio avançado. No caso do estado do Pará, a forte produção do carvão vegetal leva a uma maior necessidade de trabalhadores braçais. Deixemos o debate para um pouco mais à frente.

Prancha 1 - Distribuição dos trabalhadores escravizados**De onde saem e para onde vão os trabalhadores escravizados?**

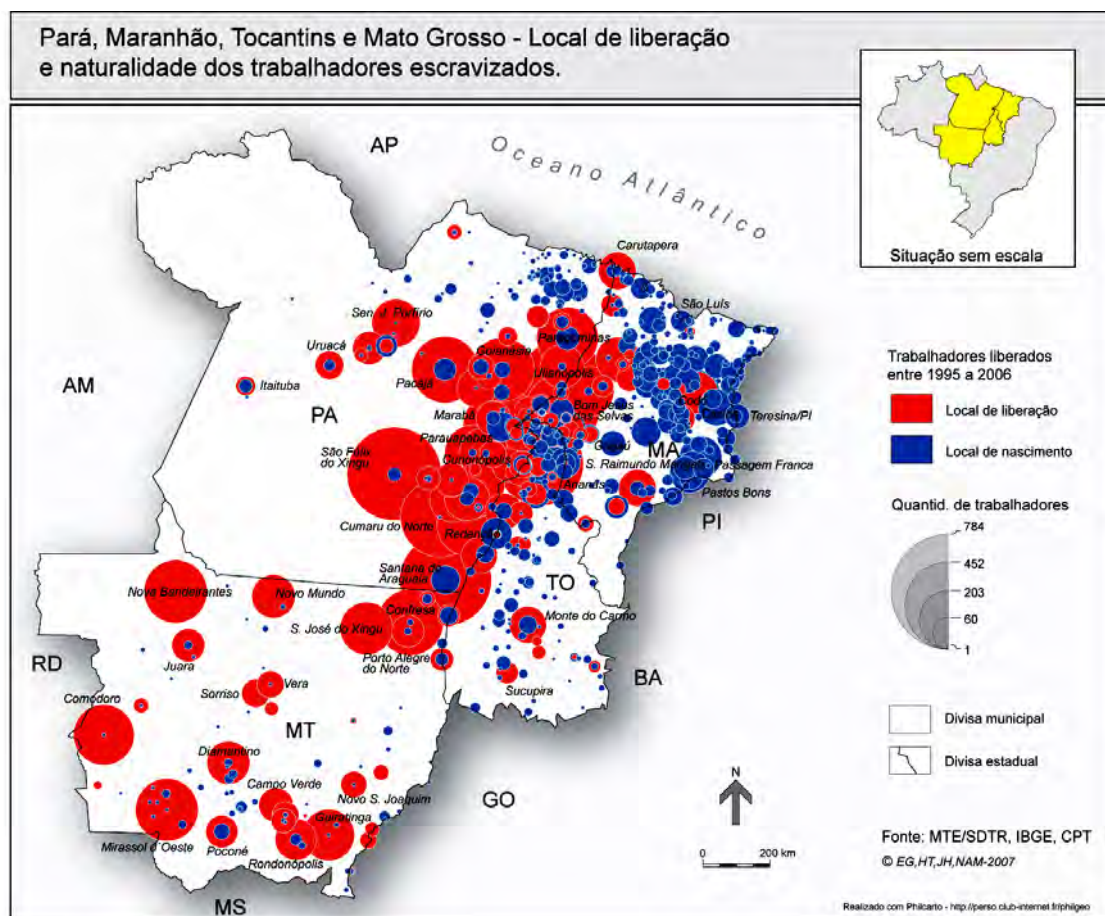
O mapa 1 mostra o deslocamento dos trabalhadores do seu estado de naturalidade até aquele onde foi libertado do trabalho escravo. O maior fluxo de migração - cerca de 800 trabalhadores - é destacadamente do Maranhão em direção ao Pará. O segundo fluxo, do Tocantins para o Pará, envolve em torno de 600 trabalhadores libertados, o terceiro é constituído por cerca de 400 trabalhadores que migraram do Maranhão para o Tocantins. A quarta categoria destes fluxos, até 200 trabalhadores, indica que as saídas do Paraná, Distrito Federal, Bahia, Alagoas, Maranhão destinam-se ao estado do Mato Grosso.

Mapa 1



Quando se considera como universo de análise uma área menor e se focaliza nos quatro principais estados onde o fenômeno do trabalho escravo ocorre, pode-se relacionar melhor a naturalidade e o local de libertação. Nesta mudança de escala, o processo de libertação dos trabalhadores escravos está altamente concentrado nos estados do Pará e de Mato Grosso (mapa 2) No entanto, os locais de origem são, sobretudo, o Maranhão e o Tocantins, e é extremamente baixa a representatividade dos trabalhadores nascidos nos estados de Mato Grosso e do Pará.

Mapa 2 – Resgate e naturalidade dos trabalhadores escravizados

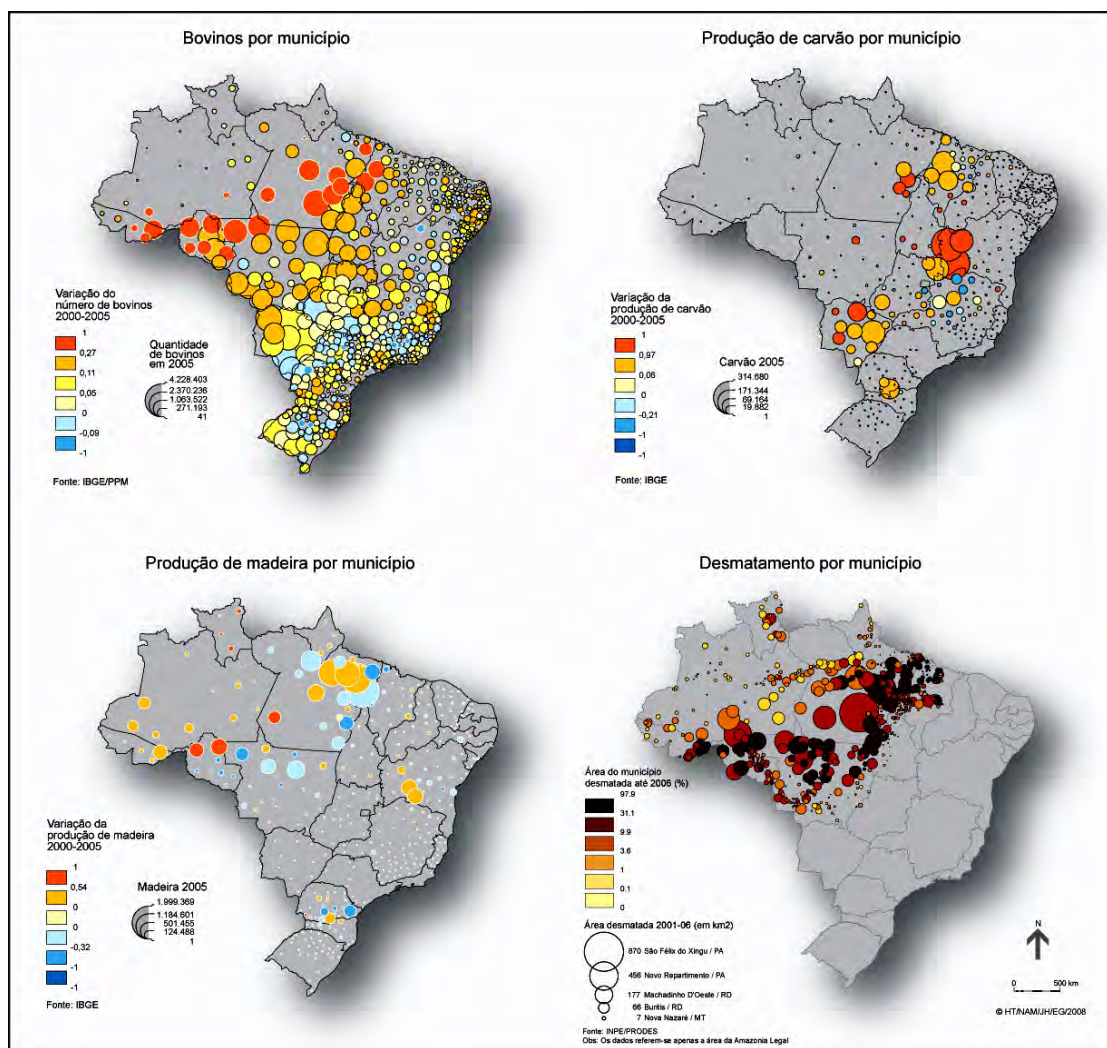


Em quais atividades econômicas encontra-se o trabalho escravo?

Analisando os dados relativos às denúncias, as informações dos Cadernos de Conflitos no Campo da CPT desde o ano de 1986 e os registros de trabalhadores libertados pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, a partir de 1995, nota-se que o trabalho escravo ocorre, sobretudo, nas seguintes atividades econômicas: companhias siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, madeireiras, usinas de álcool e açúcar, destilarias, empresas de colonização, garimpos, fazendas, empresas de reflorestamento/celulose, agropecuárias, empresas relacionadas à produção de estanho, empresas de citros, olarias, cultura de café, produtoras de sementes de capim e seringais. De fato, as atividades econômicas que se desenvolvem nas microrregiões de maior concentração de trabalho escravo são a produção de carvão (Santa Maria da Vitória, por exemplo), a pecuária (São Felix do Xingu), mineração (Parauapebas), exploração de madeira (Paragominas, Tomé Açu). Há, portanto, aparecimento do trabalho escravo mesmo em segmentos bastante capitalizados e tecnologicizados.

Dentre as outras atividades também de importância, considerando-se a variação do número de bovinos entre 2000 e 2005 por microrregião, o maior índice de aumento desenha um grande arco (que tem praticamente a mesma forma do “arco do desmatamento”) ao sul da região norte. As cores quentes (do amarelo ao vermelho) são representativas do crescimento do processo enquanto as frias (azul claro e escuro) demonstram redução no ritmo de crescimento da atividade. Desta forma, o destaque para a aceleração do crescimento do número de bovinos apresenta uma coincidência espacial com a libertação de trabalhadores, especialmente, no sudeste do Pará.

Prancha 2 - Bovinos, carvão, madeira, desmatamento



Seguindo o mesmo procedimento para a elaboração do índice de variação da produção de carvão, os dados mostram uma concentração em quatro regiões: a maior delas é no oeste da Bahia, estado ao qual seguem Mato Grosso do Sul, Maranhão e Pará. É notório que as condições de trabalho na produção do carvão são extremamente precárias. A atividade muitas vezes é ilegal, o que facilita às condições de aliciamento de trabalhadores escravizados. Estudos existentes sobre a questão da produção do carvão (MONTEIRO et al., 2007) destacam o incremento do desmatamento ligado à atividade de produção do carvão e enfatizam o dano ambiental causado pela exploração de madeiras (cupiúba, pau-rainha, jarana, matá-matá e outras). Por exemplo, a região de Rondon do Pará (o município onde o desmatamento, em 2004, atingiu 216,39 km²), teve um incremento de 279,67% em relação ao ano anterior e representa o segundo maior em toda a Amazônia Legal (MONTEIRO et al., 2007 apud BRASIL, 2005, p.8). Afirmam, ainda, os autores que a atividade começou a se desenvolver desde os anos 1980, com carvoeiras, na sua maioria ilegais, utilizando fornos do tipo “rabo-quente” (MONTEIRO, 1996, p. 2), os quais carbonizariam os resíduos da produção de pastagem, da plantação de roça, do desmatamento primário e secundário (conhecidos como “brocagem de mata”).

A maior parte do carvão vegetal produzido na região vai para as siderúrgicas e a maioria das carvoeiras de Rondon do Pará utiliza resíduos da mata para produzir carvão. Das 68 carvoeiras visitadas pelos pesquisadores apenas 12% são consideradas legais, enquanto 88% são ilegais. Segundo os dados obtidos em campo e os disponibilizados pelo

Ministério do Trabalho, as mesmas produzem aproximadamente 13.872 m³ de carvão por semana, o que equivale à remoção de 27.744 m³ de madeira. Ao considerar o detalhamento do estudo realizado por Monteiro et al. (2007) podemos levantar a hipótese de que, sendo a atividade ilegal, em sua maioria absoluta, os trabalhadores que estão ocupados com a mesma estarão, certamente, muito longe de se encontrarem com todas as proteções do emprego formal.

Um dos produtos mais simbólicos da ilegalidade da exploração de recursos naturais, especialmente na Amazônia, é a madeira. A maioria absoluta da madeira é produzida ilegalmente, ou seja, as áreas florestadas passíveis de exploração não possuem plano de manejo. Novamente a hipótese anterior é cabível: se a atividade produtiva é ilegal, o que pensar dos trabalhadores que estão nela envolvidos? Tornar a atividade legal pode resultar em impactos menos agressivos ao equilíbrio da floresta e inviabilizar a prática do trabalho escravo.

Além destes segmentos econômicos, o processo de desmatamento concentra grande parte da prática do trabalho escravo. A correlação entre desmatamento e trabalho escravo é muito mais forte, tanto pela óbvia coincidência territorial (ao comparar o mapa que o localiza com o dos trabalhadores resgatados) como pelo uso notório deste tipo de trabalho na fase inicial do desmatamento (broca da vegetação de sub-bosque, abertura de picadas etc.). Apesar do mapa do desmatamento se limitar à Amazônia legal, ele cobre as principais áreas de concentração de trabalho escravo, na Amazônia oriental e no norte do Centro-Oeste, e das atividades econômicas usuárias de trabalho braçal pouco qualificado, frequentemente associado ao trabalho escravo.

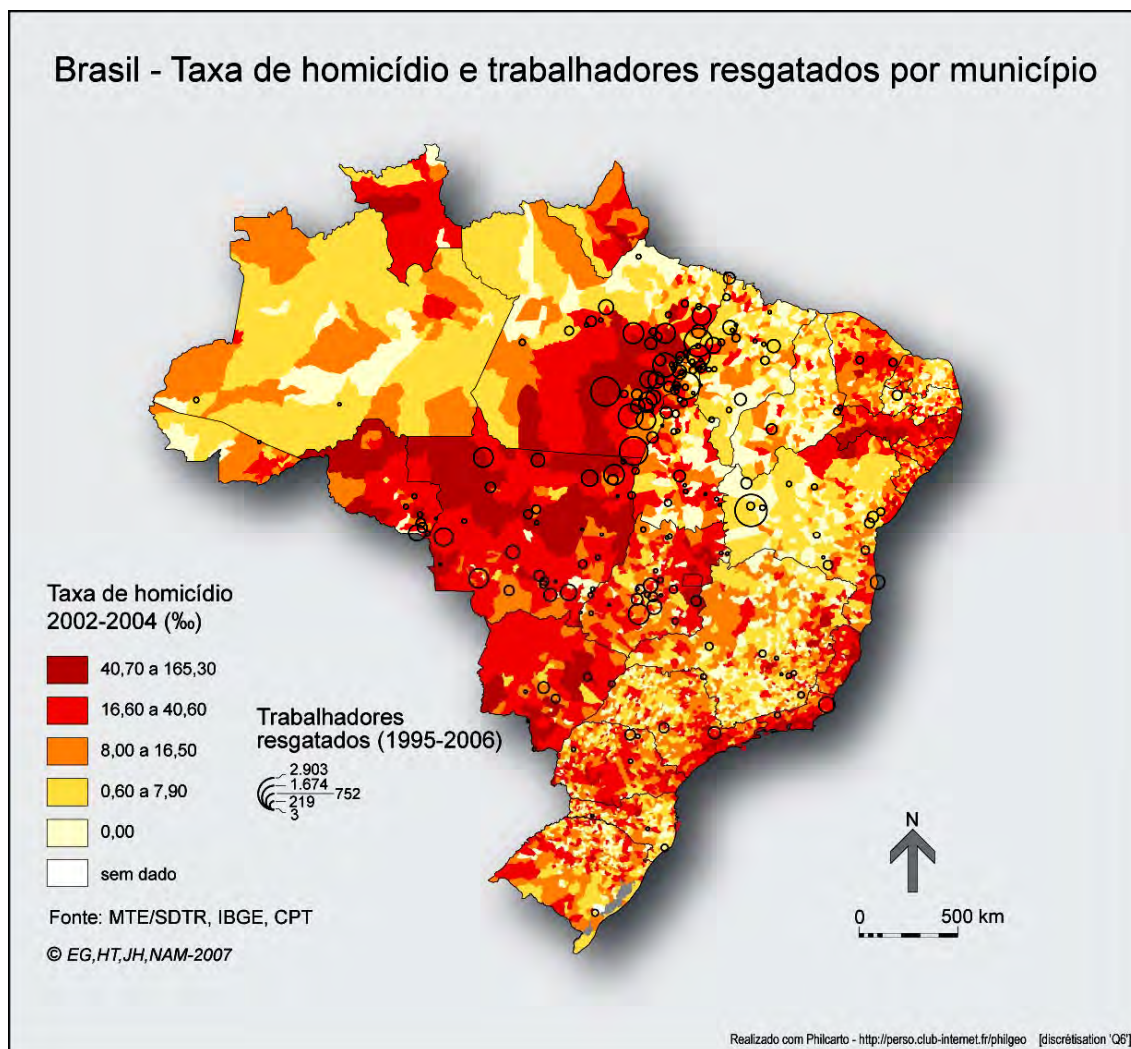
A soja é frequentemente acusada de ser um dos principais “vilões” da Amazônia já que, em seu deslocamento do Sul (onde começou a produção nos anos 1970) para o Norte, ela percorreu toda a extensão dos cerrados, atravessou a zona de floresta de transição e está hoje entrando francamente na mata ombrófila. Porém, os produtores da *commodity* negam a sua responsabilidade quanto ao desmatamento e mais ainda quanto ao uso de trabalho forçado, fato confirmado pelos dados que lhes dão suporte a defesa: as regiões onde se situa hoje o grosso da produção de soja não coincidem, ou coincidem apenas parcialmente com aquelas de concentração de pessoas em situação de trabalho escravo. Duas razões podem ser destacadas: a frente de desmatamento, aberta também utilizando muita mão-de-obra e trabalho escravo, já ultrapassou essas regiões e, sendo o sistema de produção de soja altamente capitalizado, prefere-se recorrer à mecanização, exigindo trabalhadores mais qualificados. Isso não quer dizer que não existam trabalhadores a resgatar nessas regiões, mas eles devem ser procurados nas margens do sistema, onde ele ainda está sendo implantado, e não no seu coração produtivo.

Trabalho escravo, violência e frentes pioneiras

Violência e trabalho escravo são, certamente, patologias sociais que possuem uma correlação bem estreita. Estudo elaborado pela Delegacia Regional do Trabalho do Pará (2006) relaciona um conjunto complexo de variáveis que contribuem fortemente para a ocorrência simultânea dos dois processos. O livro, lançado em abril de 2008 pela CPT, aponta 28 pessoas assassinadas em conflitos pela terra em 2007, número menor que em 2006, quando foram registrados 39 assassinatos. Para Oliveira (2001) a violência é a característica que marca a luta pela terra no Brasil. Se, entre os anos 1960 e 1970 o foco principal do processo era o Nordeste, a partir de 1972, o mesmo concentrou-se na Amazônia, atingindo tanto os posseiros quanto os indígenas. Os mortos em conflitos no campo, em todo o país, mostram uma continuidade temporal e espacial do processo. Especialmente no estado do Pará, episódios como o de Eldorado de Carajás em 1996, com a morte de camponeses sem terra, estarão sempre na memória pública. Se associarmos o número de trabalhadores libertados com a taxa de homicídios (mapa 2), a taxa mais elevada (entre 40 e 165 por cem mil pessoas) é encontrada no sudeste do Pará e no norte do Mato

Grosso. A zona crítica prolonga-se em todo o norte de Mato Grosso, o nordeste do estado de Goiás, todo o estado de Pernambuco e centro-oeste do Roraima, mas esta vez sem corresponder a casos conhecidos de trabalho escravo.

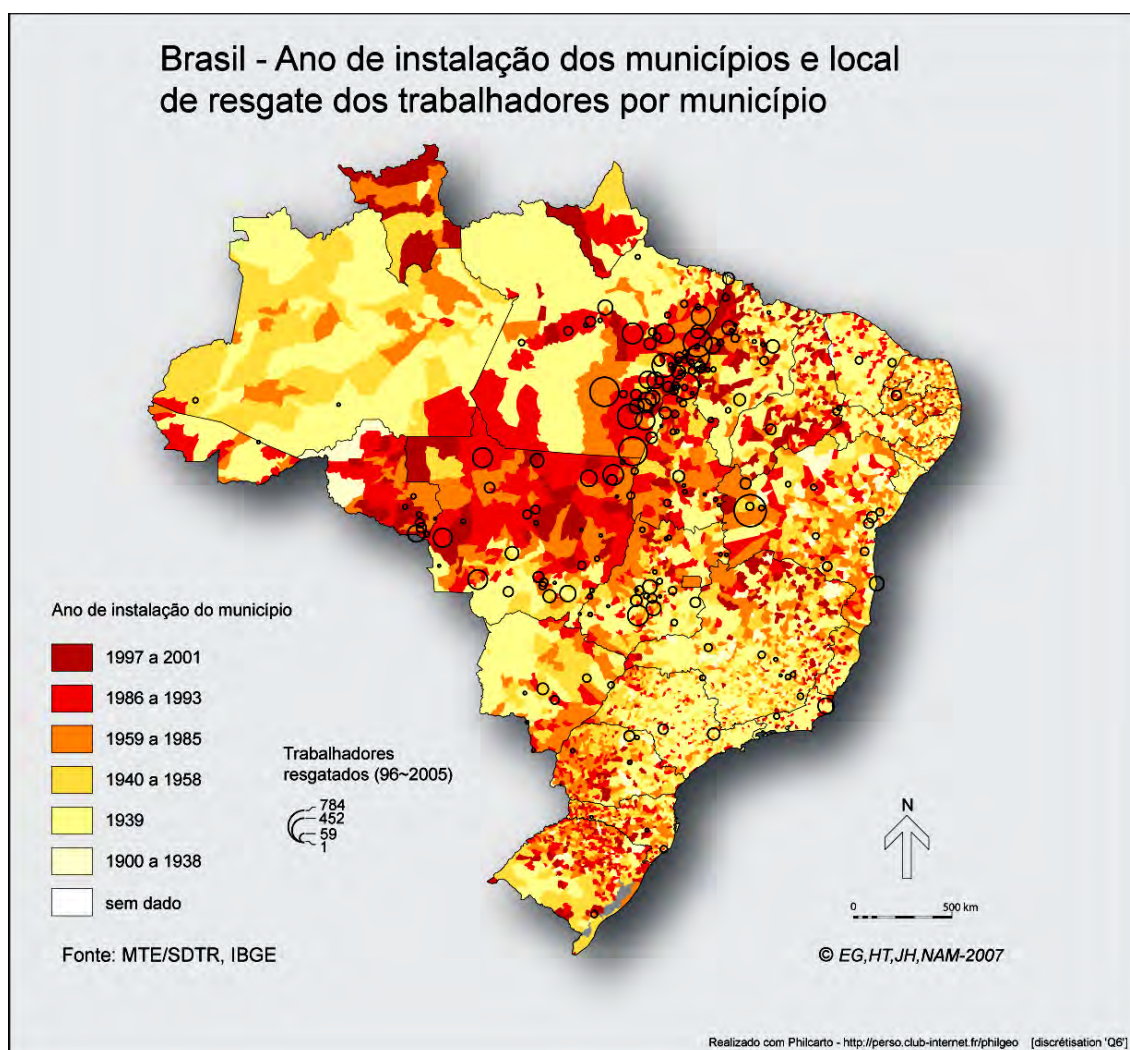
Mapa 2



Outra variável significativa, a taxa de homicídios por arma de fogo, também apresenta uma configuração muito semelhante, porém com valores um pouco mais baixos que a primeira, o máximo atingindo 130 por cem mil pessoas. Novamente se sobressaem o sudeste e sul do Pará, o norte e centro-norte de Mato Grosso, todo o Mato Grosso do Sul, o leste de Goiás, o centro-sul de Roraima e o estado de Pernambuco.

Quando introduzimos outra variável na correlação com a violência e o trabalho escravo, o ano de instalação do município (mapa 3) configura-se a mesma forte concentração no leste do Pará. Os novos municípios criados entre 1997 e 2001 estão localizados no norte de Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Pará. Esse processo é resultante não apenas do crescimento econômico de regiões da frente pioneira, mas especialmente da movimentação política de uma parcela dos habitantes, pioneiros que desejam adquirir a independência de “seu” município em relação a uma sede longínqua, cujos interesses - de acordo com eles - não coincidem mais com os seus. Pioneirismo, vontade de independência, coragem ao afrontar situações difíceis participam do mesmo complexo social, político e econômico, cuja face obscura é a presença permanente da violência e o trabalho escravo.

Mapa 3



Relacionando os fatores

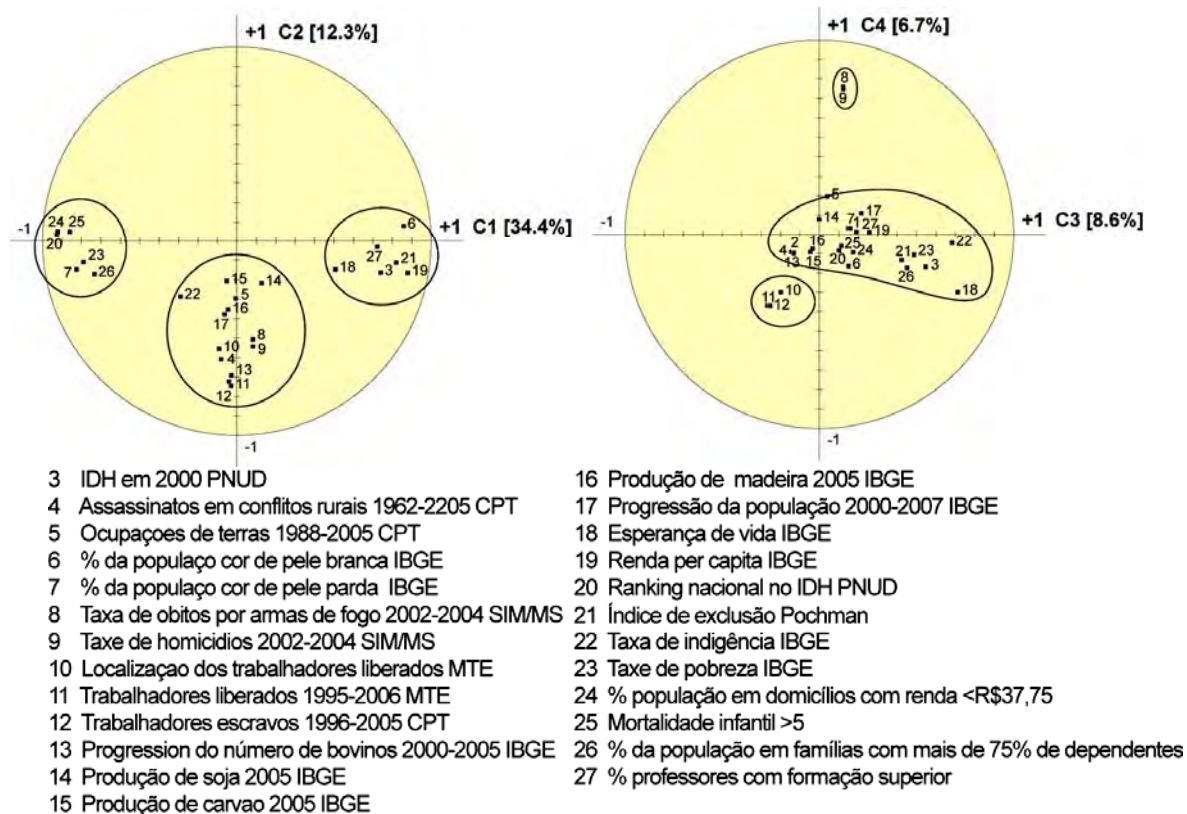
Após analisar vários aspectos do trabalho escravo tais como aparecem nos dados disponíveis e representados nos mapas anteriores, procurou-se verificar as correlações diretas e mais evidentes. O segundo nível de análise busca ressaltar algumas das múltiplas relações entre fatores que se presumem explicativos do trabalho escravo. Tratar, por meio de métodos estatísticos adequados, um grande número de variáveis econômicas e sociais nos permite evidenciar o contexto no qual se desenvolve o trabalho escravo. A técnica estatística de análise fatorial foi utilizada para esse fim e os resultados corroboram processos que são o fundamento do trabalho escravo, a respeito dos quais se poderia até falar em síndrome social, da qual essa forma de escravização humana é apenas o sintoma mais agudo.

Analises dos fatores influenciadores do trabalho escravo

O primeiro passo foi reunir e testar uma série de variáveis e indicadores sintéticos produzidos quer por organismos responsáveis pela elaboração de estatísticas (IBGE, IPEA), quer por especialistas reconhecidos nas ciências sociais. Após selecionar um conjunto de 25 variáveis que julgamos relevantes e tê-las reduzido a uma métrica única, as submetemos

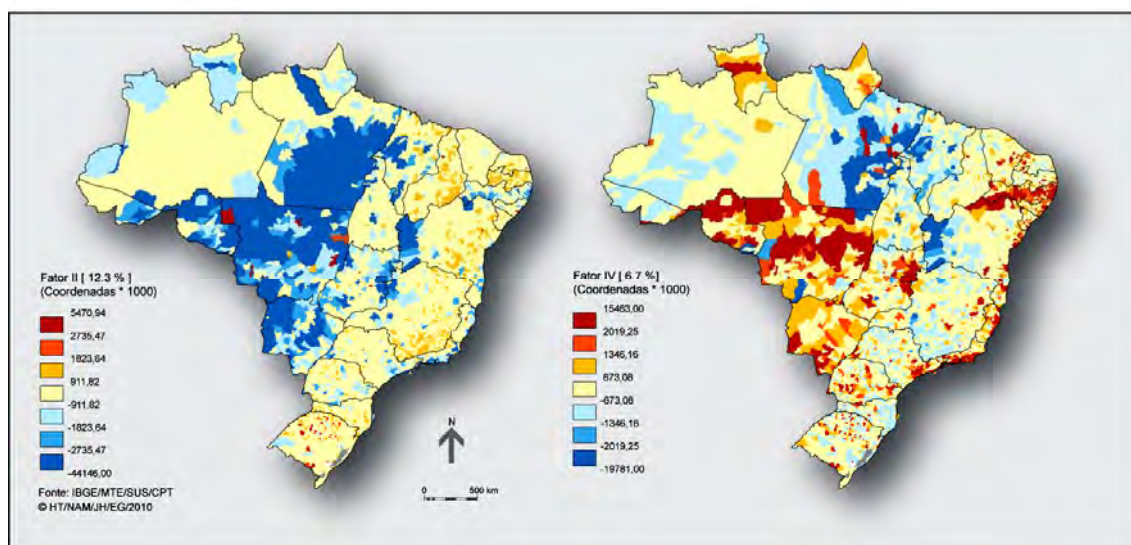
a uma análise fatorial. Entre as variáveis selecionadas, algumas não foram mapeadas, mas, colocadas em conjunto com as variáveis representativas do trabalho escravo, permitiu ressaltar convergências e divergências de fatores.

Figura 1 - Planos fatoriais 1-2 e 3-4



O primeiro fator (C1), representando 34,4% da variação total, que associa IDH, cor da pele, esperança de vida, renda per capita, índice de exclusão social e professores com formação superior opõe claramente duas partes do país: a que tem os melhores índices sociais e aquela onde a situação social é nitidamente pior. Ele não está representado aqui, por ser a oposição clássica dos “dois Brasis”, o Brasil mais desenvolvido e o “outro Brasil”, menos desenvolvido

Prancha 3 - Mapa dos fatores 2 e 4



Trata-se de uma das divisões mais fortes do país, sobre a qual o trabalho escravo não pode pesar muito, o que explica que as variáveis que o representam estejam centradas na média. Mas cabe notar (e isso não é sem relação com esta situação mediana) que suas duas principais regiões de concentração - Amazônia oriental e Mato Grosso - estão separadas, uma fazendo parte do primeiro conjunto e a outra do segundo.

O segundo eixo (C2) - 12,3% da variação total - é fortemente determinado pelas variáveis ligadas ao trabalho escravo e a violência, do lado negativo (parte baixa do plano fatorial) e a gama de cores azuis que representa este lado negativo desenha exatamente os contornos da região marcada tanto pelo trabalho escravo como pelas violências rurais na prancha 3.

Nos eixos C3 e C4 (8,6% e 6,7% da variação total) as variáveis do trabalho escravo e da violência distinguem-se: as primeiras marcam o lado negativo dos dois eixos, enquanto que as variáveis de violência aberta - homicídios e óbitos causados por armas de fogo - destacam-se claramente do lado positivo (cores quentes), principalmente no eixo C4. Constatamos que os fenômenos do trabalho escravo e da violência são suficientemente fortes para imprimir a sua marca numa análise onde competem com outros fatores sociais mais sintéticos.

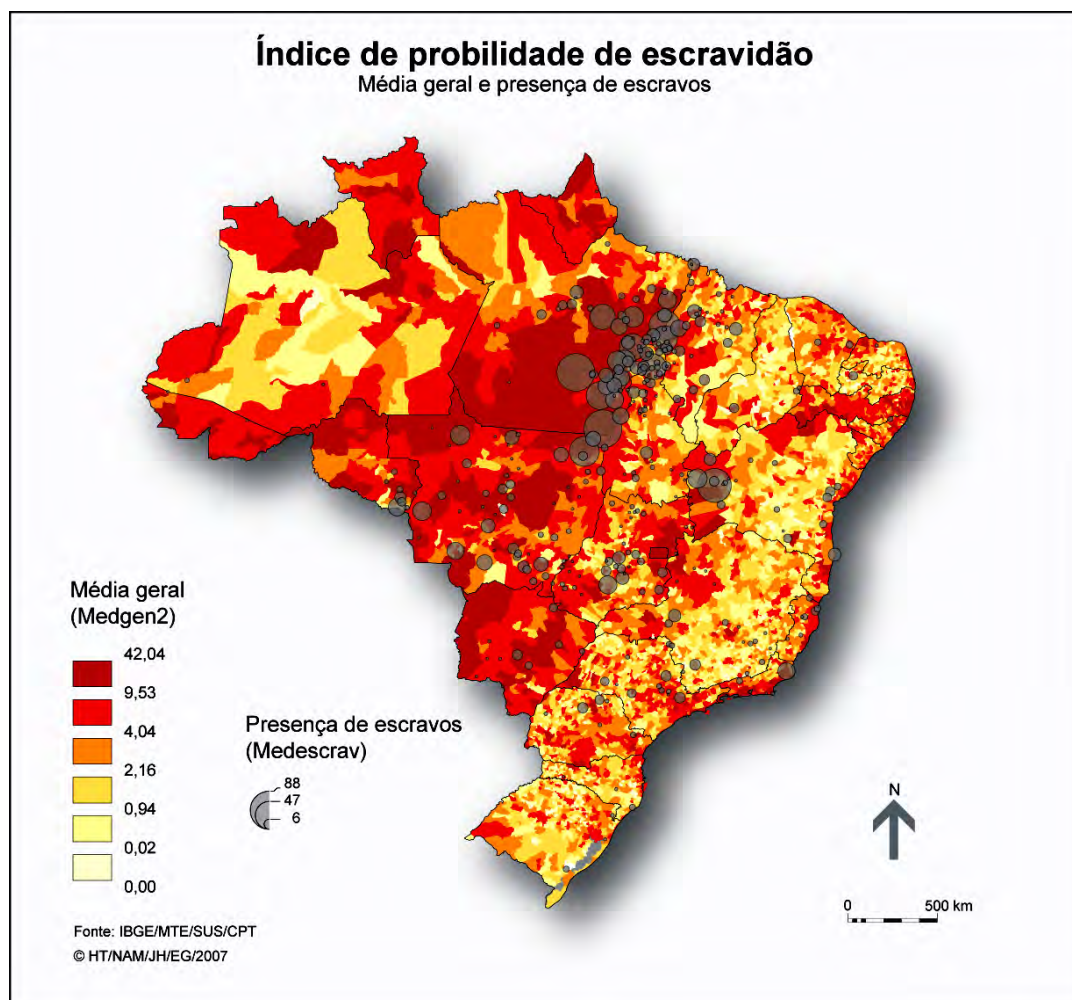
Índices de risco de escravidão e vulnerabilidade ao aliciamento

Como esta análise estatística e cartográfica do trabalho escravo poderia - numa modesta medida - contribuir para a luta contra esta síndrome perniciosa? Consideramos um caminho possível: elaborar um índice de risco de trabalho escravo a partir de dados acessíveis, independente das denúncias. As operações de resgate de trabalhadores em situação de escravidão, assim como os dados reunidos pela CPT, dependem das denúncias e não conseguem, portanto, localizar todas as situações deste tipo. Um índice de probabilidade permitiria detectar regiões onde é provável que o fenômeno exista, embora nenhuma operação ainda tenha sido efetuada nela, ou mesmo até ajudar a orientar as investigações para lugares onde se pode supor que casos de trabalho escravo possam existir, embora nenhuma denúncia tenha sido recebida.

O teste do valor deste índice⁴ seria que as regiões para as quais ele aponta sejam sempre ou quase sempre aquelas onde situações de trabalho escravo foram constatadas, com um mínimo de casos situados em regiões de índice mais baixo. O mapa 4 representa este índice e corresponde a estas exigências: a maioria dos casos constatados está localizada sobre as áreas de cores mais fortes - aquelas onde o índice está no seu máximo - e muito pouco sobre as zonas claras que representam o índice baixo. As zonas de cores fortes - fora do litoral ou dos arredores de Brasília onde não foram constatados casos - são aquelas onde se pode supor que as condições sociais são diferentes e que nelas casos de trabalho escravo poderiam ser detectados, se investigações fossem feitas.

No conjunto constituído pelos quatro estados citados, a correlação escravidão/violência ocorre plenamente, pois todos os casos reconhecidos de trabalho escravo situam-se, com raras exceções, nas classes superiores do índice parcial composto a partir das variáveis que medem a violência (em tons alaranjados e vermelhos) e atingem valores superiores a 100.

Mapa 4



⁴ O índice foi elaborado da seguinte maneira: primeiro foram agrupadas as variáveis econômicas, analisadas na primeira parte do artigo, detectadas como associadas ao trabalho escravo e as variáveis representativas da violência, principalmente rural, sempre reduzindo os dados brutos a um índice variando de 100 a 0. Um índice global foi elaborado associando estes dois índices parciais, e uma versão melhorada obtida com o acréscimo à média da taxa de variação da população entre 2000 e 2007 (contagem de população IBGE) foi também testada, visando levar em conta as dinâmicas pioneiras, já que o trabalho escravo se concentra nas regiões de rápido crescimento demográfico. O índice foi então cruzado com a presença de trabalhadores resgatados. Nenhuma ponderação de dados foi feita e as variáveis foram agrupadas entre si por média aritmética, preservando ao máximo a simplicidade e a transparência das operações efetuadas.

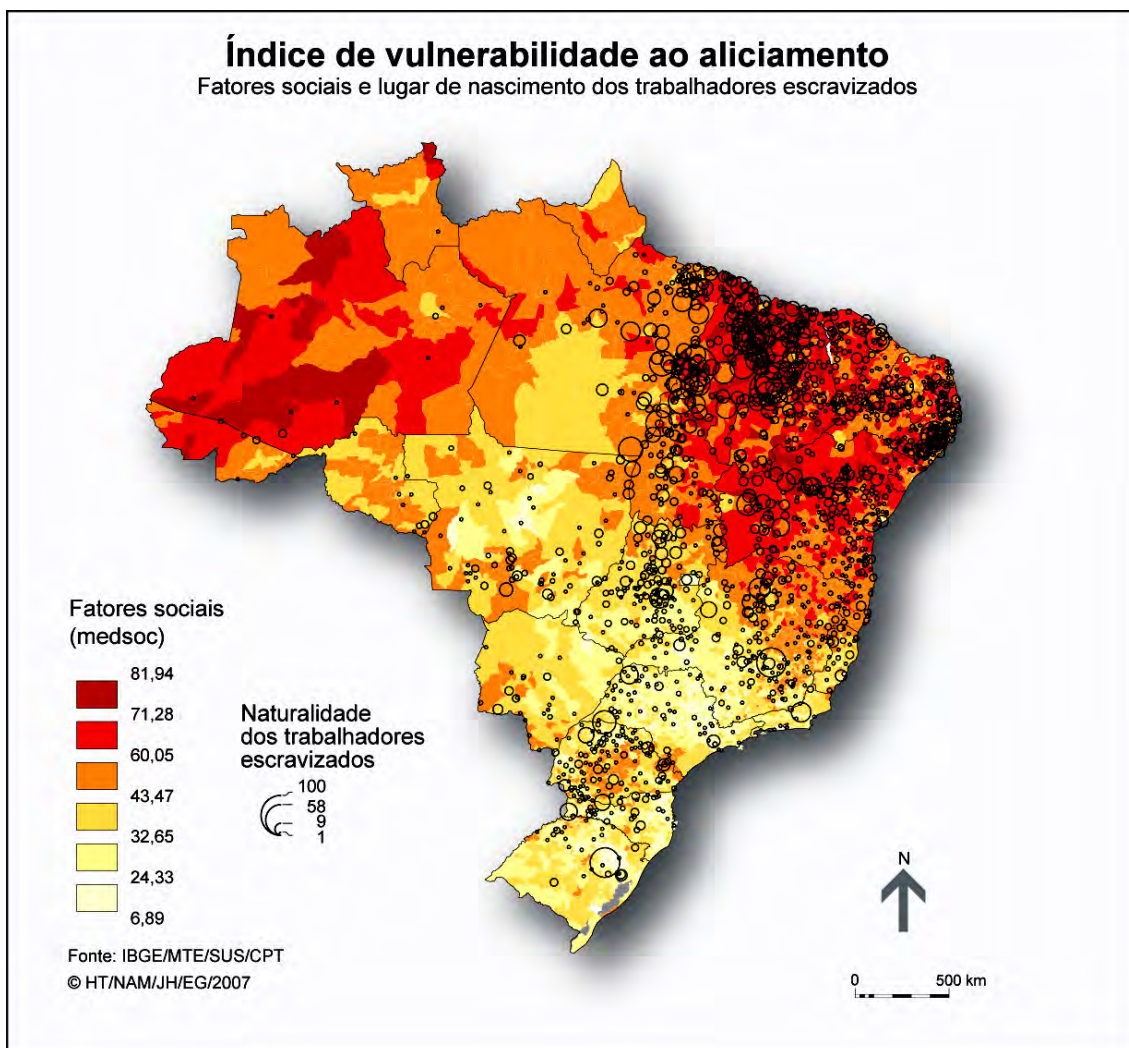
Detectar casos de trabalho escravo sem esperar as denúncias é evidentemente um progresso, mas pode-se tentar avançar mais, pelos mesmos métodos, e dar mais um passo: identificar as regiões onde existe um risco sério de recrutamento de trabalhadores para atividades que os colocarão em situação de escravidão, criando um índice de vulnerabilidade ao aliciamento de escravos⁵.

Em escala nacional, o mapa de vulnerabilidade ao aliciamento, mostra que é muito forte a coincidência entre as zonas de alto índice de vulnerabilidade e os lugares onde nasceram os trabalhadores resgatados de situações de escravidão, principalmente no Nordeste, de onde é proveniente a maior parte dos casos conhecidos.

Dois exceções parecem contestar a validade do índice, o Sul-Sudeste e a Amazônia ocidental. Porém, estas exceções são apenas aparentes: no caso da Amazônia ocidental, os números de pessoas presentes são pequenos demais para interessar “gatos” e no caso do Sul-Sudeste, o lugar de nascimento foi apenas uma etapa numa longa história familiar de migrações, como mostram os mapas que comparam o lugar de nascimento dos trabalhadores libertados com aquele que eles escolheram após a sua libertação: muitos dos que nasceram no Sul-Sudeste – por exemplo, no Paraná, onde os pais foram atraídos pela cultura do café – são, na verdade, filhos de Nordestinos que se encontravam na região para trabalhar ou procurar trabalho. Certas regiões alimentam, de fato, o fluxo de trabalhadores reduzidos à escravidão, por exemplo, o Norte de Minas Gerais ou as regiões de agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina, mas indiscutivelmente o grande “reservatório”, a área mais procurada pelos “gatos”, é o Nordeste, e em especial o Maranhão, que neste caso é bem mais exposto que o Pará.

⁵ O índice é composto pela média das variáveis que definimos, após testes, como marcadoras de regiões deprimidas, onde homens podem ser convencidos pelos argumentos dos “gatos”: baixa esperança de vida ao nascer, baixa renda per capita, baixos índices no ranking do IDH, elevado índice de exclusão, elevada taxa de pobreza, elevada proporção da população vivendo em domicílio cuja renda é inferior à R\$ 37,75, elevada mortalidade crianças de menos de cinco anos.

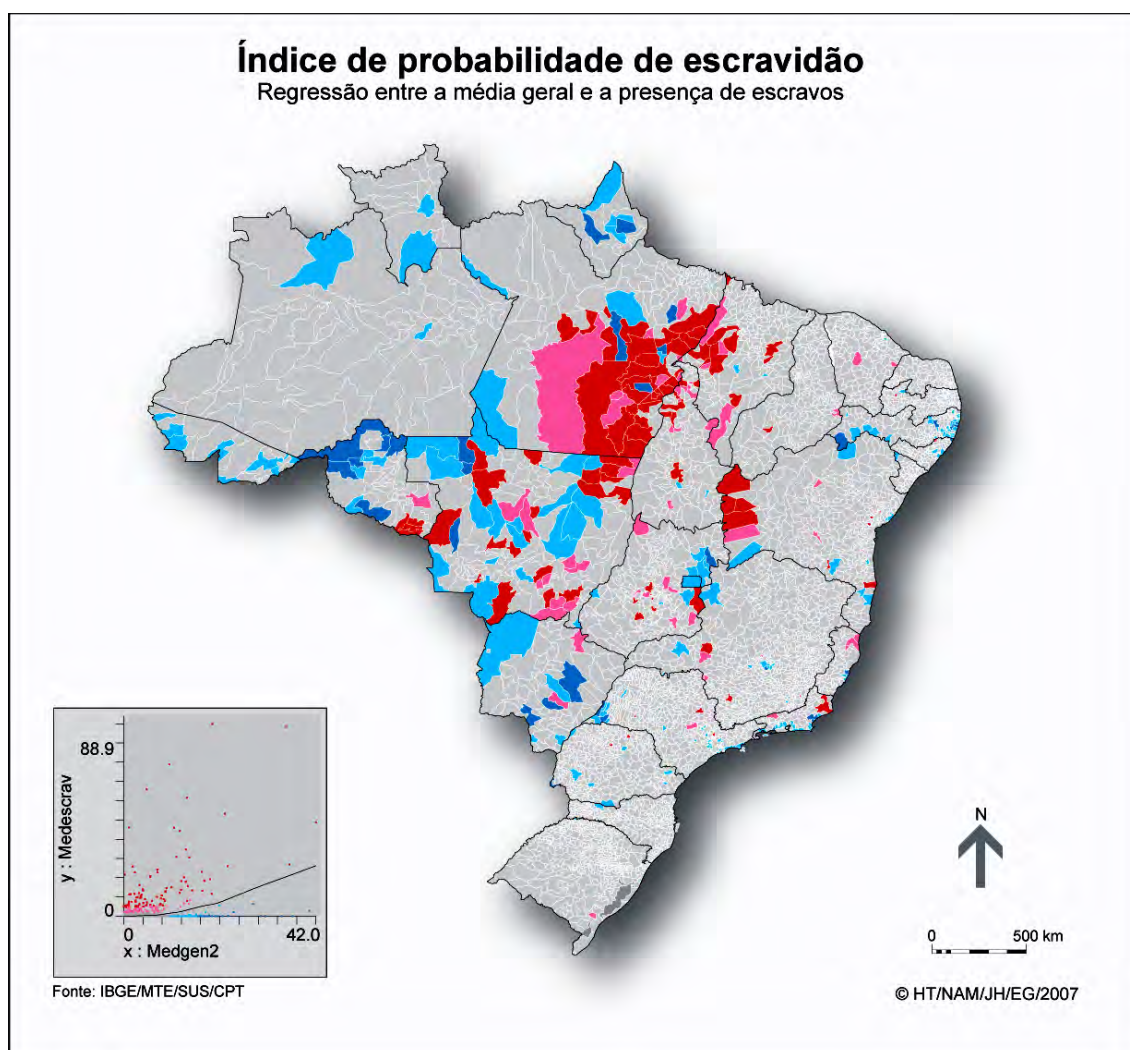
Mapa 5



Correlações

Após as análises dos fatores e a proposição dos dois índices (risco de presença de escravidão e vulnerabilidade ao aliciamento), consideramos que faltava detectar as zonas onde os índices calculados não correspondem aos casos detectados, o que permitiria eventualmente orientar, para elas as ações de busca de trabalhadores escravizados. Procedeu-se então à elaboração de regressões entre estes índices e calculou-se o resíduo, positivo ou negativo, para cada município: procurou-se indicar onde há menos casos conhecidos de trabalhadores escravos do que se poderia esperar em função da média global.

No mapa 6, as zonas vermelhas indicam regiões onde o número de casos está acima da média geral dos municípios com ocorrência de trabalho escravo, e as zonas azuis aquelas onde casos conhecidos de trabalhadores escravizados são menos numerosos do que se poderia esperar. Há duas hipóteses: a menos provável é que nessas regiões, por alguma razão desconhecida, os casos sejam de fato menos numerosos, a outra é que alguns deles não tenham sido detectados.

Mapa 6 - Correlação entre o índice e a presença de trabalho escravo

Verificação experimental dos índices

Enquanto as análises anteriores se baseavam nos dados coletados até 2006, a disponibilidade de informações mais recentes (anos 2007 e 2008), fruto do trabalho do Grupo Móvel que continuou a procura de pessoas em situação de trabalho escravo, nos oferece uma nova possibilidade: ao confrontar a localização dos casos encontrados em campo com o índice de probabilidade de escravidão, testamos as hipóteses formuladas.

Os dados de 2007 e 2008 que utilizamos provêm de duas fontes e são organizados diferentemente. Os de naturalidade e domicílio incluem as pessoas cadastradas na base de dados do seguro-desemprego e foram sistematizados pela ONG Repórter Brasil, cuja fonte é o Ministério do Trabalho e Emprego. Entre janeiro de 2003 e agosto de 2008, 17.318 nomes haviam sido cadastrados. Ressalta-se, porém, que nem todos os trabalhadores tiveram acesso ao seguro-desemprego, uma vez que a universalização da concessão do benefício para esse público não foi imediata. Os dados totalizam, de um lado, as pessoas nascidas em cada município no período todo (2003-2008) e de outro, os que fixaram a sua residência em um determinado município, pelo menos durante o período que receberiam o seguro-desemprego. Estes dados incluem e completaram as bases que tínhamos para o período 2003-2006 (que contavam 9.762 nomes), sem distinção de data.

A segunda fonte de dados sobre os trabalhadores resgatados são os relatórios do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego⁶. Neste caso os dados são o número de trabalhadores resgatados, fornecidos ano por ano, sendo 5.963 resgates em 2007 e 3.804 em 2008 (até o dia 18 de novembro).

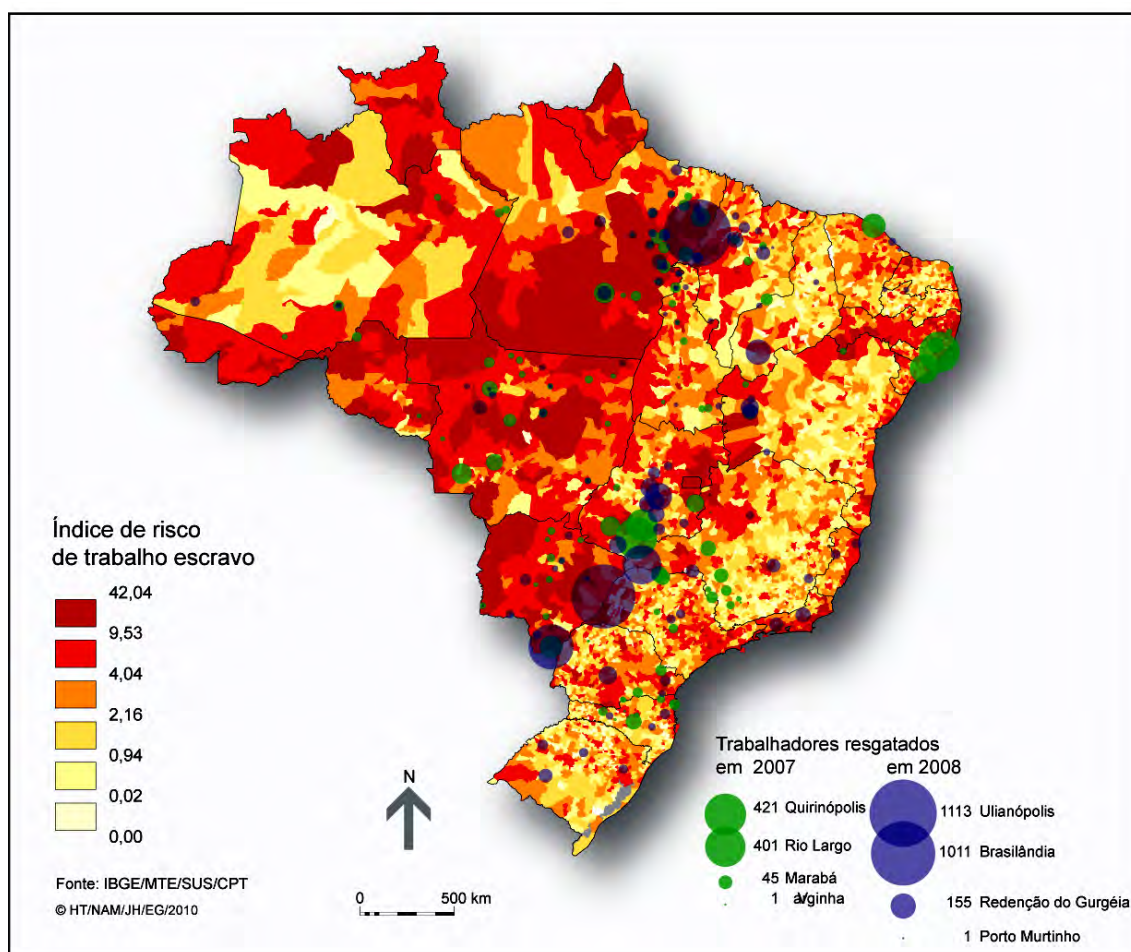
O que esses dados novos nos mostram? Os primeiros completam a nossa visão dos lugares de nascimento (naturalidade) e de residência (após o resgate) dos trabalhadores libertados, os outros permitem observar tendências recentes e testar os índices. Os lugares de nascimento dos trabalhadores resgatados diferem principalmente dos dados anteriores pelo grande número de pessoas nascidas no estado de Mato Grosso do Sul, especialmente em Amambai, Navirai e Caarapo, que passam a integrar o grupo dos quatro maiores municípios “fornecedores” do Brasil (394, 276 e 256), logo após Redenção (Pará). Outras concentrações não detectadas nos dados anteriores aparecem em Alagoas e Sergipe, reforçando a idéia de um fluxo de Nordestinos para a Amazônia oriental, no sul do Pará e em Mato Grosso. Estas duas últimas concentrações parecem indicar que os trabalhadores escravizados vêm agora da própria região, sejam eles de famílias locais ou filhos de migrantes, porém já nascidos na própria região.

Os dados sobre o domicílio declarado pelos trabalhadores após a sua libertação confirmam a concentração em Mato Grosso do Sul, com os mesmos municípios de Amambai (462 pessoas, o número mais alto do país), e de Caarapo (264). Os outros municípios com maiores números estão situados no Maranhão e no Piauí, localizações já bem estabelecidas nos dados até 2006. Apesar do número de pessoas cadastradas ter praticamente duplicado, a configuração global continua a mesma, à exceção de Mato Grosso do Sul e de Alagoas. Isto indica que em termos estatísticos, a distribuição é provavelmente robusta.

Este aumento do número de pessoas cadastradas reflete a grande atividade do Grupo Móvel, que conseguiu libertar cerca de 6.000 trabalhadores em 2007 e aproximadamente 4.000 em 2008 (até meados de novembro). O fato mais notável é que estes números foram atingidos em grande parte pela descoberta de casos de fazendas que empregavam centenas e – em dois casos – mais de mil trabalhadores em situação de trabalho escravo. Os dois casos que tiveram maior repercussão ocorreram em Brasilândia, no estado de Mato Grosso do Sul, e Ulianópolis, no Pará. No primeiro, dos 1.011 trabalhadores libertados, 820 eram índios, achados em uma propriedade da Companhia Brasileira de Açúcar e Etanol (Agrisul). No segundo caso, o Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego flagrou 1.113 trabalhadores que se encontravam em condições análogas à escravidão. Eles trabalhavam na fazenda Pagrisa (Pará Pastoral e Agrícola S.A.), a 390 km de Belém.

Em que medida estas descobertas confirmam ou infirmam os índices que tínhamos elaborado usando dados dos anos anteriores? Revelam padrões novos ou confirmam os anteriores? A “prova de fogo” é muito simples: lançar os dados novos, na forma de círculos proporcionais aos casos revelados em cada município no mapa do índice sintético de probabilidade de escravidão e observar se os círculos correspondem às zonas classificadas como de probabilidade muito alta (categoria 1 – de 9,53 a 42,04 – ou seja, os primeiros 5% dos municípios brasileiros) ou alta (categoria 2 – de 4,04 a 9,53 – os 20% seguintes).

⁶ Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, Departamento de Fiscalização do Trabalho – DEFIT, Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo – DETRAE.

Mapa 7 - Índice de risco e trabalhadores resgatados em 2007 e 2008

Apesar das libertações de 2007 e 2008 terem sido numerosas, concentradas e situadas em grande parte em regiões onde até então tinham sido descobertos poucos casos (Mato Grosso do Sul, Alagoas e Goiás), elas confirmam amplamente o índice: as principais libertações ocorreram em municípios classificados nas categorias 1 e 2 ou – no máximo – em categoria 3 (ainda acima da média). Podemos, portanto, considerar que ele é validado, a não ser que novos padrões apareçam nos próximos anos.

Conclusão

Como elementos de conclusão desta análise, poder-se-ia sugerir às autoridades competentes (municipais, estaduais e federais) que prestassem particular atenção a esta vanguarda da frente pioneira, que pode esconder não apenas trabalhadores escravizados, mas também outras infrações às leis sociais e ambientais do país.

É conhecida a existência de um descompasso grande entre a necessidade de fiscalização e os meios de que dispõe o Estado, que não consegue atender as denúncias que lhe são encaminhadas. Campanhas dirigidas a estes locais de grande probabilidade de existência de trabalho escravo poderiam tornar mais sistemática a própria ação de fiscalização das instituições envolvidas no processo, o que não elimina, evidentemente, outros tipos de necessidades, quer sejam humanas, materiais ou financeiras.

Por outro lado, a disponibilização das informações relativas à situação de trabalhadores escravizados permitirá maior transparência para a população em geral, assim como maior envolvimento no assunto. É importante, ainda, ressaltar que há um grande movimento de requerimentos e projetos de lei, mas muitos são arquivados por pressões

político-econômicas presentes no Congresso Nacional, as quais podem reduzir a efetividade do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.

Referências bibliográficas

ASI – ANTI-SLAVERY INTERNATIONAL. Formas contemporâneas de escravidão. In: VV.AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p.49-70.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Caderno Conflitos no Campo – Brasil. Todos os números entre 1986 e 2007. Goiânia/São Paulo: CPT-Loyola, 1986-2007.

ESTERCI, N. A dívida que escraviza. In: VV.AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p.101-126.

FIGUEIRA, R. R. Condenados à escravidão. In: VV.AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p.165-208.

_____. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>.

_____.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de.; PAULILO, M. I. (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas de lutas no campo. v.2. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.

GUIMARÃES, P. W.; BELLATO, S. A. Condições de trabalho análogas às do trabalho escravo. In: VV.AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999, p.71-76.

LIMA, R. F. de; SOUZA, R. C. R. de. Produção de carvão vegetal em pequena escala no Amazonas: aspectos legais e sócio-ambientais. In: 3º Encontro de Energia no Meio Rural. 3. 2000, Campinas. Anais do 3º Encontro de Energia no Meio Rural. Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000022000000200039&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 02 out. 2010.

MARTINS, J. de S. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: VV.AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p.127-164.

MONTEIRO, M. de A.; SILVA, R. P. da; AMARAL, M. D. B. Desmatamento na Amazônia brasileira: desocultando o papel da produção de carvão vegetal nas mudanças espaciais recentes. In: In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária / II Simpósio Internacional de Geografia Agrária / Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2005, Presidente Prudente. Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária / II Simpósio Internacional de Geografia Agrária / Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente: Unesp, 2005.

NEIVA, I. E. G. Os escravos no Brasil. In: CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo: Brasil 1994. Goiânia: CPT, 1994. p.22-30.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Erradicação do trabalho forçado. Brasília: OIT, 2005. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/in_focus/trab_esc.php>. Acesso em: 02 out. 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, n.21, p.113-156, 2º sem. 2003.

_____. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v.15, n.43., set/dez. 2001.

VILELA, M. Uma questão de igualdade: Antônio Vieira e a questão negra na Bahia do século XVII. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

VILELA, R. B. V.; CUNHA, R. M. A. A experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no combate ao trabalho escravo. In: VV.AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p.35-42.

Lista de abreviaturas e siglas

ADE: Atlas da Exclusão

ADH: Atlas do Desenvolvimento Humano

CPT: Comissão Pastoral da Terra

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA: Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis e do Meio Ambiente

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEC: Ministério da Educação

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PAM: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE)

PEV: Pesquisa de Extração Vegetal (IBGE)

PPM: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)

SIM/M: Sistema de informação sobre a mortalidade/ Ministério da Saúde

STE: Superior Tribunal Eleitoral

Dynamics of agrarian transformation and resistance

Henry Veltmeyer

Professor of sociology and international development at St. Mary's University,
Canada and at the Universidad Autónoma de Zacatecas, in Mexico.

E-mail: hveltmeyer@gmail.com

Abstract

The paper analyses in the Latin American context the dynamics associated with the capitalist development process, namely, the productive and social transformation of an agrarian society and economy into a modern industrial capitalist system. This process implies a process of primitive accumulation (separation of the direct producers from the land) and the proletarianization of the peasantry. The project of development with international cooperation was designed and serves to assist the dispossessed rural poor in adjusting to the forces of progressive change released in the process, rather than resisting them. The paper also deals with the resistance of the rural landless workers and other elements of the peasantry against the neoliberal model of capitalist development that threatens the viability and sustainability of their livelihoods.

Keywords: Capitalist development, agrarian change, peasants, proletarianization, resistance, social movements.

Resumo

Dinâmicas da transformação agrária e resistência

O artigo analisa, no contexto da América Latina, as dinâmicas associadas com o processo de desenvolvimento capitalista, ou seja, a transformação produtiva e social de economias e sociedades agrárias em sistemas capitalistas modernos. Isso implica em um processo de acumulação primitiva (separação dos produtores diretos da terra) e a proletarização dos camponeses. O projeto de desenvolvimento com cooperação internacional foi desenhado e serve para subsidiar os pobres rurais ajustando às forças de mudança progressiva, e não resistindo a elas. O artigo também trata da resistência de trabalhadores sem-terra e outros componentes do campesinato contra o desenvolvimento do modelo neoliberal de capitalismo que ameaça a viabilidade e a sustentabilidade de seus estabelecimentos.

Palavras-chave: Desenvolvimento capitalista, mudança agrária, camponeses, proletarização, resistência, movimentos sociais.

Resumen

Dinámicas de la transformación agraria y resistencia

El artículo analiza en contexto de América Latina las dinámicas involucrado en el proceso de desarrollo capitalista, es decir, la transformación productiva y social, que implica la separación de los campesinos de la tierra y su proletarización - la transformación en un proletariado. El proyecto de desarrollo con cooperación internacional fue inventado a propósito de asegurar que los campesinos y los pobres del campo se ajuste a las fuerzas de cambio en vez de resistirlas. El artículo tratan tanto las dinámicas de la transformación como los asociados con su resistencia al modelo neoliberal en su esfuerzo de proteger y asegurar la sustentabilidad de su modo de vivir.

Palabras clave: Desarrollo capitalista, transformación agraria, campesinos, proletarización, resistencia, movimientos sociales.

Introduction

The capitalist development of the forces of production is associated with a process of productive and social transformation that includes the separation of the direct producers from their means of production, (dispossession of the peasantry of small-scale farmers), and their conversion into a proletariat, available for hire and forced to migrate to the cities in search of alternative more sustainable forms of livelihood and employment opportunities. This proletarianization process has been characterized by some (David Harvey, for example) as 'primitive accumulation by dispossession'. However, the structural and political dynamics of 'primitive accumulation' is only one side of the process. On the other side are the dynamics of resistance against this development - a class struggle against the capitalist development of agriculture - and a struggle for 'genuine agrarian reform' or social transformation. On this side can be found the diverse class- and community-based political organizations formed in the popular sector of society, and here none are as important as the peasantry and landless rural workers who have led the fight - the long class war - against the most recent incursion of capitalism in the countryside, defending an economy of small scale agricultural production and demanding the redistribution of land from the ravages of capitalist development.

Over the course of the twentieth century, the virulence of the capitalist land concentration has led generations of analysts to argue that there is no defence - that the forces of capitalist concentration are so strong as to extinguish alternative modes of production and bring about the demise of the peasantry as a socioeconomic and political formation. This argument has waxed and waned over the years, with a high point in the 1970s and then again in the last few years as another cycle in the process of capitalist concentration subjected the peasantry to the new world order of neoliberal globalization. Once again the 'disappearance of the peasantry' is on the agenda of scholarly debate and politics.

The policies of neoliberal globalization have given a new impetus to the forces of capitalist development and agrarian transformation. But this time the protagonists of an ongoing scholarly and political debate about the fate of the peasantry include the peasants themselves in the form of radical social movements as well as international organizations such as *Via Campesina*, formed for the purpose of confronting the dominant neoliberal model and constructing a new agrarian order based on co-operatives, family farms and self managed agro-industrial complexes.

This paper argues that far from disappearing into the dustbin of history advanced is that the repressive policies of imperial-backed neoliberal states weakened labour, decimating the forces of resistance within the working class. However, under the same conditions the mass of landless or near-landless rural workers, constituting a rural semi-proletariat, managed to resist the latest incursions of capitalism and imperialism in the countryside and in some cases went on the offensive to topple the most egregious neoliberal regimes (Petras and Veltmeyer, 2005). In the 1990s these rural movements, with their social base in the popular sector rather than civil society, in the peasant organizations and indigenous communities, led the resistance against neoliberalism and even succeeded in overthrowing several important client regimes of the Empire.

The peasant struggle for land and rural livelihoods continues and has imposed political limits on the capitalist transformation of rural society. The strategic response of the peasantry - both indigenous and non-indigenous - to the latest onslaught of capitalism is a strategy of direct action and the mobilization for land occupations and state supported land reform.

An important part of this strategy is the links forged between the peasant movements and the urban-based social organizations in the popular sector and the middle-class organizations of the so-called 'civil society' of non-governmental organizations. Not that

these rural-urban links, which have both a structural and political dimension, are entirely benign. In fact, they constitute a double-edged sword, working as much to demobilize the popular movement as to advance it.

The ‘great transformation’ and the strategic response of the peasantry

At the centre of the process of capitalist development, represented theoretically in the historical narratives of industrialization, modernization and capitalist development, is the conversion of the direct producers on the land - ‘peasants’ - into a mass of rural landless and migrant workers, an urban proletariat of informal workers, a rural semi-proletariat of small-scale producers forced to combine direct production with wage labour, and a ‘lumpen proletariat’ affiliated to the burgeoning narcotics sector as producers, traders and security enforcers.

Under current conditions of this ‘great transition’ - that is, within the new world order of imperial centred neoliberal globalization - peasants are ‘on the move’ in three senses. One is at the level of spatial relocation - migration from diverse rural localities and communities to the city. The dynamics of this response to the forces of capitalist concentration, centralization, dispossession, proletarianization are everywhere in evidence, manifest in the uprooting and displacement from the countryside of huge numbers of landless producers and their families. The vast majority of these rural migrants are absorbed into the urban economy at the level of work or economic activity as a mass of informal workers, working ‘on their own account’ on the streets, rather than for wages in industrial plants and factories, in private and public sector offices, or in transportation or construction. Within the ‘informal’ sector, the most dynamic and lucrative growth area is in the narcoeconomy, which is, according to 60% of Mexican poor youth (in a recent official survey), the ‘most viable economic activity’ for them in the country (*La Jornada*, March 2010). These rural migrants and landless workers are incorporated into the urban economy in the burgeoning growth of barrio organizations linked to competing popular and elite patronage networks.

Migration is one response of the rural proletariat to the forces of social change generated in the capitalist development process. Another is labour - to exchange labour-power for a living wage. Responses along this line, a matter of individual decision rather than collective action, are reflected in the resulting process of social transformation, which for peasants has meant entering into a relation of labour under whatever conditions are available. This response has resulted in the formation of a semi-proletariat with links to both the land and wage-labour, allowing ‘peasants’ to secure the livelihood of their households, and, at a different level, to constitute what Marx in a different context termed an ‘industrial reserve army’ of workers whose labour is held in reserve without capital having to assume the costs of its reproduction.

A third response of peasants assumes a ‘political’ rather than ‘structural’ form (the outcome of economic decisions made by countless individuals), which is to join the social movements as a means of organizing and mobilizing the resistance against the processes of primitive accumulation and proletarianization - against forced migration and the subsumption of labour, the loss of livelihood, the policies of the neoliberal state and its governing body.

The dynamics of social transformation

This process of structural change and productive transformation over the years can be traced out easily enough in the ebb and flow of academic debate between those who argue that the incessant trend towards proletarianization will bring about the disappearance of the peasantry, and those who argue the contrary, that the peasantry, albeit reduced in number, rather than disappearing is being reproduced in different forms. This issue was at the centre of a debate between ‘peasantists’ such as Gustavo Esteva (1983) and ‘proletarianists’ such as Roger Bartra (1976) in the 1970s (Nugent, 1994). After a lapse of some years as political sociologists turned their attention and lens to the ‘new social

movements' of the 1980s, the peasantist-proletarianist debate has resumed in an era of neoliberal globalization in which the forces of modernization, industrialization and capitalist development have worked to accelerate a process of agrarian transformation.

The brutal effects and painful consequences of this process are reflected in the detritus of grinding poverty left behind in the countryside. In a sense, both sides of the argument regarding the process of the capitalist development and agrarian transformation are supported by some of the 'facts' and thus able to explain some of the changes taking place across the Latin American countryside. This is because, under conditions of what some have conceptualized as 'peripheral capitalism', the peasantry is being transformed but not completely so, converted and reproduced in different form in a process that we might conceptualize as 'semi-proletarianization'.

Rather than the 'disappearance of the peasantry' we have its reproduction in diverse but identifiable and, in some contexts, sustainable forms. Peasants under these conditions appear as a rural proletariat of landless workers forced to combine direct production on the land with wage-labour - working off-farm to secure the livelihood of their households and families; and an urban proletariat in the informal sector of the urban economy, to work 'on their own account' and live in a 'planet of slums'.

There is nothing particularly 'new' here. The process can be traced out in the dynamics of productive and social transformation all over the world in different spatial and historical contexts. What is perhaps different or distinctive about this agrarian transformation in the current context of neoliberal globalization is that the process, as it were, has been 'stalled' in the formation of a semi-proletariat of rural landless workers forced into seasonal or irregular forms of wage-labour. Under these conditions, and taking into account the politics of resistance in the 1990s, there is no question of the peasantry disappearing into the dustbins of history.

Social change and the land question

The forces of social change associated with the process of agrarian transformation have always been resisted by organized groups on the receiving end of these forces - primarily direct producers on the land, i.e. 'peasants' as viewed in the academic literature (Otero, 1999) and by peasants themselves (Desmarais, 2007). Nowhere is this more evident than in Latin America.

In Latin America the tendency for different categories of 'peasant' to engage the struggle for land and social change was evident as early as the first twentieth century agrarian revolution - in Mexico. In this historic struggle, peasants - a good number located in marginalized indigenous communities - not only won the rights to large tracts of expropriated land but they constituted a watershed in peasant-state relations. In the wake of the Mexican Revolution, and then again in Cuba some forty years on, the state, under pressure for revolutionary change, tolerated partial land reform as a means of keeping the social peace and taming, if not settling, the class struggle for land. Under similar conditions but changed circumstances peasant movements emerged in the 1930s in El Salvador, Nicaragua, Colombia, Brazil, and Peru.¹ In the Caribbean, rural workers, particularly sugar workers in Cuba, the Dominican Republic, Puerto Rico, Guyana and elsewhere, also took up the struggle. In each case, with the exception of Mexico under Cardenas, repressive measures were taken by the state to suppress or destroy these rural 'rebellions'. In Mexico, agrarian reform was extended to hundreds of thousands of poor rural families (Katz, 1988).

In Nicaragua, the Dominican Republic, and Cuba, armed forces of the US imperial state and its anointed tyrant-presidents - Somoza, Trujillo, and Batista - slaughtered thousands, decimating the peasant and rural workers' movement. In Brazil, the state defeated Prestes' rural-based guerrilla army while pursuing a strategy of national

¹ See the relevant sections in the collections edited by Stavenhagen (1970), Landsberger (1974) and Roseberry, Gudmundson and Samper (1995).

industrialization. As for Chile, a Popular Front of radicals, socialists and communists encouraged - and then abandoned - the peasant struggle, together with demands for agrarian reform, in exchange for national state sponsored industrialization in a political agreement with the centre-left Radical Party.

In the most successful cases, peasant-based revolts or rebellions were able to secure institutional reforms in the agrarian sector. But these reforms usually followed a process of active mobilization and *de facto* land occupations. The government, in effect, was compelled to legalize the *status quo* as well as dampen pressures for more radical land redistribution. In Mexico, this process began in the early 1900s and reached its high point in the 1930s.

Subsequently, in the 1960s and 1970s, some government in the region used the repressive power of the state to alter the distribution of land for different categories of producers and households, and to redefine the right to land for those given 'improved access' in the process. This was the case no matter the ideological or political complexion of the regime. In 1952, for example, a revolution of miners and peasants in Bolivia led to a sweeping agrarian reform that resulted in the expropriation of many large estates. At the end of the decade, in Cuba, the victory of the 26th of July movement resulted in the confiscation of most of the American and Cuban-owned plantations, the land subsequently collectivized or distributed to smallholders (McEwan, 1981).

Land reforms also took place in Peru from 1958 to 1974, in Brazil from 1962 to 1964, in Chile from 1966 to 1973, Ecuador from 1964 to 1967, in Guatemala between 1952 and 1954 (and again after the civil war following the peace accords), Honduras in 1973, and Nicaragua, under different political conditions (a short-lived 'socialist' regime) from 1979 to 1986.² These reforms were led by the state, regardless of its form (authoritarian, military, liberal reformist, populist, socialist). They were undertaken in response to mass peasant mobilizations and a general threat of 'social revolution' (De Janvry, Sadoulet and Wolford, 1998).

These state-led land reforms were undertaken in tandem with a strategy of rural development that was designed as a means of appeasing the landless or near-landless rural poor and to dampen the fires of revolutionary ferment (the soft-glove of development) and a strategy of outright repression (the hard fist of armed force) against the rural poor who had taken up arms and joined the armed struggle. As for the strategy of rural development, pursued within the framework of the Alliance for Progress, the operational agency (or 'actor') was the 'private voluntary association', a middle-class form of nongovernmental organization (NGO) contracted in large numbers to prosecute the war against rural poverty on the front line of this war within the localities and communities of the landless and near-landless rural poor. On this front, divisions of PVOs (NGOs as they would later be termed) worked in tandem with *Acción Católica*, an agency set up by the Vatican to the same purpose: to provide an alternative to the growing pressures for radical change and revolutionary transformation in the countryside - to prevent another Cuba.

The 1980s brought about entirely new conditions for the class struggle both in the countryside and the cities. In the cities the labour movement was severely weakened and in some cases entirely destroyed by military regimes that launched a process of structural adjustment to the new world order. Under these circumstances at first the urban poor took up the struggle against the authoritarian (non-elected) capitalist state and a cycle of 'structural reforms' initiated under the aegis of an emerging neoliberal state (Leiva and Petras, 1994). Under similar circumstances, neoliberal policies of administrative decentralization and 'democratization' (privatization of the responsibility for social welfare and economic development), gave rise to a new generation of NGOs within the middle class sector of an emergent 'civil society', and with it a 'new' type of social movement concerned with a broad range of non-class issues ranging from protecting the environment and the violation of

² The literature on the dynamics of these agrarian reforms is voluminous but see Stavenhagen (1970) and Brockett (1988).

human rights to advancing the status of women (Escobar and Alvarez, 1992; Melucci, 1992; Slater, 1985).

A new generation of scholars, armed with a postmodern political imaginary and a new sensibility regarding various emerging 'subjectivities' (Brass, 1991), conceptualized this 'development' as the emergence of 'new social movements' that managed to elude the iron cage of Latin America's class structure.

In the countryside the strategy of globalization - integration into a new world order in which the forces of economic freedom are released from the regulatory constraints of the development state - had a rather different outcome. In the countryside the forces of neoliberal globalization and capitalist development accelerated the historic process of primitive accumulation - the dispossession of the direct producers, converting many peasants into a landless or near-landless proletariat, forced to migrate to the cities in the search for new opportunities or resort to wage-labour to sustain the livelihood of their households. However, as noted, not all 'peasants' responded in this way. The response of many was to join a social movement of resistance to the neoliberal state and its policies of structural adjustment to the new world order - to the exceedingly high social costs of this adjustment, that the direct producers, as well as the working class more generally, were expected to (and did) bear.

Destruction of the labour movement

Peasants and workers have been the chief target of neoliberal globalization - of the forces of change and transformation released in the process. But it is evident that the working class and the peasants have responded in very different ways, the former more passively in an adjustment to these forces, the latter more actively in a movement of resistance and opposition. In the 1960s and 1970s the industrial proletariat, in the limited form that it took on the periphery of world capitalism, as well as public-sector workers in the form of a labour movement, led the resistance.

But in the 1980s the labour movement collapsed as workers succumbed to the forces of change ranged against them. Under the working of these forces, the organizational and mobilizational capacity of labour was drastically reduced, in some contexts destroyed. But in the countryside conditions were very different. For whatever reason, the peasantry in its diverse forms was able to more actively respond to the policy conditions of neoliberal globalization and structural adjustment, creating for itself space for a politics of active resistance against the forces of agrarian transformation and the reaction of the democratized neoliberal state.

The earlier liberal-capitalist development state, in its offensive against the forces of resistance in the countryside, had pursued a twofold strategy of land reform and rural development, adding to it as circumstances demanded a strategy and tactics of accommodation, cooptation and repression. This strategy worked - more or less - as the wave of revolutionary change subsided and the remnants of defeated movements in the armed struggle either dispersed or went to ground as in Chiapas and Guerrero in Mexico. But in the 1980s as the state turned against the working class the rural poor of landless and near-landless peasants regrouped and began to reorganize, constructing in the process social movements that would come to represent the most dynamic forces of resistance in the class struggle.

The state's response to the pressures for revolutionary change exerted by the peasants in the wake of the Cuban Revolution ranged from rural development to outright repression with violence. But the preferred approach was to combine a strategy of rural development based on international cooperation with a program of state-led land reform. As noted above, in the wake of the Cuban revolution most governments in the region enacted legislation in support of a land reform programs designed to return the 'land to the tiller' - turning over to the restless and rebellious peasants and the rural poor land that was surplus to the production requirements (not in productive use) of the landed aristocracy - the big

proprietors who over the years by one means or the other had acquired ownership of most and the best arable land.

Notwithstanding the state-led land reforms of the 1960s, and despite continuing pressures on governments to adopt legal reform measures, with the exception of Cuba there was no fundamental change in the structure of land tenure. Many categories of rural households remained - and remain to this day - landless or near-landless. Close to 90% of all arable land in Latin America are concentrated in holdings owned by only 26% of rural proprietors. Despite the state-led land reform programs of the 1960s and two decades of grassroots land reform (direct action in the form of 'occupations'), up to two-thirds of arable land in Brazil remains in the hands of an exceedingly small class of proprietors who account for barely 3% of all landowners, while close to five million families remain landless. In Argentina, according to the Censo Agropecuario 2001,, 43% of the productive land is owned by fewer than 4,000 landowners, representing less than 1.5% (1.3%) of agricultural producers. At the other extreme 83% of small landholders and producers own and work 13.3% of the land. And these figures are typical for Latin America, a region that has the most unequal and inequitable distributions of land (and other wealth-generating assets) in the world despite several decades of state-led reform in the 20th Century.

Moreover, over the two decades of 'pro-growth' (= neoliberal) policy measures (= 'structural reform') the degree of concentration in land ownership, and the disparity in accessing means of production in the rural areas, if anything has increased. In Argentina, this has meant the expulsion or forced outmigration of over 200,000 smallholding producers over the past decade and a half. In Brazil, it is estimated, it has involved an exodus over five million rural inhabitants over the course of the last two decades of neoliberal reform.³ In addition - and this is true for many countries in other parts of the world - the majority of those who have retained some access to the land are barely able to subsist let alone make a commercially viable living. They are forced into a relation of wage-labour under conditions of precarious forms of employment, miserable working conditions and poverty. At least one half of all agricultural production units in Latin America are deemed to be economically marginal, and expected to disappear. There is no room for them in the neoliberal model.⁴

In response to this situation, euphemistically described as 'social exclusion',⁵ vast numbers of a dispossessed rural proletariat are forced to migrate to the cities or abroad, resulting in one of the major upheavals and social transformations in 'modern times': capitalist development of urban-based economic activity and an associated makeover of a rural population - much of it peasant in one form or the other - into an heterogeneous labourforce of low paid service workers (domestics), peddlers, day-labourers, wage-workers and, increasingly, narco-workers. Neoliberal policies led to the massive closure of mines, for example in Bolivia in the mid-1980s, under the direction of Jeffrey Sachs and the IMF, leading to outmigration to the cities and to the countryside, mainly to the coca growing fields of Chapare. The miners brought with them their organizing and class solidarity creating the leading peasant movement in all of Bolivia.

One consequence of this transformation is that the land struggle, hitherto confined to agrarian society, moved from rural areas to the periphery of the cities. The process was well

³ The 1986 rural Census estimated the rural population as 23.4 million people. By 1995, the rural population had declined to 18 million, pointing towards a massive exodus of over five million people. Because of declining revenues, the compression of prices to below production 1972] costs, and massively increasing indebtedness among producers, an additional 800,000 families, that is, over two million persons, are estimated by IBGE (the Brazilian Institute of Geography and Statistics) to have abandoned the countryside in just five years (from 1995 to 1999) because of low prices and the lack of land and credit.

⁴ Carlos Menem, President at the time, declared that at least 200,000 small and medium-sized farms and rural 'businesses' were productively marginal and surplus to the country's requirements, and could not be supported by government policy.

⁵ On the concept of 'social exclusion' see Behrman, Gaviria and Székely (2003); Lesboupin (2000); Paugam (1996); Pochman et al. (2006); and Wolfe (1994). Some of these scholars work for organizations such as the Inter-American Development Bank, the ILO and ECLAC as project consultants or policy analysts while others are affiliated with a broad range of 'independent' research institutions or universities. But they all seem to share this enthusiasm for 'social exclusion' as the problem of poverty and the 'social capital' of the poor as the solution.

under way in the 1960s and 1970s, when up to a quarter of the rural population migrated to the urban centres in search of wage employment and housing. Most of these dwellings were constructed on a self-help basis by communities of rural migrants who invaded and 'settled' - illegally occupied and squatted on - unused areas of urban land, creating in the process the *pueblos jóvenes* of Lima, the *favelas* of Rio de Janeiro, the *rancherías* of Caracas and *callampas* of Santiago, Chile. Because of this urbanization process, up to 60% of the non-rural population is in exceeding precarious housing and miserable living conditions (Guimarães, 1997: 191).

As a result of these and such developments, land occupations and the struggle for social change materialized in a new urban context, replicating some of the dynamics of the struggle for rural land but in a different form: land invasion, squatting, negotiations with the municipal government for services and legal title to their 'property', and, through grassroots organizational efforts ('local development'), upgrading these neighbourhoods into working class *barrios*. The social dynamics of this process are complex, with diverse dimensions that include the break up of many families, with the women staying behind in rural areas to tend subsistence plots of land, and the men involved in seasonal out-migration in search of urban employment (Portes, *et al.*, 1989).

Under these conditions, many landless rural workers were and are unable or unwilling to break their connection to agrarian society and their subjectivity as peasants, even without any access to the land. Despite this, the structure of landholding continues to reproduce the conditions of widespread rural poverty and to fuel an exodus of large numbers of marginal producers, dispossessed 'peasants' and 'landless rural workers'. The exception is rural labour that succeeds in organizing, occupying large uncultivated estates and establishing cooperatives or family farms or both.

On the receiving end: Peasants and indigenous communities

The social structure of agricultural production can be defined in terms of size of landholding and income distribution. In these terms the basic structure includes three categories of landholders: large, middle and small - the relative proportions of which vary by context. In Brazil, for example, smallholders constitute somewhat over 90% of the total number of peasant producers, a proportion that has not substantially changed over the course of the neoliberal macroeconomic policy regime since its institution in the early 1990s. Large and medium-sized landholders in the same context have also been reproduced within this paramedical structure, the former more so than the latter for whatever largely unstudied reason (see Table 3.1).

Table 3.1 Peasant by Size [hectares] of Landholding and Percentage of Total, Brazil 1992-2003

	1992		1998		2003	
Large [2000-100,00+]	19,077	0.6	27,556	0.8	33,104	0.8
Medium [200-2000]	204,753	7.0	259,654	7.2	286,172	6.6
Small [<1- 200]	2,700,374	92.3	3,299,315	92.0	3,971,255	92.6
	2,924,204	100.0	3,586,525	100.0	4,290,531	100.0

Source: Nera, *Dataluta, Relatório Preliminar 2004*, Tabela 13, p.20.

Table 3.2 provides for Brazil data on changes in the distribution of land acreage owned by the three categories of peasants. It shows a surprisingly strong trend towards divergence in the share of total land owned by the big holders on one extreme and smallholder on the other. The trend towards land ownership clearly reflects on the relative

dynamism of the capitalist development process vis-à-vis the land struggle of the rural landless workers. Considering the large number of families of rural landless rural workers settled (*asentados*) on the land over this period as the direct result of actions taken by the MST, the figures also point towards the correlation of class forces in the land struggle. Table 3.3 provides a graphic representation of this correlation in the ratio of total acreage share to the share of total number of producers for each category of peasant. Again, the striking feature of this dynamic pattern is divergence at the extremes of land distribution. The big landowners increased their share of landholding over or despite fifteen years of land struggle by the MST, eight years of state-led reform and four years of market-assisted land reform.

Table 3.2 Percentage Share of Land Acreage by Category of Peasant, Brazil 1992-2003

	1992	1998	2003
Big	34	40	49
Medium	34	33	37
Small	32	27	14
Total Acreage	310,030,972	415,548,885	418,483,332

Source: Nera, *Dataluta, Relatório Preliminar 2004*, Tabela 13, p.20.

Table 3.3 Ratio of Total Acreage Share to Share of Total No. Producers, by Peasant Category

1992	1998	2003	
Big	56.7	50.0	61.3
Medium	4.9	4.6	5.6
Small	0.4	0.3	0.2

Source: Nera, *Dataluta, Relatório Preliminar 2004*, Tabela 13, p.20.

As for the income generated by economic activity in the form of agricultural production, many if not all of the big landholders can be classified as 'rich', some rich enough to accumulate capital and to be transformed out of the peasant economy into rural and/or urban capitalists, by investing their income productively in different ways in different sectors. At the bottom of the land size/income hierarchy, a sizeable proportion - in many contexts, the vast majority - are income poor and subject to forces of expulsion or primitive accumulation. Many of the smallholder peasants under these conditions - making up the bulk of landholders - are rendered landless or near-landless, virtually all of them impoverished and forced to either migrate to the cities or work off-farm for wages, converting them - at least over 50% in many contexts - into a vast rural semi-proletariat.

As for the patterns of change in the social structure it is difficult to determine in most cases for lack of data and analysis. Dynamic studies of size distribution of landholdings - to measure the distribution of landholding by size at different points of time - have been conducted in some contexts but the resulting data are difficult to determine in terms of the inner social dynamics of the process of change. Thus it is likely that in each size category some conditions tend to both reproduce producers in that size category while other induce either a downward or upward mobility. In the big landholder or income rich category, a small proportion is able to save and thus accumulate capital, and to be converted out of the peasantry into capitalists.

But does this diminish the number and proportion of landholders in this size category of producers? Table 3.1 suggests that it does not. Relevant studies in other contexts show that it depends on demographic and other social processes, including the likelihood that a number of middle-size/income producers are elevated into large/high income category and the possibility that some peasants in this category will experience downward mobility. Also some unknown percentage of middle-sized landholders are likely to be converted into a class of family farmers (*agricultores familiares*), losing not their connection to the land but rather their status and self-identification as 'peasants'.

Under these conditions, the question is whether the middle size/income category of peasant is growing in proportion; that is, in relation to the large/rich and small/poor peasant as Chayanov found to be the case for Russia in the 1920s? Alternatively is there a tendency towards size/income differentiation, a relative hollowing out of the middle and increasing growth at the extremes - as Lenin had argued in his classic study of social differentiation and the transformation of the Russian peasantry? Tables 3.1-3 suggest that the trend identified by Lenin is closer to reality for Brazil in the most recent phase of capitalist development. If this is the case, what are the social dimensions of this process of land concentration and social polarization? What are the dimensions of: this apparent social dualism: wealth and capital accumulation at one extreme of the social structure, poverty and proletarianization at the other?

As indicated, more study of these dynamics need to be undertaken to establish a national or regional pattern (of conditions of reproduction and transformation in each landholding/producer category). The one dynamic trend that can be definitively established is that of out migration and proletarianization vis-à-vis the small landholder category of peasant. Undoubtedly, some elements of the middle size category are also led to migrate and abandon agriculture, and a larger number are evidently converted into a non-peasant category of agricultural producer - family farming based on simple commodity production - losing thereby not their connection to the land but to their identity as peasants. It is even possible, although not likely, that some middle-sized peasants can increase their handholding by resorting to the market mechanism to buy land and become larger if not rich. However, it is for the largest category of peasant, the smallholder that a clear pattern has emerged, even with only a cursory examination of the available data and without a systemic dynamic analysis of trends by landholding size and income and associated social and political processes. The pattern is for a significant and increasing proportion of peasants in this category to be proletarianized, fuelling a well-established process of outmigration and resulting in the impoverishment and proletarianization of a large (and seemingly growing) proportion of smallholder peasants.

Peasants take action and the neoliberal state responds

In 1978 David Lehman, among others, declared the era of state-led land reforms to be over, having exhausted its political limits, and the state itself beating a retreat from the counter-offensive launched by the big proprietors (and capital) against these reforms. The first step towards this counter-revolution was taken in Latin America in the form of the coup launched against the democratically elected regime of Salvador Allende. But within a decade, the State was everywhere in retreat, giving way to the 'new world order' in a process of structural adjustment and neoliberal globalization. State-led land reform was a casualty of the process.

In the cities a major structural response to these developments was the emergence of a 'civil society' - a broad spectrum of social organizations spanning the space between the family and the state. Within the middle class sector of this 'civil society' there emerged a broad array of NGOs, associational in form and concerned to assume responsibilities abdicated by the state. In 1970 by at least one account there were only some 250 of such organizations. But by the end of the 1990s, this sector of 'civil society' had grown to an estimated 25,000 to 40,000, including at least 10,000 of what the World Bank (the lead

agency in the war against global poverty) regard as 'operational' agencies or strategic partners in the field of 'development' - 'developmental NGOs' in the lingo of the 'development'.

However, in the countryside the organizational - and political - form of resistance to the forces of capitalist development was entirely different. It was to organize opposition to government policies, to change the government if not its policies. The forces of this resistance were rooted in the popular sector of what was subsequently termed 'civil society' - in the class-based or community-based organizations of rural and agrarian society. By the end of the decade class- or community-based social movements were constructed in the countryside of Bolivia, Brazil, Ecuador, Mexico and elsewhere, and in the 1990s a number of these movements initiated a programs of direct action and social mobilization against the neoliberal state and its policies.

The responses of the state and the guardians of the new world order (neoliberal globalization) to these mobilizations were predictable. This strategic response can be placed into three categories: (1) redesign of the 'new economic model, moving beyond the 'Washington Consensus' by adding to the neoliberal programs of 'pro-growth' structural reforms in macroeconomic policy a 'new social policy' as well as specific measures to protect the most vulnerable groups in society - to give the entire process of 'productive transformation' a human face;⁶ (2) a decentralized local development process targeted at the localities and communities of the rural poor, and designed to open up a local front on the renewed war against rural poverty; and (3) a market-assisted land reform program.

Market-assisted land reforms

In the 1960s and 1970s, the state in Latin America initiated land reform programs ostensibly to correct a serious imbalance between property ownership and agricultural production but in fact to appease the popular demand for land. These programs were in part a response to the Cuban Revolution and in large part to growing pressures for revolutionary change exerted by the social movements of the peasantry.⁷ In the 1980s, however, sweeping changes and a neoliberal program of structural reform in national policy generated conditions for an alternative path towards 'agrarian transformation' (Kay, 2000).

Another factor was the institution of a community-based form of alternative development designed by its theorists to secure the sustainability of rural livelihoods (Amalric, 1998; Brockett, 1988; Chambers and Conway, 1998; Helmore, Kristen and Singh, 2001). This and several other forms of local or community-based development, predicated on the accumulation of social capital rather than the politically messy process of improving access to the land and other wealth-generating 'assets', had the effect of reducing, if not removing entirely, the pressure on governments to expropriate large landholdings and redistribute them to the landless or near-landless, a large and rapidly growing segment of the rural population.

In these circumstances state-sponsored programs of redistributive growth and land reform came to an end, signalled by the recognition in academic and policy-making circles that 'land reform is dead' (Lehman, 1978). However, under the same conditions two

⁶ UNICEF (Cornia, Jolly and Stewart, 1987) conceptualized this process as 'structural adjustment with a human face'. CEPAL (1990), on the other hand, conceptualized the process as 'productive transformation with equity' (to expand opportunities for the socially excluded to participate in the production process by improving their access to wealth- or income-generating assets. The UNDP [1996], for its part, conceptualized the process as 'sustainable human development'. On these efforts to move beyond the Washington Consensus without abandoning the fundamental pillar of neoliberalism in its prescribed 'pro-growth' policies see Veltmeyer (2007).

⁷ After Cuba, state-led land reforms took place in Peru from 1958 to 1974, Brazil from 1962 to 1964, Chile from 1966 to 1973, Ecuador from 1964 to 1967, El Salvador from 1980 to 1985, Guatemala between 1952 and 1954 (and again after the civil war following the peace accords), Honduras in 1873, and Nicaragua from 1979 to 1986. These reforms were implemented by the state, regardless of its form (authoritarian, military, liberal reformist, proto-revolutionary). But they were undertaken in response to mass peasant mobilizations and the perceived threat of 'social revolution' (Blanco 1972; De Janvry, Sadoulet and Wolford 1998; Kay 1981, 1982).

alternative forms of land reform emerged, one initiated from within the popular sector of an emerging 'civil society' (see the discussion below on the politics of revolutionary change), the other constructed by economists at the World Bank: a market-assisted approach towards land and agrarian reform (Deininger, 1998).

This market-led and-assisted approach dominated government policy in the 1990s but it evolved in stages. The first was the formulation and implementation, in the early 1990s for the most (Mexico, Ecuador, etc.), of an agrarian modernization law designed to commodify land - to create or strengthen the functioning of a land market. In countries such as Mexico with a system of collective or community ownership (the *ejido*) modernization entailed the institution of individual over collective rights.

The second stage involved the market mechanism of land titling - giving the direct producers secure legal title to the land so as to allow for its sale. With an opening of local economies to the world market, and under conditions of a production crisis that pushed many peasant farmers and independent small and medium-sized producers into debt, the agrarian modernization law had the predictable result of increasing the concentration of land ownership, adding to the other 'push' factors working on the peasantry, accentuating ongoing processes of dispossession, proletarianization and urbanization.

A third and highly contested stage in the process of market-assisted land reforms entails a policy of instituting land banks (Bromley, 1989; World Bank 1996, 1997). In regard to this policy, the World Bank instituted pilot projects in Brazil, Colombia, and the Philippines. The aim of the policy, and the institution of this particular market mechanism, was not only to promote and improve the functioning of the land market but, at least in the case of Brazil, to counteract the tactic of land occupations used by the movement of rural landless workers. That is, the aim was to stimulate use of 'the market mechanism' in lieu of what the leaders of this movement take to be 'the broader class struggle' (Stedile, 1998).

In 1998, with an initial injection of \$25 million of capital, the World Bank launched the Land Bank in Brazil, searching at the same time for a way of securing support for this strategy in the small landholding sector. One of these ways was to rally support from within the non-peasant elements of this sector - more democratically minded small-scale family farmers, effectively dividing the movement of rural landless workers on political lines. The dynamics of this process are still unfolding and need a closer look and more study.

Very few Latin American countries with a significant agricultural sector have escaped this drive to create a land market and other forms of a market-assisted approach to land reform. In the 1990s, country after country instituted an agrarian 'modernisation' or 'reform' law in one form or another. In Mexico and Ecuador this meant the abolition of constitutional protection of indigenous communal lands, a policy successfully instituted in the case of Mexico, where the dominant peasant federation was under control of the government. In Ecuador, however, this policy hit a political snag in the form of an 'indigenous uprising'. More generally, governments closed down their land redistribution programs and turned towards the market mechanisms of land titling and land banks in improving the access of the rural poor, and peasant farmers, to the land and the resources needed to convert themselves into productive producers (UNRISD, 2000).

Between 1991 and 1994, at the behest of the World Bank and within the framework of its neoliberal agenda, the governments of Mexico, Ecuador, Bolivia, Peru, and a number of other countries in South and Central America, turned towards a market-assisted approach to agrarian reform. This approach was based on legislation that included the abolition of the constitutional or legal protection of communal property and legal entitlement to land worked by smallholders, increasing their capacity to sell their land and, in the process, to build a land market, as well as, supposedly, increasing the 'efficiency' of production.⁸ However, combined with the elimination of subsidies to local producers, the commercialization of credit, the reduction of protective tariffs, and in many cases an overvalued currency, these measures

⁸ In a number of systematic studies into the productivity of small versus large highly capitalized farms the general finding has been that in all cases relatively smaller, less capitalized farms are much more productive per unit area—200 to 1,000 % greater—than the larger ones (Rosset 1999: 2).

(land titling, etc.), rather than resolving the agricultural crisis, have created what analysts have termed a 'difficult environment' for various categories of producers of tradable products, especially 'small scale peasant producers' (Crabtree, 2003: 144). The latter, as Crabtree points out concerning Peru (but which can be generalized), have been 'extremely vulnerable to the inflow of cheap agricultural products'. Not only has this 'development' destroyed local economies, forcing large numbers of local producers into bankruptcy or poverty, or to migrate, it has either brought about or accelerated a fundamental change in production and consumption patterns away from traditional subsistence and commercial crops, especially grains like quinoa, kiwicha, coca, alluco, beans, and potatoes. The full impact of this change, and its implications, has not been evaluated.

In the not atypical case of Peru, the abolition of ECASA, one of a number of government marketing boards and agricultural price support institutions, liberalised the national market in rice, removing an organization that, like its counterparts in other countries in the region, had maintained price stability for the benefit of local producers. Some of the functions of ECASA were taken over by PRONAAA,⁹ a government-subsidized food programs for the poor that bought directly from small-scale producers. However, such an institutional change had relatively little impact on the poorest farmers, many of who had never benefited from government programs of any sort (Crabtree 2003: 147).

As for the producers who managed to integrate themselves into the competitive local urban markets, the disappearance of *Banco Agrario* meant that they were forced to rely on various agro-industrial firms for commercial credit. This credit was extended to the same producers only under the most onerous terms, with rates that in the case of Brazil under Cardoso reached 20% a month, given the level of presumed 'risk' assumed by creditors. These creditors are extremely reluctant to lend, even to larger-scale, more prosperous landowners with privileged market access. When they do lend, interest rates charged reflect the perception of risk involved in lending to small-scale peasant producers. Their appetite for lending is also reduced by the incidence of bankruptcies in sectors such as asparagus that had briefly seemed to offer endless possibilities (Crabtree 2003: 145-47).

In Mexico and Peru these and other such institutional reforms and recourse to 'the market mechanism' resulted in a drastic deterioration in the life-situation of the smallholders and their relation to the market, compelling them to sell the product of their labour at prices well below the costs of production, and pushing many of them into debt, poverty and bankruptcy. In Mexico, this situation generated one of the largest mass movements in the country's long history of land struggle - an organization of indebted 'independent' (non-peasant) farmers (*El Barzón*).

As for the peasant economy in Ecuador, Mexico, Central America and elsewhere in the region, it has been devastated, forcing large numbers to flee the countryside in the search of wage employment in the cities and urban centres. The only non-political alternative to this route was - and remains - rural poverty.

Urban-rural links among and with the peasant movements

The wave of rural activism that emerged in the 1980s and unfolded in the 1990s had specific conditions, including, paradoxically, a growing democratization process and repression of the forces mobilized in the process. Under these conditions, the peasant and indigenous organizations in the countryside responded by mounting a resistance movement that has cut across the rural-urban divide, forming an extensive, if shifting, complex of strategic and tactical alliances with other civil and political organizations, mostly urban, involved in the popular struggle.

These alliances and linkages can be put into three categories, each with its own dynamics: (1) horizontal linkages among networks of NGOs and grassroots movements such

⁹ Fujimori's poverty relief programs was similar to Salinas' *Pronasol* in that it served primarily as an electoral mechanism for securing the rural vote.

as *Sem Techos* in the urban areas: (2) intra-and intersectoral linkages with class- based organizations and sociopolitical movements in a national context; and (3) international networks with organizations that constitute what has been termed ‘global civil society’.

As for the NGO networks they were located within the ‘middle strata’ of the urban centres, and formed primarily to the purpose of providing support to, and solidarity with, the struggles and social movements of grassroots organizations in the popular sector. These linkages bring together a broad range of concerns, from the protection and enhancement of political and human rights, diverse environmental issues of concern to neighbourhood groups, women or minority groups of various sorts, to shared concern with the impact of government policies in the context of the processes of globalization and structural adjustment. In regard to this latter concern, and in solidarity with the struggle of class-based organizations and movements as relates to shared resistance against government policies or concern with organization-specific issues, these urban middle-class social organizations also participate in the complex of intra- and intersectoral alliances that characterize the organization and politics of these class-based organizations. In this connection, all of the major sociopolitical movements such as the MST, for the purpose of soliciting support for their campaigns to influence public opinion and pressure governments have tended to form linkages with international advocacy groups as well as all manner of civil and nongovernmental organizations.

As for the development agency and role of the NGOs, many have positioned themselves to mediate between grassroots or community-based organizations and the international cooperation for development (Biekart, 1996; Carroll, 1992; Landim, 1988). The development-oriented NGOs entered into a partnership with both bilateral and multilateral development associations, and the local governments or municipalities that have been assigned, or have assumed for themselves, the responsibility for advancing the development process within the institutional framework of the new model (Blair, 1997). In the process, as executing agents of the project of international cooperation, NGOs play an ambiguous role that has not been exempt from criticisms by many grassroots organizations and a few academics (Marcos, 1996; Harriss, 2001). The thrust of these criticisms is that often NGOs have wittingly or unwittingly served as a Trojan Horse for the forces of neoliberal globalization, advancing the interests of external agents rather than those of the communities and grassroots organizations (Wallace, 2003).¹⁰

It is argued that in accepting the funding and conforming to the programmatic principles and requirements of the multilateral and bilateral development associations the NGOs have contributed to the disarticulation and disempowerment of grassroots organizations in terms of their capacity to confront the power structure on the issue of improving access to land other productive resources - ‘asset redistribution’, in the lingo of development.¹¹ In exchange for giving up a confrontational politics and the search for radical structural change in the structure of production and decision-making, the grassroots organizations have been empowered to participate in decisions that are strictly local in their scope and effects (Marcos, 1996).

More precisely, in the context of the partnership strategy pursued by international development agencies and the neoliberal state, community-based or grassroots

¹⁰ This point is argued by Ulcuango (*Boletín ICCI*, 1, 5, Agosto 1999). In the view of this indigenous intellectual, organically linked to the indigenous movement and CONAIE, its representative body, NGOs wittingly or no have been called into arms and used as a ‘economic-political weapon’ by the organizations of global capital (the World bank, the IMF, IDB, the US) for what in this anti-systemic discourse appears as a struggle for ‘global domination.’

¹¹ On this argument see Marcos (1996) regarding Peru. The regional and global trend towards decentralization and the agency of local governments in the development process has been viewed in a similar light—as a means of disarticulating traditional forms of social and political organization of the indigenous communities, an opportunity for undermining their traditional authority and consolidating the economic and political power of the elite, regarding its capacity for manipulating the local politics process with its discourse on ‘modernity’ (Editorial *Boletín ICCI ‘RIMAY’*, 2, 16, Julio; 2, 18, Setiembre). In all of the countries with a substantial indigenous population—Bolivia, Ecuador, Peru and Guatemala one of the more critical concerns with neoliberal policies relates to their negative impact on the relative autonomy of indigenous forms of community-based social, economic and political organization.

organizations have been empowered to participate in the identification of their basic needs and decisions as to how, where and on what to spend the poverty alleviation funds that might come their way under the ‘new social policy’ of ‘human sustainable development’. From the perspective of grassroots and community-based organizations, particularly those concerned with more fundamental change in the direction of radical egalitarianism or socialism, this has been a *Faustian* bargain at best.

In this connection,¹² the 1990s was characterized by the construction of inter-sectoral alliances and transnational activist networks. These alliances and networks in many cases and diverse contexts (Brazil, Ecuador, Mexico...) were formed or joined by federations of peasant producer organizations, producer coops, indigenous organizations and labour unions. In the 1980s a number of such alliances were formed by organizations that were otherwise careful to retain their autonomy vis-à-vis political parties and some distance from the NGOs that were sprouting all over the region in the hospitable soil of neoliberalism.¹³

In the 1990s, linkages and strategic alliances among these organizations were broadly extended in the form of regional and international associations of diverse national organizations (Edelman, 1998). In Latin America ASOCODE, formed in Tegucigalpa in 1991, is an example of this trend. Other examples include *Iniciativa Civil para la Integración Centroamericana* (ICIC), a lobbying group formed by a network of cooperatives, NGOs, labour organizations, community groups, and diverse organizations of small enterprise operators and agricultural producers; and *Via Campesino*, formed in 1993 as an transnational network of 55 peasant organizations from 36 countries in the Americas, Asia and Africa.

Although there are few studies on the workings and outcomes of these regional associations and transnational networks, there is little question about their positive role in raising awareness of common problems, establishment of shared principles, and, in some contexts, concerted action and in others the formation of a common front or solidarity actions to improve the capacity of local grassroots organizations to influence the policies of governments in the region.

However, the formation of alliances with non-agricultural groups, a rejection of political party ties and the building of transnational networks coincided with, or has led to, a more pluralist and less confrontational approach to politics - a turning away from the strategy of ‘peasant wars’ and the tactic of armed struggle. In regard to these shifting dynamics of organized struggle in the case of ASOCODE in Costa Rica and other countries of Central America see Edelman (1998). In the case of rural struggles in Chiapas and elsewhere in Mexico diverse studies conducted by Harvey (1998) detail some of the dynamics involved. As for CONAIE, the leading although battered and weakened force in Ecuador’s popular movement, the weekly *Boletín ICCI “RIMAY”* provides a documented report on the changing dynamics of struggle waged by the indigenous movement.

As for intersectoral linkages, they were initially formed between peasant and indigenous organizations and labour unions and workers’ *centrales* on the other. However, in many cases these strategic alliances broke down or were ineffective, leading a number of organizations in the agrarian and indigenous movement to turn towards associational-type social organizations in the cities and urban centres. In some cases, these linkages are

¹² Lest it be thought that this characterization of the NGOs formed in the 1980s and 1990s apply to all of them, a substantial albeit unidentified number (see the discussion in Chapter 8) are indeed ‘progressive’, concerned with genuine social change and working with rather than against the grassroots organizations or class-based social movements. A contemporary example of these more progressive NGOs, provided by a colleague Darcy Tetreault, would include the *Red de Alternativas Sustentables Agropecuarias* (RASA), whose membership and leadership include peasants and indigenous families, academics and social activists. To qualify, if not nuance somewhat, our analysis of the political role played by many development NGOs as an unwitting (or witting) agent of imperialism, there are undoubtedly many other such genuinely ‘progressive’ NGOs. However, there are precious few NGOs that are willing to go the distance—from a more humane form of capitalism to radical egalitarianism and socialism as a form of national development.

¹³ In the polarized political climate of the mid-1980s in Central America revolutionary movements and activists alike tended to view allies in the region and beyond as crucial for political success and even physical survival. On these early international contacts see Edelman (1998).

mediated by political parties in the pursuit of state power, but for the most part they relate to strategic alliances around critical issues affecting both urban and rural organizations in the popular movement. In some contexts (for example, Bolivia) shared concerns and actions were concerted and pursued within the framework of a common organization, designed to the purpose of broadening the social base of a common struggle against the neoliberal state and its policies. More generally, however, the diverse interests of class-based social groups were brought together not organizationally but in a strategic alliance between diverse federations of peasants, indigenous peoples and organized workers. This has been the case, for example, in the struggles waged by the MST, the Zapatistas and CONAIE..

In this connection, the MST is an organization of landless or near-landless rural 'workers' while CONAIE and the EZLN are organizations of indigenous peasants and their communities, the economies of which are based on a peasant household mode of production. The FARC, in a very different context, and under conditions that are to an extent shared yet unique to Colombia, also has its social basis in the peasantry broadly defined. In each case the noted dynamism of the social movements, in terms of the mobilized forces of popular resistance, can be attributed, at least to some extent, to the system of class and intersectoral alliances involved. This is why the political landscape of the Central and South American countryside in the 1990s is littered by so many cross-sectoral organizations.¹⁴ The relative failure of these organizations of peasant farmers, indigenous peoples and rural workers to create a sustained popular movement against neoliberalism, and to advance an alternative project, can be similarly explained in similar terms.

The mid-1990s seems to be a turning point in the popular movement in terms of both the strategy of intersectoral linkages and resort to the mechanism of democratic elections as a way of bringing about social change *with* state power. To that point the indigenous and peasant movements had relied primarily on a strategy of social mobilization and the tactics of direct action. However, in the mid-1990s, the major organizations in these movements, such as the MST and CONAIE (also the cocaleros in Bolivia and the Zapatistas in Chiapas) in some cases opted for the parliamentary road to state-power (to use of the electoral mechanism in their politics) but in all cases turned towards 'civil society' for political support and assistance - for a 'no power' approach to social change, to bring about change in government policy without resort to political confrontation and direct action. In effect, the popular movement was divided as to what road it might take to social change: (1) social mobilization and direct action - in the form of a social movement; (2) democracy - use of the electoral mechanism in their local and national politics; and/or (3) local development - to seek improvements in socioeconomic conditions and social change in the local spaces of the power structure rather than challenging it.

The divisive effect on the popular movement of the decision to take the 'parliamentary road' to social change is clearly illustrated in the subsequent political developments in Bolivia and Ecuador. In the case of Bolivia the resort to the electoral apparatus of liberal democracy and the election of Evo Morales did bring legal, cultural and political rights to the indigenous communities, but it also led to the cooption of the movement, by the state. Cultural gains were at the expense of organizational and political unity, and with extremely limited socioeconomic benefits (absolutely no change in the structure of landholding despite the revolutionary rhetoric). In the case of Ecuador, resort to the parliamentary road to social change almost destroyed CONAIE as a social movement.

As for the MST, the largest and most dynamic of Latin America's peasant movements, it did not resort to the electoral mechanism, choosing instead to combine a strategy of social mobilization and direct action, as a means of improving access of movement members to the land (if not a fundamental change in the structure of ownership), with a strategy of alliances with 'civil society' in Brazil itself and abroad - in what might be

¹⁴ See, for example, the struggles of the indigenous movement in Ecuador (CONAIE) against the government's various attempts, from 1994 to 2000 to implement a neoliberal program of structural adjustment. On the basis of its organizational and mobilizing capacity, and its capacity to concert an alliance of oppositional forces and popular resistance, this movement has been surprisingly successful in preventing the government from implementing its agenda (Petras and Veltmeyer, 2005).

termed 'global civil society'. The outcomes of this strategy vis-à-vis global civil society need more study but they do seem to include limited positive benefits such as enhanced access to financial resources and a level of organizational support that could be used as form of political capital, a potential lever of change in public policy. However, in regard to the partnerships forged with the NGOs in Brazil's civil society, the outcomes thus far are mixed to say the least, and negative to say more.

The problem, one also discovered by the Zapatistas, is that regardless of the professed ideological concern with neoliberalism the NGOs are after all agents of the neoliberal state, funded and contracted in order to bring the peasants into line with the new world order, to adjust the best way they can to its dynamics. In this connection, virtually all of the developmental NGOs that operate in Brazil - and the same is true for Chile, Ecuador, Peru and Colombia - are financed either by the intergovernmental 'overseas development associations' or, increasingly, by the state itself. As a result, the peasant and indigenous movements are expected, as a funding condition, to moderate their politics and to channel and transmute their demand for social change into an acceptable form within the limits allowed by the system of democratic politics. Indeed, the effect of this political adjustment on the politics of the MST has been noted by a number of observers, who point towards evidence of ideological moderation in the stance and politics of the leadership, a change that can be attributed directly to the strategy of links to Brazil's civil society. Indeed, the MST itself, in seeking to move beyond the politics of land occupation to the politics of production on the land, to an extent has been converted into an NGO, with the inevitable consequence of an implicit agreement to abide by the rules of the game decreed by the political class.

Conclusion

It is possible to identify across Latin America a growing trend towards linkages among diverse organizations involved in the popular struggle.¹⁵ The most important of these linkages brought together peasants, indigenous communities and workers - both urban and rural - within the same organization (for example, the CMS - *Coordinadora de Movimientos Sociales* in Ecuador) but more often bringing them together in the limited non-organizational form of a strategic or tactical alliance.

The importance of multiclass alliances to the popular struggle cannot be overemphasized. The dynamics of these alliances are critical to an understanding the nature and scope of political responses to neoliberal capitalist development in the region, and for gauging the forces unleashed in the process of popular struggle against these conditions. For one thing, horizontal links and alliances among organizations in the popular movement provide conditions for coordinating and directing the accumulated and mobilized forces for change - for moving beyond resistance and opposition to constructive revolutionary change and development. The agency for this cannot be found in the state and certainly not the market, whether regulated or free, or in business associations. They have to be sought within the popular movement itself as well as civil society.¹⁶ The question is whether alliances

¹⁵ These linkages are horizontal and intersectoral and as such can be contrasted with the type of linkages advocated by the World Bank and the other IFIs (IDB, for example) and ODAs, including the UNDP. These organizations, for the most part, advocate the formation of a new form of tripartism—a 'collaborative triangle' between 'the public sector, private business and civil society' (Atal and Yen, 1995; Bessis, 1995). However, as pointed out by some panelists at the Roskilde Colloquium of the UN's World Social Summit, the 'necessary collaborative triangle' between public, private and 'third sector' organizations is 'may build up elements of resistance' within the social movements sector.

¹⁶ On this point note the view expressed by David Rockefeller of the Chase Manhattan Bank, the 174th richest person in the world and one of the architects of the Trilateral Commission, to the effect that 'in recent years there's been a trend toward democracy and market economies [which] has lessened the role of government...But...somebody has to take government's place, and business seems to me the logical entity to do it' (quoted by Herman Daly in his address, in 1999, to the International Society for Ecological Economics – http://www.feasta.org/article_daly.htm). This view is entirely consistent with what was termed (Williamson, 1990) the 'Washington Consensus.'

should be sought and constructed with the associational type of NGO in the middle-class sector of this society or with class-based organizations - with a reconstituted labour movement.

To this extent, the strategic turn of the popular movement towards civil society is not necessarily misplaced. The problem consists in the fact that for the NGOs this turn towards strategic partnerships with 'civil society' conforms to a strategy pursued by the guardians of the neoliberal world order, anxious to control and limit any dissent from its policy prescriptions, to preserve capitalism from its opponents and enemies. A turn to class society for allies relates to conditions that are real enough, the identification of a possible agency for change, and an assessment of the social forces that can be mobilized for resistance and a democratic socialist transformation.

References

- Amalric, Frank (1998), 'Sustainable Livelihoods, Entrepreneurship, Political Strategies and Governance', *Development*, 41 (3): 31-38.
- Atal, Yogesh & Yen, Else (eds.) (1995). *Poverty and Participation in Civil Society*. Proceedings of A UNESCO/CROP Round Table, World Summit for Social Development. Copenhagen: Denmark, March.
- Bartra, Roger (1976), "¿Y si los campesinos se extinguen...?" *Historia y Sociedad*, Vol. 8 (Winter).
- Behrman, Jere, Alejandro Gaviria and Miguel Szekely (2003). *Social Exclusion in Latin America: Perception, Reality and Implications*. Washington DC: Interamerican Development Bank.
- Bessis, Sophia (1985), "De la exclusion social a la cohesion social," Síntesis del Coloquio de Roskilde, World Summit for Social Development, Copenhagen, Denmark, March.
- Biekart, Kees (1996) 'Strengthening Intermediary Roles in Civil Society: Experiences from Central America', In Andrew Clayton, ed., *NGOs, Civil Society and the State: Building Democracy in Transitional Societies*. Oxford: International NGO Training and Research Centre (INTRAC).
- Blair, H. (1995). "Assessing Democratic Decentralization," A CDIE Concept Paper. Washington DC: USAID.
- Blair, H. (1997). "Democratic Local Governance in Bolivia." CDIE Impact Evaluation, no. 3. Washington DC: USAID.
- Blanco, Hugo (1972). *Land or Death: the Peasant Struggle in Peru*, New York: Pathfinder Press.
- Brass, Tom (1991), "Moral Economists, Subalterns, New Social Movements and the (Re)Emergence of a (Post) Modernised (Middle) Peasant," *Journal of Peasant Studies*, 18, 2.
- Brockett, Charles D. (1998). *Land, Power and Poverty: Agrarian Transformation and Political Control in Central America*. Boulder, CO: Westview Press.
- Carroll, T. (1992). *Intermediary NGOs. The Supporting Link in Grassroots Development*. Kumarian Press.
- CEPAL - Comisión para América Latina y el Caribe (1990). *Transformación productiva con equidad*. Santiago: CEPAL.
- Chambers, Robert and Gordon Conway (1998), "Sustainable Rural Livelihoods: Some Working Definitions," *Development*, 41 (3), September.

- Cornia, Andrea, Richard Jolly and Frances Stewart (eds.) (1987). *Adjustment with a Human Face*. Oxford: Oxford University Press.
- Crabtree, John (2003), "The Impact of Neo-Liberal Economics on Peruvian Peasant Agriculture in the 1990s," pp. 131-161 in *Latin American Peasants*, edited by Tom Brass. London: Frank Cass.
- De Janvry, A., E.Sadoulet and W.Wolford (1998), "From State-led to Grassroots-led Land Reform in Latin America," Paper presented at the WIDER-FAO workshop Access to Land, Santiago, Chile.
- De Janvry, Alain, Gustavo Gordillo and Elisabeth Sadoulet (1998). *Mexico's Second Agrarian Reform*. La Jolla CA: Center for US-Mexican Studies, University of California, San Diego.
- Deininger, Klaus (1998). "Implementing Negotiated Land Reform: Initial Experience from Colombia, Brazil and South Africa," in *Proceedings of the International Conference on Land Tenure in the Developing World with a Focus*.
- Desmarais, Annette (2007) *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*, Halifax, Fernwood Publishing.
- Edelman, Marc (1998), "Transnational Peasant Politics in Central America," *Latin American Research Review*, 33 (3): 49–86.
- Escobar, A. and Alvarez, S. (eds.) (1992). *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy*. Boulder, CO: Westview Press.
- Esteva, Gustavo (1983). *The Struggle for Rural Mexico*. Westport, CT Bergin and Garvey.
- Guimarães, Roberto (1997), "The Environment, Population and Urbanization," in R. Hillman (ed.), *Understanding Contemporary Latin America*, Boulder CO: Lynne Rienner Publishers.
- Harriss, John (2001). *Depoliticising Development: The World Bank and Social Capital*. New Delhi: Left Word Books.
- Harvey, Neil (1998). *The Chiapas Rebellion: The Struggle for Land and Democracy*, London and Durham NC: Duke University Press.
- Helmore, Kristen and Naresh Singh (2001). *Sustainable Livelihoods: Building on the Wealth of the Poor*, West Hartford, CT: Kumarian Press.
- Katz, Friedrich (1988). *Riot, Rebellion, and Revolution: Rural Social Conflict in México*. Princeton NJ: Princeton University Press.
- Kay, Cristóbal (1981), "Political Economy, Class Alliances and Agrarian Change in Chile," *The Journal of Peasant Studies*, 8 (4): 485-513.
- Kay, Cristóbal (1982), "Achievements and Contradictions of the Peruvian Agrarian Reform," *Journal of Development Studies*, 18(2): 141-170.
- Kay, Cristóbal (2000), "Latin America's Agrarian Transformation: Peasantisation and Proletarianisation," in *Disappearing Peasantries? Rural labour in Africa, Asia and Latin America*, edited by D. F. Bryceson, Cristóbal Kay and Jos Mooij, London: Intermediate Technology Publications.
- Landim, Leilah (1988), "Non-Governmental Organizations in Latin America," *World Development*, 15 (Supplement): 29-38.
- Landsberger, Henry A. (ed.) (1974). *Rural Protest: Peasant Movements and Social Change*. London: Macmillan.
- Lehman, David (1978), "The Death of Land Reform A Polemic," *World Development*, VI (3).

- Leiva, Fernando and James Petras, with Henry Veltmeyer (1994). *Democracy and Poverty in Chile*. Westview Press, CO.
- Lesbaupin, Ivo (2000). *Poder local X Exclusão social*. Petrópolis: VOZES.
- Marcos, Jaime (1996), “Las comunidades campesinas en el proceso de regionalización del Peru,” *Nueva Sociedad*, 142, Abril-Mayo.
- McEwan, Arthur (1981). *Revolution and Economic Development in Cuba: Moving Towards Socialism*. New York: St. Martin's Press.
- Melucci, Alberto (1992), “Liberation or Meaning: Social Movements, Culture and Democracy,” in J. Nederveen Pieterse (ed.), *Emancipations, Modern and Postmodern*. London: Sage.
- Nugent, Daniel (1994), “Social Class and Labor Process in the Determination of a Peasantry in Mexico,” *Critique of Anthropology*, 14 (3): 285-313
- Otero, Gerardo (1999). *Farewell to the Peasantry? Political Class Formation in Rural Mexico*. Boulder CO: Westview.
- Paugam, Serge (ed.) (1996). *L' exclusion. L'Etat des savoirs*. Paris: Ed. La Découverte.
- Petras, James and Henry Veltmeyer (2005). *Movimientos sociales y poder estatal*. Buenos Aires: Editorial Lumen
- Pochmann, Marcio, et al. (2004). *Atlas da exclusão no mundo*, 5 vols. Sao Paulo: Cortez Editora.
- Portes, Alejandro, Manuel Castells and Lauren Benton (eds.) (1989). *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore MD: John Hopkins University Press.
- Roseberry, William, Lowell Gudmundson and Mario Samper Kutschbach (eds.) (1995). *Coffee, Society, and Power in Latin America*. Baltimore MD: The Johns Hopkins University Press.
- Slater, David (1985). *New Social Movements and the State in Latin America*. Amsterdam: CEDLA.
- Stavenhagen, Rodolfo (1970). *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. New York: Anchor Books.
- Stedile, João (1998), “The Class Struggles in Brazil: The Perspective of the MST.” *Socialist Register*, Vol. 44.
- UNRISD--United Nations Research Institute for Social Development (2000), *Civil Society Strategies and Movements for Rural Asset Redistribution and Improved Livelihoods*. Civil Society and Social Movements Programme, UNRISD, Geneva.
- Veltmeyer, Henry (1997), “The World Bank's Report on Labour: A Capitalist Manifesto,” *Transition*. N[Georgetown], No. 26. January.
- Wallace, Tina (2003), “NGO Dilemmas: Trojan Horses for Global Neoliberalism?” *Socialist Register*. London: Merlin Press.
- Williamson, John (ed.) (1990), *Latin American Adjustment. How Much Has Happened?* Washington DC: Institute for International Economics.
- Wolfe, Marshall (1994), “Some Paradoxes of Social Exclusion: International Institute for Labour Studies,” *Discussion Paper 63*. Geneva.
- World Bank (1996, 1997). *World Development Report*. Washington DC: World Bank.

¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala¹

Luis Felipe Rincón

Universidad Nacional de Córdoba

E-mail: feliperinconm@gmail.com

“El clamor por la tierra es, sin duda alguna, el grito más fuerte, más dramático y más desesperado que se escucha en Guatemala. Brota de millones de pechos de guatemaltecos que no solo ansían poseer la tierra, sino ser poseídos por ella. “Hombres de Maíz” que, por una parte se sienten tan profundamente identificados con los surcos, la siembra y la cosecha y, por otra, se ven expulsados de la tierra impedidos de hundirse entre sus surcos fértiles por una situación de injusticia...”

“El Clamor por la Tierra”

29 de febrero de 1988.

Nueva Guatemala de la Asunción.

Resumen

En las sociedades latinoamericanas aún persisten relaciones de profunda desigualdad económica y social, las cuales se agudizan en el medio rural. Guatemala no es ajeno a éste proceso, lo cual lo lleva a mantener una inequitativa estructura agraria, en donde predomina la concentración de tierras a favor de latifundistas, en detrimento de la población campesina-indígena mayoritaria en el país. La historia de éste país centro-americano ha estado signada por un conflicto interno armado que duró más de 36 años, sin que su fin se tradujera en mejores condiciones para su población sumergida en la pobreza y condiciones de explotación. El siguiente artículo constituye una reflexión de la actualidad organizativa campesina y el trabajo de acompañamiento que desarrolla la Pastoral de la Tierra Interdiocesana en la región eclesiástica de los Altos. Se analiza con mayor detalle el conflicto para el otorgamiento de arriendos para productores campesinos y sin tierras, y el origen de la deuda agraria. Para finalizar se presentan algunas reflexiones que constituyen una invitación para el estudio de la realidad campesina-indígena en la región centro-americana, por momentos dejada en el olvido.

Palabras clave: Movimiento campesino, Pastoral de la Tierra, capitalismo agrario, Guatemala.

¹ Éste artículo surge como parte de una estancia realizada entre los meses de noviembre y diciembre de 2009 en la Pastoral de la Tierra Interdiocesana de Quetzaltenago en el marco del programa de movilidad académica de la Red Macrouiversidades de América Latina y el Caribe. El autor por éste medio quiere hacer llegar sus agradecimientos a la Lic. Ruth Tánchez, al Lic. Elmer Parala y al Lic. Ronald Recancoj por haber puesto a disposición su tiempo y recursos en el transcurso de la visita; al Dr. Bernardo Mançano Fernandes por posibilitar la generación de los vínculos con la PTI; y al Dr. Isaias Tobasura Acuña por la revisión crítica de versiones previas del actual artículo.

Resumo

Homens de milho! Um olhar sobre a atualidade organizacional camponesa na Guatemala

Em sociedades latino-americanas ainda existem profundas relações de desigualdade econômica e social, que tornou-se pior nas zonas rurais. Guatemala não é estranho a este processo, que o leva a manter uma estrutura agrária desigual, dominada pela concentração de terras em favor dos latifundiários em detrimento da maioria da população camponesa indígena no país. A história deste país da América Central tem sido marcada pelo conflito armado interno que durou mais de 36 anos sem uma final seria traduzida em melhores condições para a sua população mergulhada na pobreza e condições de funcionamento. O artigo é uma reflexão das organizações de agricultores atual "eo trabalho de acompanhamento realizado pela *Pastoral de la Tierra Interdiocesana* na região eclesiástica de Los Altos. É discutida mais detalhadamente o conflito para a concessão de contratos para os agricultores e camponeses sem terra, e sobre a origem da dívida agrária. Finalmente, algumas reflexões que constituem um convite ao estudo da realidade dos camponeses indígenas na América central, deixou momentaneamente esquecido.

Palavras-chave: Movimento camponês, Pastoral da Terra, capitalismo agrário, Guatemala.

Abstract

Men of Corn! A look at contemporary peasant organizing in Guatemala

Guatemala is no stranger to the worsening of social inequality in Latin America's rural areas. To the detriment of the majority indigenous peasant population, land concentration predominates the agrarian structure of this Central American nation. Guatemala has been mired in armed conflict over these issues for more than 30 years. A seemingly endless civil war has not translated into better conditions for its population and this article examines the current state of peasant organizations and the accompanying work recently carried out by the *Pastoral de la Tierra Interdiocesana* in the ecclesiastical region of Los Altos. The article analyzes conflict of market-led agrarian reform, the practice of granting of leases for farmers and landless peasants that traps many in a circle of debt. The study provokes reflection on the need to the study the seemingly-forgotten peasant-indigenous reality in Central American.

Keywords: Peasant movement, Inter-diocesan Land Pastoral, agrarian capitalism, Guatemala

Introducción

Tradicionalmente la cuestión agraria ha sido tratada a partir de dos procesos que comúnmente son analizados por separado: el conflicto por la tierra y el desarrollo rural. Hay, incluso, una visión predominante de que el conflicto perjudica al desarrollo. Confrontando esta visión, Fernandes (2005) afirma que conflicto agrario y desarrollo son procesos inherentes de la contradicción estructural del capitalismo y paradójicamente ocurren simultáneamente. La cuestión agraria ha sido abordada desde la lucha por la tierra, lo que limita su abordaje por cuanto sólo hace énfasis en el enfrentamiento, siendo éste un momento del conflicto. De éste modo para comprender su movimiento asumimos el concepto de conflictualidad, entendido como un proceso constante alimentado por las contradicciones y desigualdades del capitalismo. El movimiento de la conflictualidad es

paradojal al promover, concomitantemente, la *territorialización – desterritorialización – reterritorialización* de diferentes relaciones sociales.

Guatemala avanza hacia la especialización de la producción capitalista como modelo de desarrollo hegemónico para el sector agropecuario, modelo que se contrapone con el sistema de producción campesino generando conflictualidad entre ambos paradigmas (López, 2008). La *conflictualidad* y el *desarrollo* ocurren simultánea y consecuentemente, promoviendo la transformación de territorios, modificando paisajes, creando comunidades, empresas, municipios, cambiando sistemas agrarios y bases técnicas, complementando mercados, rehaciendo costumbres y culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente el mapa de la geografía agraria, reelaborado por diferentes modelos de desarrollo (FERNANDES, 2005).

Así la *conflictualidad* generada por el capital en su proceso de territorialización, destruye y recrea el campesinado, excluyéndolo, subordinándolo, concentrando tierra, aumentando las desigualdades. La conflictualidad generada por el campesinado en su proceso de territorialización destruye y recrea el capital, resocializándose en su formación autónoma, disminuyendo las desigualdades, desconcentrando tierra. Esa *conflictualidad* promueve modelos distintos de desarrollo.

La territorialización capitalista ha sido favorecida por las reformas económicas de corte neoliberal aplicadas en la década del noventa, que tuvieron como objetivo favorecer los procesos tendientes a la especialización agropecuaria hacia la producción de *commodities*, para responder a la demanda de los mercados internacionales generadores de divisas. Esta dinámica conlleva a la subordinación de la producción campesina por la producción capitalista, y por tanto, a su precarización y paulatina desaparición (Bartra, 2006).

El sector agrario Latinoamericano en el último cuarto de siglo, se ha caracterizado por ser el escenario donde se desarrollan reformas encaminadas a la modernización e industrialización de la producción agropecuaria tendiente a la integración con los mercados internacionales. Este proceso consiste en la especialización de la producción a gran escala, demandante de grandes inversiones de capital representadas en tierra, mano de obra, insumos y maquinaria, condiciones que se contraponen a los modos y sistemas de producción de economía campesina (Haubert, 1999).

A pesar de las diferencias de enfoques, existe una generalizada aceptación de construir una visión de campesinado partiendo de ciertos elementos básicos que pueden sintetizarse en los siguientes rasgos: 1. El trabajo familiar como componente decisivo del proceso productivo; 2. Las unidades domésticas son al mismo tiempo unidades de producción y consumo; 3. Los productores campesinos poseen dificultades estructurales para la acumulación de capital; 4. La principal fuente de ingresos totales proviene de la producción agropecuaria; y, 5. Cuentan con la posesión de los medios de producción y el control formal del proceso productivo (Chayanov, 1974; Meillassoux, 1987; Shanin, 2009).

Para comprender la categoría *campesinos* - y diferenciarla de los trabajadores rurales o empresarios agrarios - recurrimos a Fernandes (2005) quien menciona que el campesinado sólo puede ser comprendido en un proceso de multidimensionalidad, o sea, en la interacción de todas las dimensiones de desarrollo humano: política, económica, social, con la naturaleza y su cultura. El trabajo con la tierra y la producción de alimentos son relaciones principales que identifican los diferentes tipos de campesinos en cualquier parte del mundo; y “además están fuertemente arraigados con la comunidad en la que establecen redes familiares y locales que les permiten colocar sus productos y enfrentar riesgos en los momentos que se necesitan; es decir, desarrollan redes de solidaridad” (López, M 2008:130).

Éstas sociedades sin haber resuelto sus contradicciones históricas representadas por el acceso a la tierra, atención estatal y participación en los mercados, se ven enfrentadas en el marco de la globalización, a políticas gubernamentales y modelos de desarrollo económico que amenazan su permanencia y la reproducción de sus modos de vida, tradiciones, relaciones comunitarias y con el territorio (Piñeiro, 2005; Petras 2005)

Guatemala no es ajena a éste proceso. Con una población predominantemente asentada en el ámbito rural, que desarrolla como principal actividad económica la producción agropecuaria de subsistencia, constituyen un importante referente económico, político y social para el resto de la sociedad; no obstante ésta población mayoritaria sigue aguardando soluciones a sus problemáticas más profundas y estructurales como lo es el acceso a la tierra, desarrollo de mercados y asistencia del Estado. En éste contexto el presente artículo recoge algunos elementos centrales de la organización y actualidad campesina en Guatemala, teniendo como foco el trabajo que desarrolla la Pastoral de la Tierra Interdiocesana - PTI- que actúa como organización de acompañamiento y asesoría a productores y organizaciones campesinas de la región eclesiástica de los Altos.

A continuación presentamos algunos elementos que reflejan la actualidad organizativa campesina en Guatemala, principalmente aquella referida a las disputas relacionadas con la tierra. Las dos primeras secciones hacen referencia al contexto social y económico de Guatemala y de la región eclesiástica de los Altos, éste último por ser la región sobre la cual tiene incidencia la PTI. Posteriormente se abordan aspectos referidos al origen de la deuda agraria en Guatemala y más detalladamente analizamos el conflicto de los subsidios de arrendamiento como un episodio que refleja el estado actual de la conflictividad agraria. Para finalizar desarrollamos algunas reflexiones que son una invitación para continuar el estudio y el análisis de la cuestión campesina en Guatemala, que al igual que en la mayoría de países de Latinoamérica, refleja hoy más que nunca la lucha de éstas sociedades por resistir ante los avances del modelo expropiatorio neoliberal.

El contexto guatemalteco

Para el año 2010 la población guatemalteca se estima que superará los 14 millones de habitantes, de los cuales más del 60% siguen habitando en el medio rural, conformado comunidades indígenas-campesinas reforzando el potencial agrario del país. No obstante esta situación, la dinámica de distribución de tierras lleva a que el país se ubique entre uno de los más desiguales de la región Centro Americana y del mundo. Según fuentes oficiales 0.15% de los productores posee 70% de la tierra agrícola (productores comerciales); 10% tiene 3.85% (productores excedentarios); 59% de propietarios tiene 17% (productores de subsistencia) y, al extremo, 37% ocupa un 3% del total de la tierra (productores en un nivel de infrasubsistencia). La relación de concentración de tierras se hace insostenible al punto que 54% del total de fincas (menores de 1.4 has.) ocupan solo 4% de la superficie total de tierras agrícolas, mientras que 2.6% de las fincas más grandes (en promedio con 195 o más has.) ocupan casi dos tercios de la superficie total (ENA, 2006).

La desterritorialización campesina es un proceso que el pueblo guatemalteco ha debido enfrentar históricamente, sumergiéndolos en profundas relaciones de exclusión social, pobreza sistemática, segregación cultural y marginalidad política; y que como advierte Vay, (2010:16), en Guatemala, *el proceso de usurpación de la tierra tiene fechas claves:*

[...] en 1524 con la llegada de la invasión española se reparten las tierras y los indígenas. En 1871 con la Revolución Liberal, se inicia el cultivo del café y para ese efecto se otorgan tierras a los terratenientes de la época y se les garantiza mano de obra de indígenas y campesinos pobres. En 1944 se implementa la Reforma Agraria -durante el Régimen Democrático- pero en 1954 el gobierno es derrocado y se inicia la Contra Reforma en el agro. En 1962 se da inicio a la lucha armada; siendo una de sus causas principales la desigualdad en la distribución de la tierra y la explotación laboral. El conflicto armado interno que duró 36 años dejó como consecuencia más de 250,000 personas muertas, 40,000 personas desaparecidas y más de 1,000,000 de personas desplazadas y refugiadas.

Pese a la firma de los acuerdos de paz el 29 de diciembre de 1996 entre el gobierno de Guatemala y la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca –URNG²- que puso fin a un conflicto interno armado de más de tres décadas, donde la cuestión agraria constituía un elemento central en aras de lograr la reconciliación nacional; éste sigue siendo un tema sin solución a favor de los sectores campesinos-indígenas, y más bien, sigue creando nuevas fisuras en la trama social del país. Como parte de los acuerdos de paz se crean instituciones como el Fondo de Tierras –Fontierras-, y con la cooperación internacional (principalmente el Banco Mundial) se establecen fondos para promover una nueva *reforma agraria asistida por el mercado*, bajo el supuesto de superar los problemas inherentes a la administración pública, como la burocracia y el clientelismo:

Este concepto parte del supuesto que el mercado de tierras es el mejor regulador de la oferta y la demanda. El papel del Estado está limitado a la provisión de créditos y/o donaciones y al establecimiento descentralizado de mercados de tierras más fluidos, no a la administración de todo el proceso. Gran parte de los servicios proporcionados a los beneficiarios son entregados por el sector privado. Se supone que la supresión de la agencia estatal en el proceso de selección y negociación de la tierra elimina ineficiencias, reduce costos administrativos y oportunidades de corrupción. (Vay, 2010:20)

Pese a los acuerdos y estrategias desarrolladas para hacer frente a la problemática de tierras en el país, no se ha avanzado significativamente en una solución estructural que permita a los sectores campesinos arrendatarios y sin tierras el acceso al recurso de manera permanente, amparados en un orden institucional y administrativo que le garantice infraestructura y asistencia para la producción, mercados para la comercialización de sus productos y una oferta de servicios de salud, educación, y desarrollo social que correspondan a sus sistemas de creencias, formas de relación con el territorio y con su comunidad, es decir, respetando su modo específico de reproducción social. Por el contrario, cada vez avanzan los procesos de desterritorialización campesina mediante la expansión del capitalismo agrario en su actual versión neoliberal, a través de los cultivos para biocombustibles o commodities, desarrollo de megaproyectos hidroeléctricos, mineros y/o energéticos, y la expansión inmobiliaria con los barrios privados (Rincón, 2008)

En el modelo agroexportador neoliberal las sociedades campesinas pierden cada vez más relevancia como actores productivos y económicos, por cuanto a diferencia de modelos como el de Industrialización para la Sustitución de Importaciones – ISI – en donde garantizaban la oferta de alimentos baratos que permitieran mantener los salarios bajos en las ciudades, actualmente su función viene siendo desarrollada por grandes corporaciones transnacionales. Así, el campesinado en su carácter de sujeto social, económico, productivo y cultural encuentra amenazada su permanencia y persistencia en el medio rural latinoamericano, a consecuencia del avance del actual modelo expropiatorio (Rubio, 2003).

El programa de reforma agraria asistida por el mercado impulsada en Guatemala no ha generado los beneficios esperados; a 2004 solo se habían beneficiado 14,286 familias, en un promedio de 2,192 familias anuales; lo cual está muy lejos de resolver el problema de acceso a tierras que tiene un incremento en la demanda de 2,51% anual, es decir, cada año la demanda de personas por tierras se incrementa en 8 mil familias, a lo que se debe sumar el déficit acumulado que para el año de 2002 era de 316 mil familias. En referencia al mercado laboral agropecuario se muestra que 91% de los trabajadores del campo perciben un salario por debajo del mínimo establecido por el Ministerio de Trabajo y Previsión Social; y 9% restante que logra un salario superior al mínimo legalmente establecido lo hace a través del trabajo de los hijos y la esposa, a quienes no se les reconoce un salario formal a

² La Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (UNGR) fue fundada el 7 de febrero de 1982, como resultado de la coordinación de los cuatro grupos guerrilleros más importantes de Guatemala, que eran: Ejército Guerrillero de los Pobres (EGP), la Organización del Pueblo en Armas (ORPA), las Fuerzas Armadas Rebeldes (FAR), y el Partido Guatemalteco del Trabajo (PGT).

pesar de que desarrollen las mismas labores y cumplen el mismo horario que el padre y/o esposo, invisibilizando el trabajo de la mujer y los niños, restringiéndoles así sus derechos (ENA 2006).

Vay (2010:12) indica que:

La falta de estabilidad de trabajo del campesinado, la falta de tierra para cultivar, el alto grado de explotación laboral en el campo, la cesantía que se caracteriza por ser alta y los despidos son fenómenos constantes. Esto ha tenido como consecuencia que una gran parte de la población emigre a México y los Estados Unidos en busca de mejores oportunidades de trabajo. Estas emigraciones han tenido consecuencias graves en las comunidades, pues debido a las leyes migratorias de Estados Unidos, muchas personas han perdido la vida intentando llegar a este destino, dejando abandonada a sus familias en situaciones de extrema precariedad.

El campo guatemalteco se ha configurado como un escenario de profunda desigualdad producto de los procesos históricos que han configurado la dinámica de tenencia de tierras, desarrollo productivo y organización social. Con el predominio de los sistemas capitalistas de producción que explotan a los campesinos arrendatarios o sin tierras se han abierto irreconciliables brechas sociales que llevaron incluso al mantenimiento de un conflicto interno armado por más de tres décadas, y que en la actualidad -sin haber resuelto sus demandas como el acceso a tierras, mercados y asistencia del Estado,- las sociedades campesinas se deben enfrentar a los procesos de expansión del capitalismo agrario en su actual versión agroexportadora neoliberal, que implicará más pobreza, mayor marginación y desde ya, la emergencia de nuevos y más agudos conflictos socio-territoriales.

La PTI: origen, estructura y objetivos

Con la carta pastoral *El Clamor por la Tierra* de 1988 firmada por los 16 obispos de Guatemala en ese momento, se pone en el centro de la discusión nacional el tema de la insostenible dinámica concentración de tierras y la incapacidad estructural que el campesinado -como clase marginada y excluida- evidencia para acceder al recurso por cuenta de las políticas gubernamentales; pero más concretamente, debido al poder concentrado en una clase terrateniente que no pretende ceder sus beneficios a favor de los sectores excluidos de la sociedad. La carta pastoral se constituyó en un referente fundamental que hizo explícita la realidad agraria del país, y donde por primera vez la iglesia católica se pronuncia frente a un tema de tan profundas implicancias sociales y políticas, que afectaría a las corrientes más conservadoras y recalcitrantes de la sociedad guatemalteca, aliadas históricas de la iglesia.

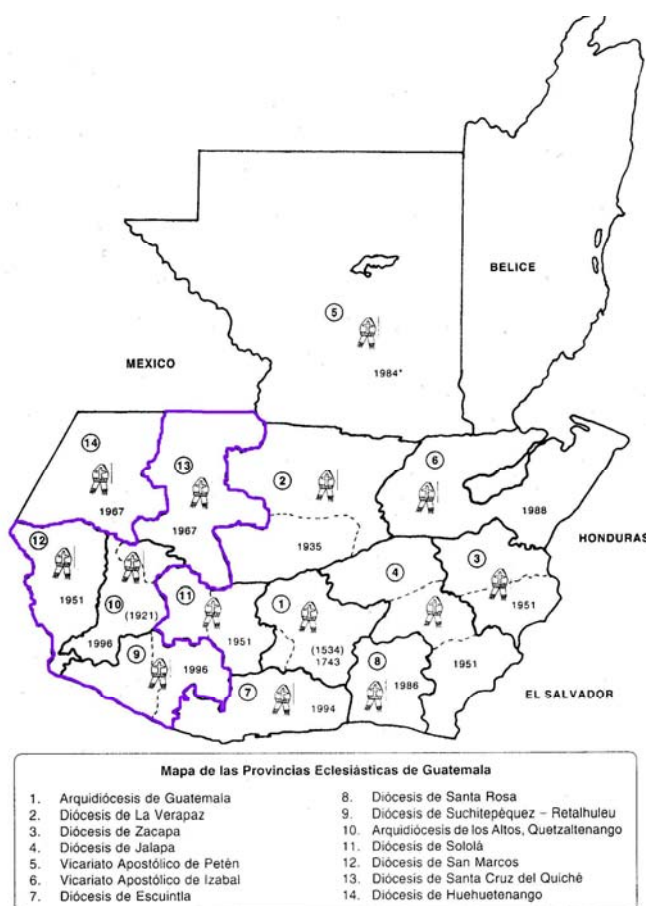
Con el “Clamor por la Tierra” se buscó hacer un llamado a las autoridades, a los partidos políticos, a las fuerzas productivas del país, al movimiento campesino e indígena a aunar esfuerzos para buscar cambios sociales que se traduzcan en una estructura de tenencia de la tierra más equitativa, en el establecimiento de soluciones genuinas que contribuyan al desarrollo integral, y en la definición de un marco legal que tenga como meta el bien común (López, 2008:112-113).

La carta pastoral no solo generó eco en Guatemala, sino que su clamor por la tierra retumbó en todas aquellas regiones donde el campesinado ha sido, es y sigue siendo explotado sin posibilidad de salir de ese círculo vicioso de miseria y pobreza. Para Guatemala éste clamor también se tradujo en la emergencia de nuevas corrientes - que desde la iglesia y soportados en la opción por los pobres – dedican su labor a favor de los sectores excluidos del medio rural.

La Pastoral de la Tierra Interdiocesana en Guatemala nace con el apoyo y el aval de los obispos de la región eclesiástica de los Altos (ver mapa 1), donde su actual referente es monseñor Álvaro Albarracín. La PTI está conformada por las diócesis de San Marcos, Quetzaltenango, Suchitepéquez y Quiché con el propósito de coordinar acciones entre pastorales entorno a sus áreas de trabajo. La PTI concentra sus esfuerzos básicamente en cuatro temas: 1. fortalecimiento institucional; 2. Incidencia jurídica y política; 3. Formación y comunicación; y 4. Agroecología y economía solidaria. Su principal instancia es la asamblea del PTI en donde se selecciona la comisión coordinadora y una coordinación ejecutiva (unidad ejecutora) que se encuentra en la ciudad de Quetzaltenango. (ver diagrama 1).

Los departamentos de San Marcos, Quetzaltenango, Suchitepéquez y Quiché, que hacen parte de la PTI, cuenta con una población mayoritariamente campesina-indígena que práctica-desarrolla un modelo de producción de economía campesina de subsistencia. La población de éstos cuatro departamentos se estima en 3,193,073 habitantes, que representa algo más de 22% de la población del país. En la región se estima que hay un total de 249,308 productores, que explotan alrededor de 259,797 fincas que comprende una superficie de 1.169.923 manzanas³; es decir, en promedio cada finca tiene una extensión de 4,5 manzanas⁴, lo que da cuenta del carácter de producción a baja escala imperante en la región (ver cuadro 1).

Mapa 1: Diócesis que conforman la Pastoral de la Tierra Interdiocesana (diciembre 2009)



Fuente: Conferencia Episcopal de Guatemala 1997

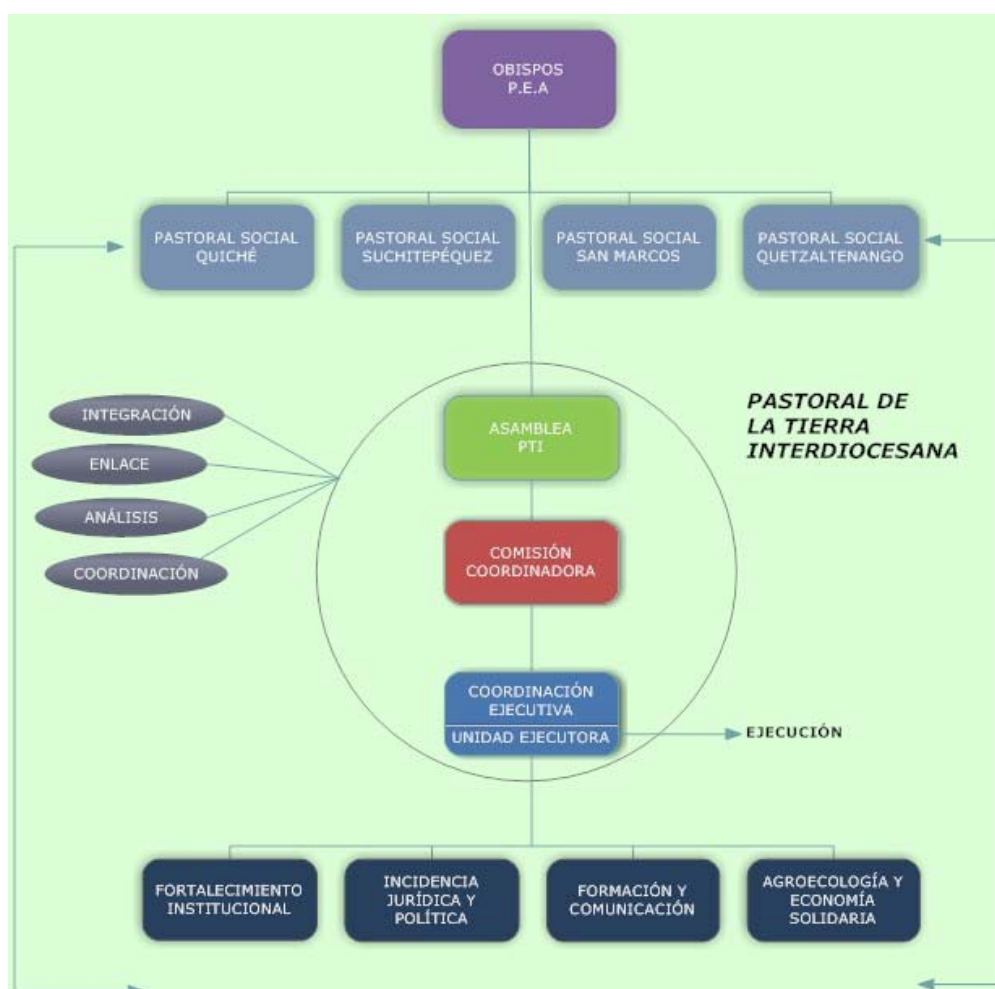
³ Equivaldría a 818.946,1 hectáreas. 1 manzana equivale a 0,70 hectáreas.

⁴ Equivale a 3,2 hectáreas.

El área de Incidencia Jurídica y Política de la PTI desarrolla un trabajo de acompañamiento y asesoría en aspectos organizativos, jurídicos y políticos hacia los movimientos campesinos que están presentes en la región; no obstante las directrices y prioridades de cada una de las diócesis que integran la PTI pueden limitar o dilatar la continuidad de procesos y el logro de algunos objetivos. Al respecto Elmer Parala⁵ menciona que:

[...] el trabajo se puede ver afectado porque algunos obispos pueden estar sustentando su trabajo desde la misma vivencia de los campesinos, y no sobre las organizaciones, y consideran que el proceso debe de ir por un lado y no por donde ya se había iniciado, digamos en la organización campesina, en la cohesión, fortaleciendo, ir haciendo incidencia política, ir haciendo cambios estructurales, tener una capacidad de propuesta, ir reivindicando, por eso, apuestan algunos por ir por la seguridad alimentaria, o acogerse a los principios de caridad [...] así la acción de la pastoral se desprende de la caridad hacia la trasformación, pero que en realidad como la necesidad de los pueblos es tan variada que si te pones a hacer actividades de asistencialismos o actividades que no van a favorecer directamente el hecho de que no hay alimentos o ropas, cosas, así puntuales, tampoco nos aleja porque también existe esa necesidad. Lo que se busca desde la pastoral [PTI] es cubrir las necesidades básicas pero también, promover la incidencia política [...]

Diagrama 1: Estructura organizativa Pastoral de la Tierra Interdiocesana



Fonte: www.pti.org.gt

⁵ Coordinador del área de incidencia jurídica y política PTI. Las entrevistas se realizaron el 26/11/09, Quetzaltenango, Guatemala.

Cuadro 1 - Número de productores agropecuarios y número de fincas en la región de incidencia de la PTI.

Departamento	Total de productores	Productor jurídico o entidad colectiva	Número de fincas	Superficie (en manzanas)
Quetzaltenango	46,054	123	46,061	203,296
Suchitepéquez	8,452	114	10,615	269,003
San Marcos	113,365	497	113,776	262,844
Quiché	81,437	-	89,345	434,680
Total	249,308	734	259,797	1,169,923

Fuente: elaborado por el autor en base INE

La acción de la PTI se encuentra sujeta a las directrices que cada uno de los obispos determine para sus diócesis, las cuales en un periodo pueden estar direccionadas al logro de las reivindicaciones estructurales que las comunidades requieran solución; o pueden girar entorno a realizar acciones de asistencia puntal e inmediata como el suministro de alimentos, vestimentas y accesorios de primera necesidad, lo que afecta los procesos de organización política que pueden venir desarrollándose entorno a demandas como la tierra, mejoras salariales, exigencia de políticas sectoriales y cambio del modelo económico.

En Guatemala la tierra sigue persistiendo como la deuda histórica que aún se mantiene sin subsanar a favor de las comunidades campesinas marginadas y de los sin tierra. En ésta puntual reivindicación, el ascenso de corrientes conservadoras en la iglesia en los últimos años, ha afectado el trabajo que la PTI viene desarrollando a favor de las comunidades ya que han dejado de contar con el apoyo, que otrora, la iglesia les brindara más firmemente; en este sentido Ronal Recancoj⁶ menciona que:

[...] se está volviendo a años atrás a decir, bueno lo que tenemos que hacer como iglesia es trabajar el tema de celebración de ritos, lo otro no nos corresponde [...] la conferencia episcopal en Guatemala adolece de liderazgo, salvo monseñor Álvaro Cabasil, salvo otros dos más, son los que están tratando de aportar hacia el tema social. [...] si tenemos dificultad en cuanto a ejecutar nuestro trabajo social de la iglesia, en un momento nos hemos sentido solos al quedarnos sin mucho apoyo desde la misma iglesia [...] cuando se ha criticado el tema de la tenencia de la tierra, el tema de los desalojos, el tema de la represión hacia los compañeros y compañeras [...] la iglesia dice aquí que usted esta trabajando no tiene que hablar a nombre de la iglesia [...]

Con una trayectoria que supera los diez años, el área de incidencia jurídica y política de la PTI desarrolla un trabajo interdiocesano con el propósito de consolidar el movimiento campesino regional a través del Movimiento Campesino Multisectorial como espacio de articulación de las bases locales con el movimiento nacional campesino afiliado a Plataforma Agraria⁷. Entre las principales problemáticas que ha podido diagnosticar el área de trabajo de incidencia jurídica y política es la participación y el papel de la mujer en la organización

⁶ Integrante del área de incidencia jurídica y política PTI hasta diciembre de 2009. Las entrevistas se realizaron el 26/11/09, Quetzaltenango, Guatemala.

⁷ Plataforma Agraria surge en el año 2000 con el propósito de impulsar una alianza entre agrupaciones de diferentes sectores a favor del campesinado. Sus fundadores son la Pastoral de la Tierra Interdiocesana (PTI), Asociación para el Avance de las Ciencias Sociales en Guatemala (AVANCSO), la Coordinadora Nacional Indígena y Campesina (CONIC), y el Centro para la Acción Legal de Derechos Humanos (CALDH). A partir del 2001 convocan a organizaciones campesinas regionales, con las cuales continúa la reflexión para elaborar dos iniciativas políticas, Abriendo Brecha (que es una propuesta de desarrollo rural) y Reforma Cafetera (que es una iniciativa para la atención de la crisis de las pequeñas economías del campo). Actualmente integran la Plataforma Agraria agrupaciones campesinas locales, municipales y departamentales, así como grupos de acompañamiento e investigación. Tomado de: www.plataformaagraria.org

campesina, para el cual se está avanzando hacia la consolidación de un proceso de Red Mujeres que tiene como propósito la construcción de agendas políticas para las mujeres.

Así mismo han sido coparticipes de un proyecto de ley de Desarrollo Rural -Abriendo Brecha- el cual surge como propuesta desde las organizaciones campesinas, con el apoyo de ONGs y organizaciones “amigas”. Con éste proyecto de Ley se pretende atender el creciente nivel de conflictividad agraria surgido por las malas adjudicaciones de tierra llevadas a acabo por el gobierno central; como también los conflictos emergentes producto de la expansión de los cultivos agroindustriales, que genera renovadas disputas por los recursos como el agua, la tierra, entre otros.

Los esfuerzos que desde la PTI se han desarrollado para acompañar a comunidades campesinas en su proceso de acceso a la tierra han arrojado múltiples experiencias, algunas de las cuales han generado conflictos entre las organizaciones por cuanto se reproduce el *Modelo Finca* -que hace referencia la relación entre patrono y mozo⁸- en donde al interior de la unidad familiar el padre se convierte en *patrono* y la familia ocupa el lugar del *mozo*, modelo que tiende a reproducirse también a nivel comunitario y en la organización, donde los líderes ocupan el lugar del *patrón* y el resto de la comunidad o miembros de la organización se convierten en *mozo*. Ésta situación se presenta por la inexistencia de programas de acompañamiento del Estado para los procesos de adjudicación de tierras, que permitan garantizar a los productores la reproducción de un modo de vida campesino.

Respecto al trabajo que actualmente desarrolla la PTI, Elmer Parala menciona:

[...] el proceso interdiocesano depende en gran parte de el interés de cada pastoral. En la actualidad se tiene la experiencia de estar avanzando en proyectos interdiocesanos como lo es la escuela campesina, para ir haciendo una renovación del liderazgo, ir creando un pensamiento político efectivo. Otra área es la que impulsa el elemento económico dentro del movimiento campesino a través del mercado campesino en donde se tienen varias líneas de producto donde está la esfera de la producción, transformar, comercializar y estar posicionando una marca en el medio, además de que hay una distribución equitativa de la ganancia. Luego están los procesos de incidencia que son los más costosos, lentos, coyunturales, pero que lleva una continuidad, son los más dolorosos, son los más silenciosos, algunas veces, igual que van buscando la transformación, además que agotador por que es enfrenar el sistema.

La PTI tiene como base principal el trabajo que desarrollan las pastorales de la tierra a nivel local, que con el tiempo han venido consolidando procesos organizativos campesinos a éste nivel. Por lo tanto, la PTI surge como un espacio de articulación del trabajo de base local ante la carencia de estructuras departamentales con capacidad de incidencia a nivel nacional. Ésta estrategia surge también para dar respuesta al carácter centralizado de las políticas y la organización administrativa del país, que margina las poblaciones y comunidades que se alejan de su corto espectro de incidencia. Así la PTI se plantea como objetivo principal la consolidación de los procesos organizativos a nivel regional que irriguen y favorezcan las organizaciones de base, con capacidad de articulación con la organización campesina en el plano nacional.

El origen de la deuda agraria en Guatemala

La historia social y política de Guatemala ha estado marcada por un conflicto interno armado que desangró al país por décadas, el cual tuvo como motivo la emancipación de la población motivada por las condiciones de marginalidad y explotación en la cual se

⁸ Mozo hace referencia al productor campesino que trabaja la tierra bajo condiciones de arrendamiento y subordinación ante el patrono o hacendado.

encontraban sometidos. Tras años de conflictos, pérdida de vidas humanas y empobrecimiento del país, se logra un definitivo acuerdo de paz en el año de 1996, relegando para más adelante la solución de los problemas estructurales que aquejaban el campo guatemalteco, como es el acceso equitativo a la tierra, políticas de fomento a la producción de economía campesina y políticas de desarrollo rural. No obstante la intención política de las organizaciones alzadas en armas, y las esperanzas puestas en los compromisos firmados en los acuerdos de paz: distribución de tierras para campesinos e indígenas, políticas de fomento para su producción y de desarrollo rural; siguen siendo deudas que esperan ser subsanadas. En referencia a los programas de tierras, Elmer Parala menciona:

[...] son procedimientos para mantener el sistema..., el acceso a tierras es a través del Fondo de tierras, el Banco Mundial después de la firma de los acuerdos de paz dio un préstamo millonario, esto se convirtió en un fideicomiso, vino a favorecer a un banco en donde tiene acciones el Estado más todo el poder político, compra de fincas, sistema de mercado... La organización la adquiere [una finca] hipotecando todo lo que no tiene, lo que nunca ha tenido, con una deuda que nunca ha tenido ni comparada lo que debe un campesino a la hora de entrar a este sistema que pudiera traducirse en Q100 mil⁹, no se compara ni con lo que pudiera haber percibido en 10 o 15 años como trabajador; ósea es una deuda irreal pero la asume, fincas en donde no se hizo un adecuado estudio, análisis sobre la forma en la que iban a producir, transformar, entonces ahora todos están endeudados, entonces surge la Deuda Agraria [...]

La política agraria posterior a los acuerdos de paz en relación con el acceso a la tierra no contempló la distribución y afectación de aquellas tierras que se encontraban en manos de terratenientes, muchas de ellas inoficiosas y que consisten en el sustento primordial del conflicto social y político que afectó y afecta a éste país centroamericano. Por el contrario, se echo mano de las actuales estrategias centradas en el mercado de tierras, en donde se espera que el acceso a éstas sea regulado por las leyes de oferta y demanda del mercado.

A través del otorgamiento de subsidios que son préstamos, o créditos “blandos”, se espera que los productores encaren la labor de negociar con el terrateniente o latifundista la venta de la tierra, ésta estrategia que es promovida por las agencias de cooperación internacional quieren desconocer la condición de subordinación en la que se encuentran los campesinos ante sus patrones históricos, señores a los que les profesan respeto, que ostentan autoridad y cuya palabra difícilmente va ser cuestionada. Adicionalmente se les presiona a desarrollar una estrategia productiva que les permita solventar sus costos de reproducción y que a su vez les permita hacer frente a la deuda adquirida, sin tener presente que la producción de economía campesina sufre profundas y estructurales problemáticas, que se agudizan con la implementación de políticas de corte neoliberal que las afectan directamente a través de la importación masiva de alimentos. Los programas de acceso a tierras se convierten en carruseles sin salida, donde el campesinado no puede hacerse al recurso; esto lo describe Elmer Parala cuando expresa:

[...] entonces el Estado viene y plantea la dinamización de las fincas, ¿esto que significa? Vamos a analizar finca por finca, que problema tuvo, vamos a inyectar nuevamente capital, vamos a nombrar técnicos, y todos los que están buscando tierras, pues ya no les vamos a dar colectivamente sino que les vamos a dar individualmente, y cartas de oferta que van y vienen, el problema y la estrategia es que ahora ya hay dos compitiendo por una finca, entonces esta finca que tiene 10 caballerías¹⁰, en esta región de Quetzaltenango vale Q10 millones, el Fondo de Tierras solo paga Q10

⁹ 1 US equivale a Q 7,84.

¹⁰ 1 caballería equivale a 45,15 hectáreas.

millones porque solo paga un millón por caballería y los campesinos son 60 familias y dicen: que platal ¡que le bajen!. El dueño de la finca quiere en vez de Q10 millones, 15, se logra negociar que lo deje en 12, pero el Fondo de Tierra solo paga 10 y así llevan 5 años, y no hay modo, pero aquí en este lugar hay un nacimiento de agua, hay un río caudaloso, o bien puede haber interés para la exploración minera, entonces ahora como existe la opción de los megaproyectos viene una transnacional: cuanto quería este señor por su finca? Q20 millones. Entonces ahora éste ofrece 20 [la transnacional] entonces éste ya sabe [el dueño], no, Q50 millones, entonces te lo doy en 30; entonces se desplazó al campesino [de] ésta finca donde produce sus alimentos, conoce, tal vez tiene planes de conservación del mismo bosque, ahí ha vivido toda su vida, ahí tiene su cementerio, se queda en la periferia, futuro trabajador de la transnacional [...]

Los campesinos arrendatarios y los trabajadores sin tierra van perdiendo las posibilidades de hacerse al recurso por cuenta de los programas de reforma agraria basados en el mercado de tierras, que en última instancia lleva a un mayor endeudamiento para los productores, para que posteriormente sean los grandes grupos económicos y las transnacionales los que se hagan a las tierras para el desarrollo de sus emprendimientos e inversiones. Se es testigo de un continuo proceso de precarización de la producción campesina y expulsión de la población a los centros urbanos o periferia de sus antiguos territorios para llegar a nutrir los ejércitos de reserva para la agroindustria y las explotaciones mineras. Elmer Parala amplía:

[...] el Fondo de Tierra tiene su política de los arrendamientos, entonces ya estos 60 campesinos que antes se pensaban dueños, y que alquilaban o arrendaban a él, ahora ya no se pueden pensar en dueños sino que se mantiene el mismo estatus donde no tienen tierra, y vienen a arrendarle a él, al que compró la finca. Entonces la platita vuelve a devolvérsela al Estado y de seguro que poco a poco se va a ir reduciendo los espacios que le van a alquilar o a arrendar para su producción, por que una exploración es casi la forma secreta en la que trabajan y los territorios o bien digamos, palma africana, entonces se llena todo esto y la gente a donde va poder ir a cultivar sus alimentos y yo creo que es una política que no solo en Guatemala se esta impulsando.

La lucha por los arriendos: radiografía de un conflicto

En el año 2009 se desarrolla en Guatemala una movilización de alcance nacional liderada por organizaciones campesinas y de sin tierra convergentes en “Plataforma Agraria”. Entre otros motivos, la movilización tuvo como objetivo exigir al gobierno central el otorgamiento de 40 mil subsidios para el arrendamiento que beneficiara a trabajadores sin tierra y trabajadores eventuales¹¹ con el objetivo de garantizar la seguridad alimentaria. El subsidio de arrendamiento consiste en la entrega de dinero en efectivo a los productores para que éstos arrienden o concuerden con dueños de tierras – principalmente latifundistas– una porción de tierra para labrar por un periodo de un año, además de la compra de insumos. El monto del subsidio para arrendamiento que es otorgado sólo permite arrendar un área de terreno correspondiente a una cuerda que equivaldría a 400m², durante un año por una única vez.

¹¹ Los trabajadores rurales sin tierra o trabajadores eventuales consiste en una categoría de asalariados rurales que poseen una porción mínima de tierra en donde ubican su domicilio pero carecen de tierra propia para la producción. Se encuentran asentados en zonas marginales de las haciendas, manteniéndose sujetos al modo de explotación hacendatario.

Como producto de las arduas jornadas de movilización y prolongadas negociaciones entre representantes campesinos y representantes del gobierno de Álvaro Colom, se acordó la entrega de 10 mil subsidios de arrendamiento que serían divididas equitativamente entre las organizaciones participantes en las movilizaciones para que éstas a su interior, las distribuyeran según sus criterios y prioridades.

La movilización por los arrendamientos también representó una victoria en sentido de garantizar su carácter de subsidio y no de crédito de arrendamiento como inicialmente se tenía previsto entregar. Las organizaciones participantes en la movilización centraron su lucha política en garantizar el ingreso que pudiera beneficiar a los productores más precarizados. En este sentido Ronal Recancoj menciona:

[...] el gobierno [...] la única forma de arrendamiento que tiene es el crédito, pero a través de Plataforma Agraria la idea es que sea un arrendamiento que no sea crédito, porque entonces se vuelve mucho más pobre la persona porque primero, el arrendamiento llega a destiempo, segundo el espacio físico para la producción es mínima, entonces sobre eso tiene que pagar por el crédito; creo que la lucha más importante en el tema de los arrendamientos es justamente tener la visión de que los arrendamientos están pensados para la gente pobre, que no tiene para pagar el crédito, por esa razón no deberían ser créditos sino arrendamientos solidarios. [...] Inclusive se ha obligado al gobierno, a decir bueno, no hay la figura de quizás el arrendamientos sin crédito solo con créditos, entonces [...] es ahí donde cuesta la lucha política hacia lograr ese tipo de situaciones.

En el mes de noviembre de 2009 tras meses de espera por los subsidios acordados, se recibe una nueva comunicación del Ministerio de Agricultura y el Fondo de Tierras en donde notifica que de manera unilateral, se reduce el número de subsidios para arrendamiento que se había comprometido a entregar, donde aduciendo reducciones presupuestales indican que se hará entrega de solo 8.325 subsidios de arrendamiento, que significa una disminución de 1.675 subsidios de arrendamiento, lo que para las organizaciones campesinas significaría una reducción de 80 subsidios de arrendamientos menos a los previamente pactados.

La prolongada negociación y posteriores trámites burocráticos han hecho dilatar el proceso de entrega de los subsidios de arrendamiento, lo cual ha generado una serie de nuevos inconvenientes por razón de encontrarse por fuera del ciclo productivo y además el otorgamiento de los subsidios se iniciaría en el periodo en el cual los destinatarios o beneficiarios se encuentran abocados en labores agrícolas. Elmer Parala al respecto menciona:

[...] ésta no es época para producir, ya no hay lluvias, viene el tiempo frío, la mayoría de la gente en estos tiempos está involucrada en la cosecha del café, trabajan aquí en la región o se van a México o migran a la costa sur por la época de zafra, que es lo del azúcar [...]

La dilatación en las negociaciones, posteriores impedimentos burocráticos que dificultan la entrega de los subsidios, sumado a la reducción unilateral de los arrendamientos comprometidos y la entrega fuera de tiempo que se hacen de éstos, hace pensar en una estrategia orquestada desde el gobierno central para desarticular y desmovilizar a las organizaciones campesinas a través del desgaste de sus bases, que tras prolongados periodos de movilización y resistencia ven inmóviles como se incumple con los acuerdos pactados y deben conformarse con lo que el gobierno central bien defina otorgarles, en el tiempo y la forma como éste lo crea conveniente.

Reflexiones finales

El campesinado global parece vivir en un círculo de exclusión, pobreza, marginalidad, discriminación y explotación que se reproduce constantemente en todas las latitudes. La realidad de las sociedades rurales de economía campesina en Centro América, y específicamente en Guatemala, no dista de manera sustantiva con lo que el resto de las sociedades campesinas deben vivir en otras latitudes, donde son víctimas de las consecuencias que acarrea la aplicación de modelos económicos y políticas gubernamentales que los siguen considerando un lastre que la modernización agropecuaria se encargará de eliminar.

Con una historia colmada de experiencias de resistencia que se puede rastrear desde el mismo periodo de conquista llevado a cabo por los invasores españoles, el pueblo guatemalteco y sus sociedades rurales, han luchado insaciablemente por la defensa de un modo de vida que les permita garantizar la reproducción de su grupo doméstico, de su territorio y de su sistema de organización social.

En la actualidad éstas sociedades se ven amenazadas por el avance de nuevas formas de expansión del capitalismo agrario en su versión agroexportadora neoliberal; para el cual, las sociedades campesinas dejan de ser cada vez menos indispensables para su reproducción. Soportados en el capital financiero o de otros ámbitos especulativos, han podido desarrollar modelos de producción con una alta demanda de insumos agrícolas, riego, semillas mejoradas y maquinaria agrícola que hace innecesaria el mantenimiento de un remanente de fuerza de trabajo agrícola, desterritorializando la producción campesina para de este modo incorporar nuevos territorios a la producción capitalista. Otras versiones de éste modelo lo comprenderían los megaproyectos para la extracción de minerales, la construcción de represas, y la creación de megaproyectos inmobiliarios y de turismo entre otros.

A la par que estos procesos se desarrollan en el campo guatemalteco, también se continúan desarrollando estrategias de lucha y resistencia campesina por los elementos básicos que le permitan garantizar su subsistencia como clase campesina, donde la tierra continua siendo la primordial demanda. La disputa por el subsidio de arrendamientos es un ejemplo latente de la conflictualidad campesina por su territorialización y resistir ante los procesos de expropiación a los cuales se encuentran sometidos. No obstante López, (2008:118) indica que “el movimiento social en Guatemala enfrenta una profunda crisis de liderazgo, de propuesta, de crecimiento y consolidación organizativa y las disputas por la hegemonía del movimiento están presentes en cualquier intento por articular esfuerzos”. Éste episodio también refleja la posición que el gobierno central adopta dilatando la entrega de los subsidios previamente acordados y, posteriormente la unilateral reducción que hace de los mismos, lo cual corresponde a una clara estrategia de desmovilización de las organizaciones mediante el desgaste y la desmotivación de sus bases.

Paradójicamente la lucha por el subsidio de los arriendos la cual se define como una victoria para las organizaciones, también se constituye en una victoria para los terratenientes y latifundistas a los cuales la organización rechaza y combate. Es una victoria para ellos por cuanto, de una parte, no se pone en cuestión su control y propiedad de la tierra, manteniendo intacto el modelo de concentración desigual e improductiva de la tierra, y por otra, los subsidios de arrendamiento van a llegar a engrosar sus cuentas bancarias ya que los campesinos arrendatarios y sin tierra deberán pagar a éstos por el derecho de explotar una parcela que les permita subsistir.

Así se evidencia la relación profunda, histórica y funcional que sigue persistiendo en Guatemala entre la oligarquía política y la clase terrateniente, la cual se constituye, quizás, en la principal barrera a derrocar en la búsqueda y construcción de una sociedad que tenga instituciones realmente democráticas que propendan por el bienestar del grueso de la sociedad y no de las pequeñas elites como a lo largo del tiempo ha sucedido.

En ésta búsqueda y lucha por la construcción de una sociedad para las mayorías, la PTI se constituye en una importante acompañante de los procesos sociales desde la iglesia -un lugar que en Latinoamérica ha dejado más heridas que enseñanzas- sin embargo desde

su autoproclamada opción por los pobres, viene apoyando proyectos productivos y políticos campesinos fundamentales para la construcción de procesos que puedan consolidarse a pesar de las oscilaciones que se puedan presentar a nivel económico, político y social.

La PTI a su vez se constituye en un espacio que disputa, ante las corrientes más conservadoras de la iglesia, la posibilidad de consolidar con las comunidades campesinas un trabajo de formación política, que les permita a éstas ser obra y parte de su transformación; que indudablemente, estará atravesada por la lucha al acceso a la tierra, por la creación un modelo campesino-indígena de desarrollo, por la solución a sus problemáticas más básicas como lo es la atención en salud, educación, vivienda y alimentos, en síntesis por la transformación de la estructura social actualmente imperante, que se aleja de las acciones asistencialistas y de caridad que la iglesia históricamente a adoptado.

Por último, no sobra mencionar que el anterior escrito busca ser más una primera aproximación a la rica, variada, compleja y crítica realidad que el campesinado guatemalteco afronta día a día; de modo que se constituye en una invitación para continuar su estudio y reflexión, por cuanto una región diversa, colmada de calor humano, exuberante, baluarte de cultura y tradición -como lo es Centro América- comúnmente pasa desapercibida hasta cuando ocurren episodios que irrumpen su aparente calma; no obstante allí, día a día, se teje una trama más de la resistencia social latinoamericana. *POR QUE AL SUR DEL RÍO BRAVO NO HAY UN PUEBLO, HAY TODO UN CONTINENTE.*

Bibliografía

BARTRA, A. 2006. El capital en su laberinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida. Ciudad de México. Itaca.

CHAYANOV, A. 1974. La organización de la unidad económica campesina. Nueva Visión. Buenos Aires.

CONFERENCIA EPISCOPAL DE GUATEMALA. 1997. Documentos de la Conferencia Episcopal de Guatemala 1956-1997. CEG, Guatemala de la Asunción.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. 2006. Encuesta Nacional Agropecuaria. Guatemala.

FERNANDES, B, M. 2005. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. En: Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Buainain, A. M. (Org). Campinas: Unicamp.

_____. Questão agrária na América Latina. Inédito

HAUBERT, M. 1999. L'avenier des paysans: les mutations des agricultures familiales dans les pays du sud. Paris, Presses Universitaires de France.

LÓPEZ, M. 2008. La función social de la propiedad y la quimera de los agronegocios em Guatemala – una posibilidad em El corazón de la globalización neoliberal. En: Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. Fernandes, B M (Coop.) CLACSO Livros, Expresão Popular, p.p. 107-137.

MEILLASSOUX, C. 1987. Mujeres, graneros y capitales. Siglo XXI, México

PIÑEIRO, D. 2005. La construcción de la identidad de la acción colectiva en el campo Latinoamericano. ALASRU. Movimientos sociales en América Latina 2: 21-41

PETRAS, J. 2005. La centralidad de los movimientos campesinos en América Latina: logros y limitaciones. ALASRU. Movimientos sociales en América Latina 2: 1-19

RINCON, L. F. 2008. Discursos del desarrollo, crisis y conflictos socioambientales. Notas para el análisis”. En: Serie Estudios Sociales Agrarios. Año 1, Nº 1. Centro de Estudios Avanzados/UNC. Argentina.

RUBIO, B. 2003. Explotados y excluidos: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. México, Plaza y Valdes Editores.

SHANIN, T. 2009. Chayanov’s treble death and tenuous resurrection: an essay about understanding, about roots of plausibility and about rural Russia. The Journal of Peasant Studies. 1: 83-101.

VAY, G, L. 2010. Las organizaciones campesinas y las acciones para el acceso a la tierra. La experienciad de CODECA. La Coalición Internacional para el Acceso a la Tierra (ILC), Guatemala.

Sitios Web

<http://www.ine.gob.gt/>

<http://www.plataformaagraria.org/>

<http://www.pti.org.gt/>

Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária

Antonio Maciel Botelho Machado

Doutor em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas -
Faculdade de Agronomia “Eliseu Maciel”
Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Florestas)
E-mail: maciel@cnpf.embrapa.br

Helvio Debli Casalinho

Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas
Professor da Universidade Federal de Pelotas - Faculdade de Agronomia “Eliseu Maciel”
E-mail: helvioldc@ufpel.edu.br

Resumo

Este artigo trata de uma reflexão sobre a pluriatividade como fenômeno do capitalismo contemporâneo, que traz implicações negativas para o camponês brasileiro e para um processo massivo de reforma agrária. Dessa forma, irá contrapor conceitos que navegam em direções contrárias: o de agricultura camponesa e reforma agrária com o de agricultura familiar e pluriatividade.

Palavras-chave: Agricultura familiar, trabalhador rural “sem-terra”, relações de trabalho rural, desenvolvimento rural, ruralidade.

Resumem

Crítica a la pluriactividad y sus relaciones con el campesinato y la reforma agrária

El presente artículo trata de una reflexión sobre la pluriactividad como fenómeno del capitalismo contemporáneo, que trae implicaciones negativas para el campesinado brasileño y para un proceso masivo de reforma agrária. De esa forma, se compararan conceptos que van en dirección contrária: el de agricultura campesina y de la reforma agrária con el de agricultura familiar y pluriactividad.

Palabras clave: Agricultura campesina, trabajador rural “sin-tierra”, relaciones de trabajo rural, desarrollo rural, ruralidad.

Abstract

A critique of pluriactivity and its relationship to the peasantry and agrarian reform

This article is a reflection of pluriactivity – part-time farming, mixed with other economic activity - as a phenomenon of contemporary capitalism that has negative consequences for Brazilian peasants and the agrarian reform project. The article contrasts concepts that set courses that sail away in opposite directions: that of the dichotomy between peasant agriculture/agrarian reform and family farming/pluriactivity.

Keywords: Family farming, landless rural workers, rural development, rural labor relations, rurality.

Introdução

A categoria “agricultura familiar”¹ foi incorporada por volta dos anos de 1990 no universo das questões agrárias do Brasil, seja na academia, no aparelho de Estado ou junto aos movimentos sociais mais próximos da linha sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil). Junto à questão da “agricultura familiar” surge outro tema – a pluriatividade, que passou a fazer parte de uma complexa discussão acadêmica. O termo pluriatividade começa a ser utilizado no continente europeu desde a década de 1970, é “revitalizado”² nos anos de 1980, sendo incorporado por pesquisadores brasileiros na década de 1990, com destaque no projeto “Rurbano”, de 1997, coordenado pelo professor José Graziano da Silva, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que tinha como objetivo desenvolver metodologias para quantificar a expansão das atividades não agrícolas no espaço rural brasileiro.

A pluriatividade está intimamente ligada à reprodução da agricultura familiar e se refere a circunstâncias específicas do processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Ao se orientar as políticas públicas no sentido do estímulo à pluriatividade da família camponesa, revela-se uma determinada interpretação da questão agrária que, como discutiremos mais adiante, considera a reforma agrária como secundária para a transformação da sociedade brasileira e das relações no campo.

A partir de uma breve revisão teórica sobre a ‘pluriatividade’ junto às mais destacadas contribuições nesse âmbito, buscar-se-á, nesse artigo, uma reflexão sobre o significado desse fenômeno para o camponês brasileiro, procurando diferenciá-lo do conceito genérico de ‘múltiplas atividades’, com um olhar mais voltado para os produtores assentados nos projetos de reforma agrária.

A pluriatividade como categoria teórica

A partir de uma criteriosa revisão bibliográfica realizada por Sacco dos Anjos (2003, p.79-86), ficou evidente que o termo pluriatividade “permite condensar, num só conceito, duas outras noções fundamentais: a agricultura a tempo parcial e a diversificação econômica e produtiva”. Outras conclusões apresentadas por esse autor se referem a não exclusividade de “agricultores com baixos ingressos agrícolas, marginais ou oriundos de zonas desfavorecidas, os que se lançam às estratégias de diversificação de atividades e ingressos”.

Do ponto de vista da economia política, Sacco dos Anjos, citando Marsden (1989), diz que a pluriatividade seria uma “estratégia de ajustamento”, ou seja, a forma encontrada por algumas famílias rurais no sentido de enfrentar um contexto social e econômico adverso e marcado por “incertezas”. Esse argumento refere-se à reestruturação do capitalismo, quando se verifica perda de centralidade econômica da agricultura. Alguns autores defendem que com a pluriatividade surge a possibilidade da “aparição de um estilo de vida peculiar, mais plural e enriquecedor, que assegura um maior nível de satisfação pessoal aos praticantes, se comparada com situação típica do agricultor monoativo.” (SACCO DOS ANJOS, 2003 p.84).

Do ponto de vista sociológico, Sacco dos Anjos aponta algumas questões que se apresentam associadas ao conceito de pluriatividade: a) crescente “masculinização” das atividades agrárias; b) mudanças no nível da dinâmica interna dos grupos domésticos; c)

¹ Segundo José de Souza Martins (1986, p.22), “camponês” não é uma mera palavra; é um conceito que designa uma situação de classe e dá unidade às lutas camponesas. É, portanto, uma palavra política e designa uma determinada concepção da história e das lutas políticas.

² Fuller, citado por Sacco dos Anjos (2003, p.79) justifica esse reaquecimento teórico do termo pluriatividade em função do que ele chamou de “revitalização” do estudo desse fenômeno pelas formas recentes de produção e reprodução das forças de trabalho no meio rural europeu no período compreendido entre os anos de 1975 e 1983.

alteração no balanço de poder no interior das famílias pluriativas; d) melhoria do *status* feminino e redução do peso do patriarcalismo. Em contrapartida, ele cita outros autores, como Pfeffer (1989), que demonstram o crescimento da “feminização” da produção agrícola em ambientes praticantes da agricultura a tempo parcial na Alemanha. Por fim, Sacco dos Anjos (op. cit. pp.84-86) apresenta os estudos que destacam o papel da família enquanto unidade de observação da pluriatividade nos processos de herança e sucessão nas unidades produtivas e a discussão existente sobre o espaço e a ruptura da dicotomia entre o rural e o urbano.

Como definição teórica de pluriatividade, Sacco dos Anjos (op. cit. p.90-91) expressa:

[...] trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolverem-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização a nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

Entretanto, o mesmo autor adverte que as circunstâncias internas às propriedades não são suficientes para definir integralmente a pluriatividade. Dessa forma, há que se considerar que “não se trata (apenas) de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista”. Por isso, o autor recupera os conceitos de “industrialização difusa” e da “descentralização industrial”³ como questões importantes para se localizar a pluriatividade na atualidade. (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Analisando o mundo agrário sob a ótica da globalização, Ianni (1999, p.42) vincula o “modo de vida no campo em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais socioculturais, em seus significados políticos”, com a revolução que o capitalismo está produzindo com a globalização. Conclui sua reflexão entendendo que “tudo o que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global”.

Dessa forma, para se refletir sobre a pluriatividade enquanto categoria teórica que se refere a um fenômeno contemporâneo, torna-se necessário explicitar, ainda que resumidamente, o contexto do modelo de desenvolvimento rural do qual faz parte.

Inicialmente, deve-se destacar o esgotamento do modelo “fordista” enquanto sistema de organização do trabalho, em especial no setor industrial, responsável pelo processo de acumulação ampliada do capital em escala mundial. Tal modelo, hegemônico no pós-guerra, sob o controle econômico e tecnológico dos Estados Unidos da América, irradiou um determinado modo de dominação para os demais países que compunham o bloco por ele liderado.

A Europa, destruída pela guerra, recebe maciços investimentos para a reconstrução e ampliação tanto das cidades como de seu parque industrial. Os demais países chamados de “terceiro mundo” - América Latina e África, passaram a ser tutelados por programas como a “Aliança para o Progresso”, com recursos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano (BID). Obviamente, o caminho do desenvolvimento trilhado por esses países, chamados na época de “subdesenvolvidos”, favoreceu a acumulação capitalista em todas as suas facetas.

³ Sobre essas novas formas de expansão industrial Sacco dos Anjos (2003, p.100) apresenta estudos realizados no Sul do Brasil, em especial no Estado de Santa Catarina com a incorporação de mão de obra rural pela indústria têxtil, no Vale do Rio Itajaí; no ramo da alimentação, no litoral Norte Catarinense e, também, na indústria de calçados no Rio Grande do Sul, estudada por Schneider (1999).

É nesse contexto que o conceito de “pluriatividade” forja-se na Europa ainda na década de 1940, ficando, contudo, em gestação, até o final da década de 1970, momento em que foi utilizado na Política Agrícola Comum (PAC). O termo *pluriactivité* (pluriatividade) servia para designar as atividades não agrícolas realizadas pelos agricultores familiares, naquele momento, que eram diferentes das “múltiplas atividades” que sempre realizaram. Estas últimas pressupõem todas as atividades agrícolas ou não agrícolas desenvolvidas dentro ou fora da porteira e, essencialmente, relacionadas à produção agrícola e a formas de sustento da vida familiar. Portanto, elas não se referem a atividades assalariadas. Para Garrier e Hubscher (1988), citados por Schneider (2003, p.104), “as atividades não agrícolas sempre foram praticadas por camponeses, pois integram o próprio modo de vida das sociedades rurais que não conhecem a rígida divisão social do trabalho e do espaço que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas”.

Na Europa, após o término da II Guerra Mundial em 1945, a questão fundamental era a recuperação física, econômica e política. Por isso, já em 1951 foi assinado o “Tratado de Paris”, que tinha como pontos centrais a reconstrução e unificação dos Estados europeus. Daí em diante, aconteceu um processo contínuo de modernização e industrialização. Hervieu (1999) abordou, em seu livro “Los campos del futuro”, a desterritorialização que aconteceu na década de 1990 e as inúmeras rupturas que ocorreram na agricultura camponesa francesa em decorrência desse processo, principalmente de ordem demográfica, na família, no território e na alimentação, gerando forte reação popular, a qual tinha como slogan: “Não queremos um país sem agricultores”.

O reflexo desse progresso, na agricultura, pode ser visto pelo grau de especialização e desempenho alcançado nas sucessivas safras de grãos, colocando-se a Europa no posto de segundo maior produtor mundial de alimentos, segundo dados da FAO (2008).

Nesse processo de crescimento produtivo sob forte pressão do Estado sobre os agricultores pela modernização, incorporação de novas tecnologias e capacitação contínua, os camponeses europeus desenvolveram formas de resistência à própria desaparecimento e não só para o aumento de suas rendas, que podiam ser percebidas pelo comportamento de um grande número deles ao se manterem ligados a outras atividades não agrícolas.

Sem a necessidade de um excursão sobre o processo econômico e político que forjou a história agrícola e agrária do Brasil nessa segunda metade do século XX, apenas como síntese, cabe ressaltar o caráter industrial do processo de modernização⁴ da agricultura, consolidando a passagem de atividades tipicamente artesanais para um sistema de produção em base manufatureira. Segundo Silva (1996), o que caracterizou a transição do “complexo rural” para o controle do “complexo agroindustrial” foram:

[...] a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão social do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário.

O modelo de modernização da agricultura imprimiu ao campesinato brasileiro mudanças significativas. Segundo Ianni (1999, p.48), “aos poucos, ou de forma acelerada, conforme o setor produtivo, a ação ou a região, o mundo agrário transforma-se em conformidade com as exigências da industrialização e urbanização”. Esse autor se aproxima do eixo central deste artigo quando afirma que “a produção agrícola transforma-se em um setor da produção industrial subordinada aos seus imperativos e submetida às suas exigências”.

Silva (1996, p.173) entende que esse domínio do “Complexo Agroindustrial” apontou para uma diferenciação camponesa em duas vertentes. A primeira, relacionada ao imenso grupo de famílias de agricultores que perderam seu papel na produção agrícola, sobrando-

⁴ Para Silva (1996, p.19), modernização da agricultura refere-se ao “processo de transformação na base técnica da produção” desse setor da economia a partir dos avanços tecnológicos do período seguinte à II Guerra Mundial.

lhes o espaço rural apenas como local de moradia e uma insignificante produção para o autoconsumo; a segunda, de produtores rurais mais “tecnificados, que integraram-se aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de organização de seu próprio processo produtivo”.

O projeto para o meio rural brasileiro, sob o enfoque da industrialização da agricultura, promoveu uma proletarização rural, fato chave para a nova dinâmica de acumulação capitalista no campo. Com a perda da função de produzir alimentos, o produtor rural camponês que não se atrela às cadeias verticais de integração com a agroindústria é forçado a deixar sua propriedade para vender sua força de trabalho, seja em tempo total ou parcial, em outras esferas do circuito capitalista. A literatura apresenta exemplos até de fluxos internacionais, como o caso de trabalhadores haitianos que vão cortar cana-de-açúcar nos EUA, por salários inferiores aos lá praticados. (MARTINS, 2000, p.170).

Dessa forma, a noção de pluriatividade, conforme os conceitos acima descritos, está imersa num contexto rural subordinado aos novos processos e exigências da indústria e da urbanização. Na atualidade, todas as relações econômicas que se estabelecem nesse espaço rural estão inexoravelmente submetidas aos interesses do capital. Por isso, Alentejano (2001, p.152) afirma que:

[...] o desenvolvimento da pluriatividade significa uma forma de acentuação da exploração capitalista, na medida em que faz parte do conjunto de transformações em curso no mundo de hoje que apontam para a flexibilização e precarização das relações de trabalho e para a reestruturação produtiva, que têm como efeito básico o aumento da exploração do trabalho e a ampliação da margem de lucro dos capitalistas.

Carneiro (2006, p. 173) faz menção a essa relação estreita do agricultor pluriativo com as formas modernas e globalizadas da relação capitalista. Segundo essa autora, “a pluriatividade aciona uma outra relação com o trabalho, uma relação plural fruto de uma fase do capitalismo marcada pela flexibilização dos contratos de trabalho e pela terceirização”. Além disso, para essa autora, a pluriatividade “só ganha sentido quando se relaciona com a política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho.” (CARNEIRO, 1996, citada por SCHNEIDER, 2003, p.105)

Nesse sentido, não é possível confundir o que se designa por pluriatividade com o mero entendimento de “múltiplas atividades” realizadas pela família camponesa. O conceito se refere à execução de atividades não agrícolas na forma atual de acumulação do capital. Como afirma Carneiro (2006, p.178):

O que ganhamos em compreensão desse fenômeno ao identificarmos como pluriatividade toda e qualquer atividade que não seja estritamente a de produção de alimentos e fibras? Não estaríamos correndo o risco de ampliar tanto o uso dessa noção que acabaríamos comprometendo gravemente o seu conteúdo explicativo e sua operacionalidade como categoria classificatória de processos sociais agrários?

Caracterizado o fenômeno da pluriatividade como contemporâneo e dentro de um determinado modelo de desenvolvimento rural sob a hegemonia do capital, torna-se necessário, no próximo item desse artigo, aproximá-lo e diferenciá-lo do sentido de “múltiplas atividades” (agrícolas e não agrícolas) dos camponeses em tempos e espaços diferentes. Essa empreitada será necessária para que se possa refletir sobre os problemas da pluriatividade no âmbito dos assentamentos realizados pelo Estado brasileiro desde a década de 1980, sob a pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esses assentamentos, sem uma política efetiva de reforma agrária, são lançados no cenário anteriormente traçado, em condições muito desfavoráveis.

Torna-se importante que se diferencie quando as famílias assentadas estariam sendo pluriativas, com suas implicações, e quando estariam realizando 'múltiplas atividades' e as implicações desse outro fenômeno.

As “múltiplas atividades” do campesinato

[...] a produtividade dos dias restantes da semana, à disposição do produtor imediato, é de magnitude variável, que se desenvolve com a experiência, ao mesmo tempo que as novas necessidades que passa a conhecer, a expansão do mercado para os produtos dele, a segurança crescente com que usa essa parte da força de trabalho incitam-no a distendê-la mais. Não se deve esquecer aí que o emprego dessa força de trabalho não se limita à agricultura, mas abrange também a indústria doméstica rural. Existe aí a possibilidade de certo desenvolvimento econômico, dependendo naturalmente de circunstâncias favoráveis, de caracteres étnicos congênitos, etc. (MARX, 1968b, p.910).

Esse trecho de Marx refere-se ao período feudal na Europa e mostra que o camponês, não sendo o proprietário da terra, era obrigado a trabalhar para si e para a corveia devida ao proprietário, ou, em outra situação, pagando tributo, equivalente à renda da terra, ao senhor ou ao próprio estado. De qualquer forma, o texto destaca a existência de uma forma não agrícola de produção no interior da unidade familiar, considerada aqui como indústria doméstica rural. Dessa forma, explicita que o camponês sempre sofreu expropriação e não se ateve somente ao trabalho agrícola porque se constitui como unidade produtiva e reprodutiva, diferentemente de outros trabalhadores.

Outros textos na obra de Marx dão conta de diversas atividades agrícolas e não agrícolas que o camponês realiza fora de sua unidade de produção com essa mesma finalidade. Relatando, como exemplo, o caso da Polônia e da Romênia, após a transição para uma economia camponesa independente, Marx (1968b, p. 920) descreve a situação do camponês que continuou a ser obrigado a cultivar uma parte da terra de forma coletiva e cujos excedentes se voltavam para o pagamento de despesas comunitárias ou reservas para más colheitas pelo grupo comunitário. Dessa forma, outras atividades produtivas, dentro ou fora do circuito de sua própria unidade familiar de produção, podem ter como finalidades tanto a ampliação da sua própria renda, como a de realizar trabalho excedente como forma de pagar a renda fundiária ou saldar outras dívidas.

O campesinato era caracterizado, na Idade Média, pela existência de uma unidade familiar responsável pela produção de alimentos e fibras, retirada de energia, lenha, turfa, além de outras atividades típicas familiares, como a produção de vestimentas, mobiliários e utensílios. No fim do século XIV, o sistema de servidão chega ao fim na Inglaterra, ao que se inicia a passagem para o sistema capitalista. Essa transição aconteceu a partir de uma fase de barbárie chamada por Marx (1968a, p.830) de “Acumulação Primitiva”. Segundo o autor, “o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos”.

Nesse período, a maior parte da população rural inglesa era composta de camponeses proprietários, que além de cultivar suas terras e as terras comuns, ainda vendiam sua mão de obra nas grandes propriedades senhoriais. Marx (1968a, p.832) nos diz que “eram assalariados da agricultura os camponeses que utilizavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, e os assalariados propriamente ditos, uma classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa.”

O início das transformações sociais que culminaram no modo de produção capitalista se deu com o fim das vassalagens entre o século XV e início do século XVI, ao mesmo tempo em que acontece o cercamento das terras comuns, reduzindo as áreas de plantios e criação de animais, o que obrigou o campesinato a abandonar, de forma violenta, suas terras e se tornar exército de reserva para a indústria nas grandes cidades inglesas. Além disso, a transformação da propriedade feudal em propriedade privada moderna e o roubo das propriedades e bens da igreja católica foram os principais métodos usados na acumulação primitiva por parte do capital. Esse período prolonga-se até o início do século XIX quando praticamente o campesinato já havia sido exterminado na Inglaterra.

Kautsky (1986, p.149), no final do século XIX, estudando as consequências do sistema capitalista no espaço rural da Alemanha, analisa e descreve as diferentes formas utilizadas pelo capital no processo de expropriação do camponês, a maneira que o capital penetra nas relações do campo e como a modernização da agricultura arruína as antigas formas e relações de produção, destruindo a pequena propriedade e obrigando o camponês a se integrar em um novo modo de produção, dessa vez como proletário do campo. Segundo esse autor,

A destruição da indústria camponesa de sustentação obriga o pequeno lavrador a procurar um emprego adicional para reforçar seu orçamento doméstico no momento em que suas terras passam a fornecer-lhe, no máximo, o alimento necessário para a sua subsistência, mas nenhum excedente negociável. O pequeno lavrador dispõe, de fato, do tempo necessário para realizar esse trabalho acessório, pois sua própria atividade agrícola exige dedicação total apenas em certos períodos do ano. (KAUTSKY, 1986, p. 149)

No mesmo período em que Kautsky, na Alemanha, lançava seu livro “A questão agrária”, na Rússia, Lênin apresentava “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, obra de referência marxista na qual vincula a ruína camponesa à emergência capitalista, engendrando, com a industrialização, conflitos de classe. Lênin, utilizando-se de dados dos censos estatísticos realizados pela autoadministração das províncias centrais da Rússia, os Zemstvos, desenvolveu a tese da “diferenciação social” do campesinato que mostrava a decomposição desse imenso coletivo em patrões (poucos) e operários agrícolas (a maioria).

Uma outra escola teórica tem origem nas ideias do populismo russo para o qual a revolução socialista não necessitaria passar pela ditadura do proletariado, uma vez que o campesinato daquele país era forte o suficiente para garantir a produção de alimentos para toda a Europa. Chayanov (1974), junto a outros colaboradores, desenvolveu a polêmica “Teoria da Unidade Econômica Camponesa”, em que descreve a existência de uma “racionalidade” diferente das formas empresariais. O autor conclui que a força de trabalho numa unidade familiar de produção é definida pelo tamanho da família. Esta, por sua vez, determina o tamanho da atividade familiar, o nível geral da intensidade do trabalho e o grau de satisfação das necessidades para as condições específicas de um determinado mercado e dos demais fatores de produção disponíveis (terra e capital), além do próprio consumo da família.

Em outra publicação importante de Chayanov (1987), a novela “Viaje de mi hermano Aléxis al país de la utopia campesina”, o autor imagina uma sociedade regida por um sistema social e político com hegemonia camponesa, impossível de existir em um país socialista, anarquista ou capitalista. Essa República, baseada na exploração familiar camponesa, que nos sistemas anteriores era vista como em extinção, passava agora a ter um *status* de modernidade, em que o trabalho rural era planejado, altamente prazeroso, gratificante e a valorização camponesa se apresentava em toda a plenitude, e onde não se dissolvia a unidade de produção e reprodução da família, mas que indicava múltiplas atividades de seus membros nesse processo (atividades agrícolas e não agrícolas).

Tanto os autores que explicitam a tendência à destruição do camponês a partir do capitalismo, como aqueles que procuram compreender suas formas de resistência e possibilidades de permanência, indicam as diferentes estratégias de luta e persistência desse grupo social na história.

Os autores clássicos da sociologia rural, cujas teses principais foram apresentadas de forma bastante resumida, abordaram a relação do camponês no circuito capitalista. Destacaram, também, como em diferentes situações ao longo da história, o camponês teve de lançar mão do trabalho fora de sua propriedade ou mesmo realizar atividades não necessariamente agrícolas que possibilitassem sua reprodução enquanto unidade familiar de produção.

Porém, a questão que se colocava para Marx (1975, p.65) era a “separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização – ou seja, a separação entre os

meios de trabalho (*arbeitsmittel*) e o objeto de trabalho [...]. E, portanto acima de tudo, separação entre o trabalhador e a terra como laboratório natural”. Hobsbawm, no prefácio dos Grundrisse (Marx, 1975. p.17), complementa a passagem citada, afirmando que “essa separação se completa, finalmente, sob o capitalismo, quando o trabalhador é reduzido a simples força-de-trabalho e, podemos acrescentar, inversamente a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção, inteiramente divorciado do trabalho”. Portanto, quando a unidade familiar vai deixando de ser uma unidade de produção, sendo a atividade agrícola cada vez mais complementar e as atividades assalariadas ou terceirizadas pela indústria vão se tornando centrais para os membros da família rural, o processo em curso é de destruição do camponês.

Para explicar esse fenômeno, do ponto de vista da territorialidade, Fernandes (2009) construiu uma tipificação dos territórios, considerando o primeiro nível como sendo o espaço de governança; o segundo, o do território propriedade; e o último, como sendo os espaços relacionais. Ao analisar o território propriedade, o autor faz uma diferença entre as lutas socioterritoriais do campo e da cidade. “Nas cidades, com a supremacia do trabalho assalariado, os territórios dos trabalhadores são suas moradias. Os locais de trabalho são predominantemente territórios do capital”, sendo que as conflitualidades que acontecem entre patrão e empregado se dão no âmbito da disputa pela riqueza produzida pelo trabalho. Diferentemente para a propriedade camponesa que reúne, intrinsecamente, moradia e trabalho em um único e indivisível território, ao se romper um desses dois elos, moradia ou trabalho, acontece a desterritorialização do camponês. Para Harvey (2003), citado por Fernandes (2009), a destruição dos territórios camponeses (e indígenas) por força da expansão capitalista foi definida como um processo de “acumulação por espoliação”. Fernandes conclui que essa forma de acumulação é um estágio avançado das relações capitalistas e que determina que o capital recrie com menos intensidade trabalhadores assalariados e territórios camponeses.

O camponês brasileiro, mesmo na realidade do Sul do Brasil, conforme detalhado por Sacco dos Anjos (2003), ao se engajar em trabalho fora da sua unidade de produção, mantendo-se ligado à terra em regime de trabalho ‘*part time*’, está gradualmente se despojando dos laços que o ligam à terra e aos seus meios de produção. Pode-se afirmar que se trata de uma forma de expropriação lenta, inicialmente, dos meios de produção, e mais tarde da expropriação completa com a venda da terra. Como exemplo, poderíamos apresentar um depoimento constante na pesquisa de Teixeira, citado por Alentejano (2001, p.168), que mostra camponeses da região de Lumiar e São Pedro da Serra, localidades próximas ao município de Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, que preferem vender suas terras e, imediatamente, empregar-se como caseiros nas suas antigas propriedades, em virtude da especulação imobiliária existente na região. Como nas relações da indústria do turismo, atividade que pode ser inserida na lógica do capital, esse trabalhador, exproprietário da terra, não possui nenhuma segurança a respeito da manutenção de sua nova ocupação. Caso aconteça o rompimento desse posto de trabalho, só lhe restará a busca, cada vez mais árdua, por outro emprego, agora já expropriado de sua terra.

Em artigo enviado recentemente para a secretaria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) pelo Professor Mammen Varkey (2010), da Vichara Mavelikkara, Kerala, Índia, o autor apresenta dados de seu país, mostrando que 8 milhões de pessoas têm migrado nos últimos anos do setor agrícola para a cidade e que o número de suicídios entre agricultores camponeses chega a quase 200 mil casos no período de 1997 a 2008. Conclui Varkey (2010):

O declínio de gastos do governo no setor agrícola não é a única ou talvez a mais importante razão que está por trás dessa crise agrária. Antes da introdução das políticas econômicas neoliberais, embora as comunidades agrícolas tivessem problemas econômicos, elas tinham poder político. Ao contrário, os camponeses e trabalhadores rurais estão hoje politicamente sem poder. Os legisladores hoje ao abordar essas questões, nacional ou internacionalmente, manipulam as estatísticas e ou convertem a agricultura em uma indústria para a produção de produtos para a exportação. Eles não

consideram a agricultura como um setor que tem que produzir alimentos para sustentar o povo. E para isso buscam soluções baseadas no mercado ou em tecnologia.

De acordo com Marx (1983, p.282), se antes do processo de divisão parcelar do trabalho, “o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos como o caracol e sua concha”, agora o trabalhador perde o domínio do processo produtivo, além de haver uma separação radical do trabalhador com seus meios de produção. Essa divisão parcelar do trabalho deforma o trabalhador, impedindo-o de desenvolver processos criativos que antes eram realizados no âmbito do trabalho, provocando a alienação. Para Antunes (2005), a grande questão do nosso tempo é o desafio da sociedade em recuperar essa indissolúvel unidade.

Mészáros (2002, p.665) explica que neste processo de ruptura entre o trabalhador e seus meios de produção, as partes não lucrativas para o sistema são consideradas “capitalisticamente inúteis”, portanto, sujeitas à exclusão. Para esse autor, “a dinâmica expansionista deve assumir, como resultado de tais imperativos, a forma da concentração e centralização de capital, as partes relativamente ineficientes do capital social total acabam inevitavelmente abandonadas à margem do caminho, à medida que 'prematuramente' vão se tornando 'excedentes sobre a demanda’”.

Implicações da pluriatividade na reforma agrária

A reforma agrária, *lato sensu*, vem sendo postergada e constituída apenas no discurso político. Quando realizadas as ações pontuais de assentamentos ou regularizações fundiárias, elas se dão, na maior parte das vezes, como reação ou resposta à pressão dos movimentos sociais.⁵ No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em razão de determinantes políticos, a reforma agrária sofreu um atraso em sua implementação, o que provocou, durante o período de seu governo, fortes pressões por parte dos movimentos sociais ligados à luta pela terra, havendo um agravamento dos conflitos no campo. Contraditoriamente, em seu discurso na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, em Roma, em 18 de novembro de 1999, Cardoso (1999) utiliza-se de um texto que camufla a real situação dos mais de 4 milhões de 'sem terras' no Brasil,⁶ proclamando a importância da reforma agrária. Segundo ele,

Assentamos em quatro anos mais de 280 mil famílias, ou cerca de um milhão e meio de pessoas. Isto supera o total de assentados nos trinta anos anteriores. A área desapropriada para a reforma agrária, de 1995 a 1998, foi de aproximadamente 7 milhões de hectares, uma área equivalente ao território da Irlanda ou ao de duas Bélgica. As dimensões dessas cifras revelam a magnitude da tarefa de democratizar o acesso à terra no Brasil, tarefa que vai além do trabalho de assentamento, por mais crucial que seja.

Em seu governo, Fernando Henrique extingue o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera),⁷ cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário, (MDA), o

⁵ A criação de assentamentos acompanha, segundo o estudo de Clifford Andrew Welch, apresentado na reportagem de Mello (2010), da Agência Brasil, o ritmo das ocupações de terras organizadas pelos movimentos sociais. Em 2004, foram mais de 111 mil famílias envolvidas em 662 ocupações, que se consubstanciaram em 757 novos assentamentos criados em 2005, com 89.738 famílias assentadas. Enquanto em 2008 participaram apenas 26 mil famílias em 261 ocupações, o que se traduziu em 118 assentamentos, com 7.496 famílias beneficiadas e em 2007 foram 14.532 famílias em 186 assentamentos. Veja em: <<http://www.ecodebate.com.br/categoria/2010/03/09/reforma-agraria-depende-de-mobilizacao-social/>>.

⁶ Esses 4 milhões de “sem terras” são o número apresentado pelo MST em seu discurso e em suas reivindicações.

⁷ O Procera foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim,

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁸ e estende a política de previdência social para cerca de 6 milhões de trabalhadores rurais, conforme determinação presente na Constituição de 1988.

Torna-se evidente a opção pela categoria “agricultura familiar” em detrimento da categoria “camponesa” como forma de viabilização de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, baseado na industrialização globalizada, deixando por fazer uma reforma agrária que transformasse as relações de poder no campo e através da qual as famílias camponesas pudessem ser sujeitos nessa história. Segundo Fernandes (2001, p.32),

[...] o que há de novo é que desde o início da década de 90, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a integração ao capital. Essa é a tese da agricultura familiar. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital.

Para Fernandes (2008), o debate entre a agricultura familiar e o campesinato remete à discussão entre dois paradigmas: o paradigma do Capitalismo Agrário e o paradigma da Questão Agrária, que na realidade, tornam-se “modelos de análise do desenvolvimento da agricultura”. Segundo esse autor, “diferentemente do paradigma da Questão Agrária em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do Capitalismo Agrário o camponês é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação”.⁹

Ao analisar a questão da agricultura e o papel do Estado na Europa Ocidental no período pós II Guerra Mundial, Abramovay (1992) vincula o fato da existência e organização de uma agricultura de base familiar que levou os países que compunham a Comunidade Econômica Europeia a alcançar a marca de segundo maior exportador de alimentos. Essa conquista pode ser tributada aos seguintes fatos: um específico desenvolvimento tecnológico e pesquisa agrícola; controle do mercado a partir de uma política de subsídios e créditos que garantiram os preços na remuneração da produção; uma política de infraestrutura; controle do fluxo migratório nas atividades agrícolas e, por fim, uma forte política de organização setorial que preserva a agricultura. Entretanto, esse autor destaca a preocupação na manutenção do meio rural, “sua revalorização” e o direcionamento de produtores para outras atividades não necessariamente agrícolas, a pluriatividade, como forma de criação de alternativas às crises oriundas das oscilações de preços em função do mercado e da superprodução que ocorria naquele momento da história europeia.

A pluriatividade, conforme definida e entendida pela maior parte dos autores acima citados, tem estreita relação com o processo de descentralização da indústria nos espaços agrários. Dessa forma, a tendência do capital é a de se utilizar do trabalho camponês como mão de obra barata com a finalidade de obter maior acumulação através da mais-valia produzida nessas relações.¹⁰ Assim, o estímulo à pluriatividade nos espaços dos assentamentos da reforma agrária ampliaria a tendência do desaparecimento do camponês

permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. (REZENDE, 1999).

⁸ O Pronaf destina-se ao apoio financeiro a projetos individuais ou coletivos voltados para atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas por agricultores familiares e assentados da reforma agrária, mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

⁹ A discussão sobre o campesinato foi tratada por Martins (2000), Fernandes (2000), Stédile (1994) e Abramovay (1992), mas para fins deste artigo não a aprofundaremos por considerarmos que não é o foco principal deste trabalho.

¹⁰ O conceito marxista de mais-valia, utilizado neste texto, difere da análise de David Ricardo ou da concepção de Adam Smith que a entendiam, tanto como o resultado da troca injusta entre o trabalhador e o patrão capitalista, quanto pela quantidade de trabalho determinado pela mercadoria acima do trabalho que custara, ou seja, o lucro como um sobreproduto. Para Marx, a mais-valia é produzida no processo de produção, seja pela extensão da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), seja pela redução do tempo de trabalho necessário para que o trabalhador crie um valor equivalente ao de sua força de trabalho (mais-valia relativa). (SANDRONI, 1992, p.77; BOTTOMORE, 2001, p.228; GORENDER, 1996, p.41).

e a sua imediata transformação em assalariado fabril, mesmo que se mantivesse como morador, o que geraria uma conflitualidade, e, nesse processo, sua desterritorialização. (FERNANDES, 2009).

Em entrevistas que compõem uma pesquisa em andamento,¹¹ os assentados, em sua maioria, defendem que os trabalhos não agrícolas são aceitos em caráter de excepcionalidade, em momentos de crise ou dificuldades financeiras, mas sempre de forma temporária, uma vez que o essencial é que a terra do assentamento esteja produzindo alimentos. Exceção às atividades envolvendo a agroindústria local coletiva, com a finalidade de processamento dos alimentos produzidos no assentamento, frutas e laticínios ou atividades de costura para as mulheres que têm uma aplicabilidade e utilização local da produção.

É a resposta do assentado L.08,¹² quando indagado se concorda com outras atividades não agrícolas no assentamento:

É outra atividade, mas eu num sô muito de acordo com elas não. Eu acho que mais nós temos é que trabalhar aqui no lote! Até dá pra nós sair vendendo aqui no Santa Teresa, em Cascavel [...] mas que saia daqui, produto nosso daqui, né! Eu sou contra (atividades não agrícolas).

Ou na fala da L.09, que assume a existência de um projeto para a organização de uma oficina de costura e uma fábrica de conservas no assentamento envolvendo as mulheres. Diz ela:

Dentro do assentamento, nós até fizemos uma discussão [...] umas mulheres aí [...] a gente ia começar a fazer tapetes [...] costura, e aí vendas, né? Pensamos também futuramente de fazer uma fábrica de roupa [...] pensamos também em [...] porque essa reunião de sábado já é pra discutir a associação, né? Conseguir algum projetinho [...]. Todo mundo plantou fruta, né? Então, o que a gente pode fazer com as frutas; pode fazer compota, fazer doce [...] e nós temos esse pensamento. Fazer ali na comunidade, fazer um tipo [...] um coletivo, né?

E o do L.10, que se dedica plenamente às atividades agrícolas em seus cinco hectares e diz:

[...] mas primeiro lugar eu digo que nós peguemos a terra e depois não vai usar ela e deixar abandonada, também eu acho errado. [...] Então daí eu peguei uma terra. O governo me ajudou. E eu deixar isso, pegar só pra morar? Só pra morar eu moro dentro desse quadrinho aqui, ó! Tem aqui, ó, 20 metros quadrado, eu tô morando aqui! Pra que eu vou pegar 5 hectares só pra morar?

A reforma agrária vem sendo discutida e disputada, política e ideologicamente, durante toda a história republicana do Brasil. Porém, a partir da década de 1950, ela se amplia nos enfrentamentos com o Estado. O Estatuto da Terra, assinado pela ditadura militar, em 1964, ficou engavetado durante mais de 20 anos. Com a Nova República e a Nova Constituição de 1988, essa disputa sofreu forte influência dos setores orgânicos da oligarquia agrária, naquele momento representada pela União Democrática Ruralista (UDR) e pela Sociedade Rural Brasileira (SRB). Por isso, houve um grande retrocesso nos entendimentos jurídicos do significado do latifúndio por dimensão. Com isso, diversas dificuldades para a concretização da alteração da estrutura agrária foram sendo interpostas

¹¹Entrevistas concedidas pelos produtores do assentamento Olga Benário, em Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná ao engenheiro agrônomo Antonio Maciel Botelho Machado, durante o mês de março de 2009, para seu projeto em nível de doutorado.

¹²Com a finalidade de preservar a identidade desses assentados, seus nomes foram omitidos neste artigo.

entre os movimentos sociais de luta pela terra e os interessados na manutenção da atual concentração agrária.

Os conflitos no campo e a violência nos espaços rural e urbano ainda são problemas políticos e sociais de primeira ordem, não resolvidos pelo Estado. Assim, a reforma agrária, no Brasil, tem como objetivo promover, de forma ampla, a viabilidade e a democratização do acesso à terra, em condições da prática agrícola em bases sustentáveis.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2009, declara que já assentou mais de 500 mil famílias, com um investimento na reforma agrária na ordem de R\$ 14 bilhões. Para o ano de 2010, o presidente Lula já declarou que pretende assentar mais 100 mil famílias. Os movimentos sociais questionam estes números, uma vez que o orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA), de R\$ 4,9 bilhões, foi reduzido em 11,6% em relação ao ano de 2009, que foi de R\$ 5,6 bilhões.

Em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) divulgou um estudo com os dados do Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE, que mostra a participação do segmento “Agricultura Familiar”, no cenário produtivo do Brasil, como sendo “responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos, e ainda 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%)”¹³ (MDA, 2010).

Segundo esse Censo Agropecuário, o Brasil possui 4.367.902 estabelecimentos considerados de agricultura familiar, o que significa 84,4% do total de estabelecimentos. Em relação à área ocupada, esse segmento detém apenas 24,3% (80,25 milhões de hectares) da área de todos os estabelecimentos rurais do País.

Por fim, o estudo revela, em relação ao 'Valor da Produção', que “apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é 677 reais por hectare/ano”. (MDA, 2010)

Esses resultados apresentados pelo IBGE e analisados pelo MDA ressaltam o papel estratégico das pequenas propriedades rurais, de base familiar, que produzem alimento para o autoconsumo e, também, para a comercialização dos excedentes. Fica evidente, nesses estudos, a alta concentração de terras no país, com coeficiente de Gini de 0,544, o que demonstra a existência de terras ociosas que poderiam ser revertidas para fins de reforma agrária.

Torna-se importante salientar a preocupação crescente que os Movimentos Sociais relacionados com a questão agrária têm construído com suas bases sociais no sentido da adoção da agricultura ecológica, ou agroecologia. Com isso, em um breve espaço de tempo, o Brasil tomará consciência do significado ambiental desse modo de relacionamento do produtor rural com a terra, economizando insumos externos, otimizando as relações bióticas e abióticas nos territórios envolvidos e ampliando a base da agrobiodiversidade em toda a sua plenitude.

Dessa forma, deve-se implementar uma reforma agrária que não foque apenas o mercado e o capital como referências, mas sim as demais esferas de suas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, que apontam para o exercício de um sistema de relações do trabalho rural em bases solidárias e cooperativadas, dando lugar a espaços da produção camponesa onde os assentamentos seriam os *loci* de múltiplas atividades individuais e coletivas, e só assim haveria a possibilidade de que os produtores rurais assentados em todo o País se consolidassem como os reais protagonistas de todo este processo.

¹³Veja em

<http://www.brasil.gov.br/noticias/ultimas_noticias/300909-14/view?searchterm=censo%20agropecu%C3%A1rio>. Consultado em 24/02/2010.

Num país como o Brasil ainda existe um quadro de fome e desnutrição, reconhecido não só pelos números e cifras apresentadas pelos Movimentos Sociais, mas também pelo próprio governo, que busca soluções em programas como a Compra Direta da Agricultura Familiar, o Fome Zero, e seu sucessor, o Bolsa Família, que já significam avanços efetivos nessa luta, mas não modificam a arcaica estrutura fundiária brasileira. Conforme argui Thomaz Junior (2010), “como se pretende acabar com a fome sem um Programa efetivo e abrangente de Reforma Agrária, voltado essencialmente para fortalecer a agricultura camponesa, produtora de alimentos?” E citando Josué de Castro que dizia: “Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”, Thomas Junior (op. cit.) complementa que “inevitavelmente teríamos que vincular a estrutura social (e agrária) como elemento fundante e fundamental para pensarmos sobre a chaga da fome”.

O texto de Dom Tomás Balduino¹⁴ explicita o papel estratégico da reforma agrária; para ele:

a reforma agrária deve ser entendida em uma forma ampla. Não é aquela que divide o chão, mas a que inclui o posicionamento das quebradeiras de coco, dos seringueiros, dos ribeirinhos, dos quilombolas e até dos indígenas que têm um relacionamento *sui generis* com a terra.

O outro, mais ecológico, é no sentido de preservar o bioma amazônico e, ao mesmo tempo, todos os biomas do país que estão ameaçados pelo agronegócio. [...] Ao invés de estimular com subsídios, com grandes verbas o agronegócio, o governo deveria apoiar e defender as organizações populares na linha da convivência com a terra.

Considerações finais

Este artigo buscou contrapor dois conceitos que navegam em direções antagônicas e contraditórias: o conceito de agricultura camponesa e o de pluriatividade.

O primeiro, da agricultura camponesa, deve chamar para si o processo estratégico de manter a sua função fundamental de produzir alimentos e, em decorrência, com o papel de ampliar e melhorar as condições de vida da população rural, conservar o meio ambiente, além de preservar a cultura e as tradições do campo. Esse conceito associa-se à necessidade urgente de uma reforma agrária massiva e imediata, que amplie as experiências bem sucedidas de assentamentos rurais espalhados pelo Brasil e, mesmo assim, carentes de apoios técnicos oficiais de assistência técnica e extensão rural na perspectiva agroecológica.

O segundo, a pluriatividade, que vai deprimindo a função agrícola da unidade familiar rural, transformando de forma progressiva o espaço agrícola em, simplesmente, moradia no espaço agrário, enfraquecendo sua função fundamental, que é a produção de alimentos e reduzindo a íntima relação que os camponeses estabeleceram historicamente com cada agroecossistema dos assentamentos rurais. A pluriatividade separa a produção da reprodução e aproxima a família, cada vez mais, de uma realidade proletária, cuja tendência é a sua própria destruição enquanto unidade camponesa. A este conceito alia-se a necessidade de uma reforma agrária como política marginal e compensatória.

Quanto à questão da pluriatividade, o texto destaca que esse conceito foi forjado no bojo das políticas neoliberais que determinaram a hegemonia das relações econômicas na maioria dos países que compõem o domínio capitalista nestes últimos 30 anos. A pluriatividade deve ser considerada como uma estratégia do capital, em seu processo de acumulação, caso se considere que o espaço rural não tem mais a função principal na produção de alimentos por parte do segmento da agricultura de base familiar, o que já ficou

¹⁴[Ecodebate](http://www.ecodebate.com.br/2009/04/07/reforma-agraria-deve-ser-entendida-em-forma-ampla-defende-d-tomas-balduino/) (07/04/2009) publicado pelo [IHU On-line](http://www.ihuonline.org.br/), 06/04/2009 [IHU On-line é publicado pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo, RS.]. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/04/07/reforma-agraria-deve-ser-entendida-em-forma-ampla-defende-d-tomas-balduino/>>, Consulta realizada em 14 mar. 2010.

demonstrado pelos números oficiais da produção agrícola da chamada “agricultura familiar”, ficando claro que isso é um discurso ideológico. Caso fosse verdade, caberia a aplicação de políticas públicas compensatórias e recursos voltados para o estímulo do ingresso da mão de obra proveniente desse tipo de agricultura para outras atividades não agrícolas, que passariam a preencher o espaço agrário, como aconteceu na Europa após o PAC. Assumindo-se, dessa forma, que a produção de alimentos estaria por conta das unidades empresariais de produção agrícola, altamente tecnificadas, com o uso intensivo de mão de obra assalariada, aplicação massiva de insumos químicos na natureza como única forma de geração de lucros.

Compreende-se que a opção do camponês em assumir trabalhos não agrícolas desvinculados de sua unidade de produção ou de seu grupo de trabalho (associação, sindicato, cooperativa e demais estruturas coletivas), como forma de aumentar sua remuneração, termina por excluí-lo do processo produtivo em função da própria lógica capitalista.

Contrariamente, considera-se que o campesinato deva buscar centralidade no atual modelo de desenvolvimento do Brasil porque tem condições de produzir alimentos e de adaptar-se aos diferentes ecossistemas existentes no País; possibilidade de praticar uma agricultura ecológica, que reduz o uso de recursos não renováveis e diminui o uso de insumos químicos poluentes (adubos e agrotóxicos); capacidade de reverter o fluxo migratório no sentido urbano-rural, reduzindo a pobreza da população brasileira.

Ao defender a tese deste artigo, os autores consideram as aspirações e as necessidades objetivas e subjetivas da família camponesa que foram ampliadas na atualidade, com a aproximação do mundo rural ao urbano. Marx (1989) já afirmava: “para que os homens consigam fazer história, é absolutamente necessário, em primeiro lugar, que se encontrem em condições de poder viver; de poder comer, beber, vestir-se, alojar-se, etc.”. Hoje, pode-se acrescentar o computador, a escola dos filhos, a televisão, o carro, além de uma enorme lista de bens e serviços necessários e essenciais às famílias modernas, sejam rurais ou urbanas. Por isso, entende-se que esse novo camponês deve ter o direito à terra e o Estado deve responder com a realização da reforma agrária e a disponibilização de todas as condições estruturais para a produção, armazenamento, distribuição e comercialização em bases sustentáveis. Além disso, deve priorizar as políticas de apoio e incentivo à agricultura camponesa:

- ampliando os investimentos em ciência e tecnologia, para sistemas mais eficientes sob a ótica não só econômica, mas também social, cultural e ambiental;
- consolidando uma agricultura focada em produção de alimentos em sistemas agroecológicos e agroflorestais, de melhor qualidade e baixo custo;
- incentivando a formação de agroindústrias cooperativadas, agregando valor aos produtos;
- propiciando o aumento da produção e da produtividade do setor agrícola, a partir do estímulo, valorização e ampliação da agricultura camponesa;

Essas políticas só serão efetivamente transformadoras na medida em que estiverem inseridas em um processo massivo de reforma agrária; quando houver um compromisso e prioridade da máquina pública com a pesquisa agropecuária e florestal e a assistência técnica em bases agroecológicas e, por fim, um avanço na legislação brasileira no que diz respeito ao limite máximo do módulo rural para a propriedade da terra, questão essa, derrotada com o Plano Nacional de Reforma Agrária,¹⁵ mas que se torna necessária e atual, como forma de inibir a re concentração de terras por força do capital.

¹⁵O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi assinado em 10 de outubro de 1985, pelo então Presidente José Sarney, período anterior à promulgação da Constituição de 1988, criando a figura do latifúndio produtivo (SILVA, 1985, p.145) que abriu uma brecha na lei maior, para a manutenção da mesma estrutura agrária presente na Constituição de 1967, período ápice do regime militar.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer à comunidade do assentamento Olga Benário, em Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, palco da pesquisa de doutorado do primeiro autor, que muito contribuiu com suas experiências e vasto conhecimento camponês.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Hucitec/Ampocs/Editora da Unicamp, 1992. p.135-207.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: TEDESCO, J. O capital C. (Coord.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3 ed., Passo Fundo: UPF, 2001. p.149-175

ANTUNES, R. L. C. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

BOOTOMORE, T. (Edit.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARDOSO, F. H. Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Fao), Roma, em 18/11/1999. Disponível em: <<ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/discpr/1999/2889.pdf>>. Acesso em 28 mar. 2010, 01:18h.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio. (Coord.). A diversidade da agricultura familiar. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.165-185.

CHAYANOV, A. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 342p.

_____. Viaje de mi hermano Alexis al país de la utopia campesina. In: Cuadernos de pasado y presente, v.94, 2ª ed. México: Ediciones pasado y presente, 1987.

FAO. Food Outlook, Global Market Analysis, Novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/011/ai474e/ai474e14.htm>> Acesso em 15 mar. 2010, 02:34h.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

_____. Questão agrária, pesquisa e o MST. Coleção Questões da Nossa Época, v.92, São Paulo: Ed. Cortez, 2001. 120p.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. pp. 173-224.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S.. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, Karl. O Capital, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HERVIEU, B. Los campos del futuro. Madri: Ed. MAPA, 1996. p.24-109

IANNI, O. A era do globalismo. 4.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.256

- KAUTSKY, K. A Questão Agrária. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1986. p.401
- MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. 3.ed., Petrópolis: Vozes, 1986. 231p.
- _____. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 173p.
- MARX, K. O capital. I.1, v.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968a. pp.580-924
- _____. O capital. I.3, v.6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b. pp.703-1079
- _____. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.
- _____. O capital. I.1, v.1, Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____.; ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 97p.
- MELLO, D. Reforma agrária depende de mobilização social. EcoDebate, 09-03-2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/categoria/2010/03/09/reforma-agraria-depende-de-mobilizacao-social/>>. Acesso em 14 mar. 2010, 11:34h.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1103p.
- REZENDE, G. C. de. Programa de crédito especial para Reforma Agrária (Procera): Institucionalidade, subsídio e eficácia. TEXTO PARA DISCUSSÃO No 648, IPEA, Rio de Janeiro, maio de 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0648.pdf>. Acesso em: 17 set. 2010.
- SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003 374p.
- SANDRONI, P. O que é mais-valia. 12.ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, 205p.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.51, p.99-121, fevereiro, 2003.
- SILVA, J. G. da. Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Editora Busca Vida, 1985. 228p.
- SILVA, J. G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: Unicamp.IE, 1996. 217p.
- STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.
- THOMAZ JUNIOR, A. Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas, a Insustentabilidade do Capital e os Desafios para a Produção de Alimentos. Presidente Prudente, São Paulo, Mimeografado, 2010.
- VARKEY, M. Depeasantisation and Threat to 'Food Sovereignty. Kerala, India: Vichara Mavelikara, 2010. Disponível em: <<http://vichara.in/research>>, acesso em 16 ago. 2010, 15:00h.

Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina

María de Estrada

Profesora y Licenciada en Geografía
Doctoranda Universidad Nacional de Buenos Aires, Argentina
Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos
Instituto Gino Germani
E-mail: deestrada maria@hotmail.com

Resumen

El “avance de la frontera agropecuaria” ha sido uno de los rasgos destacados de las transformaciones en la estructura agraria argentina de los últimos años. El discurso de la frontera ya ha sido utilizado en la configuración territorial argentina para la incorporación de tierras en la conformación del Estado-nación a fin de ocultar procesos conflictivos de apropiación de tierras de indígenas, campesinos y otras comunidades en manos de la oligarquía argentina. Es por ello, que en momentos de un “nuevo avance de la frontera”, esta vez ligado a la inserción del país en el modelo de agronegocios, proponemos estudiar el modo en que el mismo se lleva a cabo en una de las provincias más fuertemente impactadas por este proceso: Santiago del Estero. Proponemos profundizar la historia que el movimiento de la frontera interna ha significado para este espacio, la localización actual del avance del agronegocio y los mecanismos por medio de los cuales la frontera agropecuaria incorpora nuevas tierras, poniendo en consideración que no son “tierras nuevas” o “desiertos”, sino territorios campesinos que están siendo apropiados.

Palabras clave: Frontera agropecuaria, campesinos, Santiago del Estero, Argentina, agronegocio.

Resumo

Geografia da fronteira: os mecanismos de territorialização do agronegócio na fronteira agrícola de Santiago del Estero, Argentina

O “avanço da fronteira agrícola” tem sido uma das características mais marcantes nas transformações da estrutura agrária argentina nos últimos anos. O discurso da fronteira tem sido utilizado na configuração territorial argentina para a incorporação de terras na conformação do Estado-nação visando ocultar os processos conflictivos de apropriação das terras indígenas, camponesas e de outras comunidades que estão sob a égide da oligarquia argentina. É por isso que, em tempos de “um novo avanço da fronteira”, desta vez ligado à inserção do país no modelo do agronegócio, que propomos estudar o modo com que esse projeto é realizado, tendo em foco uma das províncias mais impactadas por esse processo: Santiago del Estero. Propomos aprofundar a história que esse movimento interno de expansão da fronteira interna significou para esta área, apresentar a atual localização do avanço do agronegócio e os mecanismos que a fronteira agrícola emprega para a incorporação de novas terras, tendo em consideração que não são “terras novas” ou “desertos”, mas que são territórios campesinos que vem sendo apropriados.

Palavras-chave: Fronteira agropecuária, camponeses, Santiago del Estero – Argentina, agronegocio.

Abstract

Frontier Geography: mechanisms of agribusiness territorialization on the agricultural frontier of Santiago del Estero, Argentina

The "advance-of-the-agricultural-frontier" motif has been one of the most important features of recent changes in Argentine agrarian structures. The discourse of the frontier has been used in Argentine territorial configurations to conceal the conflicting processes of the oligarchy's expropriation of indigenous lands, peasants lands and other communities. In these times of "expanding the new agricultural frontier," linked as they are to the country's insertion in the agribusiness model, we propose to study how this project is being carried out in one of the provinces most affected by this process: Santiago del Estero. We intend to profoundly analyze the history of the local significance of this internal movement to expand an internal "frontier," describe the current location agribusiness's frontlines and examine the mechanisms the industry uses to incorporate "new" lands, demonstrating that the targeted territories are not "deserted" or "new lands" but places supporting the lives and livelihoods of Indians, peasants and other settled communities.

Keywords: agricultural frontier, peasants, Santiago del Estero, Argentina, agribusiness.

Introducción

Uno de los principales procesos actuales vinculados a las transformaciones en estructura agraria de Argentina (y Latinoamérica) tiene que ver con el avance de la *frontera agropecuaria*. Avance ligado de forma directa a la incorporación y consolidación en nuestro país del modelo de agronegocios. El mismo se caracteriza por su funcionamiento global con predominio del capital financiero, priorizando la producción creciente de commodities para la exportación, principalmente a través del monocultivo de soja transgénica y del uso de un paquete tecnológico que permitió la incorporación al mismo de las zonas de producción extra-pampeanas con características edafológicas y climáticas sumamente diferentes.

A su vez, este modelo impuso a través del "avance de la frontera agrícola" la impronta pampeana de construcción del territorio, modificando sustancialmente los espacios rurales configurados anteriormente. Así, se observa el desplazamiento crítico y desaparición de las actividades agropecuarias regionales (ganadería extensiva, citricultura, frutihorticultura, etc.), de los cultivos tradicionales (algodón, caña de azúcar, legumbres de consumo popular, etc.) y de las formas de producción alternativas, a través de fuertes transformaciones en relación al tamaño y organización de las unidades productivas.

Lejos de comprender este proceso como un avance lineal y sin obstáculos de un modelo de producción agrícola; como simples transformaciones espaciales que incorporarían nuevas características a las regiones extra-pampeanas del Noroeste argentino (NOA) y Noreste argentino (NEA) proponemos profundizar el análisis del "avance de la frontera" desde la lógica del conflicto, introduciendo discusiones en torno a qué es lo que avanza, cómo se mueve, qué es lo que divide, y quienes lo impulsan.

Este trabajo busca abordar el corrimiento de la frontera agropecuaria en la provincia de Santiago del Estero, analizando ciertos procesos que signan estos espacios de frontera. Se utilizarán como fuentes de información los Censos Nacionales Agropecuarios (1988-2002),

estadísticas provinciales, prensa alternativa y comercial nacional y provincial, fuentes bibliográficas, documentos de empresas y entidades del agronegocio, así como entrevistas realizadas en campo.

Las fronteras

Los debates en torno a la frontera han sido históricamente uno de los temas abordados desde la geografía (Hevilla, M., 1998). Podríamos organizarlo en torno a dos ejes: por un lado las discusiones y producciones académicas referidas a los límites de los Estados, las “zonas fronterizas”: su demarcación, ocupación, litigios, procesos, etc. Por el otro lado están los debates referidos a la apropiación territorial dentro de estos límites, a la incorporación de territorios mediante el avance ciertos patrones de producción, relaciones sociales, etc. que se imponen sobre otros, subsumiéndolos e incluso exterminándolos (Escamilla, 1999).

Si bien muchas veces ambos debates se dan de manera conjunta o indistinta, es importante distinguirlos¹ ya que nos estamos refiriendo a procesos sumamente diferentes: los primeros vinculados a la geopolítica entre Estados-Nación y los segundos mucho más relacionados con los procesos internos de estos Estados, donde territorialidades diferentes entran en relación/conflicto.

Para Argentina este segundo eje se vinculó en un inicio a los procesos de apropiación de la Patagonia y del Chaco para la consolidación del proyecto territorial de Estado-nación; se denominaba a estos espacio “desiertos”² y se los configura copiando muchos aspectos de las elites europeas para África: estrategias políticas y argumentativas tendientes a inventar, reconocer, ocupar, delimitar y cartografiar estos territorios que se incorporan como “vacíos”. En este proceso fue que se crearon instituciones como el Instituto Geográfico Argentino (1879) y la Sociedad Geográfica Argentina (1881) para llevar adelante, “científica y racionalmente” este fin. El discurso que impulsó esta primera expansión de las fronteras fue el de progreso y la civilización. Civilización, en el sentido de un país eurocéntrico, del que había que reducir la parte indígena y buscar el blanqueamiento de la población, la instancia superior en el desarrollo de una sociedad. Progreso económico, vinculado a la inserción de Argentina al modelo agroexportador liderado por la región pampeana, y articulación del resto de los territorios al mismo, ya fuera como proveedores de mano de obra, de alimentos o de maderas duras como en el caso del Chaco.

En la conceptualización de estos procesos de “avance de frontera” una referencia obligada es la obra de Frederick Jackson Turner denominada “The significance of the frontier in America History” de 1893 donde elabora su tesis sobre la expansión de los Estados Unidos hacia el Oeste de los Apalaches durante el siglo XIX. Esta obra es de suma importancia para estos debates, no tanto por su valor explicativo del proceso, sino por su valor ideológico. Turner construye un relato, unido al concepto de “frente pionero”, funcional al ideal democrático norteamericano, en este caso, en la ocupación del territorio: la figura del pionero, un empresario que se arriesga exitosamente en la lucha individual contra la naturaleza por ampliar los límites de la nación; se niegan en esta construcción oficial de la historia y la geografía norteamericana las luchas y conflictos que hicieron parte de la ocupación del Oeste; la matanza de los pueblos originarios y la apropiación de sus territorios como parte constitutiva de la Nación norteamericana. Así, la frontera aparece impulsada por el ideal de progreso, de civilización, que

¹ La división o análisis como parte del mismo proceso de lo que podrían ser dos ejes en torno a la constitución de fronteras es debatido en los textos de Escamilla (1999) y Zusman (1999).

² El término desierto contiene en sí mismo una relación de poder. Los territorios organizados bajo lógicas sociales y políticas diferenciadas de las del proyecto nacional estatal fueron calificados de no civilizados, por ende vacíos de civilización, desiertos. Esta metáfora encubrió y justificó la apropiación de tierras indígenas que pasaron a ser “tierras públicas” a distribuirse entre militares y colonos de acuerdo a este proyecto nacional (Zusman, 2000).

se expande de la mano de una raza blanca emprendedora que va configurando territorios sobre lo que eran tierras “salvajes”, “bárbaras”. No hay en este relato conflictos que no sean los de los pioneros en su afán de avance; no hay relaciones sociales de opresión, de dominación; no hay resistencias, no hay Otro detrás de esa frontera.

La concepción turneriana de frontera fue utilizada para replicar estas explicaciones sin conflicto, sin un otro del otro lado (otro como sujeto, como territorialidad), en muchos países donde el proyecto de modernidad tuvo su correlato territorial: ¿cómo cargar dentro de la geografía de los países (civilizados, blancos, modernos, racionales) tanta sangre derramada en el corrimiento de las fronteras? La geografía ha cumplido un rol fundamental en este sentido, generando imaginarios que incentivan la ocupación de territorios (Zusman, 2000), construyendo un ideal de Nación homogénea, mapas asépticos que ocultan y así, niegan los procesos de expansión y explotación en la consolidación de un modelo de sociedad.

En este sentido, el actual proceso de “expansión de la frontera agropecuaria” ligada al agronegocio nos vuelve a traer al debate estos tópicos en un nuevo contexto, en un nuevo proyecto de “nación” que busca territorializarse. Es el proyecto hegemónico de “campo” expandiéndose sobre el monte, la selva, los valles; sobre territorialidades campesinas, indígenas, criollas. Un proyecto ligado y dirigido a escala mundial por capital multinacional de empresas de biotecnología (Monsanto, Nidera, Syngenta, Down Agroscience, etc.) que articulan sus intereses a los de las elites nacionales y provinciales para la reproducción del capital y la consolidación de este modelo de agronegocios. Los sectores empresariales agro-industriales lideran hoy la actividad económica argentina; se involucran en la generación de políticas públicas que los favorezcan; impugnan aquellas medidas que no los favorecen y se expanden mediante la integración vertical y horizontal (compra de otras empresas del mismo ramo que favorece la concentración del capital, grandes fusiones corporativas, así como la incorporación en distintas etapas del ciclo productivo: transporte, comercialización, producción, venta de insumos, etc.). Simultáneamente, en este país exportador de materias primas y alimentos un informe del Centro de Lucha contra el Hambre, de la Facultad de Veterinaria de la Universidad de Buenos Aires (UBA), reporta que en la República Argentina, ocho menores de cinco años mueren al día por desnutrición, y agrega que hay 2.100.000 personas que no tienen garantizado el acceso a una alimentación básica, lo que equivale a 330.000 familias³.

Leer la frontera desde el conflicto, incorporando las resistencias existentes de los del “otro lado de la frontera” es simplemente oponernos a una pretendida universalidad espacial apropiada y difundida por un sector de poder hegemónico. Universalidad que es negada mediante su acción por quienes saben que en su avance está la desterritorialización, las migraciones hacia las periferias de las ciudades, los desalojos violentos; quienes saben que el avance de la frontera es el avance de la mercantilización de la tierra, de la expansión de obtención de renta, de un modelo productivo devastador, excluyente.

La primera incorporación de Santiago del Estero al modelo de “Nación”

Ubicada en el centro del país, mediterránea por excelencia, esta provincia es la entrada al gran Chaco y al Altiplano. Se trata de una extensa llanura achatada, por la que corren dos ríos importantes, el Salado y el Dulce, que bañan estas tierras provocando inundaciones, esteros y bañados. Quizás el rasgo más importante de este territorio lo constituye el haber tenido los montes de quebracho y otras maderas duras únicas en el mundo, hoy reducidas a manchones de monte redictual; combinado a esto podemos señalar que Santiago del Estero es una de la provincias más pobres del país. Se calcula que la cantidad de santiagueños que viven

³ http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1079203

en esta tierra hoy es casi la misma que los que han migrado y trabajan en las periferias de las ciudades más importantes del país.

Santiago del Estero “aportó” las maderas duras necesarias para la incorporación de casi todo el territorio nacional al capitalismo. De este quebracho fueron hechos no sólo los durmientes de todas las vías con las que el ferrocarril iba alcanzando los recursos que el capital británico exigía de nuestra tierra para la incorporación argentina a la División Internacional del Trabajo, sino también los postes de los alambrados necesarios para demarcar la propiedad privada de las tierras⁴ que darían los cereales y la carne que el mercado europeo requería y gran parte del combustible para que las calderas transformaran esa energía acumulada durante siglos en la madera en movimiento para el “avance del progreso y la civilización”. Según datos de la oficina de Geodesia y Tierras, de los 143.484 kilómetros cuadrados de extensión, un setenta por ciento estaba cubierto de bosques, lo que representa más de 10 millones de hectáreas. Hoy, se calcula que quedan cerca de setecientas mil hectáreas, y aún conserva el triste record de ser la provincia con mayor tasa de deforestación del país.

Como afirma Dargoltz (1980), la tríada **ferrocarril - explotación forestal – latifundio** constituyó una unidad compleja y contradictoria que configuró el territorio santiaguense; fue el conjunto que permitió incorporar estas tierras y simultáneamente signó, graficó, geo-graficó Santiago del Estero: generó una estructura agraria sumamente polarizada; trazó las vías del ferrocarril en un sentido específico que fue el que orientó la explotación de estos montes de quebracho, desplazó a poblaciones enteras de sus lugares originales de emplazamiento (vinculados a la existencia de agua, a la posibilidad de cultivar la tierra) hacia los pueblos que el ferrocarril fundaba; tuvo al obraje como forma de organización de la producción: grupos de hacheros que con sus familias se iban desplazando monte adentro a medida que se arrasaban los montes y avanzaban procurando más maderas duras; la Compañía montaba las proveedurías en las que los hacheros se endeudaban y reforzaban su dependencia y explotación:

A cada obrero se le da una libreta para la proveeduría, establecimiento explotador de los mismos dueños del obraje, adonde se van haciendo las anotaciones de lo que para su vida necesita, pero ¿en qué condiciones? Lo que vale 10 hay veces que vale 20 y hasta 30 y 40. De este modo el trabajador, sin que se de cuenta (pues el 95% es analfabeto), va dejando su sudor en manos de los verdugos. (ABREGU VIRREIRA, 1911)

Entre 1898 y 1903 el gobierno provincial vende en remates públicos más de cuatro millones de hectáreas de bosques vírgenes que fueron adquiridos por un sindicato denominado “*Capitalistas para la adquisición de tierras en Santiago del Estero*”, formado en la Capital Federal para explotar las riquezas de estos inmensos quebrachales. Por supuesto que después de la compra de todas estas tierras se tendió en poco tiempo el ramal Añatuya, cuyo único objetivo era lograr la llegada veloz de estas maderas hacia Buenos Aires mientras se penetraba cada vez más hacia el interior de estos montes. Doscientos kilómetros más de vías férreas permitieron este saqueo, fundándose estaciones cada 20 Km. (Quimilí es una de ellas) principalmente en el Este y Noreste del territorio provincial.

Este período dejó como saldo un ecosistema devastado y tierras que eran cubiertas por centenarios montes desnudas y erosionadas; niveles de mortalidad altísimos, los índices de expulsión de la población más altos del país; una provincia sumida en la pobreza, estructuras de tenencia de la tierra muy difíciles de revertir, un territorio articulado para el despojo que

⁴ Se encuentran documentadas en los registros ferroviarios entre 1900 y 1966 más de 64.500.000 piezas, las que, puestas en un alambrado imaginario, a razón de ocho metros entre cada poste, tendría una longitud de una vez y media la distancia de la Tierra a la Luna. (Ministerio de Economía de la Provincia de Santiago del Estero, 1971)

proveyó sus riquezas (tanto en maderas, como en tierra y población) al desarrollo de un modelo de país del cual le correspondía ser periferia.

El actual corrimiento de la frontera agropecuaria



Figura 1 - Mapa de propaganda: "la soja no conoce fronteras"

Desde la geografía nos preocupamos por “leer” espacios, territorios, sus transformaciones, los modelos de desarrollo que los articulan de tal o cual manera, las relaciones de poder que se establecen sobre el espacio entre los actores que los ocupan y utilizan, sistemas espaciales más amplios en los cuáles estos territorios están insertos (esto que se hace llamar “multiescalaridad”); partiendo de una base física concreta, pero que es en gran medida transformada a través del tiempo y que deja huellas a las que Milton Santos llama “rugosidades”⁵.

En este sentido, la incorporación de una provincia como Santiago del Estero al modelo de agronegocios; un modelo al que se ha caracterizado como excluyente, concentrador de tierras, de capital, destinado a la exportación (¡para el alimentar vacas y chanchos chinos!), contaminante, generará profundas transformaciones en este territorio que ya carga en su configuración más de un siglo de explotación permanente: de sus inmensos quebrachales, de sus tierras ahora en gran parte sojizadas, de su población que ensancha gran parte de las villas miserias de las ciudades más grandes del país, de sus niños muchos de los cuales son rociados con glifosato cuando trabajan de banderilleros... Quienes pretenden defender este modelo productivo de país enfatizan el aspecto económico-productivista negando o minimizando la multiplicidad de factores, procesos y consecuencias que este desplazamiento de la frontera implica y que hacen parte constitutiva de esta territorialización.

⁵ “Denominemos rugosidades a lo que permanece del pasado como forma, espacio construido, paisaje, lo que resta del proceso de supresión, acumulación, superposición, a través del cual las cosas se sustituyen y acumulan en todos los lugares (...) las rugosidades nos traen los restos de divisiones del trabajo ya pasadas (todas las escalas de la división del trabajo), los restos de los tipos de capital utilizados y sus combinaciones técnicas y sociales con el trabajo”. (Santos, M., 1996)

De dónde se ubica la frontera agropecuaria

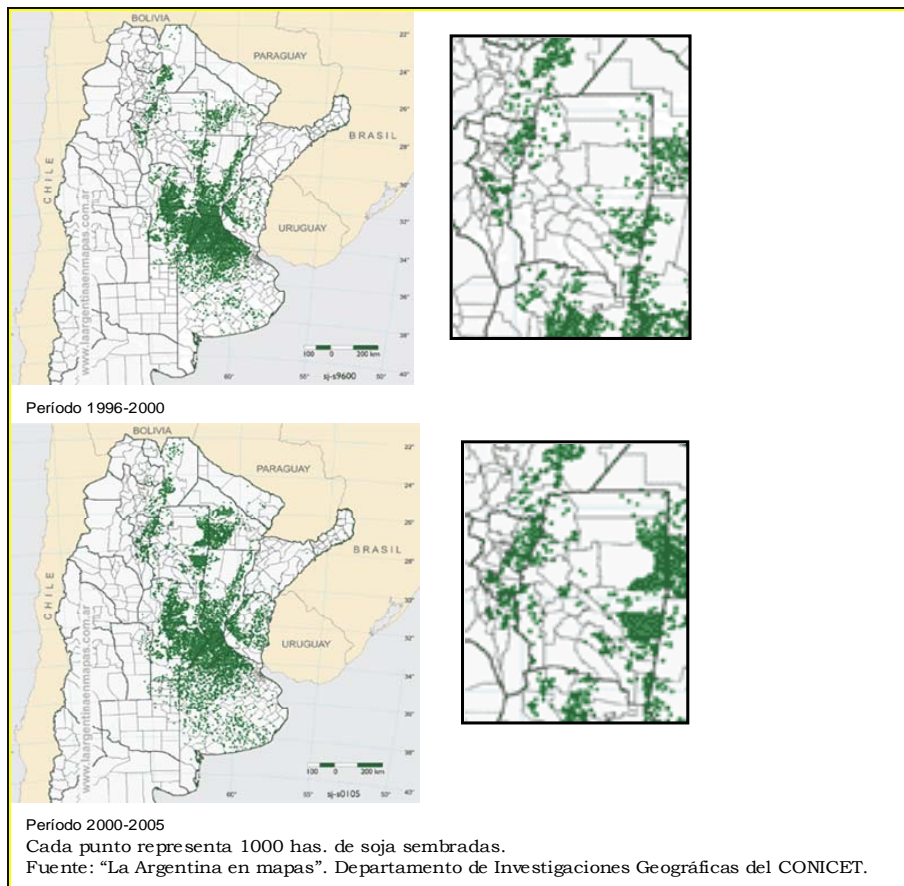


Figura 2 - Avance del cultivo de soja en Argentina



Figura 3 - Avance del cultivo de soja en Santriego del Estero.

Si observamos las Figura 2 donde se muestra la variación espacial de la producción de soja en hectáreas sembradas entre 1996 y 2005 para Argentina podemos ver como el cultivo de soja se expande en la región pampeana (provincia de Buenos Aires, Sur de Santa Fe, Oeste de

Entre Ríos Sur de Córdoba y Norte de la Pampa), pero además avanza fuertemente en el Norte de Córdoba, Este de la provincia de Santiago del Estero, Sudoeste y Centro de Chaco (dentro del Chaco Seco) y en la provincia de Tucumán y Sur de Salta, adentrándose en la selva de las Yungas.

Centrándonos en la figura que ilustra este avance exclusivamente para la provincia de Santiago del Estero, el desplazamiento de la frontera agropecuaria se concentra en los departamentos del este de la provincia: Moreno y Alberdi (vecinos a la provincia de Chaco que continúa este modelo productivo con fuerte intensidad; Ibarra, Taboada y Belgrano (que extienden hacia Santa Fe el crecimiento de este cultivo). También se destacan los departamentos del Noroeste de la provincia colindantes con Salta y Tucumán: Pellegrini y Jiménez. Desde el punto de vista ecológico, ambas zonas corresponden al Chaco seco, ambiente sumamente frágil más aún por la exposición de los suelos tras la deforestación, que favorece la voladura, compactación y lavado de los mismos, acentuando los procesos erosivos.

Son numerosos los datos que dan cuenta de este crecimiento exponencial del cultivo de soja en la provincia de Santiago del Estero; en los 14 años transcurridos entre el Censo Nacional Agropecuario de 1988 y del 2002 la provincia quintuplicó la superficie sojizada; datos de la Dirección General de Catastro de la provincia muestran que desde el 2005 hasta enero del 2008 se sumaron casi 7.000 nuevas parcelas de tierras rurales en un aumento en superficie de 1.405.899 has. Se trata del registro “legal” de nuevas parcelas, lo cual permite acompañar con datos este proceso de avance de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero.

De cómo se mueve la frontera agropecuaria

En Santiago del Estero la incorporación de tierras para el agronegocio permite distinguir algunos procesos y mecanismos que vienen siendo denunciados en forma sistemática por organizaciones campesinas, producciones académicas, ONGs defensoras de los derechos humanos, prensa alternativa, entre otros. Un reciente informe presentado ante la Oficina del Alto Comisionado de la ONU para los Derechos Humanos en Ginebra, Suiza⁶, da cuenta de algunas de las dinámicas que hacen al movimiento de la frontera agropecuaria en esta provincia y que nos permite avanzar en una sistematización de los procedimientos:

- 1) Empresarios e inversionistas, principalmente de Santa Fe, Córdoba y Buenos Aires adquieren tierras en Santiago del Estero. Este proceso de adquisición de tierras, primera parte de la territorialización del capital ligado al agronegocio, podemos sistematizarla en tres modalidades:
 - a) *Tierras insertas en el mercado inmobiliario y en la producción capitalista*: en estos casos lo que se produce es un incremento de su precio ligado a la posibilidad de obtener mayor renta a partir del cultivo de soja. Así se produce una transformación en el uso de las tierras (previamente pueden haber estado destinadas a ganadería o agricultura con rotación) que implica en los casos en que aún existía, el desmonte del monte nativo (en las tierras anteriormente utilizadas para ganadería, el monte cumplía una función esencial como alimento y sombra para el ganado). Los permisos de desmonte, son sobrepasados, dejando únicamente “cortinas” de vegetación. Este proceso se relaciona con la concentración de la tierra en estas regiones. Por lo general, existen en cada zona

⁶ “Situación de los Derechos Humanos en el Noroeste argentino en el 2008”. Elaborado por Cátedra UNESCO de Sostenibilidad de la Universidad Politécnica de Cataluña (UPC), Educación para la Acción Crítica (EdPAC), Grupo de Cooperación del Campus de Terrassa (GCCT), Grupo de Investigación en Derechos Humanos y Sostenibilidad (GIDHS). Octubre de 2009.

dos o tres grandes empresarios que llegan a acumular por medio de compra y arrendamientos miles de hectáreas.

- b) *Compra de tierras en el mercado inmobiliario con poblaciones con derechos posesorios dentro de la “propiedad”*: no existe control del Estado en ver cuáles son las tierras que se están poniendo en venta, lo que da lugar a la venta de tierras en cuya extensión existen familias viviendo hace décadas con derechos obtenidos⁷, escuelas, salas de atención médica, etc. Para inscribir sus propiedades en el registro de la Propiedad, se exige a los campesinos una serie de trámites y costos que impiden que esto se lleve adelante. Esto da lugar a la posibilidad de los empresarios de elevar denuncias por usurpación, que, de acuerdo con el Art. 181 del Código Penal Argentino⁸, autoriza a la detención sin previa notificación de su presentación ante el juez. En Santiago del Estero este se ejecuta mediante el Art. 182 bis⁹, también llamada “Ley de Desalojos” de la que han derivado decenas de casos de abuso y violencia por parte de la policía hacia los campesinos poseedores de la tierra.
- c) *Apropiación ilícita de tierras fiscales y de comunidades campesinas*: Empresarios que se apropian de tierras fiscales mediante la elaboración de títulos falsos de propiedad que son presentados a las comunidades que allí habitan y que poseen derechos sobre la tierra. Esta situación de “engaño” se produce bajo el amparo de un entramado que integran autoridades políticas, policiales y judiciales, tendiente a desalojar a las familias campesinas y aumentar el proceso de acumulación de tierras.

En los casos b) y c) se constatan dos tipos de situaciones:

* Aquellas familias que dejan su tierra a cambio de una suma pagada por los empresarios que ronda entre los \$2000 y \$5000 pesos dependiendo del caso.

Si bien la violencia en estos casos no es explícita, opera de forma “latente” al ser una situación que viven quienes se resisten al abandono de las tierras. Estas familias migran hacia los pequeños poblados donde se puede observar el crecimiento habitacional fruto de la expulsión de campesinos y sostienen la forma de vida campesina pero desposeídos de la tierra, por lo que su capacidad productiva no les permite la reproducción de la unidad familiar, pasando a depender de subsidios estatales, trabajos casuales de tipo “changa” o en la mayoría de los casos del entramado de clientelismo político que se reproduce en los pueblos y ciudades.

* En los casos de aquellas familias que se niegan a abandonar la tierra o no aceptan negociar con los empresarios, podemos ver que se presentan episodios de fuerte violencia rural, donde existe una estructura armada entre empresarios, poder político, policía y jueces a fin de garantizar la apropiación de las tierras. Los mecanismos para desalojar a las comunidades organizadas o que resisten el intento de desalojo, incluyen: amenazas verbales y con armas a las familias, persecuciones, casos de torturas e intentos de asesinato, quemas de ranchos, robo y matanza de animales, cercamiento

⁷ La prescripción adquisitiva o usucapión o posesión veinteañal está regida por las normas del código civil argentino y establece como, al haber actuado como propietario durante ese lapso de tiempo en forma pacífica, continua e ininterrumpida, se emitirá sentencia ordenándose la inscripción del inmueble en el Registro de la Propiedad. Ley Nacional 24.374 / Artículo 4.015 del Código Civil.

⁸ “Será reprimido con prisión de seis meses a tres años: el que por violencia, amenazas, engaños, abusos de confianza o clandestinidad despojare a otro, total o parcialmente, de la posesión o tenencia de un inmueble o del ejercicio de un derecho real constituido sobre él, sea que el despojo se produzca invadiendo el inmueble, manteniéndose en él o expulsando a los ocupantes.”

⁹ “En las causas por infracción al Art. 181 del C.P., en cualquier estado del proceso y aun sin el dictado del auto de procesamiento, el juez, a pedido del damnificado, podrá disponer provisionalmente el inmediato reintegro de la posesión o tenencia del inmueble, cuando el derecho invocado por el damnificado fuere inverosímil. El Juez podrá fijar caución si lo considere necesario”

mediante alambrados que impiden el pastoreo de animales y uso de pozos comunitarios de agua y destrucción del bosque nativo (fuente de alimentos y medicinas para las comunidades), fabricación de denuncias y falsas imputaciones hacia los miembros de la comunidad, contaminación intencionada de pozos de agua, represas, campos de cultivo de los campesinos por parte de personas contratadas por los empresarios, destrucción de cementerios, etc. Quienes ejecutan estas acciones pueden ser cuerpos policiales y de gendarmería, empleados de los empresarios, los empresarios personalmente o servicios de seguridad privados contratados.

Aquí un elemento fundamental para el análisis del “avance de la frontera agropecuaria” es el hecho de que la gran mayoría de las familias que resisten aún en sus territorios en las zonas incorporadas por el agronegocio son comunidades organizadas, en este caso dentro del Movimiento Campesino de Santiago del Estero (**MOCASE-VC**); Es unánime la afirmación de quiénes han resistido procesos de desalojo e incluso realizado retoma de las tierras luego de estos episodios de que si no “existiera la organización” ellos no estarían allí y no hubieran podido resistir al asedio y presión de los empresarios.

**Entrevista - Miembro de la comunidad indígena Guaycurú, localidad Quimilí
Provincia de Santiago del Estero**

«Después...ya todo un grupo con 27 policías de Quimilí, no me dejaban entrar en el campo, era un domingo a las 9 de la noche. Me decían: “retírate de aquí o te cagamos matando”. Y yo le digo: “es mi campo ya tengo que entrar a mi casa” pero ellos me responden lo mismo. Mientras tanto ellos habían mandado a otra gente a dentro la casa y habían prendido fuego con todo lo que había, yo tenía sembrado, calabaza, sandía a punto de cortar. Y empezaron a cortarlo con el machete y no es que se lo comían. Nosotros hemos llevado pruebas, nosotros hemos ido a hacer denuncia pero la policía de aquí está con ellos. No nos querían recibir la denuncia. »

Fuente: Informa situación de los derechos humanos en el Noroeste argentino en el 2008

- 2) Una vez iniciada la producción, muchos de los empresarios continúan teniendo a su disposición los “equipos de seguridad privada”, conocidos en la región como “guardias blancas”; paramilitares que continúan asediando a campesinos de la zona para que abandonen las tierras, la impunidad con que éstos se desenvuelven es una más de las facetas de la corrupción del sistema judicial y policial santiagueño, sostenidos aún en las estructuras heredadas del juarismo. En muchas regiones de Santiago existen personajes de mucho peso político que si bien no ocupan cargos públicos son quienes manejan las estructuras de poder, así como gran parte de los negocios ilícitos (tráfico de drogas, de agroquímicos, de armas). Perduran como parte de los esquemas de control de Muza Azar y quien pretenda realizar negocios en la zona debe entrar en “diálogo” con ellos. Resultan claves para comprender la existencia de grupos paramilitares en la provincia y su accionar vinculado a la expansión de la frontera agropecuaria.
- 3) Las fumigaciones aéreas y terrestres con glifosato para el cultivo de soja actúan como factor de expulsión de campesinos y problemática generalizada para la población en estos espacios: se registran numerosas denuncias sobre fumigación de los cultivos de las comunidades (dedicados para autoabastecimiento), pozos de agua de animales, y aljibes de donde obtiene el agua la población que derivan en intoxicaciones. Así como casos en forma constante de irritaciones en la piel, diarreas, vómitos y dolores de cabeza luego de la pasada de la avioneta o el mosquito fumigador. No existe ningún recaudo en torno a distancias mínimas hacia los centros poblados, comunidades rurales o escuelas. Dado que los centros de salud no realizan anamnesis que permitan diagnosticar los casos de intoxicación por agrotóxicos, estos casos no están lo suficientemente registrados en la

provincia. La visita a escuelas rurales en el Departamento de Felipe Ibarra permitió constatar el descenso de la matrícula fruto del proceso de sojización; el caso de la Escuela Anexa de Lacorte es un claro ejemplo, de 27 alumnos en 2004 se redujo a tan sólo 4 en el presente año.

Entrevista - Miembro de la comunidad indígena Guaycurú, localidad Quimilí

Provincia de Santiago del Estero

«Entonces tuvimos un problema con nuestra hermana ya que empezó a enfermar y no sabíamos de qué, así que la llevamos a Buenos Aires y decían intoxicación de veneno. Ella entró con 37 kilos, cuando entró mal con toda la historia clínica de ella y le han hecho un montón de estudios pero no solucionaban nada. No le hacía efecto nada y al tiempo pesaba 22 kilos, no hablaba, no conocía a nadie, después era intoxicación de veneno, ya la entramos a quirófano. Ahora la chica está bien. Cada vez que vienen los aviones y fumigan seguimos con el problema.»

Fuente: Informa situación de los derechos humanos en el Noroeste argentino en el 2008.

De cómo se impulsa la frontera agropecuaria

Este corrimiento de la frontera agropecuaria es acompañado e impulsado mediante lo que hemos denominado “dispositivo de legitimación ideológica”: conjunto de mecanismos, acciones y discursos orientados estratégicamente a la producción de consenso y legitimidad en torno a la expansión del agronegocio (CEC, 2009). El agronegocio genera de esta forma múltiples herramientas con las que se autoconvalida y legitima; publicidad y programas en medios de comunicación masivos, eventos del “campo” en los que despliega su discurso y estética, “programas solidarios” que demuestran los supuestos valores en los que se pretenden posicionar y en los que a través de proyectos y obras buscan generar vínculos con pobladores locales, instituciones, y actores sociales en general. Ciertos conceptos que toman como claves y en torno a los cuales van elaborando su imagen pública: el “progreso”, la idea de ser el sector dinamizador del país, los responsables del fin del hambre en el mundo, la contribución al desarrollo local, la “sustentabilidad” y desde los últimos años buscando revertir la imagen negativa vinculada a los efectos tóxicos del glifosato y las semillas modificadas genéticamente, bajo la idea de “eco-desarrollo”:

Ecología y progreso, ya no como antagonistas.

Ni siquiera como términos en tensión.

Sino como integrantes de un nuevo consenso entre las empresas, la sociedad y las instituciones.

Es algo que ya está ocurriendo en las naciones más avanzadas.

Las empresas se anticipan a los cambios y generan las innovaciones.

Las sociedades advierten la necesidad de cambiar, toman conciencia.

Y las instituciones y los gobiernos crean las condiciones para que el cambio sea viable.

Apresid, convocatoria al XVII congreso; agosto de 2009.

En Santiago del Estero esto opera claramente mediante un sinnúmero de mecanismos; la generación de un discurso ligado al “campo” como lo moderno, productivo, desarrollado; frente al monte como lo arcaico, atrasado, pobre. Desde carteles instalados en los costados de las rutas, programas de radio y televisión, páginas web, la reproducción de “expo agro” y eventos similares en localidades históricamente campesinas y que padecen las problemáticas de desalojos, fumigaciones, violencia que describimos como parte del proceso de territorialización del agronegocio en estos espacios. Eventos como la elección de la “reina de

la soja” en “Expo Bandera” (Departamento de Belgrano) y el **festival del Poroto y la Soja**, en Pellegrini, hacen parte de este dispositivo de legitimación ideológica que genera no sólo la aceptación acrítica por parte de la sociedad; sino los mecanismos necesarios para que los procesos estructurales que hacen a este avance de la frontera agropecuaria, a esta reproducción territorial del capital agropecuario, sean invisibilizados frente al show tecnológico que despliega la “super soja”.

Conclusiones

Por lo general, el tratamiento académico del avance de la frontera, ha sido funcional al ocultamiento de los mecanismos y procesos que constituyen su movimiento. Bajo categorías y conceptos como “frente pionero”, “avance de la frontera”, se ocultan desalojos, violaciones de derechos humanos, apropiación ilegal de tierras, necesarias para la territorialización necesaria a la creación de capital y reproducción ampliada del mismo. El dispositivo de legitimación ideológica que los grupos económicos montan con este fin es un elemento fundamental a fin de ocultar estos procesos constitutivos y generar el consenso necesario para este impulso discursivo de la frontera en su avance. El “otro lado” de la frontera es así negado, ocultado; la frontera avanza y el país en su “totalidad” debe sentir que dicho avance es benéfico para el supuesto desarrollo y progreso de la sociedad. Derechos constitucionales que son violados, procesos silenciosos de pérdida de tierras y descampesinización, pero también de organización y lucha por la tierra. Otro lado de la frontera que lejos de ser un vacío espacial monta procesos de resistencia, es espacio vuelto territorio, y con el territorio un proyecto político que se plasma geo-graficando estos límites aún en disputa.

Bibliografía

ABREGÚ VIRREIRA, C. La vida del peón en los obrajes del Chaco Santiagueño. Talleres Gráficos de H. Maldonado. Santiago del Estero, 1917.

CENTRO DE ESTUDIOS CAMPESINOS. Observatorio del agronegocio. Sin publicar.

DARGOLTZ, R. E. (2003). Hacha y quebracho. Historia ecológica y social de Santiago del Estero. Santiago del Estero: Marcos Vizoso.

DE ESTRADA, M. (2008). Territorializaciones en disputa: el Movimiento Campesino de Santiago del Estero frente al avance de la sojización en Argentina. Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos: “Los movimientos sociales en América Latina. Pasado, presente y perspectiva”. UNMdP.

DOMÍNGUEZ, D. y SABATINO, P. (2006). Con la soja al cuello: crónica de un país hambriento productor de divisas. En: Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana. Alimonda, Héctor. Buenos Aires: Ed. CLACSO.

DOMÍNGUEZ, D. y SABATINO, P. (2008). La conflictividad en los espacios rurales de Argentina. En: Lavboratorio/n line. Instituto Gino Germani. año X. número 22.

EVIA, G. La Republica de la Soja: Las alegorias de la globalización. La Insignia, 29 enero 2004. Disponible en <http://www.agropecuaria.org/analisis/EviaRepublicaSoja.htm>. Acceso: 15 de noviembre de 2009.

HEVILLA, M. C. (1998) El estudio de la frontera en América. Una aproximación bibliográfica. Biblio3W Nº 125, 24 de noviembre de 1998 (<http://www.ub.es/geocrit/b3w-125.htm>)

INDEC . Censo Nacional Agropecuario 1988.

INDEC. Censo Nacional Agropecuario 2002.

Informe “Situación de los Derechos Humanos en el Noroeste argentino en el 2008”. Elaborado por Cátedra UNESCO de Sostenibilidad de la Universidad Politécnica de Cataluña (UPC), Educación para la Acción Crítica (EdPAC), Grupo de Cooperación del Campus de Terrassa (GCCT), Grupo de Investigación en Derechos Humanos y Sostenibilidad (GIDHS). Octubre de 2009.

MARTINS, J. de S. Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

MINISTERIO DE ECONOMÍA DE LA PCIA. De Stgo. del Estero. Dirección general de Catastro de la Provincia de Santiago del Estero. Cuadro comparativo de incorporaciones y modificaciones urbanas y rurales. Período: 2005-2008.

OLIVEIRA, A. U. (2007). Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH/Labur Edições.

REBORATTI, C.(1990). Fronteras Agrarias en América Latina. Geocrítica, nº 87, 1-59. Reproducido en Scripta Vetera (<http://www.ub.es/geocrit/geo87.htm>).

SANTOS, M. (1996). La naturaleza del espacio. Barcelona: Ariel.

SECRETARÍA DE AGRICULTURA, GANADERÍA, PESCA Y ALIMENTOS SOJA. Informe General. (2008). Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, Sitio web oficial.

ZUSMAN, P. (1997). La Geografía y el proyecto territorial de la elite ilustrada paulista: La Asociación de los Geógrafos Brasileños (1934-1945). *Geocrítica. Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº7, 1 de septiembre de 1997 (<http://www.ub.es/geocrit/sn-7.htm>)

_____. (1999). Representaciones, imaginarios y conceptos en torno a la producción material de las fronteras. reflexiones a partir del debate Hevilla-Escamilla. Revista Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796].Nº 149, 25 de marzo de 1999.

_____. (2000). Desierto, Civilización, Progreso: la Geografía del Gran Chaco y el proyecto político territorial de la formación del Estado Argentino. Ería: Revista cuatrimestral de geografía, ISSN 0211-0563, Nº 51 , pags. 60-68.

Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre

Cleilton Sampaio de Farias

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Campus
Cruzeiro do Sul
E-mail: cleilton.farias@ifac.edu.br

Cleisson Sampaio de Farias

Universidade Federal do Acre
Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Bioma
E-mail: cleisson_farias@hotmail.com

Resumo

Este texto surge dos primeiros apontamentos da pesquisa “A territorialização da agroindústria Álcool Verde e a questão agrária no município de Capixaba – AC”. A pesquisa demonstra que, a exemplo do que ocorreu com os fatores terra e trabalho durante a formação econômica do Brasil, no Acre também as implicações nestes fatores estiveram presentes nos processos de ocupação econômica do território e influenciaram na formação da questão agrária no estado. A importância deste trabalho liga-se ao valor que deve ser atribuído as pessoas que vivem no/do campo que merecem respeito pela responsabilidade de serem os reais produtores de alimentos no país e melhores condições, não só de trabalho, mas de vida, com a extensão plena da cidadania por meio da reforma agrária.

Palavras-chave: Questão agrária, fronteira, estrutura fundiária.

Resumen

Los fundamentos y expresión de la cuestión agraria en Acre

El texto es el resultado de las primeras notas de la investigación: La territorialización de la agroindustria Álcool Verde y la cuestión agraria en la ciudad de Capixaba – AC. La investigación demuestra lo que ocurrió con los factores de tierra y de mano de obra durante la formación económica de Brasil, en Acre también las implicaciones de estos factores estuvieron presentes en los procesos de ocupación económica del territorio e influenciaron en la formación de la cuestión agraria en el Estado. La importancia de este trabajo se relaciona con el valor que debe atribuirse a las personas que viven en/ del campo que merecen el respeto por la responsabilidad de ser los verdaderos productores de alimentos en el país y de mejores condiciones, no sólo de trabajo sino de la vida, con la extensión plena de la ciudadanía a través de la reforma agrária.

Palabras clave: Cuestión agrária, frontera, estructura de la propiedad de la tierra, Acre – Brasil.

Abstract

Basics of the agrarian question in Acre

This text analyzes preliminary results from a research project entitled, “The agrarian question and the territorialization of the Álcool Verde agro-industry in Capixaba, Acre, Brazil.” The research shows that Acre seems to have experienced similar land and labor transformations as other parts of Brazil. The influences of these factors were present in the processes of

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 13, nº. 17	pp. 94-111	Jul-dez./2010
--------------	---------------------	----------------	------------	---------------

economic occupation of the municipality and determine that nature of the state's agrarian question. The importance of these results arises from the value it attributes to people living on the land who deserve respect for their contributions as producers of both food and better living conditions for the countryside, showing how the implementation of agrarian reform policies benefits not only working conditions but citizenship..

Keywords: Agrarian question, frontier, agrarian structure, Acre - Brazil.

Introdução

Na insatisfação gerada com a revolução de 31 de março de 1964 pela consequente interrupção de um processo que levaria o Brasil às reformas das estruturas agrárias e relações de trabalho rural, levou Caio Prado Junior a escrever a obra “A questão agrária” (1979). Neste livro o autor expõe as suas decepções com o regime imposto diante da incapacidade de implantar a reforma agrária e de solucionar a questão agrária, que para ele é muito importante e consiste em:

De fato, do que se trata e deve essencialmente interessar na reforma agrária brasileira é da solução do que se propõe efetivamente na prática, e em profundidade, em nossa realidade. A saber, a exploração desenfreada e o baixo nível, sob todos os aspectos, e em confronto com os níveis do mundo moderno, da grande massa da população rural brasileira, herança de sua formação histórica, e que encontra sem dúvida nas relações e condições em geral da produção e trabalhos rurais o seu principal fator determinante. Refletindo-se essa situação, direta ou indiretamente, e se fazendo sentir no conjunto de nossa racionalidade e teor geral, com mínimas exceções, de sua medíocre vida em termos modernos. É disso que se há de cuidar na questão agrária. [...]. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 10).

Sem dúvida, a questão agrária abrange vários problemas que por sua vez geram inúmeras conseqüências, por isso é possível relacioná-la com o “conflito em torno da extensão plena da cidadania – política e social – aos homens e mulheres que trabalham no campo”. Sua abrangência é “para além dos sentidos fundiários, territorial, imobiliário, [...], por associar estrutura de posse e uso da terra a formas de organização do trabalho” (LINHARES, SILVA, 1999, p. 47).

Graziano da Silva (1984, p. 10–13) explica a questão agrária ao compará-la com a questão agrícola como um recurso analítico, para ele não se pode confundir as duas questões.

Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na *produção em si mesma*: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas *relações de produção*: como se produz, de que forma se produz (1984, p. 11, grifo do autor).

O referido autor acrescenta que, as variáveis importantes na questão agrícola são as quantidades e os preços dos bens produzidos e na questão agrária são: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc. (GRAZIANO DA SILVA, 1984, p. 11).

No entanto, as duas questões são indissociáveis, pois não se pode separar uma da outra na realidade, isto é: o como, a forma, o que e onde produzir dialeticamente se articulam, pois não há produção sem relações de produção e vice versa.

Para Martins (1982, p. 11) a questão agrária ou a questão política no campo é principalmente a questão da propriedade da terra expressa nas precárias condições de

trabalho combinada com a concentração da propriedade da terra e da expulsão de trabalhadores da terra. Segundo o autor,

[...] uma grande massa de lavradores, que conta exclusivamente com o trabalho da família e que corresponde a mais de 70% das unidades de produção existentes, ou ocupa a terra sem garantias e direitos assegurados (como é o caso dos posseiros), ou tem terra insuficiente para trabalhar em condições dignas (como é o caso de um imenso número de pequenos proprietários no Nordeste, no Sudeste e no Sul) (1982, p. 11).

Andrade (1980, p. 15) acrescenta que a questão agrária está na menor ou maior facilidade de acesso à propriedade da terra, e como um dos problemas mais sérios a forma como se distribui a propriedade da terra entre seus habitantes. Nesse caso, para uma visualização desses problemas o autor sugere uma análise da estrutura fundiária do lugar que apresentará como está organizada a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração.

Segundo Fernandes (2007, p. 78) a questão agrária é um problema estrutural do modo capitalista de produção e que, portanto, não há solução para a questão dentro do próprio sistema, no entanto, diante do conflito, cabe uma posição de aceitação ou enfrentamento em termos paradigmáticos.

[...] minha compreensão da questão agrária como um problema estrutural do modo capitalista de produção. Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de concentrar, reproduzindo infinitamente. A reprodução infindável é da natureza do modo capitalista de produção, portanto, para garantir sua existência, o capitalismo necessita se territorializar sem limites. Para sua territorialização, o capitalismo precisa destruir outros territórios, como por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária. Todavia, a questão agrária não é uma questão conjuntural, como muitos pensam. A questão agrária é uma questão estrutural, portanto não há solução para a questão agrária a partir do modo capitalista de produção (FERNANDES, 2007, p. 78).

A disputa paradigmática refere-se ao embate formado pela oposição e resistência que os adeptos da teoria da questão agrária fazem contra o desenvolvimento desenfreado do capitalismo pelo território. Para o autor o agronegócio é a expressão territorializada do capitalismo agrário e a reforma agrária ou o campesinato é a expressão do território da questão agrária. Com a ampliação ou expansão dos territórios do capitalismo amplia-se por consequência a concentração de terra e seus desdobramentos na questão agrária, no entanto, se a expansão for pela reforma agrária ameniza-se a questão agrária.

Encontramos em Girardi (2008, p.120) uma análise semelhante da questão agrária, composta pela resistência do território da questão agrária em oposição da territorialização do capitalismo. Para o autor esta é a forma atual da questão, que pode ser compreendida pela análise de dois componentes do espaço agrário brasileiro: o avanço do agronegócio e a resistência contraditória do campesinato. Contraditória por que a produção camponesa não se baseia predominantemente em relações tipicamente capitalista, como o trabalho assalariado (OLIVEIRA, 2007, p. 39).

Essa contradição pode ser evidenciada na análise da forma de desenvolvimento e reprodução do campesinato em comparação com o capitalismo. Fazendo uma pequena distinção entre os fundamentos e ideais do sistema agrícola desenvolvido na territorialidade camponesa e o sistema agrícola do agronegócio, temos:

[...] O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do camponês. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em larga escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. [...] (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 165).

Para caracterizarmos melhor essa diferenciação, encontramos alguns elementos que formam a produção camponesa: força de trabalho familiar, parceria com outros camponeses, o trabalho acessório, trabalhadores temporários, socialização do camponês, propriedade da terra, propriedade dos meios de produção, e por fim, a flexibilidade da jornada de trabalho (OLIVEIRA, 2001, p. 55 – 64).

Nas propriedades camponesas, suas características são distintas da propriedade capitalista, seu elemento principal de produção é a comida, sua própria subsistência, e a venda do excedente no comércio local (ALMEIDA, 2007, p. 10).

É na propriedade camponesa que se encontra o sentido de viver do camponês, a sua fonte de vida, a sua identidade, as suas histórias, o seu imaginário enquanto ser, e é por tudo isso que a posse da terra foi e ainda é hoje a sua principal riqueza, e espaço principal de sua expressão e reprodução da territorialidade. Portanto, é na eminência da separação do camponês “da sua” terra – com a destruição da sua territorialidade – que se territorializa o capitalismo.

Já os empreendimentos agroindustriais capitalistas como a Álcool Verde, possuem características contrárias as dos camponeses, por sua própria história de concentração fundiária, exploração da classe trabalhadora e por fim, visando destinar a sua produção para o mercado externo.

A lógica da/na territorialidade capitalista não é a satisfação das necessidades básicas de reprodução da vida, ou seja, o valor de uso da produção, mas sim o valor de troca que fundamenta a produção de mercadorias, a extração da mais-valia e a apropriação da renda da terra. O conjunto destas características forma os fundamentos da territorialidade capitalista e fortalece as diferenças com o campesinato.

Sobre a territorialidade capitalista representada no campo atualmente pelo modelo do agronegócio, conforme Welch e Fernandes (2008, p. 165) seus fundamentos estão estruturados por um “complexo de sistemas que compreende a agricultura, indústria, mercado e finanças, todos sob o controle do capital, que ainda utiliza o campesinato no sistema de forma contraditória”.

Oliveira (2005) afirma que o agronegócio significa a tradução do termo desenvolvido nos EUA com o nome de “agrobusiness”, ou seja, agricultura de negócio, entendido no Brasil como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio”.

Segundo Farias (2010, p. 60) um exemplo de territorialidade capitalista fundamentada no agronegócio está no setor sucroalcooleiro, suas características básicas de atuação são: a monocultura (cana-de-açúcar), o cultivo em grandes extensões de terras (latifúndio), a exploração do trabalhador, a destinação da produção para a exportação, o desperdício de recursos naturais no plantio e processamento da cana-de-açúcar e, por fim, o apoio do governo com incentivos de diversas formas para a manutenção e expansão do modelo.

Para concluir, não há solução para a questão agrária dentro do modo de produção capitalista, com seus ideais (trabalho assalariado, propriedade privada dos meios de produção etc.) e suas consequências (concentração de terra e renda etc.). No entanto, uma solução amenizadora está na resistência e no enfrentamento que consiste na decisão de qual ideal de desenvolvimento queremos, o que se baseia na produção de alimentos, na maior quantidade de empregos gerados, na policultura e na pequena propriedade ou, o seu oposto, baseado na concentração de terras e rendas, na monocultura, na grande propriedade e na expropriação e exploração do trabalhador.

Apoiamos nossa resposta nas afirmações de Prado Junior (1979, p. 13):

[...] o nosso real desenvolvimento, para ter sentido em profundidade, consistirá em outra coisa, a saber, na superação das atuais situações sócio-econômicas, herdadas do passado, e sobretudo e em particular, as estruturas agrárias que mantêm uma parte considerável da população – refletindo-se daí, mais ou menos acentuadamente, no conjunto da nação – em miseráveis condições de vida, materiais, culturais, sociais – humanas em suma, podemos dizer. São esses os remanescentes do nosso passado que se trata de superar, abrindo –se com isso – e não há outro caminho – as perspectivas para efetiva nivelção do país, econômica, social e culturalmente, com o mundo e civilização de nossos dias (PRADO JUNIOR, 1979, p. 13).

A exemplo do que ocorreu com os fatores terra e trabalho durante a formação econômica do Brasil, no Acre também as implicações nestes fatores estarão presentes nos processos de ocupação econômica do território. Inicialmente ocasionado pela inserção da região na divisão internacional do trabalho na condição de fornecedora de matéria-prima para a indústria e posteriormente com a expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia.

Fazendo-se uma leitura focada na conjuntura de acontecimentos que resultaram na formação econômica do Acre, compreendemos que este fato teve seus primórdios a partir de 1895 com a extração da borracha; posteriormente ocorreu um segundo momento com a retomada da extração da borracha em 1945 e por fim, um terceiro momento com o avanço da fronteira agropecuária na década de 1970.

No primeiro momento que chamaremos de “frente pioneira extrativa” por focar o avanço das atividades econômicas desenvolvidas por homens “brancos” nas terras indígenas, baseava-se na economia da borracha. Esta economia era estruturada no sistema de aviamento, onde o domínio era exercido pelo capital internacional mercantil que articulava em sua base o aviador, o exportador, o seringalista e o seringueiro, através de um quadro simples de dependências múltiplas (SILVA, 1982, p. 15).

Esta economia dominou o território por quase noventa anos e deixou de legado as bases que irão constituir e afirmar a questão agrária no estado, tais como a exploração do trabalhador e a monopolização da terra.

Com o fim do período econômico baseado na economia da borracha, inicia-se uma transformação espacial impulsionada pela expansão da fronteira agropecuária determinando a mudança da floresta para o campo, onde os seringais saem da propriedade dos seringalistas para a propriedade dos fazendeiros e os trabalhadores de seringueiros para trabalhadores assalariados conhecidos como “peões”. Essa mudança inicia-se com a venda da terra do seringalista ao fazendeiro e posteriormente a territorialização se processa com a derrubada da floresta para o plantio do capim para o gado. Os impactos ocasionados por esta dinâmica não são apenas ambientais, mas também, sociais como a intensiva monopolização da terra e a violência contra posseiros e trabalhadores que insistem e resistem em permanecer na terra.

Assim, trataremos primeiramente das dinâmicas que formaram a questão agrária no estado para posteriormente analisar as suas características. Para tanto, dividimos o artigo em três partes. Na primeira parte procuramos abordar os fatos relevantes que formaram a questão agrária acreana partindo da “Dinâmica da fronteira e a formação sócio econômica do Acre”, seguiremos com “O pioneirismo do extrativismo da borracha: a origem da desigualdade” e finalizaremos com “A Fronteira agropecuária acreana: a ampliação em torno da terra e trabalho”. Na parte final direcionaremos nossos esforços para a espacialização da questão agrária acreana com a própria expressão das desigualdades na estrutura fundiária.

A dinâmica da fronteira e a formação socioeconômica do Acre: os fatores

Para nós, geógrafos, a discussão acerca dos significados, aplicações e representações do termo “fronteira” é muito ampla e importante. Há muito tempo o termo já era usado numa concepção política, para se referir ao espaço proveniente da divisão entre países. Mais recente, passou a ser usado para expressar uma dinâmica populacional com forte influência nos valores demográficos, e também, referido como o lugar proveniente de mudanças sócio espaciais de caráter econômico.

Para a concatenação do pensamento corrente sobre fronteira, várias foram as contribuições de pesquisadores de diversas áreas.

Com interpretações variadas, como a do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (KNAUSS, 2004), que na virada do século XIX para o século XX, afirmou que o significado da fronteira na história americana, ou seja, o “Oeste” passa por uma evolução social, amalgama de raças, miscigenação, o crescimento do nacionalismo, a evolução das instituições políticas, e sua principal característica: a formação da democracia.

Para Turner, essa fronteira ou o Oeste era:

[...] Uma forma de sociedade, mais do que uma área. É o termo aplicado a uma região cujas condições sociais resultaram da combinação de instituições e idéias antigas com a influência transformadora de terras livres. A partir dessa combinação, um novo ambiente se instaurou repentinamente, a liberdade de oportunidade se abriu, a massa de costumes foi abalada e novas atividades, novas linhas de crescimento, novas instituições e novos ideais ganharam existência. O mundo selvagem desaparece, o próprio “Oeste” prossegue para uma nova fronteira e, na área anterior, uma nova sociedade emergiu do contato com as florestas. [...] (KNAUSS, 2004, p. 55).

O estudo de Turner sobre o “Oeste” americano foi uma das principais obras teóricas que exprimiu a fronteira como fenômeno importante para a formação de uma nação, desde o desenvolvimento da população, da conquista do território e da formação de um governo soberano.

De certa forma, houve forte influência deste estudo nos teóricos brasileiros como Gilberto Freire (1947), Sérgio Buarque de Holanda (1945; 1957; 1973) e Cassiano Ricardo (1970), ambos fizeram interpretações similares a de Turner na formação social e territorial do Brasil.

No entanto, na eminente política do governo de Vargas de efetivar no território brasileiro um movimento intitulado “marcha para oeste” como uma tentativa de forjar uma dinâmica similar aos acontecimentos da fronteira americana, o geógrafo Leo H. Waibel (1955) afirmou haver uma diferenciação entre as duas fronteiras, e para tanto, iniciou-se por esclarecer alguns termos essenciais no processo.

A expressão pioneira é originária da terminologia militar e significa ‘escoteiro’, ‘batedor’. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que por isso promove o deslocamento da ‘frontier’ sertão a dentro. [...] Na Europa a palavra ‘frontier’ significa o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: passou a significar o limite da zona povoada. E enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira (WAIBEL, 1955, p. 04).

Conforme Waibel (1955, p. 05) haveria duas áreas para se distinguir, a fronteira demográfica e a fronteira econômica. A primeira limita o sertão com a mata virgem para oeste, já a segunda, separa o sertão a leste da região economicamente mais adiantada.

Uma interpretação bastante semelhante encontra-se na “dinâmica da fronteira” enfocada por Martins (1975, p. 45):

A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide com a fronteira demográfica. A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada, não constitui basicamente uma frente pioneira e não constitui basicamente porque sua vida não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado.

Depreende-se que, a expansão demográfica ocorre vinculada a fatores econômicos gerados no âmbito da fronteira que tende a se expandir. Sendo assim, a fronteira demográfica aparece primeiro, movida pelas “gentes” marginalizadas do processo econômico que deixa de ser novidade, gerador de oportunidades. Assim, retoma-se o movimento para novos espaços através da frente de expansão.

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão. E isso porque essa frente se constitui em decorrência da instauração de um ‘estado de insuficiência econômica’ que se realiza, na fronteira econômica, ‘pelo incremento demográfico, sem correspondente expansão dos meios de ganhar a vida’ ou ‘pela retração do nível ou montante das ‘adequadas’ oportunidades de ganhar a vida’. Assim sendo, a frente de expansão se integra com a economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido na fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista (MARTINS, 1975, p. 46).

Na geografia da fronteira, além das características já citadas anteriormente, há outra que achamos bem marcante, a paisagem. Assim, devemos destacar o tempo desta diante dos acontecimentos: antes, durante e depois da frente pioneira.

Nos movimentos pioneiros a paisagem se transforma em ritmo acelerado, os trabalhos de destruição e construção são simultâneos e visíveis ao observador (MACHADO, 2006, p. 191).

[...] Neste sentido, as noções de dinâmica e relação trabalho/tempo são essenciais para distingui-la da noção estética e literária de paisagem. Os conceitos de ‘paisagem cultural’ e ‘paisagem natural’, como utilizados por Turner, Monbeig e Waibel, não correspondem a um contraste simples entre sociedade e natureza, e sim ao grau de domínio das formas de civilização sobre a natureza (MACHADO, 2006, p. 191).

De forma histórica, no Brasil, a zona pioneira surgiu, na segunda metade do século XVIII com a expansão algodoeira no nordeste, e com o desenvolvimento da cultura do café no sudeste no século XIX e XX (WAIBEL, 1955, p. 04).

As últimas fronteiras agrícolas, vinculadas a projetos estatais de povoamento e integração regional, estão localizadas em áreas de floresta tropical, savanas úmidas e secas, e campos, nas regiões norte e centro-oeste do Brasil.

Projetos como o PIN de 1970 (Plano de Integração Nacional), o POLONOROESTE, o PROTERRA, os modelos de Eixos de Desenvolvimento e Pólos de Desenvolvimento ajudaram decisivamente para a efetivação dos planos governamentais na formação da fronteira agrícola (MACHADO, 2006, p. 192 - 197).

Em síntese, segundo Machado (2006, p. 197), foram vinte e três as fronteiras agrícolas do Brasil, divididas da seguinte forma:

1. Zonas pioneiras do século XIX: Vale do Paraíba, Campinas, São Carlos – Ribeirão Preto, e Botucatu.

2. Zonas Pioneiras da 1ª metade do século XX: Oeste de Santa Catarina, Norte do Paraná, Oeste de São Paulo, Sul do Mato Grosso, Mato Grosso e Goiás, Norte do Rio Doce, e Oeste Maranhão.

3. Fronteiras Agropecuárias da segunda metade do século XX: Barreiras, Rodovia Belém–Brasília, Rodovia Araguaia-Xinguara, Marabá, Rodovia Transamazônica, Estrada Cuiabá-Santarém, Sorriso, Sinop-Alta Floresta, Cuiabá-Porto Velho, Rondônia, Acre e Humaitá.

Atualmente, segundo Becker (2004) ao analisar o comportamento do desflorestamento na Amazônia na última década, afirma estar ocorrendo o esgotamento da fronteira agropecuária com o fim da dinâmica demográfica. No entanto, ainda existe a ocorrência de frentes de expansão de efeito local na região se desenvolvendo da seguinte forma (BECKER, 2004, p. 85 – 86):

a) A expansão de novas fronteiras é hoje localizada nas seguintes áreas: ao longo da Cuiabá–Santarém e nos municípios mato-grossenses de Alta Floresta, Guarantã do Norte, Castanheiro e Aripuanã; na rodovia Porto Velho–Manaus; no quadrilátero Santarém–Itaituba, Altamira–Almerin; em São Felix do Xingu (PA); e em Buritis (RO).

b) O desflorestamento se concentra na borda das áreas já desmatadas, de povoamento consolidado, e com valores menores do que o desflorestamento acumulado até 1970. Resta saber se a atual expansão de pastagens e da pecuária tem a mesma natureza daquela que ocorreu no início da expansão da fronteira amazônica.

Portanto, estudar as dinâmicas ocasionadas pela frente pioneira e frente de expansão como componentes formadores da fronteira é um caminho para entender o avanço do capitalismo e os conflitos e problemas gerados na Amazônia, que em alguns lugares gerou e em outros ampliou a questão agrária. Até aqui tratamos a dinâmica de forma conceitual, adiante passaremos a caracterizá-la enfocando os problemas gerados.

O pioneirismo do extrativismo da borracha: a origem das desigualdades

A formação territorial do Acre, assim como em outras partes do país, foi influenciada significativamente pela existência natural de produtos com certo valor comercial. A borracha foi sem dúvida o primeiro e principal agente atrativo para este local da Amazônia. Em primeiro lugar por que havia aqui imensos seringais naturais e em segundo lugar por que essa matéria prima era escassa pelo mundo afora o que lhe concebia ser bem valorizada financeiramente. Por esses motivos a região recebeu intenso fluxo migratório em busca de usufruir destes benefícios que gerou a primeira fronteira econômica no estado.

A formação da fronteira econômica acreana se deu no contexto da expansão da frente pioneira extrativista da borracha do final do século XIX. Esta frente propiciou condições para a ocupação econômica e populacional, em terras brasileiras e não brasileiras na Amazônia. Com isto, tornou este território habitado por migrantes brasileiros, um dos espaços produtivos mais expressivos da região amazônica. O Acre, então, firmava-se como maior reserva natural de borracha do mundo, em exploração. (SILVA, 2004, p. 42).

O primeiro produto a ser incorporado a essa nova lógica de reprodução capitalista na região através da inserção de matérias-primas naturais ao mercado industrial estrangeiro foi à borracha. “A ocupação econômica do Acre resultaria dessa expansão, como resultado do esforço de produção no sentido de satisfazer à crescente demanda do mercado internacional [...]” (SILVA, 1982, p. 12).

Assim, a borracha que o próprio Colombo conhecera por ver no Haiti os índios jogando com ela, e com a qual, portanto, a colonização ibérica

convivera por duzentos e cinquenta anos sem aproveitar como matéria-prima, depois de revelada à sociedade capitalista por La Condamine, tornou-se rapidamente objeto de ensaio com vistas ao seu aproveitamento produtivo. A sequência de descobertas que se obtiveram sobre ela tem como marcos a de Macintosh em 1823 que patenteou tecidos impermeáveis e Chales Goodyear em 1839, que descobriu e patenteou o seu tratamento térmico à base de enxofre – a vulcanização – que ampliava as propriedades que tinha in natura, tornando-a mais forte, mais resistente e mais elástica. A borracha como recurso da natureza dava uma extraordinária contribuição ao desenvolvimento e ao avanço das forças produtivas. Essa sua contribuição ainda seria ampliada mais tarde em 1888 por Dunlop, um veterinário escocês que descobre a câmara de ar, objeto que tornava os rodados da época muito mais macios e que iria popularizar logo depois com o advento das bicicletas e automóveis (LEAL, 1991, p. 13).

No contexto da conjuntura econômica mundial, este ato baseia-se na exportação de capitais, fortemente influenciada pela mudança da livre concorrência para o capitalismo monopolista, e na necessidade de encontrar novas extensões no campo do investimento através da exportação de capital e bens de capital, na tentativa de impedir a queda da taxa de lucro.

Crescia vertiginosamente a indústria e com ela a demanda internacional da borracha, gerando uma corrida às fontes produtoras da preciosa matéria-prima. O Brasil desfrutava, então, de uma posição privilegiada no mercado mundial, tendo na Amazônia o maior reservatório natural de seringueiras. A borracha silvestre transforma-se, pois, na viragem do século, numa das mais importantes matérias-primas industriais, tendo na indústria de pneumáticos o seu principal fator de aceleração e na Amazônia o seu principal centro produtor (SILVA, 1982, p. 09).

Esta fronteira extrativista vinculada ao capitalismo industrial internacional do fim do século XIX caracteriza-se pelo pioneirismo no “desbravamento” da região e pela formação econômica e sociocultural do território acreano e das pessoas que se deslocaram para esta parte do extremo Oeste do Brasil. As mudanças inseridas na fronteira terão reflexos nas dinâmicas populacionais e espaciais.

A economia da borracha era baseada na extração da hévea brasilienses dos seringais nativos da Amazônia na sua forma extensiva, ou seja, em imensas áreas de terras monopolizadas pelo seringalista que por sua vez dominava e explorava o seringueiro para a extração do látex da seringueira.

Nesse caso, o primeiro ponto a ser esclarecido está relacionado com a concentração da propriedade da terra refletida no tamanho dos estabelecimentos (seringais), que em síntese estaria ligada ao seringalista - uma forma de latifundiário.

[...] A grande propriedade era o tipo dominante, caracterizando o que hoje chamamos de ‘latifúndio’; porém, aqui também cabe ressalva: os seringais tinham em geral, tamanhos relativamente grandes, mas na fase áurea da borracha constituía-se em propriedades produtivas (para os padrões exigidos). Portanto, nesta fase se assim caracterizarmos, deve-se considerá-los latifúndios por ‘dimensões’; estas propriedades tornam-se improdutivas com a gradativa decadência da economia extrativista da borracha ao longo do século XX (SILVA, 2003, p. 91).

Então, no início da ocupação do território a terra já se encontrava monopolizada/concentrada e o trabalho explorado. Observe como ocorre a exploração do trabalhador seringueiro:

Na base desse sistema produtivo os produtores diretos – seringueiros – explorados duplamente pelo patrão seringalista, visto que estes detinham o

monopólio do comércio no interior dos seringais e poderes para fixar os preços da borracha produzida pelos seringueiros quanto o dos produtos básicos necessários à sobrevivência desses trabalhadores. A mediação monetária na relação de trocas era praticamente inexistente. Elas eram realizadas diretamente entre produtos, através do chamado sistema de aviamento [...] O endividamento prévio e sistemático dos seringueiros constitui-se num dos principais mecanismos de imobilização dessa força de trabalho (PAULA, 2005, p. 52-53).

Somando-se a essas formas de exploração ainda podemos citar, conforme Paula (2005, p. 54), a obrigação que os seringueiros eram submetidos a pagar ao seringalista, cerca de 10% da renda anual pelo trabalho na terra.

Além desse tipo social de grande propriedade – o seringal – paralelamente se estabelecia no território aproveitando-se dos momentos de crise do extrativismo da borracha outro tipo clandestino os comerciantes conhecidos como regatões.

[...] trata-se de parte daqueles indivíduos (muitos deles de origem árabe, como os Farhat, Abdala, Beirute) que foram se estabelecendo no território como comerciantes – alguns começaram atuando clandestinamente nos interstícios da empresa seringalista, através dos chamados ‘regatões’, burlando o monopólio comercial exercido pelo ‘barracão’ e, valendo-se dos momentos de crise do extrativismo da borracha, passaram a adquirir inúmeros seringais, transformando-se também, com o tempo, em grandes proprietários de terras (PAULA, 2005, p. 54).

Neste primeiro momento, segundo Silva (1982, p. 15), teremos uma ocupação do espaço acreano processando-se de forma não planejada, isto é, organizada exclusivamente para a extração da borracha, sem um sistema de colonização definido.

A extração da borracha encontraria o auge em 1912, com uma produção de 42.410 toneladas. No ano de 1913 teremos a quebra do monopólio brasileiro no mercado mundial influenciado pela diminuição da extração, chegando ao fracasso quase total em 1930 com uma produção de 17.131 kg de borracha, contra 800.808 toneladas de borrachas asiáticas.

Durante a segunda guerra mundial tivemos novas ondas migrantes para a Amazônia. Influenciados pelos Acordos de Washington, estes retornaram novamente para cortar seringa, só que desta vez o ciclo da borracha duraria menos tempo, tendo o seu auge de 1942 a 1945, então veio mais uma vez a decadência. Mesmo assim, muitos seringueiros permaneceram nos seringais até chegar à década de 1970, onde iria ocorrer uma nova frente migratória, só que desta vez são os “sulistas” que entram na história.

Para ser mais preciso, a história da economia da borracha no Brasil pode ser dividida em (SILVA, 1982, p. 09 apud COSTA, CAPELA, 1970, p. 42):

1. Monopólio natural (até 1912) quando o látex só era obtido de seringueiras nativas da Amazônia;
2. Retrocesso e estagnação (até o estabelecimento dos acordos de Washington);
3. Transição (até 1948/1951) e;
4. Borracha como insumo de importação.

As relações de produção na economia da borracha eram delimitadas pelo sistema de aviamento dominado pelo capital internacional mercantil, onde se articulavam o seringueiro, o seringalista, o aviador e o exportador, através de um quadro simples de dependências múltiplas (SILVA, 1982, p. 15).

Com o fim do período econômico baseado no mercado da borracha, inicia-se uma nova fase de apropriação do território para fins de reprodução do capital. No entanto, a floresta passa a ser uma barreira contra o desenvolvimento das forças produtivas que começam a se territorializar em meados da década de 70 do século XX, impulsionadas pela expansão da fronteira agropecuária.

A fronteira agropecuária acreana: a ampliação do conflito em torno da terra e trabalho

Por volta da década de 70 do século XX, uma nova rearticulação do capital se apropria do território acreano, transformando a sociedade, a economia e a política. É a caminhada da frente pioneira agropecuária e a formação da nova fase da fronteira no estado.

A fronteira agropecuária, mais recente, configura-se numa frente pioneira que propõe novas formas e condições de trabalho e produção, readequando-se aos novos momentos do capitalismo na sua territorialização em nível nacional. Impôs transformações tanto no caráter de produção, como sociocultural e socioeconômico. Por propor novas formas de produção e trabalho, numa visão do novo quebra com o arranjo espacial da fase da extrativista, no campo e na cidade. Nisto reside às raízes e abrangência dos conflitos produzidos (SILVA, 2004, p. 43).

A ocupação das terras do Acre por empresários do centro sul no início da década de 70 do século XX, instaurou um mundo de violência nos seringais. O fato da inserção da agropecuária discordava com o modelo extrativista e forçava a finalização do sistema de aviação da economia extrativa e suas bases florestais.

A transformação espacial é determinada pela mudança da floresta para o campo, onde os seringais saem da propriedade dos seringalistas para a propriedade dos fazendeiros e os trabalhadores de seringueiros para trabalhadores assalariados conhecidos como “peões”. A mudança inicia-se com a venda da terra do seringalista ao fazendeiro e posteriormente a territorialização se processa com a derrubada da floresta para o plantio do capim para o gado.

Com a venda da terra é gerado outro problema com a mão de obra que vivia como posseiro no interior dos seringais (os seringueiros). Estes não seriam diretamente remanejados para outra atividade, nem tampouco seriam absorvidos em sua maioria pela agropecuária. Dessa forma, o novo dono da terra se incumbiria de limpar a terra dos resquícios do seringal.

Observe que essa limpeza do seringal para a agropecuária (fazendeira) se processa em três fases: 1) A limpeza da floresta, 2) A limpeza da mão de obra (posseiros) e 3) o plantio do capim.

Ademais, esta transferência (venda) de propriedade é feita à revelia da situação do seringueiro, que na condição de posseiros ocupavam a terra há várias décadas. Com isso, esta nova dimensão da velha estrutura fundiária é construída sob fortes conflitos agrários. Os seringueiros eram desalojados de suas colocações por formas espúrias, que iam desde a ação enganosa com a sua indenização por valores irrisórios até mesmo a expulsão pela força física, com a ação de jagunços, queimando casas de seringueiros, semeando capim em seus roçados, ameaçando-os de morte etc. (SILVA, 2003, p. 94-95).

O processo que mencionamos, de inserção da região ao processo geral de expansão capitalista no Brasil, formado pela reordenação espacial produtiva, determinada pela desterritorialização do seringal e territorialização da agropecuária, foi impulsionado pela corrida pela terra através da especulação fundiária, estimuladas por incentivos estatais através de propagandas oficiais e de financiamentos da SUDAM de programas como o PROBOR e o PROTERRA (SILVA, 1982, p. 05 – 06).

O baixo preço e a existência de grande quantidade de terras disponíveis tornaram as terras do Acre um investimento extremamente lucrativo aos olhos dos especuladores. Grandes áreas eram compradas e imediatamente retalhadas e revendidas, com lucros astronômicos. A especulação fundiária

é facilmente identificada, seja pela exigência de grandes áreas mantidas inexploradas, como reserva de valor, seja pelo grande número de transações, mudança de dono em curto espaço de tempo, que se verificaram na maioria dos casos sobre uma mesma propriedade (SILVA, 1982, p. 05 – 06).

Esse processo de desterritorialização do seringal desencadeou uma série de ações violentas contra os seringueiros remanescentes. Era preciso desimpedir a área da presença incômoda de seringueiros e pequenos posseiros, que expulsos de suas colocações, migraram para as periferias dos centros urbanos do estado (SILVA, 1982, p. 32).

Segundo Silva (1982, p. 06) nos anos de 1970 estabeleceu-se acelerado processo de expulsão populacional do meio rural, desarticulação dos seringais nativos, a crise do extrativismo que barateou o preço da terra, despertando o interesse dos compradores do centro sul.

Os métodos expulsórios utilizados contra os posseiros foram os mais diversos, desde a compra da posse e benfeitorias por preços irrisórios ou troca por lotes, de área inferior ao módulo oficial, a destruição de plantações, invasão de posses, proibição de desmate para roçados, obstrução de caminhos e varadouros, espancamentos e assassinatos.

Neste momento, os seringueiros temendo o fim do seu modo de vida com o fim dos seringais, passam a se articular em movimentos sociais, em sindicatos. A fundação dos STR's de Sena Madureira e Brasília eram os dois primeiros sindicatos a serem organizados, pois os processos de empates entre as forças extra regionais e a expulsão dos posseiros, já eram acentuadas, inclusive com fortes correntes de êxodo rural para as cidades da região (SILVA, 1982, p.68).

Na cidade de Rio Branco, o assassinato de João Eduardo, em 1981, demonstra que os conflitos agrários no campo refletem também nas questões da terra para moradia urbana. Sendo assim, a expropriação e a conseqüente expulsão maciça de seringueiros/posseiros, que foram ocupar os ditos espaços vazios na periferia dos núcleos urbanos, teve no Acre o principal pólo de atração em Rio Branco.

A crise dos seringais amazônicos refletira diretamente na urbanização da cidade de Rio Branco. A população urbana de Rio Branco que representava em 1970 apenas 41,1% da população do município passou para 74,8% em 1980 (SILVA, 1982, P. 13-15).

Assim o capital ocupou a terra, acelerou a desarticulação da economia tradicional, expropriou e expulsou, gerando uma massa crescente de desempregados que, desalojados e sem perspectivas no campo, migraram para as cidades, [...] esses migrantes, na maioria ex-seringueiros, passam a ocupar as periferias das cidades, principalmente de Rio Branco, capital e principal centro urbano do estado, dando origem ao surgimento de grandes bairros marginais. A periferia de Rio Branco é hoje, o maior indicador mais significativo dessa intensa e desordenada ocupação. (SILVA, 1982, p.81).

Grandes bairros começaram a se formar e outros a crescer rapidamente na área periférica de Rio Branco. São exemplos, dentre outros, os bairros do Aeroporto Velho, com 2.219 habitantes; Aprendizado, com 3.935 habitantes; Bahia, com 3.059 e Cidade Nova, com 5.242.

Nesse período a população urbana cresceu de 26,3% para 43,8% de 1970 para 1980. A população urbana de Rio Branco que representava em 1970, 41,1% da população do município, passou para 74,8% em 1980, ou seja, 66% da população urbana concentravam-se em Rio Branco. Enquanto a densidade demográfica estadual era de 1,98 hab/km, em 1980, Rio Branco tinha 8,19 hab./km (SILVA, 1982, p.82).

No período de 1940 a 2000, Rio Branco cresceu a uma taxa de 6,4% ao ano, sendo que o período de maior alta foi à década de 1970, com uma taxa de 11% ao ano. Esta quantidade pode ser justificada pelo êxodo rural provocado pela corrida pelas terras da nova fronteira agropecuária acreana, conforme afirma Silva (1982, p. 81):

Na medida em que a urbanização se acentuava, devido a intensificação do êxodo rural acelerado, cresciam os problemas sociais nas áreas urbanas, tendo em vista que, a infra-estrutura precária de Rio Branco não tinha suporte para absorver o contingente populacional expulso do campo, numa economia de caráter eminentemente primária, [...] O resultado imediato desse processo é a intensificação da marginalidade urbana, e a existência de enorme reservatório de mão de obra desqualificada, produzido pelo capital especulativo (SILVA, 1982, p.83-84).

Sem dúvida, as duas primeiras fases da fronteira acreana – a fronteira de expansão com base no extrativismo vegetal da borracha e a frente pioneira da agropecuária - influenciaram na formação social, econômica e produziram o espaço atribuindo formas ao estado. Talvez, seu maior legado esteja na base da economia acreana: agrária e florestal. Este fato pode ser comprovado quando analisamos a expansão do rebanho bovino do estado que evoluiu de 72.166 cabeças em 1970, passando para 120.143 em 1975, para 1.033.331 em 2000 e chegando à 2.315.798 em 2007, representando um aumento de mais de 100% em apenas 07 anos (O ESTADO DO ACRE, 2009).

Portanto, essas dinâmicas de expansão capitalista produziram diversos problemas no estado, tais como: a degradação da floresta nativa, a violência contra os posseiros, a exploração da força de trabalho, desemprego rural e, além disso, influenciaram diretamente para a formação e consolidação da estrutura fundiária concentrada no Estado. No próximo item apresentaremos os dados que comprovam esta afirmação.

A estrutura fundiária acreana: a expressão das desigualdades

“A estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade” (LINHARES, SILVA, 1999, p. 41).

Nos textos anteriores apresentamos os dois principais movimentos econômicos que influenciaram nas dinâmicas populacionais e na estrutura fundiária do estado – o extrativismo da borracha e a fronteira agropecuária. Agora em diante, passaremos a demonstrar quais as consequências desses movimentos no espaço agrário, ou seja, as desigualdades em relação à estrutura fundiária do estado. Nesse caso, para melhor compreensão nos basearemos nos cadastros do INCRA quando se tratar de imóveis rurais, e do IBGE quando se tratar de estabelecimentos rurais.

A estrutura fundiária é uma das principais bases da questão agrária, pois é a própria expressão da apropriação, distribuição e concentração de terras de uma sociedade. É fruto das relações históricas de poder relacionado entre o oficial (estatal) que garante por meios jurídicos a posse de parte de seu território e o privado (particular) que se apossa definindo tamanho, forma e quantidade. Na implantação do sistema de posse e uso da terra surge o conflito e a violência como partes integrantes da imposição do sistema de apropriação das terras pelo grupo dominante que geralmente é minoritário sobre o grupo “dominado” que geralmente é majoritário.

Desistir ou resistir, são as palavras que influenciam no balanço numérico da posse da terra. Quando a parte majoritária é expropriada e “desisti” de lutar pela terra a parte minoritária se expande, o que é a sua principal intenção.

Mas voltando a questão conceitual, segundo Andrade (1980, p. 15 -16) a estrutura fundiária corresponde a:

[...] uma situação dada, em um momento histórico, quando se observa como está organizada a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração. Condições estas que são o resultado de uma evolução histórica, de uma opção política e do nível tecnológico existente. Sabe-se porém que esta estrutura evoluiu a partir de uma ação violenta de um grupo que se apropriou das terras, a partir da

ocasião em que o agricultor foi capaz de produzir um excedente que poderia ser acumulado e comercializado. Até à ocasião em que o agricultor foi capaz de produzir por deficiência física ou por baixo nível tecnológico, não foi capaz de produzir senão o necessário à manutenção de sua subsistência ou reprodução, a propriedade privada da terra não foi viável. Quando os conhecimentos existentes permitiram o crescimento da produção e a acumulação das sobras produzidas é que determinados grupos passaram a apossar-se das terras e a utilizar os agricultores, através de sistemas os mais diversos, para produzir um excedente em benefício do grupo (ANDRADE, 1980, p. 15-16).

Historicamente, no Brasil, a configuração espacial que tem sido privilegiada pelos detentores de poder favorece a concentração da maior parte das terras nas mãos de poucos. Segundo Prado Junior (1979, p. 16 - 17) o alto grau de concentração da propriedade agrária no Brasil pode ser demonstrado na análise dos dados referente ao recenseamento de 1950 do IBGE que constatou: “enquanto os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% do total, ocupam 17% da área recenseada, os médios (6% do número total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área”.

Essa classificação de Prado Junior (1979) parece um pouco limitada, pois o IBGE considera nos censos agropecuários, os estabelecimentos agropecuários, definidos como:

Toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável. (IBGE, 2006, não pag.).

Ou seja, o estabelecimento pode comportar vários imóveis rurais no seu interior ou sob a sua administração, no entanto, a análise Prado Junior (1979) expressa o problema da concentração fundiária dentro dos padrões e critérios da época e por isso torna o problema hoje ainda mais grave. Pois se observarmos as divisões por estratos de área veremos que existe uma similaridade com os padrões atuais somente entre os estabelecimentos de até 100 hectares que ainda são considerados como pequenos, diferentemente dos de 200 hectares e mais que na época eram considerados como grande. Ainda são, mas o que queremos falar é que hoje o padrão de grande estabelecimento está acima disso, ou seja, acima de 1000 hectares.

Com o passar do tempo, algumas inovações foram inseridas para melhorar a análise e propiciar a compreensão da estrutura agrária. Uma dessas inovações é a fragmentação em imóveis de vários tamanhos que permitiu dividir hierarquicamente os imóveis em vários estratos de áreas contemplando todas as formas contidas do espaço.

Com base nessa forma de analisar, percebemos que em comparação ao ano de 1950 a questão se agravou ainda mais, pois segundo cadastro do INCRA (2004) do ano de 2003: enquanto 3.611.429 (pequenos) imóveis ou 85% do total com área de até 100 ha ocupam 20% da área total, 557.835 (médios) imóveis ou 13,2% do total com área entre 100 a 1000 concentram 36,2% da área total e os 69.123 (grandes) imóveis ou 1,7 do total com área entre 1000 a 2000 ha concentram 43,7% da área total.

Embora para a análise da estrutura fundiária do ano de 1950 nos baseamos na concepção de Prado Junior (1979) que está estruturada na pesquisa do IBGE que enfoca os estabelecimentos, e para a análise do problema no ano de 2003 usamos os dados do INCRA que enfoca os imóveis, o problema não mudou e a expressão da questão agrária continua evidente.

Em relação ao estado do Acre que também segue esta lógica concentracionista do Brasil, segundo informações cadastrais do INCRA os imóveis com áreas acima de 1.000 ha concentravam cerca de 78,77% da área cadastrada e representavam apenas 3,44% do total

de imóveis. Os imóveis com áreas entre 100 a 1.000 ha representavam 7,87% dos imóveis e concentravam 6,06% da área cadastrada, enquanto os estabelecimentos com até 100 ha representam 88,69% dos imóveis cadastrados e detêm apenas 15,17% da área cadastrada (INCRA, 2004, p. 27).

Esses dados demonstram uma prevalência da minoria (3,44% do total) dos grandes imóveis (acima de 1.000 ha) ou agricultura capitalista concentrando a propriedade da terra no estado. Uma causa para esta evidência é atribuída ao modelo incentivado durante a expansão da fronteira agropecuária da década de 70 do século XX baseado na grande exploração. Em contrapartida, para a grande maioria (88,69% do total) dos pequenos imóveis ou camponeses (até 100 ha) que vivem no/do campo resta apenas 15,17% da área.

Nos estudos da estrutura fundiária o índice de Gini é uma das formas mais usadas para visualizar a situação em que se encontra a estrutura. Para o seu cálculo utiliza-se como unidade básica o proprietário e a área total que detém e seu valor varia de 0 a 1 de acordo com o nível de concentração: quando mais se aproxima de 0 o índice indica igualdade, no entanto, quando se aproxima de 1 indica concentração absoluta. Segundo Girard (2006) “em 2003 o índice de Gini para o Brasil era 0,816, o que indica grande concentração, já que quanto mais próximo de um maior é o grau de concentração da terra”.

No caso do Acre, o índice de Gini do ano de 2003 era de 0,785 que colocava o estado em terceiro lugar entre os de maior concentração fundiária da Amazônia (GIRARDI, 2008). Este valor pode demonstrar uma pequena redução no nível de concentração – mas ainda se encontra bem concentrado -, pois se analisarmos os dados de 1966 a 2003 veremos que a questão era bem mais complicada.

Entre os anos de 1966 e 1984 - período inicial da expansão da fronteira agropecuária – percebemos um aumento gradual no índice, pois o estado tinha o índice de Gini de 0,948 em 1966, no ano de 1978 ocorreu um acréscimo de 0,013 passando para 0,961 e baixando para 0,919 em 1984. Perceba que o índice chega perto de 1 que seria a concentração total. De 1984 a 1998 o índice sofre diminuição de 0,04 chegando a 0,879, e de 1998 a 2003 sofre a maior subtração de 0,094 chegando ao menor índice calculado até então de 0,785 (INCRA, 2004, p. 26).

Entre os fatos que justificam tal diminuição está à incipiente reforma agrária por meio de assentamentos nas regionais do Baixo Acre e Alto Acre. No entanto, ainda não ameniza a situação deixando o estado em terceiro lugar na região Norte perdendo apenas para o Amazonas e para o Pará (INCRA, 2004, p. 26).

Na região norte a situação dos estados em relação ao índice de Gini no ano de 1998 confirmam ainda mais o Acre como um dos estados com maior concentração fundiária da região. O Estado se encontrava em terceiro lugar com 0,879, ficando atrás somente do Amazonas com 0,922 em primeiro e do Pará com 0,900 em segundo (INCRA, 2004, p. 27).

No ano de 2003 (GIRARDI, 2008) o índice do estado cai para 0,785, no entanto, não significa nenhum avanço em relação a colocação que ocupava no ano de 1998, continuando como o terceiro mais concentrador da região, ficando atrás somente dos estados do Amazonas com 0,837 e Pará com 0,823.

Em relação ao índice de Gini dos vinte e dois (22) municípios do Acre, analisando os extremos tínhamos em 1992 o município de Feijó com o índice de 0,964 – índice bem próximo de 1 - sendo o mais concentrado - e o município de Plácido de Castro com 0,337 como o menos concentrado.

No ano de 1998, cinco anos após a criação de novos municípios o título de mais concentrado ainda ficou em Feijó com índice de 0,958, apenas 0,08 a menos que o ano de 1992, e o de menos concentrado ficou com Acrelândia com apenas 0,254 de índice.

No ano de 2003 a maior concentração de terra municipal passou da regional Tarauacá-Envira para a regional Juruá com o município de Mâncio Lima que aumentou seu índice em 0,06 em relação ao ano de 1998 e ficou com 0,911 neste ano, já o município com menor concentração de terra volta novamente a regional do Baixo Acre, no município de Plácido de Castro, com 0,402.

Em média, analisando os índices do ano de 2003 por regionais o que teremos é o Purus com 0,841, Tarauacá-Envira com 0,831, Juruá com 0,779, Alto Acre com 0,766 e por último a regional do Baixo Acre, que é a regional mais urbanizada, com apenas 0,646.

Em relação ao pessoal ocupado nas atividades rurais por setores de produção no ano de 1996, aponta que a agricultura familiar (menor que 100) é responsável pelo emprego de 67.223,00 pessoas, o que equivale a aproximadamente 72% da força de trabalho empregada nas atividades rurais. A produção familiar extrativista e médios fazendeiros (de 100 a 1.000 ha) empregam 23.788,00 pessoas equivalente a 25,42% da força de trabalho, no entanto, a Produção Pecuária de Grande Porte (maior que 1.000 ha) empregam apenas 2.575,00 pessoas nas atividades rurais equivalendo apenas 2,75% do total (INCRA, 2004, p. 43).

Analisando esses dados em conjunto com os dados da estrutura fundiária do estado, percebemos que a agricultura capitalista concentra a maior parte das terras, no entanto, é a agricultura familiar que com pequena quantidade de terra disponível ocupa a maior parte dos trabalhadores rurais. Isso indica que a agricultura capitalista beneficia apenas o proprietário que concentra o excedente da exploração da força de trabalho e da concentração de terra, diferente da agricultura familiar que do seu funcionamento diário vivem muitas pessoas ou a maior parte dos moradores do campo.

Assim, os dados apresentados indicam que em relação à estrutura fundiária do estado ocorreu uma significativa diminuição quando nos baseamos no índice de Gini dos anos de 1966 a 2003, de 0,948 para 0,785, no entanto, o estado ainda ocupa a terceira colocação de mais concentrado da região Norte. Este fato pode ser confirmado quando analisamos a quantidade de estabelecimento e a área ocupada e percebemos que poucos imóveis (3,44% = 78,77%) concentram a maior parte das terras disponíveis, enquanto muitos imóveis (88,69% = 15,17%) dividem uma pequena parte. Além disso, podemos acrescentar que a maior parte dos trabalhadores estão ocupados nesta pequena parte, ou seja, 72% do total.

Conclusão

Diante do exposto, pode-se afirmar, a princípio, que a estrutura fundiária do estado na dimensão espacial é a própria representação do movimento que a gerou, a frente pioneira extrativa e a fronteira agropecuária. Nesse processo de nascimento das atividades econômicas impulsionadas pela expansão capitalista percebem-se alguns ajustes para a extração do excedente que provocam desajustes no território. Entre os ajustes que o capital faz podemos citar a concentração fundiária e a expropriação e exploração dos trabalhadores e entre os desajustes que provoca está à exclusão, a violência e toda forma de desigualdade que dessa dinâmica procede.

Enfim, ficou provado na análise da dinâmica da fronteira que o avanço da grande propriedade expande a exploração do trabalhador e diminui a produção de alimentos. Assim, propomos que os projetos de desenvolvimento levem em consideração as necessidades de reforma agrária, que abrange a distribuição de terras e renda e, que favorecem para a sobrevivência de uma parte significativa da população. Além disso, nos âmbitos da Amazônia deve-se considerar a existência da floresta e do povo que nela habita, com suas culturas específicas, para que todas as políticas sejam direcionadas para a utilização das riquezas florestais de forma racional e sustentável.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. A. de. O sentido da terra camponesa: práticas de distinção. In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária “Jornada Orlando Valverde” - SINGA 2007. Londrina, PR, UEL, 2007.

ANDRADE, M. C. de. Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FARIAS, C. S. Manipulação do território: o campesinato e o agronegócio na Amazônia. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 51-70, fev., 2010.

FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Volume 34 – Nº 2. Jul/Dez – 2007.

FREYRE, G. Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Livraria José Olympio, 1947.

GIRARDI, E. P. Proposição Teórico- Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Tese de Doutorado, 2008. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera/atlas.

GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOLANDA, S. B. de. Caminhos e fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras. (1957) 2005.

_____. Monções. São Paulo: Brasiliense, (1957) 2005.

_____. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. II PNRA: Programa Nacional de Reforma Agrária. Brasília, 2004. Disponível em: WWW.incra.gov.br, Acesso em 14/10/2010.

KNAUSS, P. (Org.). Oeste Americano: quatro ensaios dos Estados Unidos da America de Frederick Jackson Turner. Niterói: EDUFF, 2004.

LEAL, A. L. Sinopse Histórica da Amazônia: Uma visão Política. Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH/USP, 1991.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (org). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (Coleção: Espaço, território e paisagem).

MARTINS, J. de S. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

O ESTADO DO ACRE. Economia: Acre dobra rebanho bovino; borracha cai muito. Disponível em www.oestadodoacre.com.br, acesso em 05/11/2009.

OLIVEIRA, A. U. de. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001, 4ª ed.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2005, 5ª ed.

PAULA, E. A. de. (Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PRADO JUNIOR, C. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RICARDO, C. Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SILVA, A. F. da. Raízes da ocupação recente das terras do acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Belo horizonte: UFMG, 1982.

SILVA, S. S. da. Na fronteira agropecuária acreana. Rio Branco: LEUPAG-DEGEO/UFAC, 2003.

_____. O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX. Revista NERA: Presidente Prudente. Ano 7, n. 4, janeiro/julho de 2004. ISSN 1806-6755.

SOUZA, S.; CONCEIÇÃO, A. L. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. Revista Pegada – vol. 09 n. 1, junho de 2008.

WAIBEL, L. H. As zonas Pioneiras do Brasil. Rio de Janeiro, RBG: Ano 17, nº 04, out/dez, 1955.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). Campesinato e territórios em disputas. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 161 – 190.

A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras - BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais

Marcos Leandro Mondardo

Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense
Professor Assistente da Universidade Federal da Bahia – Campus de Barreiras
E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

Resumo

Os setores produtivos no Brasil, a partir da década de 1970, vêm passando por intensa reestruturação produtiva, especialmente, com a difusão desigual do meio técnico-científico-informacional pela globalização que desencadeou profundas *metamorfoses* no processo produtivo associado à agropecuária, reestruturando os espaços rurais e urbanos com a materialização de um novo arranjo territorial. Por isso, este estudo visa analisar e discutir os atuais processos de reestruturação produtiva, com a “territorialização” do agronegócio globalizado no Oeste da Bahia, que se difunde mais radicalmente no município de Barreiras a partir da década de 1980, sendo resultado, em parte, da migração sulista. Esse processo provocou uma reorganização sócio-territorial com a emergência de novas territorialidades por meio da “modernização da agricultura” e do incremento da ascendente urbanização. Apontamos que a “territorialização” do agronegócio globalizado no Oeste Baiano gera paradoxos, pois, ao mesmo tempo em que se “apropria” e “domina” o cerrado gerando riqueza extremamente concentrada, reproduz pobreza por meio da exploração da força de trabalho e dos danos ambientais produzidos por esse modelo predatório de exploração dos recursos naturais.

Palavras-chave: Migração sulista, globalização, “territorialização” do capital, agronegócio, Barreiras - BA.

Resumen

El “territorialización” del agronegocio globalizado en Barreiras - Bahia: migración hacia el sur, la reestructuración y las contradicciones socio-territoriales

Los sectores productivos en Brasil atraviesan, desde la década de 1970, por una intensiva reestructuración, especialmente por la difusión desigual del medio técnico-científico y de información a raíz de la globalización que desencadenó una profunda metamorfosis en el proceso productivo asociado a la agricultura, reestructurando los espacios rurales y urbanos, con la materialización de un nuevo orden territorial. Por esa razón, el estudio tiene como objetivo analizar y discutir los actuales procesos de reestructuración de la producción, con la “territorialización” del agronegocio globalizado en oeste de Bahía, que se ha difundido más radicalmente en Barreiras desde la década de 1980, siendo, en parte, resultado de la migración hacia el sur. Este proceso provocó una reorganización socio-territorial con la emergencia de nuevas territorialidades a través de la “modernización de la agricultura” y un incremento de la urbanización. Se señala que la “territorialización” del agronegocio globalizado en el oeste de Bahía genera paradojas, porque, si bien se “apropia” y “domina” la generación de riqueza cerrado extremamente concentrado, se reproduce la pobreza a través de la explotación de la mano de obra y de los daños ambientales causados por el modelo depredador de explotación de los recursos naturales.

Palabras clave: Migración hacia el sur, globalización, "territorialización" del capital, agronegócio, Barreiras - Bahia.

Abstract

The territorialization of global agribusiness in Barreiras, Bahia: southern migration, production restructuring and socio-territorial contradictions

Since the 1970s, the productive sectors in Brazil have been undergoing an intense restructuring process. Especially with the uneven diffusion of technical-scientific information, globalization has triggered profound transformations in the production processes associated with agriculture. New territorial arrangements have arisen in rural and urban areas as a consequence of this restructuring. This study examines current processes of restructuring production provoked by the territorialization of global agribusiness in the western region of the state of Bahia. This article examines this phenomenon in Barreiras, a municipality in Bahia, which experienced radical transformations from the 1980s. The process led to socio-territorial reorganization, including increased urbanization and the emergence of a new territoriality linked to "agricultural modernization." We point out that the "territorialization" of global agribusiness in Western Bahia generates paradoxes because while it is expropriates and dominates the *cerrado* (dense tropical forest), it generates wealth that is highly concentrated, thereby reproducing poverty through its exploitation of the labor force and destruction of the environment.

Keywords: Southern migration, globalization, "territorialization" of capital, agribusiness, Barreiras – Bahia.

Introdução

Com as transformações que ocorreram no mundo a partir da década de 1970, especialmente com a mudança do regime de acumulação fordista para o de acumulação flexível, muitas *mutações* sócio-territórias ocorreram na produção do espaço, sendo resultado de um conturbado processo de reestruturação produtiva e da inserção de novos espaços nas relações capitalistas globalizadas.

Esse novo contexto é produzido, de maneira avassaladora, a partir da globalização que é compreendida, aqui, pelos processos das mais variadas matrizes (sociais, econômicas, políticas, culturais) que conectam amplas e variadas escalas e parcelas da população em todo o mundo de forma seletiva e desigual (SOUSA, 2005). São processos "desterritorializantes" que aparentemente "diluem" as fronteiras e que têm no capital monopolista e financeiro sua força e magnitude.

Isso é resultado do que David Harvey (1999) denomina de "compressão espaço-temporal" para indicar as intensas e velozes transformações pelas quais passa o mundo após a segunda metade do século passado (1950), especialmente, em função da maior e mais rápida circulação de mercadorias, de informações e de pessoas, embora, esta última esteja condicionada, também, a restrições, contenções e controles dos deslocamentos. Por isso, essas transformações que o mundo vem passando na contemporaneidade estão produzindo "um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural" (HARVEY, 1999, p. 257).

Nesse sentido, especialmente, a partir da década de 1970, os setores produtivos no Brasil vêm passando por intensa reestruturação produtiva. Com a difusão e disseminação desigual da globalização, verificam-se profundas *metamorfoses* sócio-territórias na estrutura produtiva associado à agropecuária, reestruturando os espaços rurais e urbanos com um novo sistema de objetos e ações (SANTOS, 1994), calcado em cada vez mais ciência,

tecnologia e informação. Produziu-se, assim, um novo modelo técnico, econômico e social para a produção e reprodução da agroindústria, o qual pode ser denominado como agricultura moderna e/ou científica (ELIAS, 2003), criando novas maneiras para a acumulação ampliada do capital e um novo arranjo produtivo e social no campo e na cidade.

Segundo Santos (2000), com a globalização se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por intensas mudanças quanto à produção agrícola e à vida de relações. Para o autor, podemos falar de uma agricultura científica globalizada quando a produção agrícola tem uma referência (e, talvez, poderíamos afirmar uma “dependência”) hegemonicamente planetária recebendo influência das mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica. Sobretudo, exige cada vez mais o emprego de ciência, técnica e informação sendo que esta induz ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas através da tendência de uma aceleração do processo (pela intensificação do uso do tempo e do espaço) produtivo no campo. Por sua natureza global, a (“nova”) produção agrícola conduz a uma demanda extrema de comércio na qual o dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável.

Este estudo, nesse sentido, está situado no contexto dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira e aos impactos provocados à reorganização do território, às relações sociais de produção e ao incremento da urbanização. Destaca-se, dessa forma, o objetivo de compreender novas dinâmicas sócio-territoriais promovidas pelos processos de expansão do agronegócio globalizado tendo, como recorte espacial o município de Barreiras e a região Oeste baiana a partir da década de 1970.

Aliado a isso, interessa-nos analisar e discutir a nova dinâmica da produção e do consumo agropecuário globalizados, principalmente, considerando ser esta uma das forças hegemônicas da reorganização produtiva do território brasileiro. Assim, objetivamos analisar em Barreiras, na Bahia, algumas questões relacionadas à “*territorialização*” do capital no espaço agrário organizador de redes agroindustriais transnacionais; a fragmentação do espaço agrário com a sobreposição de diferentes circuitos da economia agrícola e da emergência de uma nova tipologia de cidade, com novas formas e funcionalidades, a cidade do agronegócio, como considera Elias (2006).

No entanto, para falarmos do processo de *territorialização* da agropecuária globalizada no espaço agrário baiano gerador de *novas* territorialidades, precisamos compreender o que se entende por territorialização e territorialidade. Segundo Haesbaert (2006, p. 97), territorialização “significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos)”, poder “este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo”. Assim, a territorialização é, em sentido estrito, um processo que envolve mediações através do espaço que proporcionam a “dominação” e “apropriação” de determinada parcela do espaço, o território, pois:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (HAESBAERT, 2008, p. 22).

No presente estudo, focaremos a “territorialização” capitalista (por isso, o uso entre aspas) que utiliza mediações espaciais múltiplas para “territorializar” a agropecuária globalizada, se “apropriando” e “dominando” do Oeste Baiano por meio da difusão das

monoculturas da soja, milho, algodão e café tendo na materialização da cidade do agronegócio, os instrumentos para o exercício de dominação e predominância dessa atividade econômica.

Quanto à territorialidade, o mesmo autor afirma que essa se liga aos processos simbólico-culturais, da formação/mutação das identidades territoriais. Entretanto, a territorialidade não deve ser vista apenas como a simples “qualidade de ser território”, mas, como a capacidade/qualidade de criação de relações simbólico-afetiva e político-disciplinar-econômica. Em uma visão abrangente de territorialidade o autor considera as relações econômicas e culturais – “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2005, p. 6776). Logo, as novas territorialidades geradas no Oeste Baiano pelo agronegócio globalizado serão consideradas, aqui, pela perspectiva econômica como uma estratégia política e do poder de “dominação” e “apropriação” das relações desenvolvidas no território.

Assim, a metodologia utilizada nesse trabalho se deu através do levantamento de estudos (livros, artigos, teses e dissertações) relacionados à temática da expansão do agronegócio globalizado no Brasil e no Oeste Baiano, na coleta de dados primários junto a órgãos do governo (estadual e federal) como no Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), na Secretaria de agricultura, irrigação e reforma agrária (SEAGRI), na Associação de agricultores Irrigantes da Bahia (AIBA), em levantamentos minuciosos de informações em revistas (Revista Exame e Globo Repórter), além de anotações das observações realizadas em trabalho de campo.

Da “territorialização” do capital agroindustrial às contradições sócio-territoriais em Barreiras

A região Oeste do estado da Bahia vive uma fase de grandes mutações sócio-territoriais vinculadas à modernização da agricultura com o agronegócio, desde a década de 1980, com cada vez mais importância e participação da ciência, da técnica e da tecnologia no processo de produção/organização desse território. Nessa dinâmica, também participam a mobilização do capital e a mobilidade da força de trabalho, tendo grande destaque por sua magnitude e intensidade a de origem do Sul do Brasil que difunde, em grande medida, a modernização agropecuária através da expansão territorial da fronteira agrícola desencadeada pela monocultura da soja (mas, também, com importante produção de algodão, milho e café) por aqueles atores de classe média e alta.

Para Bernardes (1996), as transformações mais recentes do sistema capitalista no contexto da globalização revelam novas formas de “apropriação” e “dominação” do território e concomitantemente novas mobilidades espaciais da “população”: dos atores que personificam o capital e daqueles que personificam a força de trabalho. O modelo de acumulação, impulsionado pelo progresso técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997), busca a reprodução ampliada do capital através de novas inter-relações entre espaço e tempo tendo repercussão na produção e na vida cotidiana (MASSEY, 2004). Assim, à medida que os meios técnicos e tecnológicos permitem uma reestruturação e refuncionalização de territórios, as modernizações técnicas e tecnológicas ao mesmo tempo homogeneizam e fragmentam o espaço, dependendo da ênfase na qualidade particular dos lugares e de seus interesses para o capital, tendo inerente a expansão do capital a necessidade de mobilização da força de trabalho (MONDARDO, 2009).

É nesse contexto de reestruturação geral do sistema capitalista e de emergência de novos padrões tecnológicos que procuramos compreender o espaço produtivo na nova fronteira do capital, apreender a nova organização da sociedade e as relações emergentes nas áreas de expansão da agricultura moderna nos municípios sob a influência do agronegócio globalizado no Oeste da Bahia, especialmente, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, onde vão se instituindo processos que envolvem a abertura de novas áreas, a implantação e articulação de atividades modernas, com destaque na

produção de grãos, impulsionados pela dinâmica de reprodução ampliada do capital. Vale destacar que a região Oeste da Bahia, compreende uma das regiões mais importantes do Cerrado brasileiro, seja pelo seu significado econômico que envolve formas de inserção do capital, seja pela variedade de seus recursos naturais, enriquecida pela diversidade étnica e cultural da população.

Por isso, em países de industrialização tardia como o Brasil, em regiões antes consideradas periféricas, a exemplo do Oeste Baiano em meio ao cerrado, sob o impulso da técnica, há condições para atividades com alto nível de capital, tecnologia e organização, criando condições e sendo condicionado pela mobilidade do capital e da força de trabalho. No Oeste Baiano as atividades agroindustriais são concentradas, especialmente, em Barreiras que, por meio de uma *rede* de atividades produtivas e de serviços modernas, expande-se territorialmente interligando vários municípios da porção Oeste do estado como Luís Eduardo Magalhães (entreposto de cargas, de comercialização e assistência técnica da agricultura moderna na região), São Desidério e Formosa do Rio Preto o que fez com que houvesse intensa atração de capital e de força de trabalho a partir das transformações consubstanciadas da década de 1980 em diante.

É importante lembrar, segundo Haesbaert (1995), que toda essa dinâmica envolve o processo da mobilidade de sulistas e de capital oriundos de cooperativas agrícolas dos estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que a partir da década de 1970, impulsionados pelo Estado e pela grande “oferta” de terras, “invadem” o interior do Brasil para a expansão da fronteira agrícola que, concomitantemente, produziu – de acordo com Santos (2000) – a expansão da fronteira demográfica e da frente pioneira no cerrado baiano.

Esses migrantes sulistas foram expulsos de suas terras nas áreas de origem face ao pequeno tamanho de suas propriedades, a construção de barragens para hidrelétricas, como, por exemplo, a hidrelétrica de Itaipu na região Oeste do Paraná, aliado à impossibilidade de expandi-lás devido aos altos preços no mercado de terras fazendo com que estes, num processo de expansão da fronteira agrícola, orientassem seu deslocamento para os cerrados baianos onde, com os recursos auferidos a partir da venda das terras nos estados de origem, poderiam mais do que decuplicar o patrimônio através da aquisição de grande quantidade de terras a preços baixos, terras estas que, por se situarem em área de fronteira agrícola, contavam ainda com um programa de crédito com juros subsidiados por parte do governo federal. Além das famílias de produtores, vieram também algumas médias e grandes empresas e cooperativas, as quais traduzidas em capitais privados, associados aos estímulos governamentais, promoveram a inserção do Oeste da Bahia enquanto espaço destinado à produção de grãos, sobretudo soja baseada em moldes capitalistas e destinada, majoritariamente, ao mercado externo.

A Revista Exame, por exemplo, publicou uma matéria recente onde demonstra na capa uma foto de uma grande máquina utilizada na agricultura moderna para representar o seguinte título: “O sertão agora é assim”, afirmando que “Paranaenses e gaúchos foram os pioneiros. Agora é a vez de investidores estrangeiros desbravarem uma das regiões que mais crescem no campo: o Mapitoba, área de cerrado nos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia” (15/07/2009, p. 1).

Na mesma matéria da Revista Exame é demonstrada, inclusive, a criação de uma nova “regionalização” (se assim podemos nos referir) feita pelo agronegócio no Brasil (como pode ser observado na figura 1 a seguir), que aponta o avanço da produção agropecuária sobre o cerrado por meio da “territorialização” de uma agricultura científica com fortes implicações no meio social, técnico e econômico. Como retrata a matéria, a região da Mapitoba “é o novo sertão brasileiro”, ou, em outras palavras, é a nova fronteira agrícola para o agronegócio:

No imaginário popular, o sertão nordestino é o lugar da seca, da terra inóspita e da miséria. Datam do final do século 19 os relatos do escritor Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, sobre a aridez e a pobreza dos rincões do Nordeste. Mais de um século depois, ainda há muita pobreza.

Porém, num bom pedaço do sertão nordestino, o cenário está mudando. Numa área formada pelas zonas de cerrado de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, culturas de soja, milho e algodão cada vez mais se misturam à paisagem. Apelidada de Mapitoba por alguns e Bamatopi por outros, a região já responde por 10% da soja produzida no país e desponta como uma das maiores potências no agronegócio. Com 2 milhões de habitantes, esse pedaço de Brasil ainda apresenta um PIB modesto: 6 bilhões de dólares, equivalente ao de Belém. Mas a geração de riqueza está se acelerando. Os produtores de grãos estabelecidos há mais tempo são migrantes do centro-sul do Brasil, em sua maioria gaúchos e paranaenses. A eles se somou recentemente uma leva de investidores estrangeiros e empresas do agronegócio. Foram eles que fizeram 70% das aquisições de terras na região em 2008. A estimativa conservadora é que a economia do Mapitoba esteja crescendo à taxa de 10% ao ano. (...) É assim o novo sertão brasileiro (Revista Exame, 15/07/2009, p. 2).

De acordo com a revista, a região entrou na mira de investidores por reunir diversas vantagens: primeiro, é uma das áreas com maior disponibilidade de terras do país. “Estima-se que o estoque disponível para novos cultivos seja de 3 milhões de hectares”. Segundo, porque apesar da alta procura nos últimos três anos, que já fez dobrar o valor da terra nos melhores locais, “a média de preços ainda é 40% inferior à do cerrado do Centro-Oeste”. Terceiro, pois os “investidores estrangeiros preferem o Mapitoba também por estar ainda fora do foco dos ambientalistas”. Ali, segundo as informações da Revista Exame, “a obrigação de preservação ambiental é de 35% da propriedade, enquanto no norte de Mato Grosso (considerado parte do bioma Amazônia) é de 80%”. Quarto, tem posição geográfica privilegiada, pois a logística é outro ponto favorável. Boa parte da região é servida pela ferrovia Norte-Sul, operada pela empresa Vale. Seus trilhos transportam soja até o porto maranhense de Itaqui para ser exportada. “Essa saída está seis dias a menos de navegação da Europa do que o porto de Paranaguá, no Paraná, de onde é embarcada a maior parte da soja produzida em Mato Grosso”. Assim, a combinação entre terras mais baratas e custo logístico inferior gera uma rentabilidade muito maior do que em outras áreas de agricultura moderna do Brasil, como a região Centro-Oeste, por exemplo.

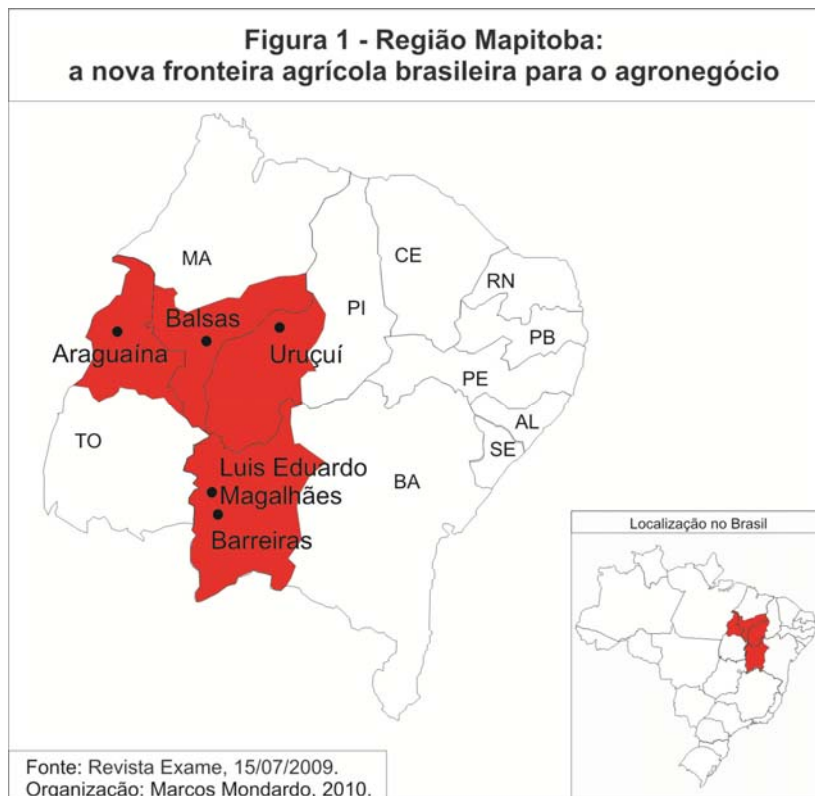
Haesbaert (1996) já havia estudado e chamado atenção para essa nova “região” do agronegócio, chamando-a de o “Novo Nordeste”:

Esse ativo processo de (des)(re)territorialização em curso nos cerrados baianos estende-se praticamente por todos os cerrados da região Nordeste (sul do Piauí, área de Balsas, no sul do Maranhão, alto da Chapada Diamantina) e é capitaneado por empresários sulistas que, no seu lastro, acabam atraindo também capitalistas do Sudeste e da própria região Nordeste. A ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do “eldorado da soja”) faz com que muitos denominem estas áreas o “Novo” Nordeste, e alguns políticos (inclusive com o apoio de grupos sulistas) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura (HAESBAERT, 1996, p. 382).

Podemos verificar, assim, que na “Região Mapitoba”, no Oeste Baiano bem como no município de Barreiras, o capitalismo busca se reproduzir por meio da sua expansão, nesse caso, pela via tecnológica e territorial. Atualmente, o combustível do crescimento da agricultura científica e/ou moderna é a alta tecnologia e a expansão de monoculturas se deve ao expraçamento do agronegócio globalizado sob novas áreas do cerrado brasileiro.

Como considera Harvey (2005, p. 64), o capitalismo “apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação geográfica*”. Para esse modo de produção sobreviver, “deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação”. Assim, “A sobrevivência do capitalismo é atribuída

à capacidade constante de acumulação *pelos meios mais fáceis*. O caminho da acumulação capitalista seguirá *por onde a resistência for mais fraca* (p. 71, [grifos do autor]). Isso pode ser verificado nas diversas vantagens que essa nova área do cerrado brasileiro oferece para a expansão do agronegócio com terras mais baratas e em grandes extensões territoriais, menor obrigação de preservação ambiental e um custo de transporte do produto menor do que em outras regiões brasileiras com agricultura moderna.



Esse processo de modernização agropecuária no Oeste Baiano traz simultaneamente sérios problemas ao cerrado com o desmatamento. Trata-se de um processo indiscriminado e sem planejamento por não utilizar um zoneamento agrícola que desenvolva, de maneira sustentável, a agropecuária com a conservação e preservação do bioma do cerrado. Ocorre também um uso demasiado dos recursos hídricos na região através dos sistemas de irrigação que garantem uma agricultura cada vez mais de precisão que, segundo os dados que recebemos da Assessoria de agronegócios da AIBA, são, no Oeste Baiano, estimados em aproximadamente 900 pivôs em funcionamento; considerando uma média de 100 hectares por pivô, isso equivale há uma área irrigada na região de 900.000 hectares. Entretanto, a natureza é vista cada vez mais como recurso e utilizada de maneira avassaladora sem medir, na maioria das vezes, os impactos ambientais inerentes aos processos de expansão e “territorialização” do agronegócio no cerrado baiano.

A matéria do Globo Repórter do dia 13/11/09 demonstra, nesse sentido, que as plantações de soja, milho e algodão “invadem” o cerrado brasileiro e que “fazendeiros pressionam nativos para vender as terras que ocupam” apontando, por exemplo, que o desmatamento em municípios do extremo Oeste da Bahia é acelerado e avassalador:

Formosa do Rio Preto, no extremo oeste da Bahia, é o maior município do estado, tem quase o tamanho de Sergipe. E é o primeiro da lista dos que mais desmataram o cerrado brasileiro nos últimos dois anos. Justamente o município que tem a maior parte de suas terras em áreas que deveriam ser protegidas (Globo Repórter, 13/11/09, p. 1).

Na região de grandes veredas que conservam a presença e a beleza dos buritizais ficam nascentes importantes em meio ao cerrado que está sofrendo uma mutação sócio-espacial com o processo de expansão territorial da soja. Segundo um fazendeiro entrevistado pelo Globo Repórter (13/11/09, p. 2): “todo ano a gente desmata uma parte. Um pouco mais, um pouco menos, dependendo da situação. Este ano desmatamos 900 hectares. Não temos licença ambiental, porque é difícil conseguir”. Também, em entrevista para a mesma matéria o vice-presidente da Associação de Agricultores da Bahia, Sérgio Pitt, adianta que: “Ainda pretendemos desmatar em torno de 1,2 milhões de hectares, mais 10% da área total”, o que demonstra a capacidade e a intencionalidade de expansão da agropecuária no cerrado baiano. Entretanto, entrevistando um agrônomo em Barreiras que presta assistência técnica na região, o mesmo informou que a intenção é desmatar em torno de 4 milhões de hectares para a expansão do agronegócio.

Diante deste cenário, conjuga-se, geográfica e historicamente, especialmente com a mobilidade sulista do capital e do trabalho, o “ideal linear” de uma modernização da agropecuária amplamente comandada pelos interesses privados e uma natureza dominada pela planura que, ao mesmo tempo em que estimula o padrão geométrico de ocupação e facilitava a mecanização agrícola, condiciona também as disputas territoriais em termos de limites entre propriedades, entre municípios como, por exemplo, a criação em 2000 do município de Luís Eduardo Magalhães (antigo distrito de Mimoso do Oeste) desmembrado de Barreiras e com tentativas da criação, no Oeste da Bahia, do Estado do São Francisco.

Surgiram, então, *novas territorializações* do capital com o complexo agroindustrial da soja (MÜLLER, 1989), e novas territorialidades com a mobilidade espacial da população como a dos conhecidos genericamente como “gaúchos” e/ou sulistas (gaúchos, catarinenses e paranaenses) – estimados, segundo Haesbaert (1996, p. 368), em meio à década de 1990 sendo em torno de 40.000 – que migraram de seus estados de origem para o Oeste Baiano, especialmente, para as cidades de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Baianópolis em busca de terras e do interesse em adentrar no mercado da agricultura científica e/ou moderna da soja nas terras planas e com grandes extensões territoriais do cerrado brasileiro.

Em matéria recentemente divulgada pelo Globo Repórter, o fazendeiro Walter Horita foi entrevistado por ser um dos “pioneiros” na plantação de soja, especialmente, no Oeste Baiano, se tornando o que se chama popularmente em Barreiras e região como “rei da soja” na Bahia. Em 1984 trocou 400 hectares de soja no Paraná por uma área que hoje chega a 40 mil hectares. É um dos maiores produtores da região, especialmente, nas monoculturas da soja e de algodão. Como ressaltou nessa entrevista: “Naquele tempo, comprar terra era muito barato. Em valores atualizados, eu diria que paguei algo em torno de R\$ 50 por hectare. Hoje o hectare vale R\$ 10 mil. São 200 vezes mais”, calcula Walter Horita.

Foi assim que muitos migrantes sulistas, especialmente, deixaram de ser agricultores para se tornarem empresário agrícola no cerrado. Como considera Elias (2006), estes são *signos* da formação de uma classe média agrícola, cuja residência passa a ser a cidade próxima ao espaço agrícola no qual realiza sua atividade produtiva, na grande parte das vezes podem ser chamadas de *cidades do agronegócio*. Esses médios e grandes empresários agrícolas, integrados ou não à agroindústria, são os difusores da soja nos cerrados da Bahia e em Barreiras.

Nesse sentido, esses migrantes sulistas parecem produzir uma modernização através daquilo que Castro (1996, p. 290), chama de “modernização Ocidental”, pela consecução de novas formas de produção operadas por mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento sobre estruturas consideradas “tradicionais”, especialmente, aquelas em Barreiras das “populações tradicionais” como beiradeiros, cerradeiros, geraizeiros, caatingueiros que tem em comum uma relação interligada com a natureza de uma maneira sustentável, desenvolvendo, atividades extrativistas e artesanais.¹ Por isso, o ônus decorrente desse processo é elevado e se expressa na deteriorização do

¹ Agradeço as informações sobre as “populações tradicionais” ao professor Evanildo Santos Cardoso da Universidade Federal da Bahia – Campus de Barreiras.

meio físico-biológico em função do elevado nível de desmatamento, na deterioração do solo e do uso indiscriminado dos recursos hídricos na evolução de um projeto assentado em atividades pouco exploradoras de mão-de-obra, na ruptura étnico-cultural, resultando na “perda de identidade” por parte de segmentos de “população tradicional” longamente “adaptados” aos ecossistemas ali predominantes. Como afirmou Haesbaert (1996, p. 378) sobre esse processo na década de 1990, “A geografia de espaços reduzidos e tempos de longa duração dos antigos habitantes dos sertões vê-se”, assim, “radicalmente alterada por esse novo cenário dos complexos agroindustriais que impõe o tempo breve, veloz da técnica e do lucro arrasador e a escala macro das grandes explorações capitalistas”.

Por isso, muitos sulistas assumem uma condição de difusores do moderno assentados numa espécie de “fundamentalismo do novo” onde opera a força do capital e de um “projeto de modernidade”: o “novo” sempre como “superior” e “melhor” que o velho, que o “tradicional” (GIDDENS, 1997). A produção do agronegócio no Oeste Baiano constitui parte de uma economia globalizada, aproximando-se, assim, do sentido atribuído por Martins (1997), que a caracteriza como uma “nova racionalidade econômica”, pela constituição formal e institucional de novas mediações políticas, pela criação do “novo” vinculado à expansão dos mercados, induzindo à modernização e a novas concepções de vida. Entretanto, essa difusão do “novo” pela cidade de Barreiras é desigual e ambivalente, produtor de paradoxos através da pobreza também gerada em muitos bairros periféricos como, por exemplo, nos bairros Barreirinhas, Vila Rica e Cascalheira.

Segundo Porto-Gonçalves (2006), o Brasil se insere na economia-mundo através das fronteiras abertas pelo complexo de atividades econômicas vinculadas à produção agro-industrial, o agronegócio. Entretanto, para o autor essa inserção é resultado do colonialismo que se reproduz pela violência da colonização do mundo moderno-colonial por meio, por exemplo, da “territorialização” do agronegócio no campo brasileiro. Por isso, as áreas onde se territorializa a agricultura moderna são altamente dependente das exportações, como as do agronegócio da soja que se baseiam, na maioria das vezes, na alta exploração de mão-de-obra. Esse projeto de desenvolvimento econômico reproduz, segundo Quijano (2005), a violência colonial com a exploração das classes locais subalternizadas no processo de modernização de territórios.

De acordo com Lander (2005), esses processos de modernizações são vistos – pela perspectiva pós-colonial que parte de outro lugar de enunciação que é a América, particularmente, a América Latina – como de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho através da reprodução da sociedade de classes, pela “captura” do outro – “sempre inferior” – como subalternizado no processo de acumulação do capital. Existe, com isso, uma colonialidade do saber e do poder que se difunde por meio do neoliberalismo com a “territorialização”, por exemplo, do agronegócio com a “captura” da subjetividade do outro por um projeto de inferiorização do outro lugar – sempre marginal, nessa perspectiva – e do outro sujeito – sempre subalternizado, por esse olhar eurocêntrico.

Os desdobramentos sociais, políticos e territoriais desta *incorporação* de Barreiras e do Oeste Baiano ao projeto moderno-colonial são muitos, pois cada inovação transforma profundamente a distribuição geográfica da produção, as relações de trabalho e as relações de poder e de saber dos agentes do sistema produtivo, colocando, por exemplo, esses atores da modernização como os detentores do poder econômico e político local, como, por exemplo, sendo a prefeita de Barreiras atualmente uma sulista. Percebe-se que está um curso na cidade um processo de mudança econômica, social e política pelo qual estão em voga os interesses do capital global puxado pelo agronegócio, cujos sulistas assumem muitas vezes ser os difusores desse projeto através de novas territorializações, pelo crescimento do capital agropecuário no campo e novas territorialidades, pela disseminação (desigual) de um modo de vida urbano burguês.

Contudo, para se ter uma idéia da *intensidade* desse processo de modernização agropecuária promovida no Oeste Baiano atualmente, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), divulgou um panorama sobre a economia baiana referente ao ano de 2007, destacando, que a atividade que teve o *melhor crescimento no seu PIB foi à agropecuária*, especialmente, na *região Oeste*:

Em 2007 a economia baiana apresentou um crescimento de 5,3% no seu PIB, em função do bom desempenho dos setores industriais e de serviços, que juntos representam 91% da estrutura produtiva do estado. Esses referidos setores apresentaram uma taxa de crescimento 4,5% e 5,0%, respectivamente no referido ano. *Entretanto, foi a agropecuária, a atividade presente em praticamente toda a Bahia, com maior intensidade no Oeste, que apresentou o melhor desempenho entre os grandes setores da atividade econômica, registrando uma taxa de crescimento da ordem de 9,1%, em comparação ao ano de 2006 (SEI, 2009a, p. 1, [grifos nossos]).*

No setor agropecuário na Bahia há um forte predomínio dos municípios da região Oeste no *ranking* dos principais produtores agrícolas. Segundo a SEI (2009a, p. 6), em um análise da importância relativa dos valores da produção, em 2007, os principais produtos da agricultura baiana por ordem de importância são: a soja, representando 13,6%, o algodão herbáceo, representando 12,3% e, o feijão, com participação de 8,1%. Verifica-se, portanto, que todas estas culturas são produzidas no Oeste Baiano, destacando-se, no entanto, a soja e o algodão por ter a maior produção do estado na região. Já, dentre os vinte seis territórios de identidade da Bahia, o Oeste ocupa o sétimo lugar no *ranking* dos principais produtores agrícolas.

Entre os cinco maiores municípios agropecuários, quatro deles estão situados na região Oeste Baiana: São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto (Tabela 1).

Tabela 1 – Os quatro maiores municípios agropecuários do Oeste Baiano, 1999, 2006 e 2007

PIB Município	Agropecuária (em milhões R\$)			Participação Total no Estado (%)		
	1999	2006	2007	1999	2006	2007
São Desidério	105	405	637	3,89	6,24	7,74
Barreiras	160	274	372	5,95	4,22	4,52
Juazeiro	62	256	278	2,29	3,95	3,38
Luís Eduardo Magalhães	-	168	215	-	2,59	2,61
Formosa do Rio Preto	38	91	179	1,41	1,40	2,18
Oeste Baiano	1.279,23	3.287,35	4.325,03	3,05	3,41	3,94

Fonte: SEI, 2009a.

Podemos verificar através da tabela 1, que houve um crescimento ascendente na agropecuária em Barreiras desde o ano de 1990 até 2007. Isso demonstra as transformações que o setor está impondo ao município, tanto no seu espaço rural como urbano, pois, com uma “modernização aos saltos” geradora de grande riqueza e simultaneamente de muita pobreza, o município de Barreiras passa nas últimas décadas por profundas mutações na sua estrutura produtiva agropecuária com repercussões e ligações inerentes ao espaço urbano através de um vertiginoso crescimento populacional desde a década de 1970.

É claro que esse processo passa pela atração de migrantes sulistas, mas, também, nordestinos sendo, em grande medida, os primeiros, atraídos pela grande “disponibilidade” de terras baratas e pela expansão da soja, e os segundos, atraídos pelo crescimento da cidade de Barreiras e as oportunidades de emprego. Por isso, é importante ressaltar que a partir do processo de “territorialização” da soja no Oeste Baiano, houve um forte processo

de êxodo rural na região, o qual também contribuiu para o crescimento populacional e urbano da cidade.

Neste âmbito, podemos verificar como um novo arranjo territorial vem sendo “territorializado” no Oeste Baiano de grande produção, nos anos de 2006 e 2007, da soja dentre os quais, os municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães se destacam respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Produção e área colhida de soja nos principais municípios do Oeste Baiano, 2006/2007

Municípios	2006		2007	
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)
Baianópolis	10.200	23.256	10.100	27.270
Barreiras	147.400	336.072	145.200	392.040
Cristópolis	400	912	400	1.080
Formosa do Rio Preto	99.160	226.085	98.200	265.140
Luís Eduardo Magalhães	128.470	292.912	126.570	341.739
Riachão das Neves	68.900	157.092	68.200	184.140
São Desidério	270.870	617.583	254.287	686.575

Fonte: SEAGRI, 2009.

Assim, a região Oeste da Bahia, polarizada pelo município de Barreiras, passa a ter uma nova funcionalidade: o de produzir grãos, sobretudo, para o mercado exterior que através da geométrica da modernização implantada, caracterizou cada vez mais Barreiras como um ponto nodal de grande produção de soja e de algodão, especialmente, sendo, caracterizada por isso, como o lugar modelado por essa modernização do capital global que, pela sua rapidez e intensidade, transformou em pouco tempo as relações políticas e econômicas do município e da região.

O município de Barreiras, por exemplo, teve sua função alterada, passou a ser comandado “de fora” pelos atores do capital global, cujos vetores dessa modernização foram levados e implementados, em grande medida, pelos migrantes sulistas, especialmente, aqueles que personificaram e personificam o capital monopolista e financeiro. O território, por isso, passou a ser extrovertido (SANTOS, 2006), tendo ordens e funções econômicas e políticas comandadas por forças de fora do país, sobretudo, aquelas ligadas às bolsas de valores (B&MF, por exemplo), por empresas multinacionais esmagadoras de grãos (BUNGE e CARGILL), aos capitais transnacionais e aos interesses/intencionalidades do mercado exterior. Esse processo contou, ainda, com a ajuda do Estado através da EMBRAPA na melhoria genética das sementes para o desenvolvimento do que hoje é chamado de “grãos do cerrado”.

Assim, especialmente por se tratar do modelo agrícola estimulado no estado, calcado especialmente na monocultura da soja e algodão que exige grandes investimentos em corretivos de solo, fertilizantes e mecanização, os agricultores menos capitalizados que venderam o pouco que tinham no Sul, geralmente fracassaram no cerrado baiano. Muitos desses migrantes sulistas voltaram para o Sul do Brasil ou estão em alguns assentamentos no Oeste baiano, por exemplo. Sobretudo, a moderna agricultura desenvolvida na região foi “territorializada” por migrantes sulistas classe média e alta que dispunham de dinheiro, tecnologia e informação para utilizar os subsídios dos bancos e incentivos oriundos do estado da Bahia que participaram e participam dessa expansão agropecuária.

Esse processo de modernização agropecuária capitalista implementada em Barreiras a partir da década de 1980, é de tal magnitude e intensidade que poderíamos denominar o município como um desses espaços-rede transnacionalizados (SANTOS, 1994) que circunscrevem e revelam suas marcas sócio-espaciais através de um jogo multiescalar do capital e da política que acompanha as normas e as regras que se difundem, atuam e des-territorializa o capital nas suas diversas formas de manifestação e concretude territorial, especialmente, no campo do agronegócio globalizado na região Oeste baiana.

Podemos verificar que o município de Barreiras teve um espetacular crescimento de sua urbanização a partir da década de 1970, diretamente vinculada à consecução e expansão do agronegócio, formando uma cidade com população estimada em 2009 de 137.832 habitantes, cuja função principal está claramente associada *hegemonicamente* às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura e ao circuito superior da economia, especialmente. Como observado, na cidade se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado.

Segundo Santos (2006), no período técnico-científico-informacional as cidades do campo (ou que estamos chamando aqui do agronegócio) se multiplicaram no país e passaram a desempenhar muitas novas funções. Transformaram-se, então, em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio globalizado, e resultam em muitas novas territorialidades. Se a cidade é, conforme considera Carlos (2004), a materialização das condições gerais de reprodução do capital, a cidade do agronegócio é, como propõem Elias (2006, p. 233), “aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”.

Nesse sentido, muitas empresas ligadas ao agronegócio globalizado oriundas do Centro-Sul se instalaram nas cidades do Oeste Baiano como, por exemplo, a AGROSUL em Barreiras, vendedora de maquinários agrícolas (tratores, colheitadeiras, plantadeiras), da John Deere (Foto 1).



Foto 1 - AGROSUL-Barreiras

Foto: 12/01/2010.

Para Santos e Silveira (2006), a adição de produtos químicos, a utilização da biotecnologia, o uso intensivo de máquinas agrícolas, entre outros, além de mudar a composição técnica e orgânica da terra, fizeram expandir no campo o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte a interiorização da urbanização através da fazenda moderna dispersa, especialmente, com a agroindustrialização. Nesse sentido:

Como a agricultura científica e o agronegócio utilizam grande contingente de mão-de-obra especializada, em todos os pontos luminosos do espaço agrário brasileiro dominado pelo circuito superior do agronegócio é possível observar o acirramento da divisão social do trabalho no setor. O mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador especializado. Estes são profissionais de origem e vivência urbanas, que passam a ser os assalariados permanentes (engenheiro geneticista, técnico agrícola, veterinário, administrador agrícola, agrônomo etc.) dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital. A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola (ELIAS, 2006, p. 231).

O impacto sócio-territorial de todas essas transformações técnicas, econômicas e sociais na dinâmica populacional e na estrutura demográfica foi intenso em Barreiras bem como na região Oeste da Bahia, especialmente, a partir das décadas de 1970 e 1980 (tabela 3).

Tabela 3 - Evolução populacional do município de Barreiras e do Oeste Baiano 1970-2009

Anos	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2009
Barreiras	20.864	41.462	92.640	113.695	113.092	129.501	137.832
Oeste Baiano	271.204	336.816	438.953	463.422	495.716	-	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970/1980/1991/1996/2000, Contagem da População de 1996 e estimativas populacionais 2007 e 2009.

Concomitantemente a uma verdadeira revolução tecnológica da produção agropecuária e agroindustrial, às transformações nas relações de trabalho, ocorreu uma revolução demográfica e urbana, marcada pelo crescimento populacional, particularmente urbano (tabela 4).

Tabela 4 - Evolução da população urbana do município de Barreiras e do Oeste Baiano 1970-2000

Município	1970		1980		1991		1996		2000	
	Urbana	%	Urbana	%	Urbana	%	Urbana	%	Urbana	%
Barreiras	9.831	47,12	30.055	72,49	70.870	76,50	87.455	76,92	115.784	87,82
Oeste Baiano	51.952	19,16	102.921	30,56	190.243	43,34	218.146	47,07	-	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970/1980/1991 e Contagem da População de 1996. SEI – Anuário Estatístico de 1996.

O Oeste Baiano e, especialmente, Barreiras, é uma área na qual o crescente processo de urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado. Como é notório, a modernização e a expansão de novas atividades vinculadas à agropecuária promoveram o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos territoriais principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre campo e cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais

circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada, por exemplo, em Barreiras com os bancos, empresas do setor dos serviços agrícolas e das empresas esmagadoras como a Bunge. Representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento de Barreiras como uma cidade pólo do Oeste Baiano, fortalecendo-a, cada vez mais, seja em termos demográficos ou econômicos.

Barreiras, então, se tornou a “*core área*” do Oeste Baiano em função da *centralização* de algumas atividades agroindustriais e econômicas que lhe configuraram enquanto *pólo* do “progresso”, do “desenvolvimento” regional e de atração populacional. Perroux (1975, p. 108) considera que “geograficamente concentrado, o pólo [agro]industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato”, pois é o “centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos”.

Com o desenvolvimento econômico de Barreiras como pólo regional, ocorreu uma concentração territorial urbana, sobretudo, com a territorialização de migrantes sulistas, sejam eles atores do agronegócio ou da força de trabalho no campo, bem como de migrantes de outros estados nordestinos atraídos pelas novas oportunidades de empregos no município, como também de muitos baianos desterritorializados do campo oriundos do processo de modernização agrícola. Houve a “territorialização” dos fixos (das estruturas produtivas e econômicas para o desenvolvimento do agronegócio) e concomitantemente, as concentrações de homens *móveis* e de capitais *fixos*.

Neste contexto, segundo os dados dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000 do IBGE, a região Oeste Baiana recebeu 12.049 imigrantes inter-estaduais, com 5 anos ou mais, entre 1986-1991, e 15.642 entre o período de 1995-2000. Já, entre 1986-1991 a região expulsou 31.200 emigrantes, e 31.774 entre o período de 1995-2000. Isso demonstra, em parte, que o processo de modernização agrícola fez com que muitas pessoas deixassem a região, especialmente, aquelas oriundas do campo que se deslocaram para outros lugares.

Entretanto, podemos observar que Barreiras foi, entre 1995-2000, o terceiro município do estado da Bahia a receber maior número de imigrantes, demonstrando, o poder de concentração urbana gerada pela “emergente produção de grãos nesse município”:

Ao observar a imigração interestadual baiana a partir dos seus municípios em 1995-2000, verificou-se que Salvador (36.714 pessoas), Juazeiro (10.861 pessoas) e Barreiras (8.248 pessoas) apresentaram-se como os três municípios mais significativos na atração de imigrantes no Estado, representando cerca de 22,0% do total. Salvador constitui-se num pólo atrativo pela sua infraestrutura em comércio e serviços (lazer, educação etc.), servindo como local de moradia para pessoas que vêm de outros Estados. Juazeiro tem na agroindústria inserida no mercado internacional, provavelmente, um dos principais motivos para atrair pessoas para o seu território; e, a vinda de migrantes para Barreiras, por sua vez, está associada à emergente produção de grãos nesse município, sobretudo a cultura da soja, também importante no comércio internacional (SEI, 2009b, p. 2).

A cidade de Barreiras sofreu um aprofundamento do processo de urbanização e divisão territorial do trabalho constituindo-se num espaço para onde converge parte dos sojicultores e sobretudo, a demanda especializada destes por serviços de apoio à produção e infra-estrutura. Por isso, além de *pólo* de concentração e distribuição de mercadorias para outros municípios da região oeste da Bahia, Barreiras se configura territorialmente também como *espaço de convergência* e circulação de fluxos migratórios provenientes de estados do Nordeste como o Ceará, Piauí, cidade baianas como Irecê, Feira de Santa, Salvador e outras cidades da própria região.

Diante disso, o Oeste baiano é re-configurado sócio-espacialmente para atender à produção dos complexos agroindustriais, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza do

cerrado e desse modo ampliam-se as complexidades dos seus sistemas técnicos e normativos. Por isso, o território torna-se cada vez mais interligado e dominado, promovendo uma urbanização corporativa (Elias, 2003a), ou seja, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas multinacionais vinculadas ao agronegócio.

Para Elias (2003), a cada renovação das forças produtivas agrícolas e agroindustriais, a cada renovação dos sistemas técnicos agrícolas e dos sistemas de ação que lhe dão suporte, as cidades das áreas adjacentes aos espaços agrícolas de produção intensiva se tornam responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, das sementes transgênicas à mão-de-obra especializada. Isto faz crescer a urbanização, o tamanho e o número das *cidades do agronegócio*.

Haesbaert (1996) enfatizou, por exemplo, em meio à década de 1990 – quando desenvolveu seu estudo no Oeste Baiano e em Barreiras – o processo de desterritorialização feito pelo capital global para a “territorialização” de um novo espaço: aquele vinculado ao agronegócio. Por isso, para ele, a região naquele momento apresentava um “tempo breve”, característica do movimento global desterritorializador (que, aliás, ainda permanece, em diferentes graus, nesse recorte espacial):

No Oeste Baiano, construir e destruir, nascer e morrer, em sentido amplo, acabaram de repente se tornando tão corriqueiros, foram tão banalizados, que às vezes parecem não provocar mais estranheza, o que altera profundamente as noções de espaço e tempo tal como vivenciados no cotidiano da população. *Quase tudo subitamente se torna móvel, instável, transitório, e tudo se reveste de uma violência desterritorializadora, numa ditadura do movimento, como se fixar-se, deixar raízes, pertencesse a um passado que é preciso, de qualquer forma, superar* (HAESBAERT, 1996, p. 380, [grifos nossos]).

Em Barreiras, com a “territorialização” do agronegócio globalizado se difundiu pela urbe as casas de comércio de implementos agrícolas (de sementes, grãos, fertilizantes), os escritórios de *marketing*, de consultoria contábil, os centros de pesquisa biotecnológica, as empresas de assistência técnica e de transportes como as borracharias, postos de combustíveis, mecânicas, os serviços especializados em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública, entre outros, especializando e aumentando o setor, sobretudo, de serviços para atender a demanda agroindustrial. Esse setor é operado pela classe trabalhadora, pelo setor inferior da economia urbana (SANTOS, 1979) que presta serviços e dá suporte a toda essa funcionalização da cidade do agronegócio.

O resultado é uma grande *metamorfose* sócio-territorial pelo crescimento da economia urbana na cidade de Barreiras que, paralelamente ao desenvolvimento agroindustrial criam um novo patamar mais acirrado das relações entre cidade e campo, vislumbrável, nos diferentes circuitos de cooperação estabelecidos entre esses dois espaços. O crescimento da produção não-material, também visível na cidade se deve ainda ao crescimento populacional e à revolução do consumo, esta última erigida sob os auspícios do consumo de massa, que impõe numerosas necessidades associadas à existência individual e das famílias. Projeta-se, como considera Lefebvre (2008), a re-produção das relações sociais de produção.

Assim, a expansão da agroindústria globalizada não apenas repercutiu na estrutura técnica das suas respectivas atividades econômicas, como causou profundos impactos nas relações de trabalho, transformando o conjunto de normas e padrões que regulavam tais relações. Como resultado ocorre uma nova divisão social e territorial do trabalho, com grandes impactos na estrutura demográfica e do emprego, que culminam com acelerado processo de urbanização.

Considerações Finais

Fundamentalmente, há uma lógica modernizadora hegemonicamente territorializada no Oeste Baiano que o incorpora ao projeto moderno-colonial, articulando a escala local com a internacional e organiza o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado, configurando, com isso, a produção de um território extrovertido, pois é “apropriado” e “dominado” por atores de “fora”, essencialmente, vinculados as grandes corporações multinacionais sendo, muitos destas, ligadas a migrantes sulistas. É um espaço agrícola que apresenta altas densidades técnicas e normativas em função do agronegócio e que participa de interesses globais interligados com uma classe média e alta rural que difunde e territorializa essa “condição moderna” no cerrado baiano através de uma agricultura moderna e/ou científica.

As grandes empresas, via de regra, oriundas do Centro-Sul, quase sempre se deslocaram para a região Oeste Baiana dispondo de instrumentos técnicos e tecnológicos que aumentaram o seu poder, mobilizando importantes recursos de capital para esse espaço, sejam em termos de instalações, maquinários e equipamentos, seja em estoques armazenados ou em infra-estrutura e, conseqüentemente, gerando atração de mão-de-obra para essas atividades.

São visíveis, portanto, as *novas* territorialidades do agronegócio no Oeste Baiano e em Barreiras, no campo e na cidade, pontos de transformação da natureza (e de devastação do cerrado, muitas vezes), de criação de novas horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 2004), e da articulação da escala local com a global que expande o processo de “territorialização” do capital no campo.

Mas, essa reestruturação produtiva da agropecuária em Barreiras se dá de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas desigualdades e precariedades sócio-territoriais de muitos moradores da cidade que vivem excluídos (ou inseridos precariamente, nos termos de Martins, 1997), ou, ainda, como subalternos pois estão à margem do processo agropecuário moderno. Se registrou, então, a desterritorialização da formação sócio-espacial anterior e a promoção de novas dinâmicas políticas, sociais, culturais e territoriais vinculadas ao agronegócio.

A criação de especializações no cerrado, a exemplo das áreas sojíferas do Oeste Baiano, localizadas de maneira mais radical em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, as quais, tornando-se espaços globalizados, passaram, pela alta densidade técnica e tecnológica implantada, a sediar atividades de alta rentabilidade, desagregando e impedindo, com isso, o estabelecimento de outras produções como as de menor porte (como a da agricultura camponesa e familiar), sendo, desse modo, especializações que valorizam o território para alguns e desvalorizam e desarticulam para outros, significando excessiva concentração de terras, de renda e de poder em poucas mãos.

Entender, portanto, o fenômeno da expansão da fronteira agrícola pela agricultura moderna no Oeste Baiano, significa perceber a desterritorialização de atividades tradicionais e a “territorialização” de atividades agrícolas modernas mais rentáveis, da existência de populações tradicionais ou familiares encurraladas, da perda e do seu difícil acesso à terra, do trabalho precário e temporário, significa, enfim, ver o território como ação política. Em Barreiras há sempre destruição e construção, estando à exploração de seus recursos “naturais” e “humanos” voltados para a acumulação ampliada do capital(ismo).

Referências bibliográficas

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. *In*: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 325-366.

BRITO, F. E. M. Tempo de itinerância e espaço apropriado nos cerrados à oeste. Revista Travessia. CEM – Ano VI, n. 15, Janeiro/abril, 1993, pp. 11-13.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, I. E. de. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 283-324.

ELIAS, D. Globalização e agricultura. São Paulo: Edusp: 2003.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. Cruz. ELIAS, D. (Orgs.). Panorama da Geografia brasileira I. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 221-238.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich. GIDDENS, A. LASH, Scott (Org.). Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, pp. 73-134.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

_____. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 367-418.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. Revista Território, ano III, nº 4, jan./jun. 1998, pp. 55-71.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pp. 6774- 6792.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, Niterói: UFF, v. 17, p. 19-45, 2008.

HARVEY, D. A produção do espaço capitalista. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

IBGE, Censos Demográficos de 1970/1980/1991//2000, Contagem da População de 1996 e estimativas populacionais 2007 e 2009.

LANDER, E. (Coord.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. Hucitec: São Paulo, 1997.

_____. Exclusão e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. Niterói: UFF. GEOgraphia. Ano 6 – N. 12, pp.7-23, 2004.

MONDARDO, M. L. Mobilidade sulista do capital e da força de trabalho para o Mato Grosso do Sul: modernização agroindustrial, descompassos e contradições sócio-territoriais. Terra Livre, v. 1, p. 173-187, 2009.

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, 1989.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, S. Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, pp. 97-110.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (Coord.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto Militarizado. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados. São Paulo. Vol. 19, Nº 55, 2005.

SOUSA SANTOS, B. de. Os processos da Globalização. In: _____.(Org.). A globalização e as ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 25-104.

SANTOS, C. M. dos S.. Impactos da modernização da agricultura no Oeste Baiano: repercussão no espaço do Cerrado a partir da década de 80. PPGG-UFBA, Dissertação de Mestrado: Salvador, 2000.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, C. A. F. da. Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (SEAGRI). Produção agrícola: Soja. Salvador, 2009. Disponível em www.seagri.ba.gov.br. Acesso em 15/12/2009.

Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia (SEI). Anuário Estatístico de 1996. Salvador, SEI, 1996. Disponível em www.sei.ba.gov.br. Acesso em 18/12/2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI. Resultado do PIB Municipal 2007. Salvador, SEI, 2009a. Disponível em www.sei.ba.gov.br, Acesso em 18/12/2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI. Tendências recentes da migração baiana (1980 e 1990). Salvador, SEI, 2009b. Disponível em www.sei.ba.gov.br. Acesso em 18/12/2009.

Revistas

Revista Exame. O sertão agora é assim. Abril. Edição n 0947, 15/07/2009.

Globo Repórter. Lavouras avançam sobre entorno de reserva do Cerrado. 13/11/2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/globoreporter/0,,mul1378815-16619,00-lavouras+avancam+sobre+entorno+de+reserva+do+Cerrado.html>. Acesso em: 11/12/2009.

A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça - BA¹

Venezina de Oliveira Soares

Mestranda em Geografia - Universidade Federal de Sergipe
Professora de Geografia das redes municipal e estadual de ensino no município de Barra do Choça - BA. Professora substituta de Prática de Ensino de Geografia da Universidade Estadual da Bahia - UNEB.
E-mail: venosoares@hotmail.com

Luciana Oliveira Rocha

Mestre em Geografia - Universidade Federal da Bahia
Professora de Geografia da rede municipal de ensino do município de Barra do Choça - BA
E-mail: luluoliveira@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo analisa a estrutura agrária do município de Barra do Choça/BA, destacando como pontos principais a estrutura fundiária, a produção agrícola e o trabalho na cafeicultura. As principais fontes de pesquisa além do referencial teórico foram o INCRA, o IBGE, a CEI, as Secretarias locais, além das entrevistas aos produtores e trabalhadores. A partir de 1970 com o processo de "modernização" da agricultura e expansão das fronteiras agrícolas, implanta-se a cafeicultura na região Sudoeste e mais precisamente no município em estudo. Os investidores imobiliários começam a especular a terra, posseiros e meeiros cedem suas áreas para a monocultura, obedecendo à lógica do capital. Em 1980 a população urbana cresce 83,6%, isto porque recebe um grande contingente de pessoas para trabalhar nas lavouras do café. Ultimamente, no que se refere à produção cafeeira na Região Sudoeste da Bahia, é possível compreender as características do contexto e as transformações e adaptações vivenciadas numa conjuntura histórica, em função da nucleação do café. É relevante o estudo sobre a evolução da estrutura agrária, pois decorre da contradição e diferenciação dos segmentos e grupos sociais que convivem nesse processo, tendo em vista as transformações significativas promovidas na região.

Palavras-chave: Estrutura agrária, questão agrária, cafeicultura, produção agrícola, transformações e contradições.

Resumen

A evolución de la estructura de la tierra de la ciudad de Barra do Choça - BA

Este estudio analiza la estructura agraria del municipio de Barra do Choça - BA, destacando como aspectos principales la estructura de la propiedad de la tierra, la producción agrícola y el trabajo en la producción de café. Las principales fuentes de la investigación, a parte del marco teórico, fueron el INCRA, el IBGE, CEI, las secretarias locales, y ,ademas, entrevistas con productores y trabajadores. A partir del 1970, con el proceso de "modernización" de la agricultura y la expansión de la frontera agrícola, se implementaba en la region del oeste el

¹ Este trabalho é parte da Monografia intitulada "A Estrutura Fundiária do Município de Barra do Choça - BA", desenvolvida como trabalho final do Curso de Pós-Graduação em Geografia Regional / UESB – Vitória da Conquista, 1997, adaptado em 2009. Foi apresentado oralmente no X Encontro Regional de Estudos Geográficos – Políticas de (Des)envolvimento da/na REGIÃO NORDESTE: Uma Leitura Crítica Geográfica, em julho de 2009.

cultivo de café y, más concretamente en el municipio del estudio. Inversionistas inmobiliarias comienzan a especular con la tierra, los arrendatarios ceden sus tierras para el monocultivo, obedeciendo la lógica del capital. En 1980 la población urbana crece un 83,6%, debido a que recibe un gran contingente de personas para trabajar en las plantaciones de café. Ultimamente, cuando se trata de la producción de café en la región suroeste de Bahía, es posible entender las características del contexto y de las transformaciones y adaptaciones vivenciadas en el marco de la coyuntura histórica, en relación a la concentración del café. De relevancia es el estudio sobre la evolución de la estructura agraria, pues es el resultado de la contradicción y diferenciación de los segmentos y grupos sociales que conviven en este proceso, teniendo en cuenta las transformaciones significativas en la región.

Palabras clave: Estructura agraria, cuestión agraria, cafcultura, producción agrícola, transformaciones y contradicciones

Abstract

Formation of the agrarian structure in Barra do Choça, Bahia

This study examines the agrarian structure of the municipality of Barra do Choça in the southwest region of the state of Bahia, Brazil. It highlights key aspects of land ownership, agricultural production and labor relations in the municipality's coffee economy. Research is based on documentation gathered from INCRA, IBGE, CEI, and local government departments, as well as interviews with producers and workers. Through a "modernization" process of agricultural expansion and production intensification that began in the 1970s, a coffee growing socio-economy was implanted in the municipality under study. According to the logic of capitalism, real estate investors began to speculate on agricultural land and sharecroppers and leaseholders found it necessary to plant coffee. In the 1980s, the area's urban population grew by 83.6 percent because coffee demanded a larger labor force than traditional crops. Focusing on the history of coffee nucleation in Barra do Choça, it is possible to understand the characteristics of the experience of agricultural "modernization." From the perspective of the agrarian question, the study evaluates these recent transformations of the agrarian structure of southwestern Bahia, examining socio-economic segmentation and the contradictions produced.

Keywords: Agrarian structure, agrarian question, coffee, agricultural production changes and contradictions

Introdução

Este trabalho discute as transformações promovidas na estrutura agrária do município de Barra do Choça/BA, a partir da implantação da monocultura cafeeira na região, observando a distribuição da terra e o seu principal uso, bem como a oferta de trabalho no período da safra e entressafra. Trata-se de um artigo de resultados, que evidencia a realidade do município, considerando as adaptações vivenciadas na conjuntura local, em função da nucleação do café. A princípio, buscou-se focar uma reflexão acerca do referencial teórico, respaldando-se nas questões relacionadas à questão agrária, dentro de uma perspectiva histórica, levando sempre em consideração o contexto que surgiram essas abordagens, bem como a sua trajetória na América Latina e no Brasil.

Posteriormente, com uma compreensão mais apurada da questão agrária no Brasil e na Bahia, a discussão é direcionada para o objeto de estudo pretendido, quando se analisa os elementos empíricos ressaltados, procurando respaldar nos teóricos mais preocupados com essa questão, pautando numa proposta dialética, no sentido de buscar respostas concisas e imparciais, sempre relacionando ao referencial estudado.

Ao inferir sobre cada ponto destacado durante a pesquisa, buscou-se retratar as questões ligadas ao contexto da inserção da cafeicultura na Região Sudoeste da Bahia, que se deu a partir da década de 1970, com o processo de “modernização” da agricultura brasileira, visto que o Estado da Bahia não está desarticulado da conjuntura.

Esse processo como um todo, vem refletir as características do desenvolvimento das atividades produtivas que, notadamente, ocorreram entre as décadas de 1970/90, período da implantação de culturas destinadas à exportação, as monoculturas de café e soja, respectivamente, e, posteriormente a produção de frutas para exportação, que se dá também no contexto baiano, ampliando a produção agrícola de exportação, em vastas áreas de todo o Estado.

A proposta da pesquisa partiu inicialmente de levantamento e estudo bibliográfico, referenciando da produção científica concernente à temática em análise, que serviu de embasamento teórico para o desdobramento da mesma. Após esta importante etapa, partiu-se para a fase seguinte, quando foi realizado o levantamento dos dados estatísticos, mediante as visitas aos órgãos ligados ao setor - INCRA, IBGE, CEI e secretarias afins.

As visitas consistiram em identificar os principais elementos da pesquisa (estabelecimentos agrícolas, quantidade da mão de obra empregada no período da safra e entressafra, classes de área dos estabelecimentos, bem como a estrutura da produção agrícola). Neste contexto, abriram as possibilidades para coletar os dados que deram respaldo para a realização do trabalho, como as entrevistas que foram realizadas com os trabalhadores e com os produtores, bem como os depoimentos e observações de outras pessoas da comunidade, que também foram envolvidos nesse estudo.

O processo de coleta de dados aconteceu de forma mais intensiva no período da safra do café, tendo em vista que é a principal atividade econômica desenvolvida no município e, conseqüentemente, absorve a maioria da mão de obra empregada. No período da entressafra, o acompanhamento do processo de trabalho foi de igual importância, pois também foi objetivo dessa pesquisa. Todavia, as condições e o tratamento dado aos trabalhadores nos dois períodos são um tanto diferentes, devido à maior necessidade no primeiro.

De posse dos dados, partiu-se para a sistematização do trabalho, procurando encontrar respostas aos problemas e hipóteses ressaltados, buscando uma compreensão mais detalhada da produção e (re) produção social, agora com os elementos estudados, identificados, tabulados e quantificados, respaldando sempre no referencial teórico estudado.

As considerações inferidas neste estudo estão contidas ao longo do texto, as quais são bastante discutidas durante as conclusões de cada item ressaltado, quando da interpretação dos dados pesquisados.

Portanto, foi por esse caminho que se desenvolveu o estudo ora apresentado, relevando sempre a importância do tema, haja vista que faz parte de uma conjuntura histórica, que orienta para as transformações e contradições vivenciadas no campo, ao longo do processo histórico desse país.

Referencial Teórico

A ênfase tratada neste trabalho leva em consideração as abordagens de cunho geográfico. Neste caso, na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. (STEDILE, 2005, p.15).

A Questão Agrária tem sido tema de diversas discussões no meio acadêmico e entre diferentes instituições afins, que se preocupam com as questões relacionadas com a justiça social e a distribuição da terra, como também com a situação dos trabalhadores rurais e dos camponeses, os quais convivem com as conseqüências de uma questão ainda não resolvida em várias partes do mundo. Surge na Europa, com o desenvolvimento do

capitalismo, que se desenvolve inicialmente na indústria; mas, ao apropriar-se da agricultura, o capitalismo tende a estabelecer a taxa de composição orgânica (KAUTSKY, 1900).

Assim, com o objetivo de favorecer o fortalecimento do capitalismo industrial, esse processo se amplia no sentido centro periferia, pois, enquanto força de trabalho, os homens e as mulheres têm sido subjugados à condição de miséria e pobreza, relegados a condições de vida cada vez mais extremas, de modo especial, a partir do acirramento das “idéias pós-modernas”, quando ocorre a expansão do imaginário capitalista, tornando as pessoas cada vez mais alienadas nesse processo ilusório vivenciado na nova conjuntura.

Na compreensão de Amin e Vergopoulos (1986), a agricultura europeia apresentou ao longo da história três etapas, a saber: a primeira, marcada pelo mercantilismo, ocorrida entre os séculos XV e XIX, que caracterizou a primeira transformação na agricultura, promovendo também a mercantilização e a desagregação das relações de produção feudais; a do século XIX, momento de consolidação da produção industrial, que imprime uma nova dinâmica à produção agrícola com incorporação de novas técnicas, caracterizando-se como a segunda; e a do século XX, que marca a “industrialização” da agricultura, considerada como terceira fase. Nessas fases, alia-se sempre o desenvolvimento da agricultura com outras atividades e vice-versa.

A tese que desenvolvemos aqui é a seguinte: as relações de produção capitalistas aparecem inicialmente na vida rural, mas limitadas pela resistência do modo de produção feudal; em seguida estas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assumem forma definitiva e abandonam a agricultura; enfim, apropriam-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e muito mais profunda. Este movimento oscilante caracteriza a história das relações do capitalismo com a agricultura nas formações capitalistas centrais. Veremos que não acontece o mesmo com as formações capitalistas periféricas (AMIN e VERGOPOULOS, 1986, p.21).

Assim, a complexidade dessa questão carrega consigo um longo período de transformações e contradições, que teoricamente surge no bojo do conflito entre Bonaparte e os camponeses, mais precisamente com o “desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, que naquele momento histórico promoveu para a “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário [...]”. Assim, contribuiu para o processo de formação do mercado interno para a indústria, expandindo-se para outras áreas do globo (LÊNIN, 1985, p.83).

Não obstante, a expansão do capitalismo se exprime também pela organização do espaço agrário, bem como, e, principalmente, pela organização da produção agrícola e industrial, que doravante se articulam numa interdependência sem igual, redefinindo as estruturas da divisão social e territorial do trabalho, do capital financeiro e do capital social, numa conjuntura cada vez mais antagônica, extraindo do trabalhador a mais-valia necessária, mediante a submissão do regime de assalariamento, que tem sido cada vez mais injusto. Aliada a isso, ainda acentua a depreciação da matéria-prima em algumas áreas, reafirmando a dependência da agricultura em relação à produção industrial (AMIN e VERGOPOULOS, 1986).

Entre os estudiosos da “Questão Agrária”, tem sido comum a elucidação e a abordagem do tema no contexto da América Latina, particularmente, nos países considerados “em desenvolvimento”, principalmente, em função da “Reforma Agrária”, que ganhou destaque no contexto histórico das últimas décadas.

Na literatura ocidental, tanto popular como científica, é comum a afirmação de que a América Latina iniciou sua história posterior ao descobrimento com instituições feudais e que ainda as conserva, mais de quatro séculos depois. Fomos fundados como apêndice a decadente ordem feudal da Idade Média; herdamos suas estruturas obsoletas, absorvemos seus vícios, convertendo-

os em instituições, nesta periferia de revolução do mundo moderno. Se vocês (os estadunidenses) procedem da Reforma, nós procedemos da Contra-reforma; escravidão do trabalho, do dogmatismo religioso, dos latifúndios... Negação de direitos políticos, econômicos e culturais para as massas; fronteiras fechadas para as idéias modernas. Em vez de criar nossa própria riqueza, nós a exportamos para as metrópoles espanholas e portuguesas. Quando obtivemos a independência política, não obtivemos a econômica, porque a estrutura não mudou (FUENTES, *apud*. FRANK, 2005, p. 36-37).

Como se observa, as raízes da organização territorial da América Latina pautaram sob o comando das estruturas européias, emanadas sob os resquícios do sistema feudal, que perduraram por longos séculos e contribuíram para a promoção da riqueza externa, enquanto fortalecia a dependência interna de todos os países e povos que habitaram esse território. Assim, historicamente o patamar do fracasso capitalista na América Latina quer dizer dependência contínua da monocultura, do sistema latifundiário, do subdesenvolvimento, bem como dependência continuada do capital estrangeiro (FRANK, 2005).

No Brasil, a "questão agrária" teve sua construção teórica e política no pensamento econômico posterior à Revolução de 1930, sistematizada posteriormente, nos anos 1960, com a necessidade da Reforma Agrária, enfocada sobre um debate político, cuja contribuição que a envolveu constituiu três centros de reflexão da intelectualidade à esquerda: o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja católica e a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL (DELGADO, 2001).

Nesse contexto político e social, a Igreja católica teve importante papel na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, ao mesmo tempo em que exerceu influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, legitimado em sua doutrina social pelo princípio da função social. Este princípio, que não era exclusivo da Doutrina Social, inscreveu-se de direito nas normas do Estatuto da Terra de 1964 e, mais tarde, na Constituição Federal de 1988, substituindo "*de jure*" a velha tradição do direito de propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850, que tratava a terra como uma mercadoria como outra qualquer (DELGADO, 2001, p. 05).

A partir dessa década, os movimentos sociais pela terra vão somando e se fortalecendo, no sentido de fazer valer a luta dos "sem-terra", e vão ganhando força tanto no território brasileiro, como também em vários outros países da América Latina. Essa luta se estende pelos anos que se seguem, incluindo não apenas os camponeses desprovidos de terra, mas também parte da população pobre e sem emprego que reside nas periferias das cidades, muitas vezes oriunda do campo, expulsos pelas políticas neoliberais desenvolvidas no Brasil, em função do processo de "modernização" da agricultura, com a conseqüente "mobilização do capital". Conforme Martins,

Essas lutas se modificaram com o correr dos anos, sobretudo a partir de 1964. A questão da reforma agrária, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros, tanto no Nordeste, quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos rapidamente a uma relação precária e extorsiva de arrendamento. [...] A multiplicação desses conflitos pela terra fez com que o posseiro se tornasse a principal, embora não a única personagem das lutas camponesas atuais. Com isso, a problemática da reforma agrária, como solução para a questão fundiária, repousa hoje sobre uma base social muito mais diferenciada do que aquela dos anos 50, pois inclui, além de arrendatários e parceiros, os posseiros e até os pequenos proprietários (MARTINS, 1981, p. 10-11).

Além disso, é necessário compreender que a luta pela terra não significa apenas a luta pela reforma agrária, ou seja, a luta pela terra sempre existiu, com ou sem projetos de reforma agrária. Essa tem sido uma luta feita pelos trabalhadores. Ao contrário, a luta pela reforma agrária não é realizada apenas por trabalhadores “sem terra”, dela participam muitas e diferentes instituições. Assim, “[...] a diferenciação da luta pela terra da luta pela reforma agrária é fundamental, porque a primeira acontece independentemente da segunda (FERNANDES, 1998, p. 1).

Nesta ótica, “[...] compreender a questão agrária sob o modo capitalista de produção sempre foi tarefa difícil e complicada. Não porque muitos autores não a tenham praticamente esgotada, mas porque os estudos mais trazem discordâncias do que convergência” (OLIVEIRA, 2007, p. 06).

No sentido de entender melhor a estrutura agrária do Brasil, é importante observar a tabela 1, apresentada a seguir, que propõe uma melhor avaliação da distribuição da terra, no período compreendido entre 1920 a 1991, conforme dados do IBGE.

Tabela 1 - Estabelecimentos Agrícolas do Brasil – 1920/60/80/91 (em %)

CLASSES	1920		1960		1980		1991	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Est. grandes	4.5	63.0	0.9	45.0	0.9	46.0	1.0	47.0
Est. médios	24.0	28.0	9.4	34.0	9.4	34.0	9.9	35.0
Est. pequenos	71.5	9.0	89.3	21.0	89.1	18.0	91.8	18.8

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Mediante os dados explicitados na tabela, pode-se observar que existe uma grande disparidade entre a área dos estabelecimentos rurais do país. A quantidade dos pequenos estabelecimentos é considerável, entretanto, quando se observa a área que os compreende, nota-se logo a grande diferença entre a área dos grandes estabelecimentos. No período compreendido entre 1920 a 1980 o número dos grandes estabelecimentos diminuiu, todavia, a área não foi reduzida na mesma proporção, fato que indica um aumento na área média dos latifúndios.

Nesse mesmo período, o número dos médios estabelecimentos caiu de 24% em 1920 para 9,4% em 1960. Em termos de área, o aumento foi de seis pontos percentuais, indicando um aumento da área média dos médios estabelecimentos rurais, enquanto os pequenos estabelecimentos cresceram em número e área, conforme já mencionado. Mediante a exposição dos dados, pode-se compreender que em 1960 os latifúndios apoderaram 45% da área total das terras, mesmo perdendo lugar para os médios e pequenos estabelecimentos agrícolas.

Em geral, a maioria dos estabelecimentos rurais permaneceu estável no período de 1960 a 1980, enquanto que a área dos latifúndios cresceu em relação aos pequenos estabelecimentos, os quais tiveram sua área reduzida de 21% em 1960 para 18% em 1980. Para uma melhor compreensão da realidade evidenciada, é interessante considerar a tabela 2, que demonstra a relação percentual entre a área dos estabelecimentos e a área da produção no Brasil.

Tabela 2 - Relação Percentual Entre a Área dos Estabelecimentos e a Área de Lavoura no Brasil

>10 hectares	10 a 100 hectares	100 a 1000 hectares	1.000 a 10.000 hectares	>10.000 hectares	Média sobre o total
65 %	20 %	8 %	5 %	2 %	15 %

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE: 1992.

Em termos de produção, é claramente perceptível que os minifúndios são os estabelecimentos que melhor se dedicam à agricultura, isto é, 65% das pequenas propriedades dedicam-se à produção agrícola, enquanto apenas 2% das terras das grandes propriedades são destinadas a essa atividade. Na interpretação de Pereira:

A estrutura fundiária brasileira comporta, portanto, dois elementos fundamentais: As pequenas propriedades com o maior índice de uso agrícola do solo, mas cobrindo uma pequena porcentagem da área total já apropriada; Os grandes latifúndios, com baixíssimos índices de aproveitamento do solo e cobrindo grandes extensões do total das terras apropriadas; A convivência desses dois pólos têm como resultado: o desemprego, a expulsão dos pequenos proprietários, a elevação do preço da terra, o conflito, muitas vezes armado, com um saldo cada vez maior de mortes e feridos (PEREIRA, 1994, p. 115).

Nota-se, desse modo, que no Brasil ocorre a ampliação do domínio territorial do latifúndio e do trabalho assalariado no campo, ao mesmo tempo em que multiplicam-se as pequenas unidades de produção e o trabalho familiar camponês, isto porque o capitalismo leva a uma generalização do trabalho assalariado, mas também se apóia nas formas familiares de produção. Assim,

Procurando entender essas e outras transformações que o campo vem sofrendo, surgem inúmeras correntes de interpretação dessas realidades. De uma maneira geral, poder-se-ia dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. [...] Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num pólo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto, heterogêneo, o que leva a criar obviamente, o processo de expansão do assalariamento no campo e o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 2007, p. 08).

A esse respeito, Sousa (2005), considera que o segmento rural tem suas raízes na própria formação histórica e econômica do Brasil, com predominância na produção baseada na exploração da mão de obra escrava, com práticas ainda seculares, produzindo um conteúdo autoritário, que resulta numa cultura patronal com fortes relações com os trabalhadores, chegando a influenciar um longo período da história e ainda se fazendo presente na atualidade.

Ao considerar as análises que se retratam sobre a organização da sociedade brasileira, nota-se que são evidentes as contradições vivenciadas, e, por isso, convém ressaltar que o campo brasileiro apresenta relações de trabalho um tanto complexas, que de acordo com Graziano da Silva (1982), de um lado, surge da multiplicidade de formas sob as quais o trabalho é organizado, mediante o poder do capital. Assim, essa complexidade é decorrente do imbricamento existente entre os diferentes grupos sociais, que diretamente estão engajados nas atividades produtivas. Como consequência desse processo, o espaço urbano também sofre muitas transformações na sua organização, haja vista que além de depender da produção do campo, constantemente também recebe um grande contingente da população. Portanto,

Expulsa do seu local de origem seguindo a trilha do capital, a classe trabalhadora é também expulsa do urbano nas áreas de valorização do solo. Sem condições mínimas de moradia lhe é reservado, por apropriação e luta, áreas sem valorização fundiária, desprovidas dos serviços necessários para a reprodução da vida. [...] O espaço da pobreza e da

miséria está destinado aos migrantes vindos do campo para se “modernizarem”. A expansão capitalista no campo significou a garantia da acumulação capitalista monopolista mundial, sob o controle do Banco Mundial. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79).

Avaliando a inserção do modo capitalista de produção na agricultura, em *A Questão Agrária*, Kautsky (1986), compreende que a burguesia leva o camponês à subordinação cidadina, haja vista que a agricultura começa a depender cada vez mais de produtos adquiridos na cidade (adubos, sementes, rações, entre outros insumos), também do crédito hipotecário, que admite a exploração do mesmo pelo capitalista financeiro. Desse modo, o autor entende como desfavorável a relação campo-cidade aos camponeses, pois esse processo tem contribuído para a dependência e submissão dos camponeses aos industriais, comerciantes e bancários, os quais se mantêm na cidade.

Todavia, há de se considerar que o processo da globalização vem romper com certas compreensões anteriormente formuladas, pois campo e cidade deixam de ser entendidos como espaços distintos, sempre contraditórios. Silva (1998), argumenta que a cidade e o campo são territórios econômico-políticos, articulados e interdependentes.

Do mesmo modo, Lefebvre (2004), defende que o *campo não é um resquício em vias de desaparecimento, nem a cidade é o locus do moderno*. Ao contrário, tanto o campo como a cidade devem ser analisados como espaços dialéticos, levando sempre em consideração as especificidades e realidades de cada um, dentro do contexto histórico.

Há de se compreender também, que o rural e o urbano têm modos de vida próprios, com valores diferenciados, ao passo que a cidade e o campo levam à materialização desses modos de vida. Sobremaneira, tanto um como o outro vivenciam valores em comum, como também valores específicos da cada qual.

Nessa relação, é importante considerar a questão da divisão social e territorial do trabalho, que tem sido também uma das grandes controvérsias dessa dualidade de compreensão entre a cidade e o campo, que segundo Moreira (1998), passa a ser o esqueleto da arrumação do espaço industrial, levando a produção à fragmentação em múltiplos espaços especializados e diversificados, que, ao mesmo tempo eleva a produtividade agrícola, libera excedentes para a cidade e, ainda contribui para a redução repentina da sua população. Assim, “A produção e circulação capitalista tendem a transformar essas possibilidades num sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista” (HARVEY, 2005, p. 56). Ademais,

O próprio capital não faz outra coisa senão reunir a massa de mãos e instrumentos que encontra pela frente. Ele os reúne sob seu comando. Eles são sua real acumulação de reservas; a concentração de trabalhos, juntamente com seus instrumentos, em pontos determinados. O processo de centralização é o meio mais efetivo para realizar essa concentração de trabalhadores e com o contínuo desenvolvimento das forças produtivas, a centralização do capital ganha continuamente cada vez mais importância (SMITH, 1988, p.179).

Portanto, o sistema capitalista de produção promove, simultaneamente, o entrelaçamento dessa dualidade de controvérsias, que, conforme é demonstrado nas argumentações dos autores, não deixa dúvidas quanto ao seu papel de mantenedor dessa situação contraditória, legitimando o resultado do trabalho sempre em seu favor, seja no campo ou na cidade, seja qual for o momento histórico, bem como a relação aí estabelecida.

No estado da Bahia, essa realidade não é diferente do restante das demais regiões do Brasil, afinal, o estado está articulado na mesma conjuntura, vivenciando do mesmo processo vinculado ao modo de produção capitalista, voltado para dar sustentabilidade às elites burocráticas e governamentais desse país.

A partir da década de 1970, ocorreram transformações consideráveis na estrutura agrária e nas relações de trabalho no Estado da Bahia, as quais estavam aliadas ao “desenvolvimento” do capitalismo no campo com a chamada “modernização” da agricultura.

Felizmente, nem todas as características passam por este processo, por se tratar de um Estado do Nordeste, permanecem algumas características arcaicas e conservadoras, que convivem e resistem ao processo. Entre outras práticas destacadas, vale ressaltar a parceria, bem como a existência dos minifúndios com pequena produtividade, e, ainda, a grande proporção de terras não cultivadas.

A expansão ocorrida na década de 1970 deve-se, principalmente, à incorporação de novas áreas, (nesse caso, houve expansão da fronteira agrícola, aliada à variação e especialização da produção) que contribuiu para o aumento da concentração da propriedade da terra, conforme pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3 – Índice de Gini de Concentração da Propriedade da Terra - Bahia 1960/70/80

BAHIA	1960	1970	1980
	0,7716	0,7854	0,8128

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários. Cálculos: NSE/CEI.

Entre 1960/70, o crescimento do índice de concentração corresponde a um impulso progressista, de 1,79%, ao passo que, entre 1970/80, esse aumento foi de 3,49%. Percebe-se, portanto, que na Bahia o processo não é diferente dos demais estados do país, pois obedece à lógica da nova estrutura, mesmo considerando que esse incremento não ocorre na mesma proporção para todas as regiões. No caso específico da microrregião do Oeste da Bahia, esse incremento se deu em decorrência da implantação da lavoura de soja. Do mesmo modo, esse processo é observado no Planalto de Conquista, na região Sudoeste da Bahia, com o incremento da cultura do café na década de 1970.

Outras microrregiões também se destacaram com aumento significativo da concentração de terras, como os chapadões do Auto Rio Grande, Baixo Médio São Francisco, região metropolitana de Salvador, Norte Baiano e Médio São Francisco.

Todo esse processo vem refletir as características do desenvolvimento das atividades produtivas que, notadamente, ocorreram entre as décadas de 1970/90, período da implantação de culturas destinadas à exportação, as monoculturas de café e soja, respectivamente, e, posteriormente a produção de frutas para exportação, que se dá também no contexto baiano, ampliando a produção agrícola de exportação, no Estado.

Percebe-se, desse modo, que as relações tradicionais subsistem ao lado de relações de trabalho assalariadas para determinados cultivos e tecnologias, buscando a racionalidade no emprego da mão de obra rural, na tentativa de viabilizar a acumulação. Nessa ótica,

[...] no processo de inserção do capitalismo na agricultura, o capital, ao encontrar diferentes tipos de propriedades fundiárias, submete-as a variadas formas de inserção empregando uma diversidade de meios e métodos correspondentes ao cenário histórico e econômico peculiares a cada uma. (MARX, 1985, Apud CARVALHO, MOREIRA, 2000, p.669).

Além disso, a introdução dessas novas culturas vem acompanhada do aumento do uso de novos insumos industrializados, bem como de implementos agrícolas (máquinas e equipamentos em geral), difundindo, assim, a utilização de créditos bancários, o que faz gerar maior vinculação com os setores industriais internacionais, incrementando a economia do Estado. Nessa perspectiva,

A economia política do sistema internacional exhibe uma *dinâmica estrutural* do centro sobre a periferia, cujo objetivo é o controle das contradições da acumulação em escala mundial. Isso não significa que as relações capitalistas e forças produtivas não se desenvolvam nas periferias;

desenvolvem-se subordinadas econômica e politicamente, sob uma tendência geral de polarização (YEROS, 2007, p. 154).

Como se vê, ao ser atingido pelo processo de inserção do capital, o campo também altera as suas relações, elas passam agora a obedecer à lógica do modo de produção que engendra os novos processos, numa engenhosa e estratégica divisão social e territorial do trabalho, que passa então a comandar as novas relações. Por outro lado, essa prática também promove os vínculos com o capital estrangeiro, de modo especial do Banco Mundial, que tem se destacado como um grande fiador desse negócio, haja vista “[...] que passou a considerar a questão da terra fundamental para sua estratégia de desenvolvimento rural no mundo inteiro” (ROSSET, 2004, p. 16). Neste contexto,

A adoção do Pronaf baseou-se na idéia segundo a qual o enfrentamento da tendência universal de redução das margens de lucros da agricultura e a emergência do *agrobusiness* deveriam ocorrer por uma combinação entre a eficiência produtiva e a produção em escala. [...] Quanto aos pequenos produtores, suas perspectivas estariam condicionadas à integração a empresas especializadas no atendimento a mercados consumidores cada vez mais sofisticados. Em outras palavras, o pequeno empreendimento deveria dedicar-se à chamada “agricultura de grife”. Nesse domínio, a competitividade dos pequenos produtores dependeria de sua capacidade de absorver tecnologias produtivas e organizacionais. (DOMINGOS NETO, 2004, p. 30-31).

Essas mudanças ocorridas a partir de 1970, não foram suficientes para caracterizar um processo de transformação em todos os segmentos sócioeconômicos do Estado. Algumas áreas passaram por mudanças mais significativas, como é o caso das grandes cidades, onde são aplicados os lucros e rendas dos grandes empresários rurais em novas moradias e negócios, fazendo aumentar a renda produzida na agricultura. Como se vê, “O capitalismo, por meio dos princípios da subordinação, da comercialização e da monopolização, produz uma infinidade de contradições no que se refere ao bem-estar, isto é, produz desenvolvimento ao mesmo tempo em que subdesenvolvimento” (FRANK, 2005, p. 88).

Locatel e Azevedo (2008) ressaltam, que enquanto o processo de modernização acontece, o pequeno produtor e o trabalhador rural permanecem à margem do processo formador das políticas agrícolas e vivem a acentuação da pobreza e da miséria herdadas de fases anteriores. Assinalam, ainda, que os críticos desse modelo de modernização estavam corretos ao apontarem que, caso se implementasse um modelo de desenvolvimento sem se resolver os problemas estruturais da agricultura brasileira, a tendência seria o agravamento da pobreza no campo que se transporia também para as cidades. É evidente, portanto, a realização de tal prática, vez que não se realiza devidamente acompanhada das preocupações para com as categorias apontadas.

Para as áreas dos pequenos municípios do entorno da área produtora de café, bem como aqueles produtores de pequeno porte, é notável o aumento da pobreza e da miséria, por conta do aumento populacional e a conseqüente disseminação das mazelas produzidas nas periferias dessas cidades, as quais são desprovidas das condições necessárias para conviver com essa nova realidade.

Diante do exposto, nota-se a importância de discutir sobre a Evolução da Estrutura Agrária, pois o processo é intrigante e traz no bojo das questões características relevantes, as quais devem ser analisadas sob a ótica daqueles teóricos mais preocupados com as contradições vivenciadas nessa conjuntura, afinal, constitui fato inegável, a maneira contraditória como está organizada a estrutura agrária nesse país.

Procedimentos Metodológicos

A proposta da pesquisa partiu inicialmente de levantamento e estudo bibliográfico, com referencial da produção científica concernente à temática em estudo – *A Evolução da Estrutura Agrária do Município de Barra do Choça – BA* -, que serviu de embasamento teórico para o desdobramento do estudo em questão. Após esta importante etapa, partiu-se para a fase seguinte, quando foi realizado o levantamento dos dados estatísticos, mediante as visitas aos órgãos ligados ao setor - INCRA, IBGE, CEI e secretarias afins.

As visitas consistiram em identificar os principais elementos da pesquisa (estabelecimentos agrícolas, quantidade da mão de obra empregada no período da safra e entressafra, assentamentos existentes no município, bem como a estrutura da produção agrícola). Neste contexto, abriram as possibilidades para coletar os dados que deram respaldo para a realização do trabalho, como as entrevistas que foram realizadas com os trabalhadores e com os produtores, bem como os depoimentos e observações de outras pessoas da comunidade, que também foram envolvidos nesse estudo.

O processo de coleta de dados aconteceu de forma mais intensiva no período da safra do café, tendo em vista que é a principal atividade econômica desenvolvida no município e, conseqüentemente, absorve a maioria da mão de obra empregada. No período da entressafra, o acompanhamento do processo de trabalho foi também de fundamental importância, pois também foi objetivo dessa pesquisa, a comparação da oferta de trabalho nos dois períodos. Todavia, as condições e o tratamento dado aos trabalhadores nos dois períodos são um tanto diferentes, devido à maior necessidade no primeiro.

De posse dos dados, partiu-se para a sistematização do trabalho, procurando encontrar respostas aos problemas e hipóteses ressaltados, buscando uma compreensão mais detalhada da produção e (re) produção social, agora com os elementos estudados, identificados, tabulados e quantificados, respaldando sempre no referencial teórico estudado.

Resultados, discussão e considerações

O município de Barra do Choça está localizado na região Sudoeste da Bahia, a 27 km de Vitória da Conquista, no polígono formado pelos paralelos 14º 42' e 15º 02' Sul e meridianos 40º 45' e 40º 28' Oeste (Figura 01), possuindo em média 900 metros de altitude e uma área de 781,3 km². O clima é o tropical semi-úmido, variando sempre do semi-árido e seco a sub-úmido. Segundo o IBGE (2007), a população é de aproximadamente 32.400 habitantes.

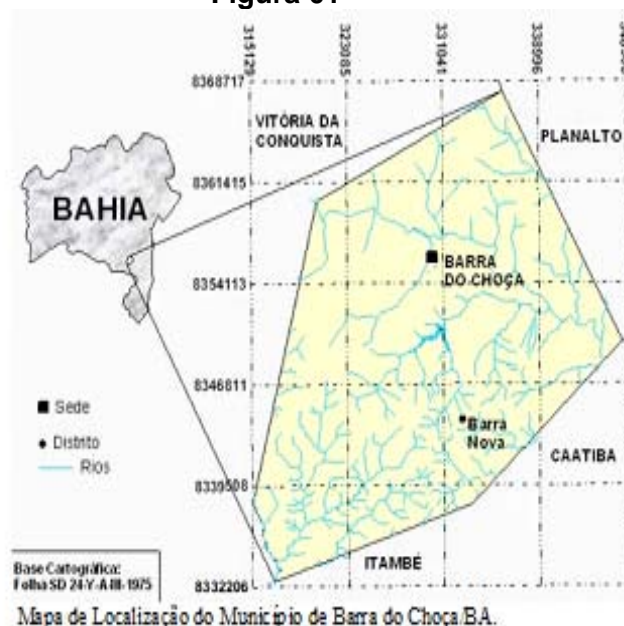
Até 1970, o município contava com 8.953 habitantes, sendo que 83% moravam na zona rural. As atividades econômicas eram a pecuária extensiva e a agricultura de feijão, milho e mandioca que atendia às necessidades básicas da população, sendo que o excedente era comercializado nas localidades próximas. Neste período, tem a atividade econômica assentada no setor primário, sobretudo na lavoura, com predominância da agricultura familiar.

Este segmento absorve um contingente considerável de membros das famílias, evidenciando, assim, a função social de terra. Entre os municípios vizinhos, Barra do Choça era o que tinha o menor contingente populacional. Itambé (ao sul) era 3,2 vezes mais populosa. Planalto (a nordeste) 2,2 e Caatiba (a sudeste) 1,5. No entanto, em 1980, Barra do Choça já contava com quase o dobro da população de Caatiba. Em 1991 a população do município supera a de Planalto e Itambé. Mesmo comparado com Vitória da Conquista, que teve o segundo maior crescimento entre os quatro municípios analisados, Barra do Choça cresceu 3,5 vezes mais no período 1970/2003 (IBGE, 2007).

A partir do ano de 1972, o município passa a ser o grande atrativo dos agricultores interessados em investir na cultura do café na região sudoeste da Bahia, visto que as pesquisas do Instituto Brasileiro do Café-IBC classificam-na como propícia para desenvolver a atividade, pois se destaca com solo e clima favoráveis. Além disso, o café é um produto de

relevância considerável no rol das exportações brasileiras, bem como na cadeia produtiva internacional.

Figura 01



Nessa conjuntura, as terras passam a ser bastante valorizadas, grandes investidores de várias outras regiões interessam demasiadamente pela compra dessas terras, e os pequenos posseiros começam a vender suas glebas para os especuladores imobiliários.

Articulado na mesma conjuntura, o município começa a trilhar novos caminhos em busca do “crescimento” e do “desenvolvimento”, agora sob a lógica do capital, obedecendo às regras da divisão social e territorial do trabalho, que determinam as novas relações. Não muito diferente dos outros municípios baianos, Barra do Choça também se apresenta nos mesmos parâmetros, com uma estrutura agrária um tanto conservadora, acompanhada da expansão da fronteira agrícola, e com a implantação e expansão da cultura cafeeira na região Sudoeste da Bahia, a partir da década de 1970, conforme já mencionado. Assim, abre espaço para a monocultura do café, que determina a lógica da produção.

A tabela 4 demonstra bem a realidade enfocada, pois se refere à estrutura dos estabelecimentos agrícolas na primeira década de introdução da monocultura na região, cuja distribuição das áreas já evidencia algumas mudanças na sua arrumação:

Tabela 4 – Estabelecimentos Agrícolas Barra do Choça/BA 1970/75/80 (em %)

Grupo de Áreas	1970		1975		1980	
	Nº de Estab	Area	Nº de Estab	Area	Nº de Estab	Area
< 20 ha	16,0	2,8	22,2	2,7	9,8	1,4
20 a 100 ha	63,8	25,1	55,2	29,8	71,8	31,4
100 a 500 ha	18,0	39,4	20,3	47,7	17,7	37,2
> 500 ha	2,2	32,7	2,3	19,8	1,9	30,0
TOTAL	100	100	100	100	100	100

FONTE: SANTOS, Antonio Luiz. Recife, UFPE, 1987.

Os dados da tabela evidenciam a concentração da terra no município de Barra do Choça, exatamente no período da implantação da lavoura cafeeira na região (década de 1970). Nesta data os estabelecimentos com mais de 500 hectares representavam 32,7% da área total. O número de estabelecimentos para a mesma classe diminui na década de 1980, porém, a área ocupada permanece exatamente a mesma. Todavia, o aumento do grupo de 20 a 100 hectares em termos de área e número de estabelecimentos relaciona-se à redução do grupo de 0 a 20 hectares.

Neste contexto, as condições para intensificar a expansão da lavoura cafeeira no município são encontradas com todas as regalias possíveis, visto a maneira com a estrutura agrária está organizada, garante com eficácia o processo da concentração da terra na região. A cafeicultura incrementa o preço da terra, agregando valor maior valor. Dessa maneira, as condições para o pequeno produtor são cada vez mais escassas, tendo que ceder lugar para os grandes produtores, os quais detêm das melhores condições financeiras para garantir a estabilidade da monocultura. A tabela 5 demonstra uma realidade mais detalhada da área em estudo:

**Tabela 5 – Estabelecimentos Agrícolas
Barra do Choça/BA, 1989**

Classes de Área	Nº de Estab	%	Total da Área	%
0 - 50	1.067	73,7	23.959,1	32,2
50 - 100	227	15,7	16.415,4	22,0
100 - 200	90	6,2	12.116,4	16,3
> 200	64	4,4	21.971,1	29,5
TOTAL	1448	100	74.462,0	100

FONTE: INCRA – Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1989.

Percebe-se que a configuração espacial começa a apresentar uma nova feição no período a que se refere, embora seja perfeitamente perceptível que ocorre um crescimento razoável das pequenas propriedades, tanto em área como em número de estabelecimentos, sendo que o total representa 73,7% dos estabelecimentos 32,2% do total da área.

Tal fato ocorre em função dos programas de crédito dos Bancos do Nordeste e do Brasil, mediante a política do PRONAF, que “[...] logo incorporou o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). Assim, numa postura muito criticada, o governo considerou praticantes da “agricultura familiar” tanto os trabalhadores assentados quanto os empresários agrícolas modernos”. (DOMINGOS NETO, 2004, p. 30).

Segundo informações concedidas pelo secretário Municipal de Agricultura de Barra do Choça, o montante dos investimentos aplicados no município pelos Bancos do Nordeste e do Brasil, soma, atualmente, o equivalente a R\$ 15.678.000,00. Deste montante, a maior parte é destinada aos pequenos agricultores que se organizam em associações. Atualmente, existem 18 associações agrícolas, destas, 15 se encontram devidamente organizadas com inscrição e CNPJ, outras estão em fase de organização. Todavia, vários associados já se encontram na inadimplência com os bancos, tendo em vista a política de juros altos e assistência técnica alienadora com produtos industrializados, os quais fazem parte dos “pacotes” dessa política garantida com recursos do Banco Mundial.

A adoção dessas práticas vem dar consistência às políticas do Banco Mundial, que asseguram a estrutura da reforma agrária sustentada pelo neoliberalismo. Tais práticas contribuem para corroborar com a desestabilização do Estado, pois os programas passam a comandar o processo, inclusive, com a intervenção do Estado no que se refere à estrutura fundiária do Brasil.

Desse modo, as políticas de governo sempre estão para favorecer a produção em larga escala, obedecendo à lógica das estruturas montadas pelas instituições de comando, como é o caso supracitado. Assim, tais práticas vêm garantir as políticas de ajustes estruturais, as quais são criadas no sentido de estimular e garantir cada vez mais a

privatização das terras, que tem sido uma prática dos governos brasileiros. A esse respeito, convém ainda ressaltar,

O Pronaf, voltando-se para o estímulo à produção, ignorou os graves problemas de comercialização em um contexto de depressão econômica. Com os custos de produção em movimentos ascendentes e os preços de comercialização em movimento inverso, esse programa findou levando numerosas famílias a abandonar o campo. Apesar de duramente contestado, persiste como instrumento privilegiado do governo brasileiro na construção do “Novo Mundo Rural” (DOMINGOS NETO, 2004, p. 31).

Como forma de entender melhor a realidade do município em estudo, é importante avaliar a tabela 6, na qual são evidenciados alguns dados da pesquisa de campo.

**Tabela 6 - Estabelecimentos Agrícolas
Barra do Choça/BA – 1997**

Classes de Área	Nº de Estabelecimentos	%	Total da Área (há)	%
Até 20 ha	518	51,8	2.970	7,6
20 - 40	181	18,1	4.735	12,1
40 - 60	106	10,6	5.192	13,3
60 - 80	53	5,3	3.313	8,
80 - 100	36	3,6	2.356	6,0
100 - 200	72	7,2	9.714	25,0
>200	34	3,4	10.693	27,5
T O T A L	1.000	100,0	38.977	100,0

FONTE: Venzina de Oliveira, UESB - 1997.

Os dados confirmam o exposto na tabela anterior, pois, conforme se observa as pequenas propriedades continuam a expressar um aumento considerável, representando 51,8. Entretanto, no que se refere ao total da área, logo se percebe a disparidade, pois os 518 estabelecimentos comportam apenas 2.970 hectares, ou seja, 7,6 % do total da área. Ao contrário, os estabelecimentos de até 20 hectares são representados na tabela com uma área acima de 200 hectares. Em relação ao número, a representatividade é pequena, apenas 34 estabelecimentos, enquanto que em área, representa 27,5 %.

Qualquer leigo compreenderia logo tamanha desigualdade entre a área dos estabelecimentos representados na tabela. Desse modo, não é difícil concluir que mesmo um município tão pequeno, concentra a posse da terra, seguindo assim a lógica da estrutura agrária do país, a qual tem sido sustentada pelo mercado.

Contudo, é importante lembrar que as propriedades não estão todas representadas nessa pesquisa. Segundo o IBGE (2009) o município tem um total de 1.510 propriedades. O atual estudo trabalha com uma representatividade de 1.000, conforme a tabela 6, considerada bastante expressiva para evidenciar a realidade e focar uma abordagem segura.

A pesquisa constata também, que 49,6 % dos donos de terras residem em outros municípios, destes, a grande maioria, 39 % moram em Vitória da Conquista, maior cidade da região Sudoeste e terceira maior cidade da Bahia, que polariza a região como um todo, com um comércio cada vez mais forte e serviços mais adaptados. A partir das décadas de 1970-1980, constatou-se um boom de crescimento demográfico e um expressivo “desenvolvimento econômico” em Vitória da Conquista, em função da implantação da cafeicultura na região.

Essa realidade não acontece apenas em Vitória da Conquista, para se ter uma idéia, “o município de Barra do Choça passa por graves problemas de infra-estrutura, por conta do vertiginoso crescimento demográfico ocorrido na década de 1970, que foi de 326,3%” . (IBGE E ESTUDOS BAIANOS, apud SILVA FILHO, LEITE e SOARES, 1996, p. 21).

Os proprietários que residem na propriedade representam 40,3 % do total dos entrevistados. A pesquisa revela que, em sua maioria, são camponeses, que detêm poucas áreas de terras, e, sobrevivem entre os grandes e médios produtores de café, que ora vendem sua mão de obra na cafeicultura, ora desenvolvem o trabalho familiar, cumprindo os dois papéis, no sentido de manter a sobrevivência no campo.

Essa realidade demonstra a importância do campesinato para o município, mesmo considerando a fragilidade do setor econômico, visto que a maior parte da população é composta de pequenos proprietários e lavradores, os quais sobrevivem do trabalho na cafeicultura, de modo especial, no período da safra, quando a oferta do emprego é muito maior. Sobremaneira, são assolados pela falta de políticas públicas capazes de lhes dar garantias para continuar o ciclo da sobrevivência no seu local de origem.

No período da safra do café, a população absorvida no trabalho chega a 90,5 %. Ao passo que na entressafra é absorvida apenas 9,5%, segundo a pesquisa de campo. Isto, porque o trabalho se restringe apenas à limpa e a adubação do cafezal, que nas grandes lavouras, geralmente é realizada com máquinas e tratores, reduzindo ainda mais a oferta de trabalho.

Além disso, é bom destacar que muitos trabalhadores não residem no município, eles chegam apenas no período da safra, vindos de outras localidades próximas e de cidades vizinhas. Mas a grande maioria reside no município e fica ociosa nos meses da entressafra, pois a oferta do trabalho diminui de forma abrupta, como é demonstrado. Nesse período, constata-se o aumento do número de “pedintes” e dos problemas sociais, que assolam de maneira considerável a população mais carente, aumentando a situação de risco e colocando as pessoas numa condição de maior vulnerabilidade. Isto, porque a maioria da população sobrevive do trabalho na cafeicultura, que é considerada importante na região, pois consegue amenizar a situação da pobreza durante um bom período do ano.

Outro ponto relevante para a compreensão da realidade enfocada é o destaque da organização da produção agrícola do município, a partir da inserção da cafeicultura. Até a década de 1970 o município produzia apenas para o abastecimento local, vendendo o pouco excedente nas feiras vizinhas. Nesse período, posseiros e meeiros dividiam a terra numa parceria harmoniosa. As relações de trabalho não passavam da simples produção do trabalho familiar, que apesar de sofrer com muitas dificuldades financeiras, mantinham a sobrevivência, haja vista a falta de políticas públicas e investimentos financeiros.

Todavia, a partir dessa década, o café ganha espaço em vastas áreas, incluindo as terras mais férteis, onde se desenvolvia a agricultura familiar, que por sua vez, passa a ser relegada ao segundo plano. A partir de então, a produção é estruturada sob uma nova lógica e organizada de modo a contemplar a ótica capitalista. A atividade econômica se fortalece na região como um todo, tendo como carro-chefe a cafeicultura, com expressivo índice entre os demais produtos, somando um total de 83 % entre as atividades agrícolas desenvolvidas, no ano de 2007. Em segundo plano ficam as demais culturas, com pouquíssima representatividade, sendo 5,2 de hortaliças, 2,1 de mandioca, 2,2 de banana, 1,8 de milho, 4,0 de outros produtos e, apenas 1,7 % de feijão, que é produto básico na mesa do trabalhador rural. (Pesquisa de campo, 2007/2009).

No sentido de compreender melhor a questão enfocada, é interessante avaliar os dados da tabela 7, os quais são resultados da pesquisa de campo de 2009, demonstrando a área cultivada por produto, inclusive com destaque para a redução do plantio de cafezais, isto é, em relação ao ano de 2007.

**Tabela 7 - Área Cultivada por Produto - Barra do Choça/BA
(em hectare)**

PRODUTOS CULTIVADOS	ÁREA (hectare)	%
Café	20.600	52,8%
Café / Pecuária	3.352	08,6%
Café / Feijão	157	00,4%
Pecuária	2.868	07,4
Área improdutiva	12.000	30,8
TOTAL	38.977	100,0

FONTE: Venozina de Oliveira Soares. 1997, adaptada em 2009.

A pecuária, por exemplo, está em segundo lugar no rol da cadeia produtiva entre as atividades econômicas desenvolvidas. Observe que mesmo consorciada com o café, ela representa um percentual considerável em relação aos demais produtos cultivados. Todavia, o dado mais interessante nessa tabela é o percentual da área ocupada só com o café, isto é, 52,8 %.

Embora tenha sido reduzido desde 2007, este valor ainda é bastante expressivo, demonstrando a força que a monocultura tem desenvolvido na região. Por muitos anos as culturas desenvolvidas para o abastecimento da população nunca atingiu uma área tão representativa como é o caso do café, isto, porque a atividade agrícola era praticada apenas para o sustento das famílias, restando muito pouco para a comercialização. Além do mais, uma produção agrícola familiar jamais chegou ao patamar de uma monocultura, pelo menos em nossa realidade, em qualquer que tenha sido a conjuntura.

A pesquisa de campo retrata que a agricultura representa 78 % das atividades econômicas desenvolvidas, evidenciando, portanto, que o município é eminentemente agrícola, e, como tal, deveria ter uma atenção maior por conta dos governos, com políticas públicas mais adequadas para atender com mais eficácia aos pequenos agricultores, de modo especial, aqueles cujas raízes ainda estão assentadas com características camponesas, devendo sustentá-los e mantê-los no campo.

Os assentamentos também marcam presença no município. Até a década de 1970, não havia vestígios de interesse de posseiros na região, até mesmo porque essa realidade começa a se despertar no Brasil a partir da década de 1960, fato ainda novo no país, principalmente para os municípios de pequenos porte, como é o caso de Barra do Choça.

Esse processo vem se intensificar na década de 1980, quando a Reforma Agrária toma rumos mais positivos, como o “Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA, instituído pelo Decreto 91.766 de outubro de 1985, que passa a beneficiar posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários” (MORISSAWA, 2001, p. 107). Nesta década o MST começa a ganhar expressão no território da Bahia, tendo em vista que as áreas de terras improdutivas ainda são um tanto representativas.

No caso da área em estudo, o Mocambo é o primeiro assentamento a existir de forma legalizada em 1985, com cerca de 20 famílias, posteriormente instala-se o assentamento Canguçu, com 60 famílias assentadas, e, por último, instalou-se o assentamento Pátria Livre, que atualmente conta com 23 famílias e desenvolve vários programas de inserção e inclusão das famílias assentadas.

Todos eles estão devidamente legalizados, com programas de assistência de acordo com a atual política do MST. Seus membros trabalham de forma coletiva, evidenciando a importância da terra para cumprir a sua função social. É importante acrescentar, que mesmo nestes assentamentos, os problemas ainda persistem, pois, conforme já foi dito, as políticas ainda não são capazes de dar conta de uma vida justa e digna para os cidadãos do campo, mesmo os que já se encontram assentados. Desse modo,

[...] a “reforma agrária” se reduz a um conjunto de medidas destinadas a favorecer a exploração da terra, mas sem atenção alguma à questão dos indivíduos e categorias sociais da população rural que se acha em condições de tirar proveito dessa exploração da terra; ou que, pelo contrário, são por ela esmagados e reduzidos a padrões de vida absolutamente insatisfatórios (PRADO JUNIOR, 1987, p.19)

Neste contexto, é perfeitamente clara a situação de desengano e desesperança pela qual vive a população rural desse país, dada a desigualdade vivenciada no campo, em função do processo de “modernização” desenvolvida pela política neoliberal dos últimos governos, inclusive do governo de Lula, do qual se esperava a solução imediata para esse problema que tem assolado os camponeses e vem contrariando a lógica da sobrevivência interna. Isto, porque de acordo com os interesses do capital, a terra deixa de ser entendida como bem natural, de uso e usufruto de todos que nela habita e produz, passando a ser entendida e apreendida como bem de capital, ou seja, como bem de usufruto do capitalismo.

Dessa forma, pode-se observar a forma injusta como tem sido estruturada a posse da terra nesse país, concentrada em sua maioria nas mãos de poucos proprietários, gerando uma conseqüência negativa nas condições sociais da maior parte da população, de modo especial, daquela que sobrevive tirando o seu sustento da terra, pois não a concebe como objeto de lucro, muito pelo contrário, ela é entendida como meio de vida, de luta e labuta no dia a dia.

Neste contexto, percebe-se que as relações tradicionais desenvolvidas no campo subsistem ao lado de relações de trabalho assalariadas para determinados cultivos e tecnologias, buscando a racionalidade no emprego da mão de obra rural, reafirmando viabilização e acumulação do capital, numa engenhosa façanha proposta pelo modo de produção que emana as relações econômicas desse país.

Portanto, mediante a análise da evolução da estrutura agrária, constata-se que a realidade no campo do município de Barra do Choça não é diferente de outras regiões, cuja produção agrícola é sustentada na ótica da atividade agrícola destinada para o comércio de exportação. A terra, em sua maioria tem sido utilizada principalmente para o plantio do café, que a partir da década de 1970, ganhou espaço nesta área, em função da importância no rol da cadeia produtiva, bem como da pauta de exportação do comércio brasileiro. Por conseguinte, os demais negócios também se estruturam em função de garantir a sustentabilidade do agronegócio café, numa conjectura um tanto linear, envolvendo toda a cadeia produtiva, inclusive os pequenos proprietários, cujo trabalho e produtividade passam a ser articulados num mesmo direcionamento, obedecendo à lógica da estrutura do modo de produção capitalista.

Referências bibliográficas

AMIN, S. e VERGPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, C. X. de e MOREIRA, I. T. Desenvolvimento Tecnológico e Relações de Trabalho na Agricultura: o caso de São José do Belmonte - PE. Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 660-675, novembro 2000.

CEI, Estudos Sócio Econômico – Estrutura Fundiária e de Produção. Salvador, 1985.

CONCEIÇÃO, A. L. Jovens Andarilhos no Curto Circuito do Capital. OKARA: Geografia em Debate, v. 1, nº 1, p. 77-100. 2007.

DIAS, M. M. O Bom, o Mau e o Feio: A Política Fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, M. D. (org.). O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

DOMINGOS NETO, M. O “Novo Mundo Rural”. In: MARTINS, M. D. (org.). O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

FALEIROS, R. N. Colonos e Fazendeiros nas Fronteiras de Expansão da Cafeicultura Brasileira. UNICAMP. Campinas, São Paulo.

FRANK, A. G. A Agricultura Brasileira: Capitalismo e Mito do Feudalismo – 1964. In: STEDILE, J. P. (org.). A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. O “bóia-fria”: entre aspas e com os pingos nos is. In: UNESP. Departamento de Economia Rural. A mão-de-obra volante na agricultura. Polis, São Paulo, 1982.

HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, São Paulo, 2005.

IANNI, O. A Formação do Proletariado no Brasil – 1971. In: STEDILE, J. P. (org.). A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

_____. Censos Agropecuários, 1920/60/80/91

_____. Censos Agropecuários. Cálculos: NSE/CEI. 1960/70/80

INCRA – Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1989.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 3 ed. Tradução de Rubens E. Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LOCATEL, C. e AZEVEDO, F. F. de. Desenvolvimento rural, Política Nacional de Biocombustíveis e o mito da inclusão social no campo brasileiro. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (73).

MARTINS, J. de S. O Cativo da Terra. 7ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARTINS, J. de S. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo, Hucitec, 1995.

_____. Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo. Editora VOZES, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

_____. Reforma Agrária: O Impossível Diálogo. 1ª ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MILLIET. Roteiro do Café e Outros Ensaios: Estudos Rurais. São Paulo, HUCITEC, 1941.

MOREIRA, R. Movimento Operário e a Questão Cidade-campo no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. O Tempo e a Forma: a sociedade e suas formas de espaço no tempo. Ciência Geográfica, Bauru, IV, Janeiro/Abril, 1998.

MORISSAWA, M. A História da luta pela terra e o MST - São Paulo: Expressão Popular, 2001, 256 p.

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura camponesa no Brasil. Caminhos da Geografia. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997a.

_____. de. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labor Edições, 2007, 184 p.

PEREIRA, D. A. C.; SANTOS, D.; CARVALHO, M. B de. Geografia Ciência do Espaço: O Espaço Brasileiro. 2 ed. São Paulo: Atual, 1994.

PRADO JR., C. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 4 ed. 1987.

_____. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, J. E. da. (org.). A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 2000.

SANTOS, A. L. Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura: as transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória a Conquista e Barra do Choça - BA – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1987.

SILVA FILHO, J. A. da; LEITE, G. A.; SOARES, V. de O. O Crescimento Demográfico de Barra do Choça - BA. Vitória da Conquista: UESB – 1996.

SILVA, A. F. da. A relação cidade-campo: como analisá-la? Natal: Imagem, 1998

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, V. de O. A Estrutura Fundiária do Município de Barra do Choça - BA. Vitória da Conquista. UESB, 1997.

SOUSA. M. B. de. Relação Capital/Trabalho no Assalariamento Rural, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG - Outubro de 2005, Brasília/DF.

YEROS, P. A Geopolítica da Reforma Agrária. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs.). Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Ocupações de terra: mudanças e perspectivas

Nallígia Tavares de Oliveira

Pesquisadora do NERA

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Campus de Presidente Prudente

E-mail: nalligiatavares@rocketmail.com

Apresentação

O entrevistado, Valmir Ulisses Sebastião, é estudante do quinto ano do curso especial de Geografia – CEGEO - da FCT/UNESP - Campus Presidente Prudente. Também é dirigente estadual da “Frente de Massa” e militante do MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Nesta entrevista, Valmir compartilha as mudanças e as perspectivas da luta pela terra através das ocupações de terra.

Entrevista

NALLÍGIA: Valmir, qual o histórico da sua participação no movimento? Como você começou a participar da militância no MST?

VALMIR: Comecei a participar do movimento em 1996/1997 através de um grupo de jovens de uma igreja que eu fazia parte em Teodoro Sampaio. Foi quando comecei a visitar alguns acampamentos, gostei e acabei indo morar em um deles em busca de um pedaço de terra como primeiro objetivo. Ter um pedaço de terra era um sonho, já que na época eu estava desempregado e meus pais já haviam perdido nossas terras há cerca de uns 8/10 anos para o Banco do Brasil. Essa era a nossa forma de reivindicar o que havíamos perdido, mas de uma forma diferente, pela conquista, na luta pela terra na região do Pontal.

NALLÍGIA: E em que ano especificamente você começou a participar?

VALMIR: Em 1996. Foi na fazenda Santa Rita, no município de Mirante do Paranapanema - SP.

NALLÍGIA: Você poderia definir qual é o conceito de ocupação de terra para você?

VALMIR: Ocupação de terra, para mim, é um dos principais pilares que o movimento tem para reivindicar a posse da terra, porque é ali que é discutida a questão das pressões e o poder de negociar com o Estado. É também na ocupação que se abre caminho no sentido de esclarecer, inclusive para a sociedade, a questão das terras públicas no Pontal do Paranapanema. Então, a ocupação é muito mais que só uma ocupação, é um fator que marca toda trajetória de uma história construída aqui na região do Pontal. A ocupação vem questionar a forma de posse da terra nessa região.

NALLÍGIA: Com toda essa experiência na participação - não só em ocupações, mas nas atividades do movimento -, como você ajuda a motivar os novos militantes que chegam nos acampamentos e que não têm tanto conhecimento a participar dessas ocupações? Porque, na verdade, não é fácil e também não são todas as pessoas que têm a coragem de fazer ocupação devido aos riscos que acontecem nestas ações - a pressão e a violência que nós sabemos que acontece por parte da polícia e dos fazendeiros. Como você ajuda a mobilizar essas pessoas para as ocupações?

VALMIR: Veja bem, eu tenho um papel na direção estadual do MST, que é ajudar a coordenar a “frente de massa”, que é como chamamos no estado de São Paulo. A militância vai para a “frente de massa” motivada por um valor específico: a mudança social, a transformação no meio, inclusive das famílias que vão para os acampamentos. Um dos nossos objetivos é ajudar a preparar essas discussões, não só com a militância, mas também com as famílias que estão no acampamento, aqueles que estão debaixo da lona preta. A idéia é transmitir os valores que eles possuem e das disponibilidades que o movimento possui para ajudar na construção de uma nova sociedade. Nessas discussões também temos como objetivo dizer que não é nenhum dirigente do movimento ou entidade - seja ela qual for - que irá levar essas pessoas ao acesso da terra.

NALLÍGIA: Então seria a própria conscientização política da pessoa?

VALMIR: Isso é o que as leva a conquistar sua própria terra, porque na verdade elas não estão só conquistando um pedaço de terra, mas conquistando a dignidade tomada. Esse é o objetivo que temos com a militância.

NALLÍGIA: Você poderia explicar o que é “frente de massa”?

VALMIR: Dentro do movimento chamamos “frente de massa” de “FM”. Ela é responsável por organizar as famílias nos acampamentos e também no trabalho de bases nas periferias das cidades. São grupos de militantes que trabalham nas cidades. Colocamos esse nome no decorrer da sua história, porque é uma frente de militância que vai ao encontro das famílias, das “massas”. É daí que temos o nome “frente de massa”.

NALLÍGIA: Você já sofreu algum tipo de violência em ocupações de terra? Você poderia contar um episódio ou até mesmo de companheiros que sofreram violência por parte da polícia, fazendeiros ou pistoleiros?

VAMIR: Não foi comigo, mas eu estava próximo, e como fazemos parte de uma mesma organização, sentimos quando um amigo é atingido.

NALLÍGIA: Afeta um, afeta todos...

VALMIR: Sim, como por exemplo, na fazenda São Domingos, em Sandovalina – SP. Acho que essa foi uma das questões que mais me marcaram, porque eu estava próximo das pessoas que foram baleadas, como a Mírian, que também é dirigente do Movimento, e também das outras pessoas que foram atingidas. Isso foi em 1998, quando tive oito companheiros baleados nesta propriedade.

NALLÍGIA: Por fazendeiros, jagunços...

VALMIR: Por pistoleiros... E mais tarde, por volta de 2003, também no município de Sandovalina, na fazenda Santa Fé, o barraco que eu estava foi atingido por umas trinta e cinco balas de carabina de um fazendeiro e de um pistoleiro. “Graças” não aconteceu nada e ninguém saiu ferido, mas é uma forma de violência brutal dos fazendeiros. Nenhuma dessas pessoas foi presa - foram presas apenas na hora -, sendo depois soltas por falta de provas.

NALLÍGIA: Nesses anos de experiência em ocupações, você acredita que hoje as ocupações estão tomando um rumo mais passivo, isto é, que não estão ocorrendo tantas agressões como antigamente? Você acha que hoje existe mais tolerância?

VALMIR: Não, eu acho que não, porque o que mudou foi a forma da ocupação em si. As leis impedem que você faça o trabalho de base na cidade e na ocupação. Elas impedem, como colocado por alguns, essa “onda”. Digamos que anteriormente, a idéia de agressividade das

ocupações estava ligada a tentativa de incriminar as lideranças do movimento na forma de “esbulho processado”, no processo de violação à propriedade alheia e também na questão do interdito proibitório da propriedade. Cabe ao movimento não fazer ocupação direta depois da formação do acampamento, mas de pensar como essas ações poderão ser feitas.

NALLÍGIA: Você tem idéia de quantas ocupações você já participou nesses anos de militância? Qual a área na qual que você mais atua?

VALMIR: Essa idéia de quantas ocupações participei é difícil de responder. É difícil saber porque foram muitas ocupações - não só aqui no estado de São Paulo, mas também nos estados vizinhos. Já contribuí no Paraná e em Mato Grosso - com o mesmo movimento, junto a militância -, e, por isso não tenho idéia de quantas ocupações já participei.

NALLÍGIA: E qual o episódio mais marcante que você vivenciou até hoje em relação à participação de ocupações?

VALMIR: Acho que foram essas duas que citei, na fazenda São Domingo, em Sandovalina – SP, e na fazenda Santa fé, no mesmo município. Elas ocorreram em períodos diferentes, uma em 1998 e a outra em 2002 - quatro anos depois de um período marcante da história da militância.

NALLÍGIA: Você acredita que a ocupação de terra é o meio mais eficaz de acesso à terra? Você acha que essa é a forma mais prática e objetiva pra conseguir o assentamento?

VALMIR: Sim, acredito que não exista outra forma de ter acesso à terra se não for pela ocupação, porque o que falta é a vontade política, e o que cobramos nas ocupações é justamente essa vontade política. Já sabemos que as terras são devolutas - e eles também -, mas infelizmente não há vontade política. Isso faz com que você tenha que fazer pressão, e a ocupação é uma forma de forçar os responsáveis a fazer a arrecadação de terras para o assentamento das famílias.

NALLÍGIA: Valmir, onde você está assentado?

VALMIR: No município de Sandovalina - SP. O assentamento de Sandovalina até hoje é uma polêmica. Lá era a área da antiga fazenda Guarani, e nós queríamos dar ao assentamento o nome Dom Tomas Balduino, mas a sugestão não foi aceita porque o nome do assentamento foi pensado na homenagem a um bispo que é vivo. Ainda hoje existe uma briga entre os assentados e os técnicos do ITESP na decisão sobre o nome do assentamento. Até nisso existe conflito.

NALLÍGIA: Nos dados do DATALUTA observamos que o número de ocupações nos últimos anos em São Paulo vem diminuindo até o ano de 2008 - que é o que eu estou analisando. Em sua opinião, qual o motivo dessa diminuição das ocupações no estado?

VALMIR: Um dos fatores que contribuíram na diminuição das ocupações de terra é o poder judiciário. Ele teve um papel fundamental e importante para os fazendeiros e grileiros, pois conseguiu barrar as ocupações. Isso sem contar o interdito proibitório que coloca as pessoas em prisões, principalmente aquelas que coordenam as ações do movimento - mesmo que essas pessoas não estejam no local e nem no dia da ocupação. Eu já fui vítima disso na região. Enquanto eu estava aqui, no campus na UNESP, acontecia uma ocupação na Fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes. Neste momento, o juiz pediu a minha prisão imediata, porque ele sabia que mesmo estando aqui, na universidade, eu tinha o domínio sobre os fatos e poderia impedir a ocupação da fazenda. Isso também é um erro, porque essa é uma interpretação equivocada do judiciário. O movimento é composto por inúmeras pessoas, por muitas famílias. Não é uma pessoa que vai impedir essas ações, mas essa é

uma forma de colocar diligência, militância e famílias para pensar, porque quando as lideranças do movimento não são presas, eles prendem as famílias que estão lutando pela sobrevivência.

Então voltamos a pensar o problema da segurança, tanto contra a ofensiva da polícia e do judiciário quanto do fazendeiro. Creio que seja por causa disso que as atividades diminuíram na região, porque as ações, ao invés de se tornarem regionais, como eram no passado, agora se tornaram estaduais. Juntam-se todos os acampamentos do estado de São Paulo para ocupar uma propriedade, seja em uma região ou em outra, pois assim há mais força no poder de negociação.

NALLÍGIA: Alguns pesquisadores e principalmente a mídia afirmam que a bolsa família é um dos motivos que tem levado a diminuição das ocupações. Você acredita nessa afirmação ou você acha que isso não interfere em nada?

VALMIR: Acho que a bolsa família contribui para as famílias que estão na favela passando dificuldade, do mesmo jeito que contribui para a família que está no acampamento. A bolsa família busca a participação dos filhos, seja na escola ou em outros projetos de assistência pública. O problema hoje não está só no fato dele não ir à ocupação, mas na questão da ocupação de terra no Pontal, em São Paulo e no Brasil. A problemática refere-se à forma com que estamos fazendo estas análises e com o caráter das famílias que vão para os acampamentos. É um público mais urbano que tem receio de quebrar o seu vínculo com o meio urbano e ir para o rural, porque ele vai deixar toda aquela história que construiu na cidade, mesmo sabendo das dificuldades que existam na favela ou em outro lugar. Essa também é uma análise que estamos fazendo, inclusive nós da frente de massa. Não vejo que o problema seja a bolsa família, vejo isso como um problema conjuntural, de mudança do sistema e das pessoas. Precisamos nos adaptar a essa mudança.

NALLÍGIA: Qual é a sua avaliação no que diz respeito à criação de assentamentos no estado de São Paulo? Qual governo foi melhor ou pior, ou o que ajudou ou complicou na criação de assentamentos?

VALMIR: Esta análise é difícil, porque alguns governos que deslançaram a questão da reforma agrária, como o Covas em seu primeiro mandato, acabaram, logo depois, travando a questão da reforma agrária e levando o processo para o lado judicial. No segundo mandato – em que Covas ficou dois anos e depois veio a falecer -, ele criou muitos assentamentos aqui na região. Isso não quer dizer que ele foi um bom governador, mas que fez parte de um dos governos que mais criaram assentamentos. Na metade do segundo governo ele tinha o objetivo - talvez aqui na região - de parar o conflito naquele momento. Os governos seguintes (o Alckmin e agora o Serra, que é o atual governador), infelizmente, não tiveram o compromisso de resolver a questão agrária, pelo contrário, travaram cada vez mais. Áreas que estavam saindo (assentamentos) não saíram. Temos algumas áreas aqui na região que ainda estão em processo de desapropriação (já há 4 anos) e que até agora não receberam quase ninguém, porque o processo voltou para a justiça para a reparação de danos.

Um governador que tem um órgão como o ITESP, que tem mais de 700 funcionários para trabalhar apenas na questão agrária, mas que desempenha outras funções desvinculadas da questão agrária fazendo o simples levantamento cadastral na cidade, mostra que o órgão foi desmontado, começando pelo governo Serra. Ele diminuiu valores, tirou os carros e toda a infra-estrutura dos técnicos. E eles ainda continuam com a nova proposta de passar a assistência dos assentamentos - que é dever do estado - para a prefeitura.

NALLÍGIA: Em nossos registros no DATALUTA, desde 1988 até 2006, Pernambuco era o estado com maior número de ocupações no país. Agora, em 2008, mesmo com a diminuição das ocupações, como eu comentei anteriormente, São Paulo conseguiu passar Pernambuco entre os anos de 1988-2008, sendo o estado com o maior número de ocupações do país. Você acha que a tendência é São Paulo continuar com o maior número de ocupações,

devido ao Pontal do Paranapanema ser umas das regiões mais conflituosas do país? O que você acha que irá acontecer futuramente com o estado em relação à questão agrária?

VALMIR: Olha é difícil prever, porque o movimento, como já falamos, também faz análises das possibilidades – verifica aonde há possibilidade de terras a nível dos estados. Dependendo das pressões, fazemos negociações - que é o momento em que o movimento vai mais apertar. Acho que aqui em São Paulo os números não vão diminuir muito, e acho que nos outros estados vão aumentar. Essa é uma questão de pressão política, até porque este ano (2010) é um ano de eleição e, provavelmente, os movimentos que lutam pela terra não vão ficar quietos, vão fazer ocupações, pois querem uma postura daquele candidato ou candidata sobre a questão agrária. O embate agora é colocar em pauta a questão agrária, pois até o momento ele não se faz presente. No discurso político, a questão agrária não está em debate e, nesse sentido, o nosso papel não é só colocar essa questão em debate, mas colocá-la para toda a sociedade. Temos que discutir que tipo de assentamento e reforma agrária queremos, - mesmo que não seja feita uma “reforma agrária”, mas que haja uma distribuição de terras com qualidade, e não como vem ocorrendo, jogando as famílias em fazendas deixando-as por lá, sem a assistência técnica necessária. Tem também os problemas relacionados à questão ambiental dessas áreas - amanhã nós iremos conversar com o diretor do ITESP aqui em Presidente Prudente, porque é o seguinte: as terras que vêm para as mãos dos trabalhadores são terras muito degradadas do ponto de vista da questão ambiental e não possuem nenhum tipo de assistência técnica (calcário ou adubo com reparação). As famílias simplesmente são jogadas, situação na quais são feitas análises contrárias sobre a reforma agrária. É justamente isso que iremos debater aqui amanhã com o diretor do ITESP.

NALLÍGIA: Sendo que o INCRA e o ITESP têm todos os recursos financeiros e técnicos para promover isso para os assentados...

VALMIR: Sim, todos os recursos. Por exemplo, tem dinheiro que agora, no final de 2009, era para ter sido gasto com assistência técnica e com a compra de áreas no estado de São Paulo, mas que voltaram para os cofres públicos. Voltaram 31 milhões de reais que eram para ser investidos na reforma agrária. Nenhum real foi investido, o dinheiro voltou para o tesouro. Isso demonstra a falta de vontade política.

NALLÍGIA: A cada ano surgem novos movimentos dissidentes. Valmir, qual a sua opinião sobre a criação de novos movimentos? O que você acha que leva a criação de novos movimentos socioterritoriais?

VALMIR: Olha, se for um movimento que vai lutar pela dignidade das famílias, eu acho importante a criação, mas há um problema quando falamos dissidentes. Dissidente é quando vem de outro movimento, que foi desligado por algum motivo. Temos uma preocupação com isso, porque ultimamente nós estávamos vendo, por exemplo, na tese de doutorado do Carlos Feliciano, o tanto de movimentos que se dizem dissidentes do MST, mas muitos dos dirigentes desses movimentos, na verdade, nós nunca vimos dentro da organização, nunca participou - a não ser que fosse acampado. Então, quando o cara vai para o acampamento e fica lá por um tempo e não consegue ser uma liderança expressiva, ele, por conta própria, monta o seu movimento. Ficamos preocupados, porque tanto o poder judiciário quanto o estado gostam de não resolver o problema da questão agrária, mas de atuar como intermediador dessa situação, pois quando é liberada uma área de 35 lotes que cabe 35 famílias de assentados, isso é divulgado nos meios de comunicação. Então, se tem 25 movimentos, são estes 25 que vão disputar essa área de 35 lotes.

NALLÍGIA: Você acredita que acontecerá a reforma agrária no estado de São Paulo?

VALMIR: Eu não acredito. Cada dia que passa a possibilidade das famílias acampadas irem para a terra se torna mais difícil. O poder judiciário, que é o intermediário, poderia resolver esse impasse através de todos os estudos que as universidades realizam, principalmente aqui da UNESP, que desenvolve inúmeros estudos aprofundados sobre essa questão - principalmente no que diz respeito às terras públicas do Pontal -, mas ele não tem esse objetivo. Imagine a reforma agrária que poderia ser feita com as terras improdutivas que estão nas mãos de grandes empresas, como a CUTRALE, que é anexada a uma área de propriedade da união – a área foi declarada como propriedade da união desde 1998, sendo que a união exigiu 60 mil hectares para a criação assentamentos, mas até agora não recebeu nada. Isso mostra que cada vez mais essas áreas vão para as mãos de empresas, que é o que está acontecendo agora aqui na região do Pontal. Hoje, as terras concentram-se nas mãos das usinas, em bancadas com recursos públicos, seja do governo estadual ou do governo federal.

NALLÍGIA: Valmir, muito obrigada pela entrevista concedida.

Notas sobre a entrevista

A Fazenda Santa Rita, localizada no município de Mirante do Paranapanema e que Valmir cita na entrevista, foi à primeira ocupação da qual ele participou como militante do MST. Segundo os dados do DATALUTA, a área foi ocupada seis vezes pelo MST nos anos de 1996, 1997 e 2005, com a participação total de 5.050 famílias. Ainda em pesquisa no acervo do DATALUTA Jornal, em reportagem da “Folha de São Paulo” do dia 22 de janeiro de 1996, foi registrado o conflito na fazenda. Em entrevista concedida por Deolinda Alves de Souza, esposa de José Rainha Júnior, coordenador do MST na época, Deolinda afirmou que nesta ocupação participaram mais de 2.100 pessoas. O jornal ainda informou que a fazenda abrangia uma área de 2.350 hectares e que pertencia a Marcelo Dente Negrão.

O assentamento que Valmir reside atualmente é chamado pelo ITESP e pelo INCRA de Assentamento PE Guarany, porém como já foi citado na entrevista, ocorre uma divergência em relação ao nome do assentamento, já que os assentados o chamam de Assentamento Dom Tomás Balduino. Este assentamento, segundo dados do DATALUTA, tem capacidade para 68 famílias e soma um total de 1.335 hectares. Criado e obtido em 2001, a fazenda foi ocupada duas vezes pelo MST e contou com a participação de 550 famílias.

Veja abaixo a reportagem completa:

Sexta-feira, 25 de junho de 1999

REGIONAL

OESTE NOTÍCIAS 1.7

Seguranças impedem invasão de sem-terra em Sandovalina

Sandovalina (AÉ) – Cerca de 100 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) do Pontal do Paranapanema foram expulsas à bala ontem da fazenda Guarani, em Sandovalina, por oito seguranças, em ação destinada a repelir a invasão da propriedade. Os sem-terra, que já haviam entrado na fazenda, destruindo cercas e colocando fogo nas pastagens, tiveram de sair correndo, retornando para o acampamento montado ao lado, dentro da Fecularia Larreira, empresa arrendada pelo MST.

A denúncia da ação armada foi feita pelo coordenador do MST no Pontal, Cleudson Mendes que acusa o proprietário da fazenda Guarani, Tideo Sandoval, de usar duas camionetas para transportar os seguranças. Segundo Mendes, dezenas de disparos foram feitos, mas ninguém ficou ferido.

Apesar de legalmente pertencer a Tideo Sandoval, a área invadida, com 100 alqueires, foi recentemente adquirida pelo pecuarista Juventino Alexandrino Dias. Na delegacia de Po-

balham para proteger a área remanescente da fazenda, ainda pertencente a Sandoval, que não foi localizado ontem para falar à respeito. Em sua casa a informação era de que ele estava na fazenda onde não há meios de comunicação telefônica.

Devoluta – De acordo com Cleudson Mendes a fazenda Guarani figura na relação de propriedades consideradas devolutas no Pontal do Paranapanema e até recentemente sua aquisição pacífica estava sendo negociada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo -Itesp.

O órgão já teria liberado parte dos Títulos da Dívida Agrária (TDAs) para pagar pelas benfeitorias existentes. Mendes não sabe os motivos mas garante que o fazendeiro desistiu da negociação e montou forte esquema de segurança armada para proteger a propriedade. Segundo aquele dirigente, um grupo de sem-terra que está acampado em área pertencente a Fecularia Larreira, empresa arrendada pelo MST para a in-

A PERMANÊNCIA NA TRANSFORMAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PERMANÊNCIA

Abertura do XVI ENG

(uma leitura particular de algo que parece ser, sempre, novo e velho, atual e distante, pequeno e gigantesco, singular e universal)

Eliseu Savério Sposito

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo
Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente
E-mail: saverio@fct.unesp.br

Chovia em Porto Alegre. Para chegar ao local da abertura do XVI ENG, foi fácil porque contamos com o auxílio da Ana Maria, aquela voz eletrônica e bem postada do nosso GPS, presente de Dióres e Marilu por nossos (Carminha e Eliseu) trinta anos de UNESP. Estava muito escuro e, além da ajuda do GPS, foi necessário o auxílio de um porteiro de edifício em uma guarita bem isolada da rua para que o portão de entrada da Casa do Gaúcho fosse, finalmente, localizada e encontrada. Auditório amplo onde o frio incomodava porque parecia entrar por todos os poros e chegar aos ossos. Os pés estavam e ficaram gelados por toda a noite.

A chuva continuava. A entrada no recinto já foi inusitada. Uma fila, formada por jovens alegres que se avolumavam em linha tortuosa e movediça, para a compra de quentão ou vinho quente se estendia por cinco metros, nos fundos do auditório. Nas últimas cadeiras do auditório, os alunos da turma Milton Santos do Curso de Geografia da FCT/UNESP, campus de P. Prudente, abanando suas bandeiras vermelhas ressaltavam sua presença. O encontro de geógrafos começava a se esboçar e lembrar a dinâmica própria dos eventos anteriores. É o jeito de ser da AGB que se delineava, sem nenhuma novidade mas, ao mesmo tempo, aparentando ser totalmente novo.

Rever alguns amigos de longa data era inevitável. Evitar outros também fazia parte das medidas. Agradáveis os cumprimentos, as perguntas triviais (Tudo bem? Como vai?), a procura por um lugar mais adequado para ver a mesa de abertura, os lugares marcados com as bolsas do encontro (que não foram ocupados por seus donos), a estudantada comandando e dominando o ambiente.

O show de abertura, como soi acontecer em todos os eventos, foi comandado por um artista local: Pedro Munhoz. Acompanhado pelo seu violão, voz rouca bem afinada, suas letras engajadas em defesa dos movimentos sociais, teve que pedir, três vezes, silêncio para que pudesse interpretar suas canções. O silêncio não veio, ele aumentou o volume da caixa de som, o silêncio não veio, ele cantou assim mesmo. Deu seus recados, declamou uma longa poesia, dedilhou com competência seu violão, e o silêncio não veio. Comprei um disco dele para escutar, com mais calma, e analisar o conteúdo das letras.

A abertura teve, como proposta de dinâmica, um diálogo entre Boaventura de Souza Santos e Ana Fani Alessandri Carlos. Ele falou da sua proposta de dialética abissal, criticando o colonialismo incrustado em nossos corações e mentes. Ana Fani expôs sua interpretação de Marx propondo a metageografia, conceito que ela defende há algum tempo.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 13, nº. 17	pp. 157-159	Jul-dez./2010
--------------	---------------------	----------------	-------------	---------------

A proposta parecia ter gorado quando ele, Boaventura, talvez não querendo um debate público com sua “opositora”, sugeriu abrir a palavra ao público. Se as questões foram importantes, mais importante foi quando Ana Fani falou que leu e não gostou do livro *Epistemologias do sul*. Aí, provocado, ele falou com mais clareza sobre sua proposta, que ficara um tanto embaçada na fala inicial. Ficaram evidentes as contradições da academia. Ela, do sul, baseava-se em autor do norte. Ele, do norte, queria fazer uma leitura do sul, a partir do sul, mesmo sendo fruto do norte. Seremos todos norte e sul ou sul contra norte, sul a partir do norte, norte negando sul e norte, norte e sul confirmando a concretude de sul e norte...?

Terminados os debates, o palco ficou tomado por jovens que queriam se fotografar ao lado dos ídolos. O tumulto não demorou muito porque eles queriam perenizar suas imagens com os dois palestrantes, mas isso tinha que ser feito em poucos segundos. Era a velocidade dos fluxos de informação que ditava as performances dos sorrisos, das caras alegres, dos olhos bem abertos que combinavam com as poses que, certamente, serão objeto de admiração dos outros colegas que não puderam ir ao encontro de geógrafos ou que não tiveram a coragem necessária para subir ao palco e pedir pose ou autógrafos aos ídolos. Como eles chegaram, foram-se rapidamente. Talvez houvesse outras coisas mais importantes a se fazer depois das 10 horas da noite. Afinal, Porto Alegre é uma cidade grande, há bares e muita cerveja à disposição. Basta saber o ponto mais adequado à expectativa de cada um. Eles se foram, a gente se foi, as luzes começaram a se apagar. A chuva tinha diminuído e, em pouco tempo, parou. Chegamos ao nosso hotel sem chuva, mas o asfalto molhado testemunhava a precipitação anterior.

Foi interessante ouvir outras interpretações sobre o que ocorreu na mesa redonda. Um desconhecido (aluno de Geografia de algum lugar do presente) disse que Boaventura mandou a Ana Fani ler. Outro falou que ele arrasou e que foi muito superior no confronto. Será que eles viram a mesma mesa que eu vi? Mas aqui já dá pra deduzir alguma coisa: o estrangeiro cativa nosso estudante, ele é superior, é precioso, pode falar o que quiser que a interpretação será sempre a mesma – ele é europeu e pode dar lições que nós, ao sul do Equador, vamos achar bonito. *Foreign is beautiful!* (aliás, o livro que ele trouxe para vender chama-se *Epistemologias do sul!*)

A platéia, formada esmagadoramente pelos estudantes de Geografia provenientes de todos os cantos do Brasil (somente de Presidente Prudente foram deslocados cinco ônibus com aproximadamente 180 estudantes de graduação, mestrado e doutorado), traduziam um zumbido constante (lembrava as vuvuzelas da Copa do Mundo da África) que irritou o músico e que irritava quem queria se concentrar nas palavras dos palestrantes. Era o barulho dos cumprimentos, das alegrias, dos beijinhos e abraços, dos conhecimentos, dos que prazer em te conhecer, do lembra de mim, olha eu estava no encontro de tal lugar, tudo bem?, como está fulano?, será que aquela pessoa ainda vem, como está frio, estou com os pés gelados, como você está bonita, nossa, como você está bem, de quais sessões você vai participar... O vento gelado e os corações acalentados pelo quentão ou pela presença agradável do outro, pela conversa formal e repetitiva de sempre, pelos chavões ou pelas novidades, formavam o ambiente do barulho constante e monocórdio, de vez em quando rompido por uma gargalhada ou por uma palavra pronunciada num timbre mais agudo.

É a força da juventude que me apareceu nesse contexto (expressão muito utilizada por nossos alunos mesmo que o que se escreve esteja descontextualizado). A explosão da

alegria, os movimentos pela inquietação, a busca pelas novidades, a curiosidade pelo banal e pelo que parece ser novo... A vida em movimento que marca cada segundo das pessoas. Alguns mais velhos, com cara de professores, sempre demonstravam curiosidade pelo que os palestrantes falavam. Outros jovens também estavam olhando diretamente para o palco, mas muitos pipocavam suas máquinas fotográficas, procurando poses ou filmando não só o palco, mas seus colegas e amigos em poses mil. Era o espaço se transformando em território.

Nessa observação da força da juventude, lembrei-me que esse ambiente eu já vi em todos os encontros anteriores de geógrafos. Aí a permanência da irreverência, da falta de curiosidade com a ciência, do outro que pensa, me apareceu como permanência, como moto contínuo, como algo que não se modifica.

A dialética da vida se apresentou para mim, claramente, como a união dos contrários. A força da permanência, da repetição, da falta de novidade (dentro das aparentes novidades), da mesmice no trajar e no agir, negava a força da juventude, a irreverência e a aparência do que parecia ser novo. A real força da vontade de ser e crescer parecia se negar na repetição de atos e gestos desgastados pela observação de quem participa dos encontros de geógrafos desde 1972. O novo e o repetitivo se tornavam uma coisa só, sintetizavam-se nas pessoas que não eram as mesmas de dois anos antes, no encontro de geógrafos de São Paulo, exceção a uma porcentagem muito pequena daquele público de umas duas mil pessoas presentes (informaram que o número de pessoas inscritas no evento passou de cinco mil!).

A música tinha proposta política clara, o debate foi proveitoso a quem procurou absorver algumas (impossível acompanhar toda uma palestra sem se distrair) das idéias dos palestrantes, as perguntas e as respostas esclareceram muitas lacunas que porventura (do Boaventura?) ficaram em nossas mentes. O zumbido das vuvuzelas gargantas humanas não parou um minuto. O que parecia movimento refletiu a permanência de uma força que poderia empurrar as leituras e a curiosidade sobre a ciência, mas ficou no sorriso e no olhar vivaz dos jovens, muitos deles embalados pelo quentão, pela emoção, pelo calor presencial e singular do ser humano, pela condição de ser geógrafo em um encontro nunca antes visto, mas que contém o repetido sentido do espírito agebeano – o aparente mais forte que o concreto. A AGB continua, mesmo que não tenha sido fundada para isso, como um movimento que se manifesta intensamente a cada dois anos, no mês de julho, em diferentes cidades brasileiras. *Eppur si muove.*

Porto Alegre, julho de 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50, 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Maçano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAI, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável...** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária**. Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E.. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34– 65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T.. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T.. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Ano 13, n. 16 p. 63-80.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river**. Ano 13, n. 16 p. 96-113.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP**. Ano 13, n. 16 p. 114-129.